**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ELIANA VICENTE**

# ‘Nova classe média’?
# Uma abordagem antropológica
# sobre consumo, mobilidade e inclusão social

**Niterói**
**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

ELIANA VICENTE

# ‘Nova classe média’?
# Uma abordagem antropológica
# sobre consumo, mobilidade e inclusão social

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

Vínculos Temáticos

Linha de Pesquisa do orientador: Antropologia do Consumo

Orientadora Profª. Drª Laura Graziela F. F. Gomes

Niterói

2012

Banca Examinadora

Profª. Drª Laura Graziela F. F. Gomes (orientadora)
Departamento de Pós-Graduação de Antropologia
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profª. Drª Letícia Helena Medeiros Veloso
Departamento de Sociologia
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profª. Drª Neiva Vieira da Cunha
Departamento de Pós-Graduação em Educação,
Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

V632 Vicente, Eliana.

"Nova classe média"? Uma abordagem antropológica sobre consumo, mobilidade e inclusão social / Eliana Vicente – 2012.

223 f.

Orientador: Laura Graziela F. F. Gomes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.

Bibliografia: f. 205-213.

1. Classe social; aspecto histórico. 2. Mobilidade social. 3. Brasil. 4. Consumo (Economia). 5. Inclusão social. I. Gomes, Laura Graziela F. F. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 305.513

**Reservamos o termo "lugar antropológico" àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. É porque toda antropologia é antropologia da antropologia dos outros, além disso, que o lugar, o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade pra quem o observa.**

**Marc Augé**

**Dedico esse trabalho aos meus queridos filhos,**
**Caio e Luna. E ao amigo Marco Antônio**
**Guimarães, meu grande incentivador.**

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha querida amiga, Maria Irene Lima Carvalho, pela sua generosidade de todas as horas.

Ao Anderson, que chegando em minha vida em um momento tão especial, se mostrou um grande amigo e companheiro.

À minha orientadora, professora Laura Graziela Gomes, por me ajudar na escolha do tema, por me apresentar grandes autores que tratam do tema do consumo de forma inovadora, sem os ranços morais com os quais essa prática é muitas vezes referida: Arjun Appadurai, Colin Campbell, Daniel Miller, Marc Augé, Michel de Certeau, Mary Douglas, Alfred Gell, Sahlins, entre outros. Agradeço-a também, por me guiar na execução desse trabalho.

Aos professores que aceitaram participar da minha banca: professora Letícia Veloso, professora Neiva Vieira, professor Edilson Mário Almeida e professora Maria Alice Rezende.

Aos professores José Sávio Leopoldi e Fátima Portilho pela participação na minha banca de qualificação do projeto que deu origem a esse trabalho, ocasião em que me deram muitas e valiosas orientações para que eu o desenvolvesse. E a todos os meus outros professores do mestrado do PPGA da UFF que me propiciaram aulas muito interessantes, as quais me guiaram na realização desse estudo.

Aos meus amigos do mestrado do PPGA.

Ao casal querido e amigo Maya Reys Ricon & Luis Eduardo Ricon e à amiga Alessandra Archer pela atenção que me deram durante o processo de escrita desse texto.

Ao professor-coordenador Paulo Gabriel Hilu da Costa Pinto, e ao pessoal da secretaria do PPGA: Ilma, Vanessa, Conti e Marcelo, por terem sido atenciosos, atendendo aos meus pedidos com simpatia e presteza.

E finalmente, à CAPES, sem a qual não teria sido possível me dedicar de forma exclusiva ao mestrado.

**RESUMO**

Essa dissertação tem como objetivo investigar e levantar as possíveis controvérsias referentes ao fenômeno da ascensão de milhões de pessoas que ultrapassaram a linha de pobreza nos últimos dez anos no país. Esse fenômeno passou a ser considerado com maior relevância desde 2008, a partir de pesquisas econômicas. Mudanças significativas nos padrões de consumo ocorreram nas camadas antes referidas como populares, que passaram a ser vistas como novos consumidores. Grande parte do poder de consumo dessas famílias se deve ao aumento da renda, da oferta de crédito, da bancarização e dos postos de trabalho com carteira assinada criados no país, especialmente nos últimos anos. A intenção é analisar as questões relativas ao aumento de consumo dessa camada da população, bem como o significado disso para essas pessoas, a fim de identificar o grau de inclusão efetivo a partir de uma perspectiva simbólica. Para compreender o que o acesso aos bens e serviços, antes só possível às classes médias e altas, pode representar para essas pessoas de fato, realizou-se um trabalho de campo num conjunto habitacional popular na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em 2011. O estudo manteve o foco em famílias cujas rendas se encaixam no perfil, privilegiando os aspectos relativos ao consumo dessas famílias, seu estilo de vida e questões relacionadas às condições de moradia, trabalho e educação. Através dos métodos de observação participante e de participação flutuante, foram produzidos dados que possibilitaram a articulação com a teoria antropológica que trata do consumo e outras de cunho sociológico, relacionadas às formas de violência simbólica inscritas em nossa sociedade.

PALAVRAS CHAVE: SEGMENTO EMERGENTE, CONSUMO, MOBILIDADE, INCLUSÃO SOCIAL

**ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to investigate and raise possible controversies concerning the phenomenon of the social ascent of millions of people that have crossed the poverty line in the last ten years in Brazil. Based on economic research, this phenomenon came to be regarded with greater relevance since 2008. Significant changes in consumption patterns occurred in groups known as the popular class, which then came to be considered as new consumers. The power of consumption of these families is greatly due to the increase, in the last few years, in personal income, credit supply, banking access and official job offers. We aim, therefore, to examine the issues regarding the consumption increase in this population group, as well as its significance in relation to the group, in order to identify the effective degree of inclusion from a symbolic perspective. In 2011, a field investigation was conducted in a popular housing estate in Zona Oeste in the city of Rio de Janeiro to assess what it represents to this group of people to have access to goods and services, previously only accessible to the middle and upper classes. The present study focused on families whose income fit the profile, and it also paid special attention to their patterns of consumption, their life styles, housing, work and education issues. Data were collected through the participant observation and floating participation methods and could be linked to the anthropological theory on consumption and to further sociological theories on the forms of symbolic violence present in our society.

KEYWORDS: EMERGING SEGMENT, CONSUMPTION, MOBILITY, SOCIAL INCLUSION

**Lista de Figuras**


Figura 1 – Foto da estação ferroviária de Realengo no século XIX 92
Figura 2 – Foto da estação ferroviária de Realengo nos dias atuais 92
Figura 3 – Documento da planta do bairro de Realengo no século XIX 93
Figura 4 – Foto do antigo Arsenal do Exército em Realengo 94
Figura 5 – Foto da antiga Fábrica de Pólvora de Realengo 94
Figura 6 – Esquema das ruas da Cohab de Realengo 98
Figura 7 – Mapa de localização da Cohab de Realengo 103
Figura 8 – Foto da Cohab de Realengo 103
Figura 9 – Foto do salão de beleza da dona Joana 104
Figura 10 – Foto de moradoras da Cohab de Realengo 107
Figura 11 – Foto da entrada de um prédio ou bloco na Cohab de Realengo 112
Figura 12 – Foto do pedaço “ruim” da Cohab de Realengo 113
Figura 13 – Foto das extensões ou “puxadinhos” no andar térreo 115
Figura 14 – Foto do prédio mais valorizado da Cohab de Realengo 116
Figura 15 – Foto da igreja católica da Cohab de Realengo 116
Figura 16 – Foto da rua Capitão Teixeira 118
Figura 17 – Foto da loja de roupas 118
Figura 18 – Foto da barraca na praça central da Cohab de Realengo 118
Figura 19 – Foto da Lanchonete “Bom te ver” 133
Figura 20 – Foto da sala da casa da Madalena 144
Figura 21 – Foto da sala da casa da Madalena 2 144
Figura 22 – Foto da cozinha da casa da Madalena 145
Figura 23 – Foto da cozinha da casa da Madalena 2 145
Figura 24 – Foto - Lavanderia da Cohab de Realengo 163
Figura 25 – Foto da sala da casa da Vera 165
Figura 26 – Foto da mesa de jantar da casa da Vera 165

**Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Evolução da renda média 18
Gráfico 2 – Evolução da classe C 19
Gráfico 3 – Evolução das classes econômicas 21
Gráfico 4 – Evolução do índice de Gini 21
Gráfico 5 – Taxa de desocupação por mês: 11/2009 a 12/2010 25
Gráfico 6 – Evolução do nº de instituições de educação superior públicas e privadas 141
Gráfico 7 – Média de anos investidos em educação 142
Gráfico 8 – Percentual da pop. que frequenta ou frequentou curso superior 142

**Lista de Quadros**

Quadro 1 – Conversão da versão de 11 para a versão de 6 categorias do esq. EGP 34
Quadro 2 – Lista dos interlocutores entrevistados 47
Quadro 3 – Mapa de classes de Wright 64
Quadro 4 – Esquema EGP – Classe e relação de emprego 67
Quadro 5 – Critério Brasil de Classificação Econômica 77
Quadro 6 – Fragmento do relatório da CPI das Milícias da Alerj 122

**Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Percentual da população em relação à classe de rendimento 18
Tabela 2 – Posição na ocupação por classe social 25
Tabela 3 – Presença Relativa e Absoluta das Composições Sócio-Ocupacionais (EGP) 35
Tabela 4 – Composição da Classe Média Brasileira (2002-2009) 35
Tabela 5 – Média da Renda por Composição Sócio-Ocupacional (EGP) no Brasil 36
Tabela 6 – Classe de rendimentos 75
Tabela 7 – Classificação socioeconômica segundo a SAE 78
Tabela 8 – Tabela de juros em operações de crédito à pessoa física 161
Tabela 9 – Variação do nº. de cartões de crédito/débito/cartões de loja – 2000/ 2009 168

**Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABA – Associação Brasileira de Anunciantes

ABIPEME – Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMCOPA – Associação dos Moradores do Conjunto Pedro I e Adjacências

ANEP - Associação Nacional de Pesquisa

CCEB – Critério de Classificação Econômica Brasil

CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto

CEHAB – Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro

CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COHAB – Companhia de Habitação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPS – Centro de Políticas Sociais

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Perfect Liberty

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF — Posto de Saúde da Família

SAE – Secretaria de Assuntos Especiais

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

## Sumário

**Capítulo 1 – Introdução** **16**

1.1 – Contextualizando o tema da nova "classe média" 17

1.1.1 – A "nova classe média" e as controvérsias 20

1.2 – Justificando o estudo 37

1.2.1 – A escolha do tema 40

1.3 – Objetivos 41

1.3.1 – Objetivo Principal 41

1.3.2 – Objetivos gerais 42

1.4 – Procedimentos metodológicos 43

**Capítulo 2 – Referencial Teórico** **48**

2.1 – As várias dimensões do consumo 48

2.1.1 – Consumo como representação: uma abordagem antropológica 49

2.1.2 – O consumo e a formação da identidade moderna 54

2.1.3 – Consumo, instrumento de marcação na comunicação social 55

2.2 – Classe e estratificação social 57

2.2.1 – Classes sociais segundo Marx 59

2.2.2 – Classes sociais segundo Weber 61

2.2.3 – A estratificação social na perspectiva de Wright 63

2.2.4 - A estratificação social na perspectiva de Goldthorpe 65

2.2.5 – A perspectiva funcionalista 69

2.2.6 – Bourdieu: classe, *status* e *habitus* 71

2.2.7 – Algumas formas de segmentação socioeconômica no Brasil 75

2.2.8 – O conceito de classe média segundo a teoria sociológica 78

2.2.9 – A classe média no Brasil 83

2.2.10 – Conclusão sobre classe e estratificação social 89

**Capítulo 3 – A etnografia** **91**

3.1 – O campo e a sua localização 91

3.2 – O campo: primeiras impressões 97

3.3 – A sociabilidade 107

3.4 – Os outsiders da Cohab de Realengo 112

3.5 – O comércio informal e a milícia da Cohab de Realengo 117

3.6 – Os empreendedores da Cohab de Realengo 126

3.7 – O capital cultural na Cohab de Realengo 136

3.8 – O consumo na Cohab de Realengo 143

**Capítulo 4 – O consumo do segmento emergente** **160**

4.1 – O papel fundamental do crédito 160

4.2 – O dinheiro e o papel da dona de casa do segmento emergente 169

4.3 – Consumo e representação: a lógica simbólica 174

4.4 – Chegou minha vez 183

4.5 – Estilo de vida, pertencimento e identidade 193

**Considerações Finais** **202**

**Bibliografia** **205**

**Sites Pesquisados** **214**

**Anexos**

**Anexo 1 – Roteiro das entrevistas realizadas** **218**

**Anexo 2 – Fotos do campo** **220**

## Introdução

Casas desabando por causa das fortes chuvas todos os anos no mês de janeiro já é uma imagem, infelizmente, corriqueira de ser vista na mídia. Assistindo em um telejornal a uma dessas cenas flagradas por um cinegrafista amador no exato momento do desabamento de uma casa, além de me sensibilizar pela grande perda que sofreu com as chuvas de verão mais uma família brasileira, me deparei com um fato curioso; ao desmoronar, a casa foi revelando por entre os escombros o que nela continha de material: uma máquina de lavar roupa, um computador, um ventilador e uma antena de TV por satélite. A casa em questão, localizada em uma comunidade à beira de um córrego, uma área considerada de risco, já havia sido condenada pela Defesa Civil de São Paulo e os moradores haviam sido retirados pouco antes do desabamento[1].

Mas qual a razão do comentário acima num trabalho sobre o consumo e a chamada nova classe média? Justamente porque os itens de conforto da casa que se revelaram em meio aos escombros dão a presumir que a família que ali habitava tinha certo poder de consumo, afinal, computador, máquina de lavar e mensalidade de serviço de TV eram, até há alguns anos, privilégio de uma pequena parte da população constituída pelas classes média e alta.

A julgar pelos itens de conforto da residência que veio abaixo, possivelmente, a família que ali habitava seria considerada pelas estatísticas econômicas como uma família da chamada nova classe média, classificação essa que leva em conta a renda familiar e a posse de bens de consumo. Por isso foi precisamente escolhida essa cena para dar início a este trabalho, assim como para ilustrar uma das muitas possíveis controvérsias (LATOUR, 1994) acerca da chamada nova classe média brasileira.

Neste capítulo introdutório apresento o contexto em que ocorre o fenômeno social de ascensão da chamada nova classe média, descrevendo sucintamente as prováveis razões pelo aumento do consumo; apresento o debate que se criou na academia sobre esse tema; explico o porquê da escolha deste tema e porque ele se justifica; os objetivos que foram pretendidos alcançar no decorrer da pesquisa e a metodologia utilizada para se alcançar esses objetivos.

---

[1] Reportagem do Jornal da Record em 27/01/2012. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=6v5uZjDjjkQ - acesso em 31/01/2012.

### 1.1 - Contextualizando o tema da "nova classe média"

Nos últimos anos, especialmente na última década, vários setores da sociedade, como instâncias governamentais, economistas, sociólogos e a grande mídia afirmam ter havido um intenso e profundo processo de mobilidade social no país. Essa ideia foi ratificada de forma mais contundente em agosto de 2008, quando foi divulgada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV[2] uma pesquisa denominada "A nova classe média" (NERI, 2008).

O fenômeno da chamada nova classe média, segundo alguns sociólogos (SOUZA e LAMOUNIER, 2010) e economistas (GUERRA *et al*, 2006; NERI, 2008), tem chamado atenção na história recente, a partir do grande crescimento desse segmento das populações, principalmente, nos países emergentes, como China, Índia e Brasil. Estima-se que 400 milhões de pessoas façam parte da nova classe média global e que em 2030 esse número chegue a mais de 3 bilhões[3].

No Brasil, mudanças socioeconômicas relativas às camadas populares vêm ocorrendo de modo mais significativo desde 2002. O Plano Real, lançado em 1994, implantou uma política de estabilidade da moeda, que acarretou queda nos juros e consequentemente maior acesso ao crédito. A continuação da estabilidade da moeda e outras políticas de incentivo ao crédito se constituíram em fatores que tiveram como resultado um progressivo aumento de participação da população aos bens de consumo e, consequente, aquecimento da economia no país. Soma-se a isso o aumento gradativo de renda gerado pelo aumento da produção e pelos programas sociais do governo e temos, então, uma grande parcela da população consumindo produtos e serviços que antes lhes eram um tanto restritos.

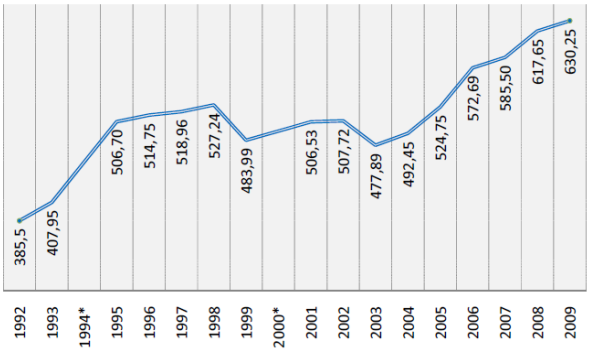
A partir daí as camadas emergentes passaram a ser vistas como "novos consumidores" tanto pelo governo como pelo mercado, mudando o desenho dos gráficos que representam as estatísticas oficiais que classificam as classes socioeconômicas no país, conforme pode ser constatado no gráfico de evolução da renda e na tabela a seguir.

---

[2] FGV - Fundação Getúlio Vargas

3 World Bank. Global Economic Prospects 2007: Managing the Next Wave of Globalization, Washington. D.C., 2007, em: SOUZA, Amauri e LAMOUNIER, Bolivar. *A classe média brasileira: ambições valores e projetos de sociedade*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

**Gráfico 1 – Evolução da renda média**




Fonte: CPS/FGV[4] a partir dos microdados da PNAD/IBGE[5]

**Tabela 1 – Percentual da população em relação à classe de rendimento**

| Classes de rendimentos | 1992 | 2003 | 2011 |
|---|---|---|---|
| **A/B** | 5,3% | 7,6% | 12,3% |
| **C** | 32,5% | 37,6% | 55,5% |
| **D/E** | 62,1% | 54,8% | 33,2% |

Fonte: NERI (2010)

Em 2003 a classe C representava 37,6% da população, passando para 55% em 2011. Mais de 30 milhões de pessoas, segundo o estudo de Neri (2010), emergiram da linha de pobreza e ingressaram para a classe C, que hoje comporta metade da população brasileira, concentrando quase 47% do poder de compra do país.

Mas seriam esses "novos consumidores" a chamada nova classe média ou nova classe C que aproxima o Brasil aos níveis sociais dos países desenvolvidos como a Europa Ocidental ou os Estados Unidos? O que exatamente significa classe média, quando nos referimos a esses segmentos? Podemos chamar de classe média, no sentido "tradicional" do termo, pessoas que passaram a consumir mais?

Este trabalho tem como proposta, principalmente, tentar levantar as controvérsias de se assumir a ideia de mobilidade social partindo de critérios puramente

[4] CPS/FGV – Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

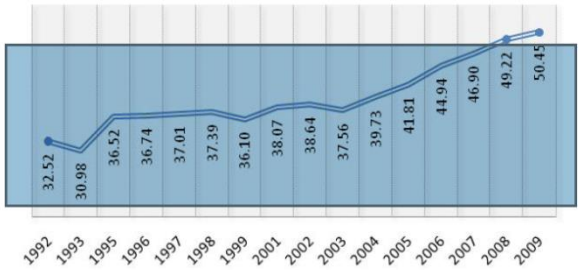
[5] PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.

econômicos, desprezando não apenas as outras questões estruturais, tais como a educação e as garantias de sustentabilidade no mercado de trabalho, como também as questões simbólicas que são tão importantes nas relações de poder inscritas na dinâmica social. Chamar a população que emergiu da linha de pobreza de nova classe média, o que parece de certa forma, uma maneira de pretender demonstrar que o país está fundamentado socialmente na classe média e não na imensa massa de trabalhadores manuais ou do setor de serviços, ou nos pobres e excluídos, que ainda representam uma parcela muito significativa da população.

A categoria classe média, por si só, já gera muitas controvérsias. Existem várias definições e metodologias para se classificar socioeconomicamente a população de um país, mas, no caso brasileiro, a despeito das variações metodológicas, quase todas utilizam o critério classificatório renda, o que as difere é a maneira como essa variável será operacionalizada. Veremos no capítulo II as principais e diferentes teorias a respeito das classes sociais; algumas formas utilizadas para a classificação social no Brasil; as definições na sociologia a respeito da categoria classe média; e, sucintamente, como se deu a formação da classe média no caso brasileiro.

A classe média hoje no país, segundo a pesquisa de Neri (2008) é representada pelas classes B e C, sendo que nessa composição 33,2% são da classe C e somente 11,8% da classe B. O rendimento mensal que enquadra uma família nessa enorme camada segmentar vai de 3 a 10 salários mínimos.

**Gráfico 2 – Evolução da classe C**




Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Aqui irei me referir ao segmento representado pela chamada nova classe C, aquele que ultrapassou a linha de pobreza nos últimos 10 anos, como segmento emergente, ao invés de nova classe média. Esse segmento emergente será o foco desse trabalho, e optei por chamar assim, por não considerar o termo nova classe média, ou mesmo nova

classe C, adequados, já que essa denominação, além de controversa, pode mascarar e confundir o que de fato está ocorrendo em termos de mobilidade social no país.

Além do que, a denominação "classe média", carrega uma série de valores e cristalizações que, a princípio, não correspondem à realidade do que vemos hoje no país, em relação a esse segmento da população. O uso desse termo pode tanto superestimar o desenvolvimento social do país, gerando distorções quanto ao retrato da pobreza e das desigualdades, como tornar mais nebuloso ainda o uso dessa categoria.

Um dos instrumentos de legitimação mais citados referente à ideia de nova classe média, mencionado no início, foi o estudo coordenado pelo economista Marcelo Neri, realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. O estudo teve como base as estatísticas do IBGE, a partir dos dados da PME — Pesquisa Mensal de Empregos, mais a análise de atitudes e expectativas, utilizando a sondagem do consumidor divulgada pelo IBRE — Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e, ainda, o potencial de consumo definido pela quantidade mensurada de bens duráveis nos domicílios, número de empregados domésticos na residência e no nível de escolaridade do chefe da família, o chamado Critério Brasil, utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado para classificação socioeconômica.

Neri (2008) considerou a utilização conjunta desses três métodos uma inovação que possibilitou, segundo ele, um retrato mais nítido da estratificação no país. Divulgado em 2008, o estudo foi muito badalado, gerou grande repercussão e também muita polêmica. Caracterizando a parcela da população que migrou da linha de pobreza de nova classe média, o estudo identificou-a como a imagem mais próxima da sociedade brasileira. A pesquisa suscitou um grande interesse da mídia e do mercado e, a partir daí, vasta quantidade de matérias e pesquisas com fins mercadológicos passaram a ser realizadas.

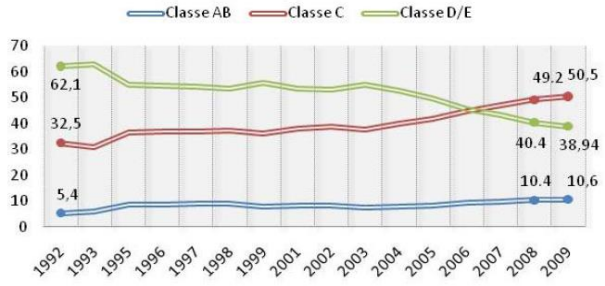
### 1.1.1 - A "nova classe média" e as controvérsias

O aumento de renda e de consumo das classes populares está realmente acontecendo no país por uma série de fatores, a saber: estabilização da moeda, controle da inflação, medidas econômicas que democratizaram o acesso ao crédito e, planos de distribuição de renda, instituídos por programas governamentais. Não se pretende aqui

negar uma realidade tão óbvia, entretanto, maior renda e maior poder de consumo apenas podem não implicar necessariamente em mobilidade social, principalmente se tratando de uma parcela tão grande da população em tão curto espaço de tempo, como é o caso do fenômeno que aqui está sendo discutido.

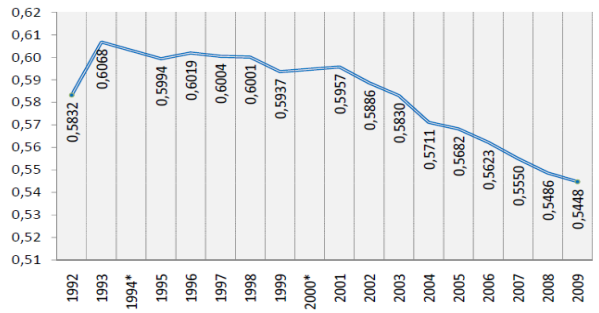
Sem dúvida, a economia brasileira vem crescendo e, considerando o PIB atual, o Brasil já é a sexta economia do mundo, porém, na colocação no ranking de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, o país ainda ocupa a 84ª posição entre 187 países e no IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade – o país ocupa 73ª posição entre 134 países[6]. O IDHAD combina dados que levam em conta, além da distribuição de renda, a distribuição de saúde e educação.

**Gráfico 3 – Evolução das classes econômicas**




Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

**Gráfico 4 – Evolução do índice de Gini**




Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O que nos coloca a frente de mais uma controvérsia, pois parece faltar muito para os índices relativos ao desenvolvimento humano e de equidade na distribuição dos

[6] Segundo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em 11/2011, disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH.aspx - acesso em 05/01/2012.

recursos chegarem próximos ao da colocação econômica, ainda que esses tenham apresentado resultados positivos no que se refere à diminuição da desigualdade no país na última década.

Junto ao fenômeno do crédito abundante para o consumo, encontram-se as lojas com apelos populares. A Casas Bahia, conhecida rede de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, cujo público-alvo é formado, sobretudo, por pessoas de baixa renda e que desde 2003 atende anualmente a cerca de 3 milhões de clientes em mais de 500 lojas[7] é o melhor exemplo desse fenômeno. A ela se juntam outras do mesmo estilo, como a Ricardo Eletro, também com mais de 500 lojas espalhadas pelo país e que, da mesma forma, se comunica com seu público através de apelos de marketing que se apropriam do *habitus* (BOURDIEU, 2008) desse público, além dos preços populares praticados, ou melhor, das condições de compra que cabem dentro da renda mensal da sua clientela.

Em passeio empreendido pela Rua Uruguaiana no centro do Rio de Janeiro, local onde circulam muitas pessoas das classes ditas populares, em virtude da proximidade com o centro comercial do Saara[8] (similar à Rua 25 de Março em São Paulo), conhecido por um comércio de produtos baratos *made* in China, utilizei durante algum tempo a técnica de "observação flutuante", conforme método proposto por Péttonnet (2008), que será descrito mais adiante no tópico que se refere à metodologia. Ali na Rua Uruguaiana encontram-se as duas maiores concorrentes: Casas Bahia e Ricardo Eletro, uma ao lado da outra, além das lojas Ponto Frio, Insinuante e TeleRio, todas elas com apelos populares.

Dentro das lojas os produtos são dispostos de forma similar, onde computadores, notebooks e TVs LCD são os abre-alas, seguidos pelos eletrodomésticos de linha branca como geladeiras, máquinas de lavar e fogões. As lojas também possuem vitrines fechadas, onde imperam aparelhos celulares das mais variadas marcas e modelos, seguidos por máquinas fotográficas digitais e outros produtos similares.

Essas lojas estão sempre repletas de gente entrando e saindo de forma ansiosa e não raro pode ser vista uma fila imensa de pessoas na Casas Bahia, por exemplo, quando

---

[7] Reportagem: "A classe C no paraíso", Revista Veja, 25/06/2008. Disponível em: http://veja.abril.com.br/250608/entrevista.shtml - acesso em 12/03/2012.

[8] SAARA – Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega - formada em 1962, pelos comerciantes de uma das mais antigas e dinâmicas áreas comerciais da cidade do Rio de Janeiro. Comércio popular que passou a identificar todo o trecho do centro do Rio circundado pelas ruas dos Andradas, Buenos Aires, Alfândega e Praça da República.

grandes promoções são anunciadas ou em dias estratégicos do mês, quando vencem as prestações dos carnês utilizados pela loja como uma das modalidades de financiamento para quem não possui cartão de crédito ou serviço bancário.

A Casas Bahia representa um fenômeno tão grande de vendas destinadas às camadas populares, que tem despertado a atenção internacional. Foi objeto de estudo do economista indiano C. K. Prahalad[9], especialista em consumo popular da Universidade de Harvard (YACCOUB, 2010). Há mais de 50 anos vendendo móveis e eletrodomésticos para o público de baixa renda, chegando a vender 86% de seus produtos a prazo para o consumidor, sem juros, com o financiamento bancado pela própria rede, com um percentual de inadimplência menor do que o observado nas classes A e B, a Casas Bahia se tornou o maior varejista do setor, chegando a comprar quase 20% da produção de eletroeletrônicos produzida no país. Em entrevista à Revista Veja em junho de 2008, o então dono da Casas Bahia, o empresário Michael Klein, explicou que manter o nome limpo no mercado é estratégico para o segmento emergente, que não tem renda para comprar à vista, portanto, necessita do nome limpo para poder comprar no crediário.

Na Rua Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde o comércio é intenso, vemos que além das lojas de eletroeletrônicos, existem muitas outras que vendem roupas, sapatos e acessórios, além das lojas de departamento, a loja Americanas e a loja Líder. A rua, que é um tipo de calçadão, ou seja, não é aberta ao trânsito de veículos, abriga uma infinidade de camelôs que vendem toda espécie de produtos imagináveis, muitos deles “piratas”, como CDs, DVDs e jogos eletrônicos. Diariamente são travadas lutas entre os camelôs e a Guarda Municipal e não raro os pedestres se envolvem ou são envolvidos nessas batalhas[10]. O público ali é composto, além das pessoas que trabalham no local, por pessoas das classes populares que têm nessa região do centro da cidade opções de lojas com apelos populares e que, por isso mesmo, atraem um tipo de público que não se sente intimidado em pesquisar preços, a procura das melhores ofertas.

As lojas de eletroeletrônicos, assim como as lojas de departamento citadas, tem uma arrumação diferente das filiais localizadas em shoppings ou em locais da Zona Sul da cidade, tradicionalmente a região onde vivem as classes mais abastadas. Na verdade, não

---

[9] Fonte: Wikipédia, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Prahalad - acesso em 16/11/2011.

[10] Em 1964 foi implantado o camelódromo da Uruguaiana, justamente para acabar com as batalhas constantes entre os ambulantes e a Guarda Municipal, só que mais tarde, a camelotagem se estendeu para fora dos limites da área onde está foi legalizada.

há preocupação com a apresentação estilizada dos produtos, em geral os espaços são muito apertados e os produtos dispostos um ao lado do outro por categorias. Há uma variedade muito grande de produtos e marcas e muito vendedores, geralmente ocupados, em virtude do número de solicitações contínuas de informações e vendas de produtos. Anúncios espalhados pelas lojas, ou mesmo os vendedores, dão a entender que cobrem qualquer oferta da concorrência, no que eu como pesquisadora em certo momento fiquei tentada a jogar este jogo até as últimas consequências para ver onde isso poderia levar.

A sensação que se tem ao estar na Rua Uruguaiana e dentro das lojas citadas é de que estamos em um imenso mercado ou em uma feira, tão comum nos bairros e subúrbios cariocas, como por exemplo, o popularíssimo Mercadão de Madureira, que é o cerne de um centro comercial que atende em massa a população dos subúrbios cariocas. E, por isso mesmo, as pessoas que ali frequentam sentem-se familiarizadas com o local, assim como um dos meus interlocutores me confessou durante a realização da pesquisa que: lojas desse tipo faz ele se sentir à vontade porque fazem parte da sua cultura.

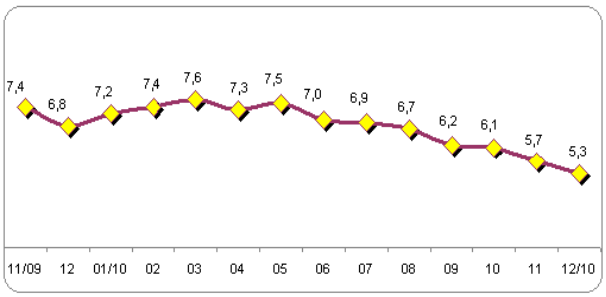
Ao falar do tipo do comércio praticado por lojas que, aqui no Brasil têm apelos populares de venda, meu intuito é chamar atenção para mais um fator que tem promovido significativamente a expansão do consumo, além dos já citados. Acredito que todos eles merecem consideração por se tratarem de possíveis variáveis explicativas, no que se refere aos expressivos números estatísticos que sugerem a emergência de uma nova classe no país.

Em relação ao aumento dos postos de trabalho, a PME — Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE —, que produz indicadores mensais sobre a força de trabalho no Brasil considerando seis áreas de abrangência — as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre — tem apontado um aumento significativo no setor formal. Iniciada em 1980, a pesquisa abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras informações que são coletadas mensalmente nas unidades domiciliares.

Utilizando como base a PME, o IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou em abril de 2011 um comunicado sobre os postos de trabalho no país. Segundo o instituto, entre 2001 e 2009 o número de postos de trabalho formais cresceu 43,5%, chegando a 41 milhões em 2009. Em relação aos postos de

trabalho não formalizados, o percentual de crescimento foi menor, cresceu 9,2% no mesmo período, mas apesar do índice ser menor, o número de postos informais ainda é maior do que o de postos de trabalho formais, 47,7 milhões em 2009[11].

**Gráfico 5 - Taxa de desocupação por mês: 11/2009 a 12/2010**




Fonte: IBGE

**Tabela 2 - Posição na ocupação por classe social**

| Perfil das Classes Econômicas - 2009 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Posição na ocupação | | | | |
| Categoria | CLASSE AB | CLASSE C | CLASSE D | CLASSE E |
| Sem Emprego | 2.14% | 3.86% | 7.20% | 10.11% |
| Inativo | 30.53% | 34.84% | 43.56% | 48.05% |
| Empregado Agrícola | 0.29% | 2.33% | 4.49% | 4.68% |
| Empregado Doméstico | 0.57% | 4.53% | 5.95% | 4.27% |
| Empregado com carteira | 21.11% | 22.96% | 11.77% | 4.31% |
| Empregado sem carteira | 4.85% | 6.75% | 6.68% | 4.47% |
| Conta-própria | 11.89% | 11.85% | 11.00% | 11.05% |
| Empregador | 9.81% | 2.14% | 0.55% | 0.55% |
| Funcionário público | 16.84% | 7.09% | 3.19% | 1.61% |
| Não-remunerado | 1.95% | 3.65% | 5.62% | 10.90% |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O que de fato é constatável a partir dos indicadores econômicos apresentados é que ocorreram mudanças em relação à renda e ocupação, que se refletiu no aumento do consumo, mas é possível afirmar que essas mudanças de fato ocorreram a um nível mais profundo das estruturas sociais no país?

Segundo Latour (1994) as **controvérsias,** como por exemplo, entre a natureza e cultura, nos debates travados entre ambientalistas e governos sobre o clima do planeta, a respeito do aquecimento global, o autor afirma que esse assunto deve ser tratado como um

[11] Fonte: Comunicado do IPEA Nº 89 – Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil - 28/04/2011. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44CD18D5BF0/IPEA_ComunicadoIPEA89.pdf - acesso em 30/05/2011.

híbrido já que não se trata de uma questão tão somente da ordem da natureza, nem somente da ordem social. Assim, no presente trabalho, penso que questões relativas à mobilidade social devem ser tratadas como questões híbridas que envolvem não somente estatísticas econômicas, como também os vários outros aspectos que estão inscritos nas relações sociais.

Assim, constatei as primeiras controvérsias sobre a chamada nova classe média assim que me decidi por este tema, quando passei a observar mais e a ouvir pessoas que fazem parte deste segmento socioeconômico, antes mesmo de começar o trabalho de campo propriamente dito. Pessoas essas pertencentes a famílias que de alguma forma se encaixam no perfil que, segundo os economistas, definem o segmento emergente: pessoas que possuem rendimentos estáveis, trabalhando com vínculo empregatício ou não, e que declararam ter alcançado melhores condições de trabalho, que lhes permitiu a aquisição de bens e serviços nos últimos anos.

Uma dessas pessoas é um homem de 30 anos, morador da comunidade conhecida como Morro do Escondidinho, no bairro do Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro, que trabalhava até dois anos atrás como porteiro de um edifício na Zona Sul e hoje é operador de telemarketing numa multinacional brasileira do setor, com renda familiar em torno de 1.500 reais — considerando seu salário, mais o da esposa que trabalha como auxiliar de serviços gerais em uma maternidade na Zona Sul da cidade —, quando indagado por mim sobre a forma como havia adquirido computador, máquina de lavar roupa, geladeira, TV de LCD entre outros bens de consumo, declarou ter adquirido tudo a prestações na Casas Bahia. Segundo esse interlocutor, a Casas Bahia é o lugar onde ele se sente mais à vontade para fazer compras. Em uma de suas filiais é conhecido dos vendedores e diz que sempre que precisa comprar algo, sabe que lá será tratado com respeito.

Ele diz frequentar pelo menos uma vez por mês shoppings da Zona Sul, para passear e olhar as vitrines das lojas — residindo em uma das favelas da região, ele considera o passeio ao shopping uma forma de lazer — acha tudo muito bonito e moderno, mas faz compras apenas em lojas populares localizadas nesses shoppings, como: Casas Bahia, Loja Americanas, Casa & Vídeo etc. Não se sente à vontade para comprar ou entrar em outras lojas ou mesmo para utilizar a praça de alimentação desses shoppings, por acreditar, segundo suas palavras, que esses lugares não fazem parte da sua “cultura”.

Acredita que os vendedores de outras lojas, que não as tidas como populares, não lhe darão a atenção devida por causa da sua aparência e do seu sotaque típico do nordeste do país.

Das tantas reportagens que pipocam na mídia sobre a nova classe média, uma em especial chamou minha atenção. No espaço contíguo à referida matéria *on-line*, havia um *blog* para comentá-la e justamente o comentário, um tanto raivoso, de um internauta[12], fornece um exemplo de como a classe média "tradicional" percebe a questão da chamada nova classe média. A matéria se referia a uma manicure de 34 anos, moradora da Comunidade da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, com renda mensal em torno de 2.000 reais — portanto, dentro dos limites que definem, segundo o IBGE e a pesquisa de Neri, a chamada nova classe C. Mostrando todos os itens de conforto da casa, alguns de última geração, a manicure diz ter comprado "tudo em parcelas a perder de vista". A reportagem a incluía como uma das 30 milhões de pessoas que saíram da pobreza para ingressar na nova classe média brasileira. O que suscitou por parte de um dos leitores internautas o seguinte comentário: "Palhaçada, favelada classe média!! Quem mora na favela nunca é da classe média, é pobre mesmo."

É evidente o preconceito subjacente no comentário do internauta. Ele expressa um estigma atribuído às pessoas que habitam as numerosas favelas ou comunidades do país. Pobre e favelado, como no caso acima, são termos que podem ser entendidos, segundo Elias e Scotson (2000), como estigmas, estes são utilizados pelos grupos estabelecidos para criar barreiras, com a função social de preservar a supremacia de um grupo e podem variar conforme suas características sociais e as tradições.

No atual contexto, quando se imagina uma nova conformação da classe média, seria possível imaginar o grupo estabelecido há mais tempo, sentindo sua identidade de grupo superior ameaçada pelos *outsiders*, componentes do segmento emergente, os "pobres", os "favelados", que estavam de fora e não faziam parte até agora do grupo estabelecido, ou do grupo que, agora, pode consumir o que antes lhes era restrito. Elias e Scotson sugerem que esses seriam percebidos como "anômicos", o contato com eles

---

[12] Reportagem: *A nova classe média no Brasil*, Revista Época, on-line. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html – acesso em 12/05/2012.

poderia colocar em risco as convicções e valores profundamente internalizados que a classe média tem como grupo superior. Este trabalho tentará apontar este tipo de controvérsia todas as vezes que comportamentos deste tipo se revelarem, ou forem expressos pelos agentes envolvidos nesse processo, tanto na etnografia do local escolhido para esse trabalho, como durante o processo de pesquisa, nas várias situações da vida cotidiana em que o pesquisador que estuda a sua própria sociedade se depara.

No debate acadêmico que partiu da pesquisa anteriormente mencionada, coordenada pelo economista Marcelo Neri, é possível perceber certa polarização de opiniões a respeito desse fenômeno, algumas de viés mais liberal, como é o caso dos cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, informado no livro, *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade* (2010) e outras de tons mais críticos. Uma das críticas mais agudas à pesquisa de Neri, com uma análise do fenômeno fortemente assentada na perspectiva bourdiesiana de espaço social e poder simbólico, é a desenvolvida pelo sociólogo Jessé Souza, que pode ser conferida no livro *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010).

Marcelo Neri, de fato, tem sido um sistematizador e divulgador dos dados que indicam a ocorrência do fenômeno no país. Desde seu primeiro estudo, lançado com o nome *A nova classe média* (2008), e, mais recentemente, *A nova classe média, o lado brilhante dos pobres* (2010), o autor fornece índices, gráficos e tabelas que ajudam a compreender de forma quantitativa o que está acontecendo em termos de renda, ocupação e consumo no país. Seu discurso é bastante otimista, porque pela primeira vez o país experimenta um crescente movimento ao acesso por parte de uma expressiva parcela da população aos bens de consumo e lazer.

No entanto, segundo Bomeny (2011), o fato de os pobres estarem no mercado através do consumo não significa que se beneficiem do mercado da mesma forma que aqueles que participam do consumo com regularidade — como é o caso da classe média tradicional e da classe alta. Os pobres entram nas estatísticas de consumo de forma preponderante, mas estão pouco instrumentalizados para o jogo competitivo do mercado de trabalho. Falta-lhes acesso mais regular e permanente à educação, cultura e profissionalização, fato que dificulta a mobilidade social no país.

Os cientistas políticos Souza e Lamounier (2010) embasaram o seu discurso a partir de dados obtidos através de duas pesquisas quantitativas realizadas pela empresa de

pesquisa de opinião IBOPE, solicitadas pela CNI[13], em novembro de 2008 e março de 2009, respectivamente, cada uma ouvindo aproximadamente 2 mil entrevistados de 141 municípios do país. Na primeira fase, foi realizada também uma pesquisa qualitativa através da técnica de discussão em grupo focal, situados em duas grandes capitais e duas cidades interioranas, localizadas na região Sul e Nordeste do país. A questão central na obra de Souza e Lamounier se refere à sustentabilidade desses grupos emergentes, em virtude do grande percentual de pessoas envolvidas e de tão rápida ascensão. Primeiramente os autores questionam se, em virtude de empregos pouco estáveis ou das atividades por conta própria, os componentes do segmento emergente conseguirão sustentar os padrões de consumo e se criarão novos valores e projetos de vida, e de que modo isso se refletirá na esfera política.

Souza e Lamounier se referem à nova classe média mundial, incluindo aí a brasileira, como resultado de políticas econômicas liberais. A nova classe média, para esses autores, tem diferenças e semelhanças em relação à classe média tradicional. No entanto, justamente o que chama a atenção, seriam as semelhanças em relação aos hábitos de consumo entre o segmento em questão e as outras classes mais elevadas. O automóvel e a casa própria, além de outros itens de conforto seriam os ícones de adesão à classe média no imaginário das pessoas desse novo segmento, que segundo os autores, consomem para emular as classes mais altas.

Percebe-se no discurso de Souza e Lamounier, um forte tom liberal, que vê no empreendedorismo de parte desse segmento uma tentativa de inclusão na classe média. Esse empreendedorismo se daria em tão largas proporções entre os brasileiros, em virtude da precarização do emprego atribuída às altas taxas tributárias do país.

Os autores também enfatizam o baixo capital social da camada emergente. O capital social ou a capacidade de cooperação e confiança entre as pessoas para a produção de um bem público, segundo D'Araujo (2010) ou, ainda, o modo de agir e interagir através da confiança e da cooperação, que tem servido como instrumento eficaz para novas estratégias de desenvolvimento em comunidades carentes.

Segundo Putnam (*apud* SOUZA e LAMOUNIER, 2010) o capital social produzido a partir da participação em organizações da esfera cívica possibilita vínculos

[13] Confederação Nacional da Indústria.

sociais entre segmentos diferenciados da população, aproximando pessoas de origens e classes sociais distintas, reforçando a confiança e a participação em redes mais abrangentes de relacionamentos. O contrário, as relações restritas a um círculo muito pequeno como a família e alguns poucos vizinhos promovem o encapsulamento, que leva à exclusão, aqueles que não fazem parte de um determinado grupo, reforçando o clientelismo e o nepotismo.

Ainda de acordo com Souza e Lamounier, no Brasil, o capital social fica restrito às famílias, ao círculo de amigos e à igreja que, em grande parte, é a principal esfera pública de sociabilidade. O que significa dizer que a capacidade de estabelecer laços horizontais de participação e convivência através da cultura cívica e da confiança interpessoal que se traduz no capital social, em nosso país seria muito reduzida, segundo os autores.

Souza e Lamounier (2010) observaram, a partir da pesquisa qualitativa que fez parte do projeto, a busca por um estilo de vida por parte do segmento emergente, para o qual viver bem implica consumir muito através do crédito, fragilizando o aspecto econômico das famílias desse segmento que contrairia muitas dívidas.

Os autores afirmam, que a classe média tradicional se preocupa muito mais que as classes inferiores com as instituições democráticas que dão suporte às atividades sociais no país, concluindo que, por conta de sua heterogeneidade, essa camada social emergente não internaliza de forma substancial os valores liberais: mercado e estado racional.

No polo oposto desse debate, temos o estudo de Souza (2010), no qual o autor critica a ideia de existência de uma nova classe média no país, afirmando que o que de fato acontece é que uma nova classe trabalhadora, fruto do capitalismo neoliberal, no qual a produção flexível foi a responsável por um imenso exército de reserva — nos termos de Marx — ou do desemprego estrutural, ocupa hoje posições que não exigem grande capital cultural ou uma especialização técnica ou acadêmica e que, portanto, pode ser descartada a qualquer momento dos seus postos de trabalho. Por isso mesmo, para Souza, a “nova classe média”, ou nos termos que aqui estarei me referindo, segmento emergente, é na verdade, uma nova classe trabalhadora, porque ela não se configura nem como a classe trabalhadora tradicional, nem como classe média.

Souza (*Ibid*) recusa o rótulo, atribuído pelo pensamento social dominante no país, de que as relações pessoais aqui teriam um peso maior no que se refere às questões

hierárquicas e critica o discurso de Souza e Lamounier a respeito da falta de valores e ideais liberais nas camadas emergentes. Para Souza, esse tipo de pensamento que junta racismo de classe com a ideia do patrimonialismo só serve para justificar e perpetuar um tipo de violência simbólica, na qual "a relação entre "pobreza" e "burrice" não é causal nem arbitrária" (SOUZA, 2010, p. 316).

Assim, no Brasil, esse tipo de pensamento presume que as classes populares não sabem votar, não desenvolvem o senso de confiança entre seus iguais, consome para emular as classes mais abastadas; segundo Souza esse é um pensamento determinista, um racismo culturalista que imputa às classes populares um estigma de pré-modernidade.

Souza (*Ibid*) vê nas relações pessoais e nas relações com o estado não uma forma de liberalismo à brasileira, e sim instrumentos possíveis, ou os mais disponíveis, no agenciamento de estratégias que se antecipam à ordem do mundo, na busca por uma vida mais digna através do trabalho árduo. Para Souza, a forte disposição para o trabalho estaria muito mais ligada à questão de romper com a reprodução da pobreza excludente, através de táticas e estratégias que nem sempre se afinam com os ideias liberais legitimados pelas classes dominantes. E o consumo, não como instrumento de emulação, mas como consequência de quem trabalha e tem direito a uma qualidade de vida melhor.

Souza (2010) não acredita na definição economicista tanto liberal, como marxista de classe por renda ou consciência de classe, o autor afirma que:

> Embora a redução economicista seja comum a ambas as posições, as consequências são distintas. O ponto em comum é que não se percebe a gênese social das classes. O "segredo" mais bem guardado de toda sociedade é que os indivíduos são produzidos "diferencialmente" por uma "cultura de classe" específica. Quando se fala do "brasileiro" em geral, do "jovem", da "mulher", do "caráter nacional", do "jeitinho brasileiro" etc., é para se dar a impressão de que o "brasileiro", o "jovem", ou a "mulher" da classe média, por exemplo, teria algo a ver, ainda que remotamente, com os brasileiros das classes baixas. Quando os grandes jornais conservadores do Brasil falam que o "jovem" brasileiro entre 14 e 25 anos costuma morrer de arma de fogo, eles, na verdade escondem e distorcem o principal: que 99% desses jovens são de uma única classe, a ralé de excluídos brasileiros. Quando se fala que a "mulher brasileira" está ocupando espaços importantes e valorizados no mercado de trabalho, o que se "esquece" de dizer é que 99% dessas mulheres são das classes média e alta (*Ibid*, p. 22).

Ainda segundo o autor, essa nova classe de trabalhadores/batalhadores não se confunde com a classe média tradicional, porque não teve acesso aos bens formais de educação, e por isso não participa em igualdade de condições dos recursos do capital cultural. Souza também não concorda com a ideia do consumo dessa classe para emular as

classes mais altas ou se distinguir dos seus iguais. Para ele os batalhadores dão duro, trabalhando em jornadas irregulares de trabalho, e seu consumo representa muito mais a objetificação de uma conquista que se deu através da fé em si mesmo e na força prospectiva do trabalho.

Outros sociólogos e economistas engrossam as críticas em relação ao trabalho de Neri (2008), seja através de uma abordagem mais estatística, que trabalha com os índices fornecidos pelo IBGE de forma mais aprofundada do que a forma trabalhada por Neri, seja na maneira de interpretar os resultados, levando em consideração, entre outras variáveis, o tipo de atividade das pessoas envolvidas no fenômeno.

Um dos trabalhos mais consistentes sobre o assunto é o do economista Marcio Pochmann, publicado recentemente, no qual o autor não só contesta a metodologia utilizada por Neri (2008) ao estabelecer o surgimento de uma nova classe média a partir da operacionalização do nível de rendimento e do consumo; como também diz que a ideia da emergência de uma nova classe média está envolta em um viés político, com o intuito de retirar o foco das atenções sobre o movimento geral da estrutura social do país:

> Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média – o que há de fato é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de impedir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. O mesmo parece se repetir em outras dimensões geográficas do globo terrestre, sobre tudo na periferia do capitalismo, conforme o interesse de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, entre outras) em difundir os êxitos da globalização neoliberal (POCHMANN, 2012, p.8).

Pochmann entende que o que realmente está ocorrendo é que com a volta do crescimento econômico na última década, houve uma expressiva expansão dos empregos de baixa remuneração, principalmente nos setor de serviços e na construção civil, que absorveu a enorme força de trabalho excedente, fruto da estagnação econômica e das políticas neoliberais das duas décadas anteriores.

A análise realizada por Pochmann centra-se no avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira e para entender a particularidade do fenômeno atual, Pochmann (2012) faz uma comparação entre três períodos, que segundo o autor, são representativos de transformações sociais vividas no país.

No primeiro período que compreende os anos de 1960 a 1980, a renda *per capita* anual cresceu em média 4,6% ao ano, com elevação média da taxa de emprego de

4,2% ao ano. Mesmo assim houve aumento da desigualdade da distribuição da renda pessoal e formal, que pode ser explicado pelo fato de que o regime militar favoreceu as classes altas e médias, em detrimento de transformações na base da pirâmide social.

No segundo período, 1981 a 2003, considerando-se a transição do regime militar para o regime democrático e o fluxo neoliberal que tomou conta do país na década de 1990, houve estagnação dos rendimentos dos ocupados, em virtude da redução das remunerações e do aumento da informalidade.

No terceiro período, 2004 a 2010, justamente o período em que se insere o fenômeno aqui estudado, ocorreu a diminuição das desigualdades em relação à distribuição pessoal da renda do trabalho que tem acompanhado a elevação da renda *per capita* no país. Ao mesmo tempo, que tem aumentado a participação da renda do trabalho na renda nacional, houve queda expressiva nas taxas de desemprego, aumento da formalização do trabalho e diminuição da pobreza absoluta. Segundo Pochmann (*Ibid*) esse é um período singular porque junto à expansão da economia está ocorrendo significativas melhoras sociais.

Entretanto, segundo o autor, o aumento do setor terciário na composição do PIB nacional nesse período, que hoje responde por 2/3 de toda a produção nacional deve ser considerado, já que ao mesmo tempo ocorreu redução da participação dos setores primário e secundário. Esses fatores alteraram tanto a evolução como a composição da força de trabalho no país. O setor terciário que em 1970 respondia por 30% dos postos de trabalho no país, em 2008 passou a responder por 66,2%. Ocorreram aumentos na participação ocupacional um pouco menor que os do setor terciário na construção civil, na indústria extrativista e nas ocupações de escriturários. Outro dado bastante importante levantado por Pochmann (*Ibid*) é que 95% dos postos de trabalhos criados nesse período recebem remuneração mensal de até 1,5 salários mínimos.

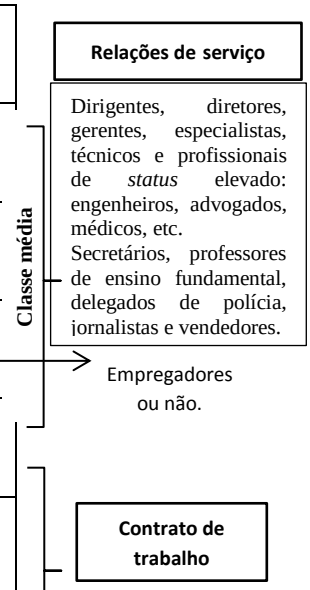
Pochmann desenvolve sua pesquisa avaliando estatisticamente não só a renda de forma isolada, mas realizando comparações em relação aos tipos de ocupação, as remunerações por ocupação, as relações de trabalho, a natureza do trabalho, etc., enfim, o autor faz um tratamento minucioso dos dados estatísticos, concluindo que a expansão da força de trabalho na base da pirâmide social fez com que uma parcela expressiva da população superasse a condição de pobreza, emergindo para o nível inferior da estrutura ocupacional. Já a classe média permaneceu quase que estável entre 1995 e 2009. Ou seja,

a conclusão mais evidente é de que houve um aumento da força de trabalho na base da pirâmide, que se encontra em muitos sentidos longe da classe média.

Scalon e Salata (2012), também contestam a ideia de Neri (2008) em relação ao surgimento de uma nova classe média no país. A autora utiliza o esquema EGP, desenvolvido pelos sociólogos: Erickson, Goldthorpe e Portocarero, bastante utilizado em outros países para as medições de taxas de mobilidade social. Como será descrito de forma mais detalhada no capítulo que se refere às formas de estruturação e classificação social, o esquema EGP separa as ocupações levando em conta, principalmente, o tipo de relação de trabalho. Segundo o esquema, o contrato de trabalho diz respeito às ocupações manuais ou não manuais de baixo *status*, já as relações de serviço dizem respeito às relações de trabalho dos profissionais, administradores e gerentes etc., conforme quadro e esquema a seguir:

**Quadro 1 – Conversão da versão de 11 para a versão de 6 categorias do Esquema EGP**

| EGP 11 | EGP 6 |
|---|---|
| **I** - Higher-grade Profs & Adm<br>**II** - Lower-grade Prof & Adm | Profissionais e Administradores |
| **IIIa** - Higher-grade Routine non-manual<br>**IIIb** - Lower-grade Routine non-manual work | Trabalhadores Não-Manuais de Rotina |
| **IVa** - "Small" proprietors, with employees<br>**IVb** - "Small" proprietors, without employees | Pequenos Proprietários |
| **V** - Technicians and superv. manual work<br>**VI** - Skilled manual workers | Trabalhadores Manuais Qualificados |
| **VIIa** - Semi & unskilled manual workers | Trabalhadores Manuais não Qualificados |
| **IVc** - Rural employers<br>**VIIb** - Agricultural Workers | Trabalhador Rural |




Fonte: Scalon e Salata (2012)
Esquema explicativo próprio

A autora faz uma comparação entre os anos de 2002 e 2009, com base nos mesmos dados do IBGE, que foram utilizados por Neri (2008), estimando em termos absolutos a distribuição das ocupações, segundo o esquema EGP com 6 categorias ocupacionais, conforme a tabela 3 que é aqui apresentada. Scalon e Salata (2012) chamam atenção para o patamar de participação das classes médias quando mensuradas através de

critérios sócio-ocupacionais na estrutura social brasileira dos últimos anos. Como é possível constatar, houve uma pequena variação das três primeiras categorias juntas que comporiam a classe média que em 2002 representava 30,9%, passando para 32% em 2009.

É interessante notar através das tabelas aqui apresentadas, conforme observam Scalon e Salata (2012), que "diferentes maneiras de se mensurar a(s) classe(s) média(s) podem levar a resultados e conclusões bastante distintos" (*Ibid*, p.398).

**Tabela 3 – Presença Relativa e Absoluta das Composições Sócio-Ocupacionais (EGP) no Brasil (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade**

| **EGP (6 classes)** | **Ano de Referência** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2002** | | **2009** | |
| | **n.** | **%** | **n.** | **%** |
| **Profissionais e Administradores** | 2835632 | 8,7 | 3461407 | 9,0 |
| **Trabalhadores não manuais de rotina** | 4269793 | 13,1 | 5863331 | 15,2 |
| **Pequenos proprietários** | 2986857 | 9,1 | 2986857 | 7,8 |
| **Trabalhadores manuais qualificados** | 7552212 | 23,1 | 9296971 | 24,1 |
| **Trabalhadores não qualificados** | 8621318 | 18 | 10410875 | 26,9 |
| **Rural** | 6402854 | 54 | 6594503 | 17,1 |
| **TOTAL** | 32668666 | 100 | 38651845 | 100 |

Fonte: Scalon e Salata (2012)

**Tabela 4 – Composição da Classe Média Brasileira (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade**

| **Classe(s) Média(s)** | Ano de Referência | |
|---|---|---|
| | **2002** | **2009** |
| | % | % |
| Profissionais e Administradores | 28,1 | 28,0 |
| Trabalhadores não Manuais de Rotina | 42,3 | 47,5 |
| Pequenos Proprietários | 29,6 | 24,5 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Scalon e Salata (2012)

Os autores observam as disparidades em termos de renda média entre as classes, a proximidade da renda dos trabalhadores não manuais de rotina da renda dos trabalhadores manuais, além do aumento de renda de todas as classes no período estudado, com um percentual de aumento maior nas três ocupações da metade inferior da tabela. Ainda assim, a renda media dos trabalhadores na base da estrutura social é bem menor em relação à renda dos profissionais e administradores e dos pequenos proprietários.

**Tabela 5 – Média da Renda* por Composição Sócio-Ocupacional (EGP) no Brasil (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade**

| EGP (6 Classes) | Ano | Renda | | |
|---|---|---|---|---|
| | | **média** | **var. %** | **desvio-padrão** |
| Profissionais e administradores | 2002<br>2009 | 3522,9<br>3616,4 | 2,7 | 3705,1<br>7129,4 |
| Trabalhadores não manuais de rotina | 2002<br>2009 | 1317,8<br>1339,2 | 1,6 | 1507,1<br>1471,0 |
| Pequenos proprietários | 2002<br>2009 | 2349,5<br>2448,4 | 4,2 | 3474,4<br>3983,7 |
| Trabalhadores manuais qualificados | 2002<br>2009 | 959,3<br>1086,5 | 13,3 | 883,8<br>939,6 |
| Trabalhadores não qualificados | 2002<br>2009 | 817,7<br>897,6 | 9,8 | 821,2<br>863,3 |
| Rural | 2002<br>2009 | 508,5<br>585,0 | 15 | 1381,0<br>1334,3 |

*Renda do trabalho principal/preços constantes, 2009 (INPC).

Fonte: Scalon e Salata (2012)

Scalon e Salata seguem seu estudo comparando nível educacional, consumo, etnia, e chegam à conclusão de que não somos um país de maioria de classe média. O que podemos concluir de acordo com os dados estudados é que houve um aumento da renda média dos trabalhadores manuais, aproximando esta renda da renda média dos trabalhadores não manuais de rotina, ou seja, a baixa classe média.

Sobrinho (2012) é outro autor que faz uma crítica bastante contundente em relação ao estudo de Neri. Ele questiona vários aspectos, começando pelo recorte temporal (2004-2008) que parece ser insuficiente para avaliações sobre mudanças na estrutura social do país; o recorte geográfico que leva em conta apenas as 6 principais regiões metropolitanas, o que pode levar a perda de acuidade; as limitações da PME como base de dados estatísticos que deixa de fora outras rendas não-trabalho, como aquelas provenientes dos programas sociais de distribuição de renda e dos juros percebidos pelos grupos com estoque de riqueza financeira; o uso do Critério Brasil como critério sociológico; o uso isolado do critério renda do trabalho como fator determinante da segmentação social, pois segundo Sobrinho, o cortes estatísticos de renda não dão conta de explicar por si só a realidade social, que é multidimensional e/ou multifacetada.

A crítica de Sobrinho (*Ibid*) ao trabalho de Neri (2008) e a consequente difusão da ideia da emergência de uma nova classe média no país faz coro, em muitos aspectos, com os autores anteriormente mencionados. Sobrinho chama atenção para a responsabilidade das pesquisas acadêmicas que interferem de forma bastante expressiva no posicionamento e nas classificações sociais que se configuram em permanente campo de

luta. Conclui que a ideia da emergência de uma nova classe média, enquanto representação do mundo social, na medida em que se afirma, incorre e interfere na realidade retratada. Citando a tese de Souza (2010) sobre a interpretação do fenômeno, Sobrinho conclui que o segmento emergente não pode ser considerado nem uma nova classe, e muito menos uma nova classe média. Na verdade, aproxima-se muito mais da classe trabalhadora, seja pelo tipo de ocupação, pelo nível educacional, ou pelos aspectos simbólicos que definem as classes sociais.

Concluindo este tópico, reconheço que seria impossível elencar aqui todas as opiniões a favor ou contra a ideia da emergência de uma nova classe média no país nos últimos anos. Procurei trazer, de forma sucinta, trabalhos que buscam explicações mais consistentes em relação ao fenômeno aqui estudado, reconhecendo que os estudos que foram apresentados não esgotam a discussão acadêmica sobre esse tema.

### 1.2 – Justificando o estudo

De fato, meu tema me colocou diante de várias controvérsias. Como já foi dito aqui, nos últimos anos, especialmente na última década, vários setores da sociedade, como instâncias governamentais, economistas, sociólogos, a grande mídia, afirmam ter havido um intenso e profundo processo de mobilidade social no país, baseados nos critérios de aumento de renda e de consumo. E para sustentar essa afirmação esses setores vêm realizando estudos e pesquisas, utilizando dados estatísticos, avaliando políticas públicas e planos de governo.

De outro lado, existem, além do pensamento acadêmico a respeito do tema, outros atores sociais, tais como ONGs, movimentos sociais e até partidos políticos que questionam, pelo menos em parte, esse processo de mobilidade social. Para eles, o aumento do consumo ou mesmo a sua democratização não são suficientes para sustentar, por si só, um processo de mobilidade social. Outros indicadores sociais precisariam ser levados em conta para se chegar a um diagnóstico mais preciso quanto às características desse processo de mudança.

Em todo caso, o cenário hoje no país é completamente distinto daquele das décadas de oitenta e noventa. Que houve mudanças, isso está bastante claro e elas podem ser avaliadas como muito positivas no aspecto econômico. O que é preciso discutir é se de

fato elas mudaram definitivamente o destino de uma parte da população, até então considerada “pobre” e “excluída” economicamente. Nós sabemos que o aumento da renda, do consumo e a inclusão econômica não significam necessariamente inclusão social, pelo menos em termos imediatos.

Elias e Scotson (2000), ao tecerem considerações sobre o método utilizado em estudo realizado numa pequena cidade industrial no interior da Inglaterra, chamaram a atenção para as distorções que estudos baseados apenas em estatísticas podem gerar em análises sociais. Segundo esses autores, “as sociedades não podem ser consideradas como “amontoados de pessoas”, “como populações estatísticas”, desviando a atenção das configurações específicas que as pessoas formam entre si” (*Ibid*, p.54). No estudo que realizaram, os autores identificaram clara rejeição por parte dos moradores antigos em relação aos que ali chegaram mais tarde

Com base nesse estudo, os autores fazem uma crítica ao conceito de mobilidade social, tal qual é comumente utilizado afirmando que: “Ainda está para ser elaborado um conceito de mobilidade social que corresponda ao alto grau e aos múltiplos tipos de mobilidade social encontrados como um traço corriqueiro nas sociedades industrializadas” (*Ibid*, p.176).

No problema aqui levantado, a mobilidade social tem sido encarada pelo governo e por parte dos economistas, estatisticamente, como simples questão econômica. Outros aspectos relevantes parecem estar sendo negligenciados.

Para entender se de fato está ocorrendo mobilidade social entre as famílias que compõem o segmento emergente é preciso delinear também qual a composição dos demais capitais dessas famílias, com os quais elas interagem no espaço social. Acredito que se torna relevante para atingir os objetivos desta pesquisa, conforme já foi observado, investigar o grau de capital social, cultural e simbólico envolvido nas práticas e representações das famílias que compõem o segmento emergente.

No Brasil, assim como em vários outros países capitalistas, conforme foi dito, as desigualdades sociais costumam ser medidas pelas instituições oficiais, principalmente, pela ótica econômica. Entretanto, em nossa sociedade, pessoas e objetos se unem através de associações nas quais o simbolismo supera as determinações oficiais econômicas e é estruturante para marcar a diferença nas relações sociais, fato que não é de forma alguma marcado exclusivamente pelas relações econômicas. Portanto, a observação fina do espaço

social onde os atores sociais se situam e de onde se enunciam suas percepções sobre as diferenças sociais é fundamental para entendermos a controvérsia e a distância entre as posições assumidas, em função dos agentes sociais implicados.

Mais ainda, no Brasil, tal como ocorre com as chamadas sociedades tradicionais, as relações sociais têm sua ênfase no parentesco, considerado como o lócus da produção simbólica da diferença entre a pobreza e a riqueza, mesmo com toda a nossa base de uma economia capitalista. A família e os laços de parentesco (consanguinidade e afinidade) continuam sendo a instituição privilegiada no qual ocorre esse processo simbólico, que impõe seu esquema classificatório a todas as outras instituições (SAHLINS, 2003). Um exemplo dessa lógica são as telenovelas brasileiras onde tudo é discutido pela ótica da família e das relações de parentesco (GOMES, 1998).

Partindo de uma visão antropológica, que privilegia os aspectos simbólicos socialmente construídos pelos grupos, nos quais os indivíduos são produto de uma cultura específica, no caso das sociedades avançadas, de uma cultura de classe específica, ao classificar economicamente a população e presumir mobilidade ascendente a uma significativa parcela apenas na dimensão vertical do campo social, ignorando aspectos e pré-condições sociais, morais, emocionais e culturais, está se desprezando dois elementos importantíssimos que explicam a desigualdade social: a sua origem e a sua reprodução no tempo (SOUZA, 2010).

Ao privilegiar a dimensão econômica e ignorar a dimensão simbólica, os especialistas e adeptos da ideia da "nova classe média" "esquecem", de atentar para o que é mais importante: a falta de transferência de valores imateriais. Souza diz a respeito da reprodução das desigualdades:

> Imagina-se que a "classe social", seus privilégios positivos e negativos dependendo do caso, se transfere às novas gerações por meio de objetos materiais e palpáveis ou, no caso, dos negativamente privilegiados, pela ausência destes.
>
> Onde reside, no raciocínio acima, a cegueira da percepção economicista, seja liberal, seja marxista, do mundo? Reside literalmente em não ver o mais importante, que é a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo (*Id*, 2010, p.23).

Neste trabalho, a partir dos dados etnográficos levantados, os aspectos simbólicos serão relevantes na compreensão do fenômeno do segmento emergente. Parto

do princípio de que uma classe social se define sobre tudo por uma visão de mundo "prática", presente nos hábitos, comportamentos e atitudes da vida cotidiana.

### 1.2.1 – A escolha do tema

Meu interesse no que concerne à questão das diferenças sociais e ao consumo, se dá em primeiro lugar pela minha trajetória profissional, pois venho trabalhando com o mercado consumidor nos últimos 14 anos. A prática da pesquisa de campo (ainda que esta tenha sido realizada para fins mercadológicos) me levou em muitos momentos a espaços geográficos próximos, mas socialmente, muito distintos, o que despertou em mim um olhar mais contundente para a questão da desigualdade social no país.

Para chegar a esta constatação não precisei sair da área de uma metrópole urbana como o Rio de Janeiro e adentrar nas regiões Norte e Nordeste do país, historicamente identificadas como as regiões mais carentes do Brasil. Pude observar grandes diferenças socioeconômicas apenas me deslocando da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro para a Zona Norte, por exemplo, do bairro do Leblon até o bairro da Pavuna, ou mesmo em lugares diferentes dentro de um mesmo bairro ou de uma mesma região da cidade.

Assim, minha trajetória acadêmica desde a graduação se deu pelo desejo inicial de poder contribuir de alguma forma para o entendimento da desigualdade das condições sociais no país. Ao mesmo tempo, percebi, também, que meu interesse pela questão social poderia suscitar discussões mais consistentes se esse interesse estivesse alicerçado numa observação qualitativa apurada e pela possível capacidade interpretativa dos fenômenos socioculturais. Isso me levou à graduação em Ciências Sociais (e não em Economia ou Estatística, vale dizer) e posteriormente à pós-graduação em Antropologia.

Durante o período de minha pós-graduação, o tema nova classe média começou a pipocar na mídia e nos discursos oficiais de forma mais pungente. Percebi, a partir daí, um campo rico de possibilidades para tratar do tema do consumo e entender de que forma a cultura material está inserida nas classes populares, ou seja, o que ela representa quando se pretende falar de diferenças, ou mesmo de inclusão social. Acreditando que através do entendimento das relações entre pessoas e coisas ou bens, ou seja, da cultura material e das práticas e representações em que se baseiam essas relações, é possível compreender melhor

as estratégias dos agentes que compõem a nova classe emergente em relação aos mecanismos de reprodução, manutenção e transformação do espaço social.

### 1.3 – Objetivos

A categoria "classe", conforme foi dito, é utilizada no Brasil pelos economistas e pelo mercado para caracterizar os extratos da população, seguindo apenas padrões de renda e de consumo, ignorando os usos e sentidos socioculturais que os agentes fazem de seu capital econômico. Este estudo tem como objetivos mais gerais apresentar exatamente algumas controvérsias geradas por este modo de segmentação social, segmentação essa que, a meu ver, provoca distorções e acaba por mascarar a enorme desigualdade social do país.

#### 1.3.1 – Objetivo principal

Como objetivo principal, através das controvérsias e do entendimento da lógica que está por trás dos altos índices de consumo do segmento emergente, este trabalho buscou entender o que de fato esse consumo representa para essas pessoas. Ou seja, porque consome-se tanto, determinados itens? Por exemplo, entender porque uma pessoa, como uma das minhas interlocutoras, prefere ter seis televisores num apartamento de 60 m² e sonhar como sua próxima conquista material — a compra de um carro Zero km —, e ao mesmo tempo, optar por usar o serviço de saúde pública, permanecendo internada para se submeter a uma simples cirurgia de períneo e sair 10 dias depois de ter contraído uma forte gripe no hospital, sem conseguir realizar o procedimento cirúrgico.

Ou ainda, outra interlocutora, que opta por ter todos os eletrodomésticos da cozinha em aço inox, mas, ao mesmo tempo, reside com muita satisfação num apartamento minúsculo, localizado a 30 km de distância do centro da cidade, num conjunto habitacional controlado por grupos criminosos conhecidos por milícias[14], e quando questionada a

[14] Por milícia entende-se aqui a definição de Cano (2008, p.59): grupos que atuam em favelas e bairros pobres do Rio de Janeiro, controlando o território e a população que nele habita, tendo esse controle um caráter coativo. A principal motivação desses grupos é o lucro individual, sustentada por um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e a instauração de uma ordem que garante alguns direitos e exclui outros, gerando regras e expectativas de normatização da conduta. Agentes do estado participam ativamente como integrantes desses grupos.

respeito de desejar ou não morar em outro local, responde que gostaria de construir uma casa com quintal ao lado do conjunto habitacional onde reside.

Até que ponto auferir os ganhos relativos à faixa de renda correspondente à classe socioeconômica C ou possuir vários itens de consumo faz com que um morador de uma comunidade carente, que não possui endereço e acesso regular aos serviços básicos como água, esgoto, luz, correio, segurança, saúde e educação; ou mesmo aquele que possui os serviços básicos, mas vive sob a mira de um poder paralelo ao do Estado, se autodefina como classe média, ou mesmo seja reconhecido como tal no espaço social por outros agentes?

Ao tentar descobrir as lógicas que estão por trás do consumo elevado que ora acontece no país por parte do segmento emergente, este trabalho busca compreender se existe um elo entre esse consumo e o desejo de pertencer, de fazer parte, de se sentir incluído como cidadão. Ou seja, o consumo das classes emergentes pode representar uma estratégia de inclusão social por parte desses agentes, mesmo esta seja uma inclusão superficial?

### 1.3.2 – Objetivos gerais

Antes de desvendar os princípios simbólicos que regem as atuais práticas e representações do segmento emergente, é preciso buscar algumas respostas que podem auxiliar nesse entendimento. Como por exemplo, quem são exatamente essas pessoas? Em que medida esses agentes, que vieram a fazer parte desse segmento, possuem os diversos capitais que possibilitam a interação e a manutenção da posição alcançada no espaço social? O que pensam a respeito do que dizem sobre eles? Como vivem as mudanças que lhes são atribuídas? Em outras palavras, como essas pessoas vivem? E como elas definem, por conta própria, suas condições de vida?

Tentando articulando as respostas obtidas a partir da compreensão dos tópicos abaixo relacionados, busquei contribuir para o entendimento de um fenômeno, que a despeito de todas as controvérsias que exprime, é de importância crucial no que tange às questões relativas à mobilidade e inclusão social no país. Para tanto, procurei:

- Tentar desvendar as possíveis estratégias desenvolvidas pelos agentes que passaram a fazer parte do segmento emergente, para alcançar os ganhos materiais que hoje os inserem estatisticamente em um extrato social mais elevado;
- Entender se há garantias de sustentabilidade do patamar alcançado de renda e consumo, através do capital cultural e social destes agentes;
- Compreender, também, se a economia simbólica que move esses agentes, que compõem as famílias do segmento emergente na busca por bens, está baseada na busca por *status* ou inclusão social;
- Como esses agentes definem sua localização no espaço social;
- E, por último, entender se existe a percepção por parte dos agentes desse segmento de que as diferenças simbólicas são neutralizadas e, em que medida, pela aquisição de bens.

### 1.4 – Procedimentos metodológicos

Com foco nas relações entre consumo, mobilidade e inclusão social, investiguei a unidade de análise escolhida, fundamentalmente pelo método de observação participante. Procurei focar em famílias que possuem biografias semelhantes no que se refere a conquistas materiais e ocupação profissional nos últimos anos (2002-2010). A fixação desse período não previu de forma alguma um engessamento a partir de parâmetros rígidos. Este recorte serviu apenas de referência para identificação dos agentes que compõem as famílias, que segundo critérios econômicos, passaram a fazer parte do segmento emergente. O que de fato guiou a seleção das pessoas durante o trabalho etnográfico foi certa sensibilidade desenvolvida a partir do olhar e ouvir disciplinados pela teoria antropológica (OLIVEIRA, 1998).

O local escolhido foi um conjunto habitacional construído na década de 1970 para famílias de baixa renda e para famílias transferidas de uma favela da Zona Central da cidade. O princípio pelo qual foi tecida a rede que representou o universo pesquisado pode remeter à ideia de ator-rede como proposta por Latour (2000). A proposta é similar no que diz respeito aos fluxos, circulações, alianças e movimentos dos atores envolvidos. A opção por dar início a uma rede, que partiu de uma pessoa conhecida, foi uma estratégia desenvolvida por mim para que fosse possível a realização da etnografia em um universo

homogêneo, o qual possibilitaria um entendimento mais consistente a partir das sociabilidades dos nativos daquele determinado lugar antropológico.

Não que eu pretendesse uma totalidade cultural, longe disso. O que pretendi apreender, através da etnografia, foi a dinâmica das interações sociais e sua relação com o que Marc Augé (2012) denomina "não lugares" da supermodernidade – representados pelas instituições de consumo, instituições financeiras, lugares de lazer, etc. –, a partir de um minúsculo universo, como muitos existentes no país, um segmento de uma sociedade diversa e complexa (CASTRO, 1992). E ainda, apreender as sociabilidades a partir de determinada visão de mundo que define as estratégias diante das desigualdades que se processam dentro e fora desse micro universo.

A observação participante (MALINOWSKI, 1978) foi realizada como método principal. Além do dia a dia, durante aproximadamente quatro meses de trabalho de campo, no primeiro semestre de 2011, realizando entrevistas roteirizadas e gravadas, ouvindo informalmente as pessoas, acompanhei alguns de meus interlocutores em eventos como festas de aniversário e festas de calendário. Acompanhei-os também em rituais de compras, como idas ao supermercado da localidade, feiras livres e demais atividades no comércio local. Me desloquei, passeando entre as ruas da comunidade, praças públicas, escolas, quadras esportivas, centro comunitário. Enfim, tudo que fosse possível fazer junto com alguns de meus interlocutores no curto espaço de realização da etnografia.

A partir de um ponto determinado, um salão de beleza de propriedade de uma das mais antigas moradoras daquela comunidade, em alguns momentos, pratiquei o método de observação flutuante (PÉTTONNET, 2008). Esse método consiste em permanecer disponível, não focalizando a atenção sobre um objeto preciso, mas deslocando-se de forma vaga ao sabor das circunstâncias, para que, dessa forma, as informações chegassem até mim sem filtros, sem apriorismos, possibilitando que os pontos de convergência aparecessem, revelando as regras sociais subjacentes.

A partir desse ponto de observação, fui conhecendo pessoas, sendo apresentada a elas e uma rede de interlocutores foi se estabelecendo a partir de uma interlocutora principal, que facilitou a minha entrada na localidade e a minha permanência no salão de beleza. No interior desse local ou fora dele, sentada na calçada, ou na praça central do lugar, ou em outros pontos comerciais, travei conversas com meus interlocutores, com seus

vizinhos e conhecidos que passavam. Os bate-papos informais revelaram muitos detalhes que o discurso formal, na presença de um gravador, guiado por um roteiro, não revelaria.

Foram realizadas 11 entrevistas roteirizadas com alguns de meus interlocutores, que abordaram a composição e a situação econômica da família, grau de escolaridade, consumo & estilo de vida, projetos futuros e autoidentificação de classe social. Apesar das entrevistas partirem de um roteiro guia, optei por deixar a conversa fluir, assim surgiram assuntos que não estavam a princípio contemplados no roteiro e que foram muito reveladores das práticas, representações e visão de mundo de meus interlocutores.

Preferi, também, utilizar um único caderno, que serviu tanto como caderno de anotações como diário de campo. As anotações, sempre que possível, foram preenchidas ainda no calor do campo, de forma discreta para não intimidar meus interlocutores, que com o tempo passaram a ter mais confiança em mim e a me tratar quase como uma antiga conhecida. O diário era preenchido com alguma frequência após um dia de trabalho, quando eu relatava não só os acontecimentos daquele dia como também os sofrimentos, satisfações e incertezas quanto ao trabalho etnográfico. Conforme informa DaMatta (1981), nesse caderno/diário de campo podem ser feitas anotações de frases e comportamentos singulares, acontecimentos e fatos surpreendentes. Através dessas anotações, a emoção e a "alma" do período de campo puderam ser resgatadas, possibilitando a amarra ou a liga dos elementos soltos e confusos com que um pesquisador se depara ao término do trabalho etnográfico. Este é sempre um aprendizado que vai se transformando no dia a dia do campo, em meio a incertezas e medos em relação à apreensão daquilo a que nos propusemos inicialmente, surpresas que desviam o nosso olhar daquilo que consideramos mais objetivo, presentes quase que o tempo todo, afinal é como diz Viveiros de Castro:

> Ninguém sabe muito bem como fez o próprio trabalho de campo, e sabe menos ainda como passou dele à etnografia propriamente dita: que processos de generalização, normalização, idealização, abstração e sutilização transformam os cadernos de campo em teses e artigos (1992, p.177).

Em relação ao fato do universo pesquisado ser na cidade na qual resido, é oportuno citar um questionamento feito por Velho (1973), no qual ele coloca a limitação da eficácia da antropologia social sobre o meio urbano, além de propor uma certa flexibilidade metodológica, Velho lembra que é preciso estar atento, porque estamos muito mais próximos do familiar do que do exótico.

Para DaMatta (1981):

> O problema é, então, de tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder - como etnólogo – estranhar uma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os "porquês") o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação (*Ibid*, p.158).

Entretanto, citando Velho, DaMatta reconhece: "que o que nos parece familiar nem sempre é conhecido, sendo o oposto igualmente verdadeiro: o que não vemos e encontramos pode parecer exótico, mas até certo ponto conhecido" (VELHO, *apud* DAMATTA, 1981, p.159).

Fazer antropologia urbana em outro universo social, que não o meu, me expos a diferentes experiências, me colocou em contato com estilos de vida diferentes, os quais partem de modos de percepção da realidade distintos dos meus.

Mas, ao mesmo tempo, certos comportamentos ou mesmo representações pareceram muito familiares e óbvias, por isso mesmo, num primeiro momento, pouco significaram de novo. Como por exemplo, quando um de meus interlocutores apareceu pela primeira vez na minha frente e achei que se tratava de um componente da milícia local pela quantidade de joias de ouro que usava, mas que de fato era um trabalhador, que expunha essas joias como um troféu pelo que conquistou através de muito trabalho.

Os dados obtidos a partir das conversas, das observações do caderno/diário de campo, das entrevistas gravadas, ao final do processo, se apresentaram a mim como peças de um quebra-cabeça, que necessitaram ser arranjadas de forma a tornar comunicável e inteligível, não só aos outros, mas primeiramente a mim mesma; aquilo que busquei compreender a partir do universo pesquisado, não só porque deveria produzir um trabalho acadêmico, como também porque almejei dar a minha contribuição — ainda que essa seja um ponto minúsculo no "infinito" —, ao entendimento de algo que diz respeito a todos nós que vivenciamos o fenômeno social em questão.

Busquei dar significado a esses dados à luz de uma antropologia interpretativa, levando em conta o contexto sócio-histórico em que esses estão inseridos. Procurei articular o discurso dos meus interlocutores com as teorias sociológicas que tratam das classes sociais e teorias do consumo, entre outras. Optei por apresentar aqueles interlocutores mais exemplares e representativos de algumas questões no decorrer do texto

para facilitar a identificação de quem fala. O roteiro das entrevistas, conforme mencionei, não foi seguido à risca e está anexado ao final deste texto.

A maioria dos meus interlocutores, quando não são nascidos e criados na localidade moram ali, à longa data. A maioria possui um círculo considerável de parentes no local. O quadro 2 a seguir, traz uma lista daqueles que passaram por entrevistas formais, além da observação participante em momentos distintos.

**Quadro 2 - Lista dos interlocutores entrevistados**

| Nome | Idade/ anos | Estado Civil | Escolaridade | Atividade Profissional | Renda familiar | Nº de filhos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dona Joana* | 62 | casada | 1º grau | Cabeleireira | R$ 3 mil | 4 – adultos (morando em outra casa) |
| Andréia | 33 | casada | Superior | Dona de casa & freelancer em pesquisa | R$ 1,7 mil | 1 – seis anos |
| Raquel | 30 | solteira | Superior incompleto | Gerente de lavanderia, animadora & segurança | R$ 1,3 mil | Sem filhos |
| Madalena | 58 | casada | 1º grau | Dona de casa | R$ 4 mil | 2 – adultos |
| Débora | 38 | casada | Superior | Dona de sex shop | R$ 4,5 mil | 2 – 15 e 22 anos |
| Vera | 35 | casada | 1º grau | Manicure | R$ 3 mil | 2 – 12 e 16 anos |
| Rebeca | 34 | casada | Superior | Dona de escola | R$ 4,5 mil | Sem filhos |
| Alex | 27 | solteiro | Superior | Auxiliar de cartório | R$ 1,5 | Sem filhos |
| Daniel | 40 | casado | 2 º grau | Dono de lanchonete e pizzaria | R$ 4 mil | 3 – adultos<br>1 – 3 anos |
| Bernadete | 33 | casada | 2 º grau | Dona de casa | R$ 3,5 mil | 1 – 6 anos |
| Marcelo | 41 | casado | Superior incompleto | Instrutor de basquete em projeto social | R$ 2 mil | 2 – 10, 8 e 5 anos |

*Todos os interlocutores tiveram seus nomes modificados para garantir a privacidade de cada um.

## 2 – Referencial Teórico

Neste capítulo é feita uma breve apresentação das principais linhas teóricas a partir das quais procurei articular tanto o trabalho de campo como a análise dos dados etnográficos obtidos.

Como este é um trabalho que tem no consumo o seu mote principal, foi necessária aqui, uma rápida apresentação de algumas formas de se entender o consumo moderno que não contemplam a crítica vazia, que delega ao consumo um peso de desagregação da sociedade ou que o vê como uma forma utilitarista, como um ato mecânico e isolado, desprovido de qualquer valor simbólico.

Nesse sentido, algumas comparações com outras sociedades se fizeram úteis porque esclarecem sobre os mecanismos que regem a lógica simbólica das representações, através da cultura material. Outras sociedades foram aqui utilizadas como exemplo do que se transforma, e não para contrapor o homem das sociedades simples, tido como totalmente desapegado das coisas materiais, *versus* o homem moderno, neuroticamente consumista.

Neste capítulo também, apresento algumas interpretações teóricas do conceito de classe social, tal qual este é visto na sociologia, já que o consumo aqui está sendo referido principalmente a um determinado segmento que estamos considerando como emergente da linha de pobreza e que vem sendo denominado por alguns economistas e pelo mercado, como a nova classe C ou a nova classe média. O sentido de apresentar, aqui, esse conceito, se dá pela necessidade de entender os parâmetros que são utilizados como norteadores da atual classificação social no país. Além de buscar entender a origem e as vertentes do conceito assumidas, principalmente, na sociologia.

Tento, também, ilustrar o que significa ser classe média no Brasil, a origem desse segmento, sua mudança através dos processos históricos de transformação pelos quais o país passou desde sua colonização até a constituição de um grupo social relativamente mais definido a partir do desenvolvimento industrial ocorrido na sociedade brasileira no século XX.

### 2.1 – As várias dimensões do consumo

Segundo Barbosa (2010), há uma diferença fundamental quando se fala em sociedade de consumo e cultura do consumo. O consumo está presente em todas as

sociedades, pois é essencial no processo de reprodução de qualquer cultura, o que significa dizer que todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural. Mas o que faz a nossa sociedade ser chamada de sociedade de consumo é que, nela, o consumo assumiu uma proporção que extrapola a função de satisfazer as necessidades materiais e a reprodução cultural, permitindo que se entenda através dele, outras esferas sociais.

No caso da mobilidade social assumida no contexto atual pelo Governo e pelo Mercado, o aumento do consumo foi um dos principais ativadores desta proposição. Através do aumento do consumo de bens e serviços por parte de uma parcela significativa da população que antes não se via representada na mídia de forma positiva, se evidencia a importância do consumo nas práticas, representações e discursos na sociedade moderna da qual, de certa forma, nós brasileiros passamos a fazer parte há bem pouco tempo.

### 2.1.1 – Consumo como representação: uma abordagem antropológica

Neste trabalho o consumo está sendo considerado pela perspectiva cultural e simbólica. Toma-se aqui a ideia de Sahlins (2003) de que a criação e o movimento dos bens não devem ser concebidos apenas pelo valor de troca, porque, mesmo que se tome o valor utilitário como a base dos princípios de consumo, ainda assim deve-se considerar que o código cultural é o que governa a "utilidade", e é através do código cultural que se dá tanto a produção como o consumo, e não o contrário.

Ainda segundo Sahlins, a economia é a consequência objetivada do comportamento prático, de acordo com um projeto cultural de pessoas e bens. Os aspectos materiais e sociais não estão dissociados, como se os primeiros tratassem da exploração da natureza para suprir as necessidades e os segundos somente estivessem relacionados às relações pessoais. Um terceiro termo comum a ambos é o significado; é ele que define a articulação entre o material e as relações sociais, pois tudo na sociedade humana circula a partir da atribuição de significado. O valor simbólico das coisas é o que organiza a demanda. Assim, em nossa sociedade a moda e a propaganda mantêm a consistência entre a ordem cultural e a ordem dos bens.

Para esse autor toda uma lógica cultural determina tanto as escolhas como as "necessidades". Quando uma empresa automobilística vende um carro, não vende apenas um mecanismo de locomoção, pois o carro, ao receber um "nome" de modelo, um

determinado design, uma cartela de cores, um motor com uma determinada potência e uma campanha publicitária, passa a incorporar significados que dizem respeito a um estilo de vida, aos ideais, à personalidade de um futuro proprietário. Através do esquema conceitual organiza-se toda a produção material. A moda atua inventando novos significados, que estimulam a reforma de categorias e princípios culturais.

Nesse sentido acredito ser importante investigar até que ponto os "novos" bens, agora acessíveis aos "novos consumidores", incorporam significados e transformam, ou não, o estilo de vida das pessoas do segmento emergente. Os agentes que agora compõem o que está sendo chamado de nova classe média, diga-se de passagem, sempre consumiram, pois o consumo é uma atividade presente em toda e qualquer sociedade humana, como disse Barbosa (2010), por isso não é, e não era ausente nas camadas populares, antes do fenômeno que está compondo o objeto desse estudo. O que deu base ao fenômeno é seu aumento expressivo, e é isso que aqui será investigado, sob a perspectiva antropológica, ou seja, procurando entender qual a lógica que está por trás desse aumento da demanda por determinados produtos e serviços.

Para Campbell (2001), os objetos possuem utilidade ou capacidade de proporcionar satisfação, o prazer, por outro lado, não é uma propriedade intrínseca de qualquer objeto e sim uma capacidade de reagir a estímulos:

> Procurar satisfação é, assim, envolver-se com objetos reais, com o fim de descobrir o grau e a espécie de utilidade, enquanto procurar prazer é expor-se a certos estímulos, na esperança de que estes detonarão uma resposta desejada dentro de si mesmo. Por conseguinte, enquanto, caracteristicamente, é preciso usar os objetos a fim de descobrir o seu potencial de satisfação, só é necessário uma pessoa empregar os seus sentidos a fim de experimentar prazer e, mais ainda, <u>enquanto a utilidade de um objeto depende do que ele é, a significação agradável de um objeto é uma função do que se supõe que ele seja</u> (2001, p.91 – grifo meu).

O que nos faz diferentes das sociedades simples ou/e pré-modernas é que agora buscamos na interioridade a emoção e o desejo, aliados a um determinado grau de imaginação. Apesar de nossa imaginação ser livre, nós a controlamos de maneira que seja possível realizá-la.

Segundo o autor, o hedonismo moderno é caracterizado por um individualismo ilimitado e uma insaciabilidade que não tem fim, que Campbell chama de hedonismo mental. Já nas sociedades tradicionais, o hedonismo estava orientado para a experiência em si, a busca de prazer estava nas sensações e na satisfação destas, obtidas através de

estímulos exteriores, através da experiência obtida com a comida, a bebida, as relações sexuais, os jogos, as danças etc. Aí a intenção está orientada nas fontes de prazer em si, pois todas essas atividades são potencialmente prazerosas.

Em nossa sociedade, a orientação ao prazer está voltada para a qualidade deste, aprofundamos nele o máximo possível, por isso não queremos apenas o prazer de comer, mas o prazer de comer aquela comida, em especial, que imaginamos nos trazer uma qualidade de prazer diferenciado, que nos conecta com determinadas emoções. No hedonismo moderno uma emoção une imagens mentais a estímulos físicos.

Enquanto no hedonismo tradicional os estímulos eram capturados do exterior, no hedonismo moderno os estímulos são produzidos subjetivamente através do poder da imaginação, através dos mecanismos de controle da imaginação – o *daydream* – que se relacionam com a vida cotidiana e com o consumo (BARBOSA, 2010). Através do mecanismo autoilusivo os consumidores atribuem significados que são associados aos bens. O que se procura no produto é mais do que a satisfação de necessidades, ou a sua utilidade, mas sim o prazer imaginativo que a imagem do produto pode nos remeter, fato que explicaria a busca insaciável por mais produtos e bens. Dessa forma, assim que um desejo é realizado, outro já se apossa de nós, pois a ilusão é muito superior à realidade: após a aquisição de algo, um sentimento de desilusão nos acomete, e este é imediatamente combatido com a criação de novos objetos de desejo através da nossa imaginação (CAMPBELL, 2001).

Percebe-se que McCracken tem a mesma percepção que Campbell, em relação à imaginação e seu papel no consumo moderno. McCracken (2003) fala de um importante mecanismo desencadeado pela imaginação, o significado deslocado, mecanismo que sustenta a manutenção de esperanças e ideais tendo como pontes os bens de consumo. O significado deslocado é uma das estratégias que as pessoas utilizam para lidar com a lacuna crônica que nos oprime entre o “real” e o “ideal” de nossa cultura.

Esse mecanismo serve a uma comunidade quando ela é confrontada com o reconhecimento de que a realidade está longe dos ideais culturais. Através do significado deslocado, uma comunidade poderá se deslocar do universo cotidiano para o universo cultural, removendo seus ideais com segurança de forma que se tornem tangíveis e praticáveis.

O significado deslocado pode remeter a um passado glorioso, mas é comumente, na cultura ocidental, alocado no futuro, pois o futuro apresenta a facilidade de só estar limitado à imaginação de quem o vislumbra. O significado deslocado, que ocorre em escala macro para culturas e nações, ocorre, também, em escala micro para os indivíduos. Assim como as culturas, os indivíduos deslocam seus ideais do momento e lugar presente para outro tempo ou lugar seguro. Dessa forma, o significado deslocado sustenta a esperança em relação a uma realidade mais pessimista.

Como exemplo de significado deslocado para o passado, podemos pensar no significado alocado nos momentos felizes de nossa infância ou num acontecimento marcante. Para aqueles que não encontram uma alocação satisfatória no passado, o futuro é a melhor opção. As convenções sociais podem ser locações muito satisfatórias para o significado deslocado para o futuro. Locações convencionais, como por exemplo: “quando eu me casar...”, “quando eu finalmente me formar ...”, “quando as oportunidades baterem à minha porta ...” etc. (MCCRACKEN, 2003, p.140).

Aquele que crê individualmente no futuro faz deste uma fonte de significados que alimenta seu otimismo. Segundo o autor, tanto para grupos, como para indivíduos em situações de extrema pobreza ou de vitimação racista, ou ainda pela falta de *status*, o deslocamento de ideais para o futuro pode tornar o presente mais tolerável.

McCracken afirma que na nossa cultura os objetos inanimados e os bens de consumo são, em parte, instrumentos que servem como pontes para o significado deslocado, tanto para os indivíduos quanto para os grupos. Os bens servem de pontes para os indivíduos, mesmo quando ainda são somente objetos cobiçados, pois quando os objetos são desejados, o indivíduo passa a imaginar outras posses, atitudes, circunstâncias e oportunidades, que podem levá-lo a outra circunstância social ou estilo de vida.

O autor observa que existem quatro aspectos relacionados aos bens que lhes conferem capacidades especiais como pontes aos significados deslocados. Primeiro, o autor afirma que diferentemente dos signos da linguagem, da música ou de outras mídias, os bens são signos concretos e perenes, pois dão ao significado deslocado substância e facticidade. E, pela sua concretude, esses símbolos reforçam a ideia de que as coisas inatingíveis que eles representam são, de fato, substanciais, podendo ser concretamente adquiridas.

Em segundo lugar, McCracken diz que os bens, como signos, exploram uma espécie de sinédoque, tal qual à figura de linguagem que diz respeito à parte que é tomada para representar o todo. Por exemplo, a posse de um carro pode representar um leque diverso de condições emocionais e sociais para um homem que acabou de adquiri-lo; com o carro ele pode chegar mais rápido ao trabalho, não estará cansado e nem terá transpirado muito e, por isso, vai aparentar mais energia ao seu chefe, pode até receber uma promoção pela pontualidade e disposição. Ou seja, a parte, representada pelo carro que foi o bem que fez a ponte para o significado deslocado, englobaria o todo.

O terceiro aspecto se relaciona ao papel dos bens, os quais servem de ponte aos significados deslocados. Por seu valor econômico, um bem, possui, também, um valor simbólico, por estar além do alcance do individuo, tornando-se raro ou escasso. E justamente pelo seu caráter econômico, pela sua raridade ou escassez é que os bens se encaixam perfeitamente para representar os significados deslocados a serem atingidos.

Por último McCracken aponta o número incomensurável de bens possíveis na cultura de consumo moderna. Esses estão presentes em grau bastante diferenciado de escassez e custo. Por essa razão é possível aspirar-se sempre um nível mais elevado de consumo: hoje eu adquiro um carro usado; amanhã eu vou querer um carro novo. Esse mecanismo perpetua a existência do significado deslocado.

Assim como o consumo se presta a pontes de significados, tornando o presente mais suportável, pode também servir de ponte à intensificação das relações sociais. Ele é um meio através do qual as relações sociais são intensificadas, criando e mantendo relacionamentos de afeto entre as famílias e os amigos (MILLER, 2002). Para Miller, os objetos chegam da produção até nós de forma alienável, indiferenciados. O processo de consumo, em suas diversas formas de apropriação, torna os objetos pessoais e comparativamente inalienáveis (ainda que temporariamente, em alguns casos). As mercadorias em si não têm significado, mas são significativas, quando se tornam meios para construir pessoas. A relação entre sujeitos e objetos é uma relação dialética, na qual cada um é usado para constituir o outro.

Na modernidade, o ato de comprar seria a interpretação do outro como sujeito que deseja. Comprar, então, estaria ligado à manutenção das relações entre sujeitos que desejam coisas. Se, para Campbell (2001), o amor romântico resultou no desejo hedonista, que é a outra face do rigor ascético e da acumulação que Weber (2003) julgou

determinante ao desenvolvimento do capitalismo moderno, Miller (2002), entretanto, acredita que partindo do mesmo ponto que Campbell pode-se delinear outra trajetória, que se situa nos limites do amor enquanto devoção. O consumo, para Miller, não seria apenas um elemento ligado ao hedonismo ou ao romantismo, mas também, um dever devocional que se espera nas relações familiares.

De acordo com Miller (*Ibid*), a família nuclear moderna estaria assim como a linhagem nas sociedades tribais, sendo a casa a unidade básica e o espaço de relações sociais mediado por coisas. Os objetos de devoção foram, historicamente, nas sociedades judaico-cristãs se deslocando da figura masculina de Deus para a figura do chefe da família, sendo delegado à esposa o papel de guardiã e realizadora do ato devocional naquilo que pode ser entendido como o santuário moderno, o lar.

Posteriormente, na segunda metade do século XX, com o advento do feminismo, o patriarcado perde força e o objeto de devoção passa a ser a criança, extensão da realização feminina na figura dos filhos. Dessa forma, o consumo realizado principalmente pela mulher teria a função de fortalecer os laços familiares. Miller faz uma comparação entre o consumo da mulher, dona de casa (mesmo que desempenhe outros papéis profissionais) e o do marido. O consumo da mulher teria uma perspectiva mais coletiva; o consumo do marido, uma perspectiva mais individualista, o que explicaria o papel preponderante da mulher no consumo devocional à família, especialmente aos filhos.

### 2.1.2 – O consumo e a formação da identidade moderna

Para Campbell (2009), o consumo não um é instrumento de desintegração da cultura e da personalidade pós-moderna; ao contrário, contribui para a resolução da crise de identidade, funcionando, para cada um, como uma via de reconhecimento, através do qual combatemos o sentimento de insegurança ontológica que todos sofremos (BARBOSA, 2010). Nesse sentido o consumo contribui para a escolha de um estilo de vida, através dos gostos e desejos específicos dos indivíduos, o consumo se torna definidor de identidades, sendo o ato de consumir vital e necessário para o autoconhecimento.

Gomes (2009) afirma que o consumo moderno faz parte da construção de várias formas de subjetividade que são construídas pela incorporação de determinados *habitus* ou estilos de vida, que envolvem formas específicas de se relacionar com a cultura

material. Tanto que seria impossível conceber sociedades contemporâneas em que não existissem formas de materialismo e consumo. Nesse sentido, o consumo também será considerado nesse trabalho sob a perspectiva de formador de identidade ou de estilo de vida.

### 2.1.3 – Consumo: instrumento de marcação na comunicação social

O consumo também promove um estilo distintivo de vida (BOURDIEU, 2008), pois os estilos de vida são produto das condições de existência, portanto, limitados pelas possibilidades e impossibilidades econômicas, e é nesse limite que tende a reproduzir a sua lógica, que não é mecanicamente orientada somente pela busca da satisfação de uma necessidade, como também pelas escolhas que determinam o gosto, que será construído a partir da necessidade (carência material) ou a partir da abundância.

Escolher fazer churrasco na laje ou na garagem do prédio e tomar banho de mangueira[15], como é o caso de algumas das pessoas observadas na etnografia realizada, ao invés de comer comida japonesa ou preferir ser ecologicamente correto e comer iguarias vegetarianas e frugais, ou tomar vinho branco ao invés de cerveja, ou ainda ir a um restaurante mais sofisticado da Zona Sul da cidade, pode-se dizer, são opções de gostos socialmente construídos.

Gostos construídos, por exemplo, no passado da falta de disponibilidade de carne todos os dias da semana, sendo o consumo desse tipo de alimento possível só em dias especiais, e por isso mesmo hoje valorizado em relação a outros, e também, principalmente, na falta mesmo de um leque mais abrangente de possibilidades, dada a emergência da satisfação das necessidades na carência econômica em que esse gosto ou estilo de vida foi forjado. Assim, o gosto que aparece como uma virtude natural nada mais é do que uma construção social que se baseia, também, na falta ou no excesso dos bens, além, é claro, de outras lógicas simbólicas.

Douglas e Isherwood (2009) apontam para o lado social e o ato coletivo do consumo, que criam significados e os recriam continuamente. As escolhas seriam moldadas culturalmente e o consumo, por isso mesmo, funcionaria como marcador social.

[15] Mangueira, borracha ou esguicho de água utilizado para molhar o jardim, lavar a calçada ou o carro e que faz às vezes da piscina ou da praia nas comunidades e bairros populares.

Ao entenderem que os bens não se prestam primariamente à subsistência, mas antes dão visibilidade e estabilidade às categorias culturais, esses autores buscam esclarecer de que forma as mercadorias são usadas para demarcar fronteiras nas relações sociais.

Segundo Douglas e Isherwood, o consumo pode ser visto como um sistema de comunicação que aciona representações sociais com poder não só classificatório, mas também como modo de estabelecer e manter essas relações. Tomando como exemplo a sociedade tribal Nuer, estudada por Evans-Pritchard, Douglas e Isherwood, lembram que entre os nuer os laços de parentesco, *status* social, casamentos e riquezas, enfim, todos os processos sociais desse povo eram mediados através de um bem específico, o gado.

O gado entre os nuer não servia apenas para suprir a necessidade da alimentação, pode-se afirmar que o gado na sociedade Nuer servia às funções sociais mais relevantes, como por exemplo, rituais, casamentos, alianças de guerra ou de paz, por estar imbricado em todas as esferas sociais, e por isso mesmo funcionando, principalmente, como marcador das linhas de relações sociais.

A função essencial do consumo seria, para Douglas e Isherwwod (*Ibid*), a sua capacidade de dar sentido a nossa vida social. Nenhum ser humano existe se não fixado na sua cultura. Os indivíduos em suas interações condicionam a realidade. É necessário fixar os significados por algum tempo, através de maneiras convencionais de seleção e fixação conceitual. Tanto para a sociedade tribal Nuer usada como exemplo, como para nós, os rituais servem como fixadores de significados. Alguns rituais que utilizam coisas materiais são mais eficazes, assim quanto mais coisas materiais forem utilizadas em um ritual mais forte será a intenção de fixar significados.

Os bens funcionariam como acessórios rituais e o consumo tido como um processo ritual que daria sentido ao ambiente das pessoas. A escolha dos bens gera, de forma continuada, determinados padrões de discriminação. Arranjados hierarquicamente, esses padrões obedeceriam à variedade de discriminações humanamente possíveis e sua estrutura estaria fixada nas intenções dos sujeitos. O indivíduo usa o consumo para dizer algo de si, não só para afirmar a sua identidade, como também para aliar-se a determinado grupo, opor-se a outro, inserindo-se ele mesmo dentro de uma classificação num determinado contexto.

Enfim, concluindo, o consumo pode relaciona-se a varias dimensões da vida social em nossa sociedade. Assim considero que o consumo do segmento emergente pode oferecer uma chave de compreensão do fenômeno aqui estudado.

## 2.2 – Classe e estratificação social

O conceito de classe social, além de não ser um consenso, mesmo na sociologia, pode gerar distorções quando utilizado em uma de suas interpretações possíveis em contextos indevidos. É importante, portanto, fazer uma exposição dos principais modos de interpretar esse conceito, já que este trabalho se baseia numa premissa na qual se afirma uma mobilidade ascendente de classe.

A permanência de classes como atores coletivos, ou como conceitos explicativos da dinâmica social na sociedade pós-industrial, tem sido questionada, sobre tudo, pelas transformações ocorridas no capitalismo nos anos 1980 e as crises nos sistemas socialistas que culminaram com a queda do Muro de Berlim. O fenômeno de uma suposta nova classe média leva à retomada desse conceito pelas ciências sociais. É nesse sentido que serão descritas a seguir as origens do conceito nas teorias marxista e weberiana, e a partir dessas duas vertentes interpretativas, a atualização do conceito na sociologia.

Apesar da falta de consenso sobre a definição desse termo entre os estudiosos e as várias correntes políticas e intelectuais, todos concordam que as divisões teóricas das classes sociais são produto das desigualdades[16] existentes na sociedade (BOBBIO *et al*, 2004). Santos (1982) sugere que a ideia de classes sociais pode ser verificada, ainda que lhe falte sistematização, na *Política* de Aristóteles, em que este divide os cidadãos em pobres, classe média e ricos. Também, segundo o autor, São Tomás de Aquino dividia a sociedade feudal da alta idade média em ordens sociais que refletiam a cristalização das hierarquias daquele período. Divisões da sociedade em classes, ainda segundo Santos, podem também ser percebidas no Oriente e no mundo Árabe tradicional, além da forte percepção de classes sociais no período que precedeu a Revolução Francesa.

Giddens (2010) afirma que classe é uma das formas possíveis de estratificação social, que nem sempre está baseada na posse de riqueza e/ou propriedade, podendo a

[16] Desigualdades causais e não naturais, que se revelam de modo sistêmico e estruturado. Ou, ainda, diferenças naturais tais como gênero, idade e etnia que podem vir a se converter em diferenças sociais (BOBBIO *et al*, 2004).

estratificação estar baseada no gênero, na idade, na etnia, na filiação religiosa, na patente militar etc. Assim a estratificação pode ser definida como um sistema de desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos.

Historicamente, podem ser identificados quatro sistemas básicos de estratificação: escravatura, casta, estamento e classe. O que principalmente diferencia a classe dos outros tipos de estratificação: é que a classe não é legalmente instituída, não é herdada juridicamente ou pelo costume, o que possibilita ao indivíduo a mobilidade de uma classe para outra; o mais importante na estratificação através da classe são os recursos materiais e econômicos; e, por último, a classe, diferentemente dos outros tipos de estratificação, opera em grande escala de forma impessoal, ou seja, um grande contingente de pessoas pode ser afetado pelas circunstâncias econômicas, como está sendo o caso do segmento aqui estudado. O fato de a classe não ser herdada juridicamente faz com que, em nossa sociedade, todos os cidadãos sejam formalmente iguais perante a lei, porém agrupados a partir de uma estrutura que emerge das desigualdades sociais (BOBBIO *et al*, 2004).

De acordo com Santos (1982), foi Adam Smith quem primeiro elaborou uma visão mais sistemática de classes sociais, baseada na função econômica da sociedade burguesa, em que as classes agrária, industrial e assalariada correspondiam às respectivas fontes básicas de renda: terra, capital e trabalho. Contudo, o conceito de classe faz mais sentido após as revoluções democrático-burguesas do século XIX, quando a relação do homem com a terra, entendida como instrumento de produção, deixa de ser o critério central da atribuição de papéis sociais, coincidindo com o declínio das sociedades fundadas na agricultura:

> Daqui se conclui que, rigorosamente falando, a primeira Classe que surgiu no horizonte da história foi a Classe burguesa. Afirmando os valores igualitários e reivindicando os direitos de cidadania, baseada na natureza universalista, abstrata e fungível do dinheiro, infringindo a ordem fundada nos "Estados", transformou a terra em capital e, consequentemente, a aristocracia fundiária na Classe dos proprietários rurais, os servos da gleba na Classe dos camponeses, dando, finalmente, origem à Classe operária como consequência direta da consolidação da Revolução Industrial (BOBBIO *et al*, 2004, p.171).

O conceito de classe, tal qual se apresenta hoje, surgiu da necessidade dos estudiosos analisarem as profundas transformações sociais que levaram à formação do proletariado industrial. Marx então, no século XIX, dá ao conceito de classe uma dimensão científica, elegendo-o como fundamento explicativo da sociedade e da história (*Ibid*). Weber mais tarde, baseado na análise desenvolvida por Marx, modifica-a e desenvolve-a

em outras direções (GIDDENS, 2010). A base de todas as outras teorias sociológicas das classes partirá de uma ou de outra dessas duas vertentes.

### 2.2.1 – Classes sociais segundo Marx

Partindo da ideia de que classe social remete a grupos sociais em distintas posições econômicas, culturais e políticas, temos que na tradição do pensamento social, classe, para Marx e Engels, se refere às relações de produção, às diferentes posições que os homens ocupam no processo produtivo e à luta de classes no sentido político deste termo (BOBBIO *et al*, 2004). Marx irá então teorizar sobre as classes a partir dos modos de produção:

> Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e a renda da terra, quer dizer, os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras formam as três grandes classes da sociedade moderna baseada no regime capitalista de produção (MARX *apud* SANTOS, 1982, p.51).

A existência de classes estaria vinculada a circunstâncias históricas específicas, nas quais a produção excedente levaria a apropriação privada dos meios de produção. Assim, o conceito de classe em Marx parte da análise das formas produtivas e das relações que os homens estabelecem entre si na produção social. Estando esse conceito relacionado com a divisão do trabalho em sua forma mais desenvolvida, que é condição para a criação do produto excedente sem o qual as classes não poderiam existir (GIDDENS, 1975).

Desta forma, classe, tal qual é definida por Marx, só é possível dentro de sistemas produtivos capitalistas. É neste sentido, então, que “classe” para Marx é definida em termos da relação de grupamentos individuais com os meios de produção.

Segundo Santos (1982), Marx assume que a estrutura de classe tal qual esta se mostra empiricamente na sociedade é muito mais complexa do que as relações que as classes estabelecem estruturalmente entre si na sociedade. Parte daí que o método dialético, em seus diferentes níveis de abstração, poderia dar conta de certas condições determinadas, condições essas que não existem da mesma forma pura (ou ideal) na realidade empírica, mas cuja determinação é necessária para um enfoque explicativo desta realidade.

O conceito de luta de classes em Marx se dá através de outro conceito, o de consciência de classe, que não deve ser explicado pela simples ideia de que os homens são conscientes de sua condição de classe, ou do que os homens pensam em um determinado

momento. A consciência de classe deve ser explicada pelas contradições da vida material e pelo conflito entre as forças produtivas e as relações de produção (SANTOS, 1982).

Para Marx, a identidade de interesses dos indivíduos de determinado agrupamento social não basta para fundamentar a existência de uma classe, a não ser que esta identificação leve a uma associação política entre esses indivíduos, a uma consciência de classe. Nesse sentido é que a ***classe em si*** passa a ser a ***classe para si***, e assim a possibilidade de lutas de classes antagônicas entre si (*Ibid*).

O conceito de classe na teoria marxista é um conceito relacional, pois as classes são definidas na esfera das relações sociais, nas relações entre classes antagônicas geradas por interesses opostos. Esse antagonismo é objetivado através das relações de exploração, pois o conforto e a prosperidade de uma classe causa a privação de outra. A exploração de uma classe por outra é considerada apenas no âmbito das relações sociais de produção:

> Classes dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção; definem-se em termos de relações de propriedade, ou seja, dos ativos produtivos controlados, e formam categorias de atores sociais caracterizados pelas relações de propriedade que geram exploração. De modo geral, pode-se especificar uma série de tipos de relações de classe levando-se em conta os recursos produtivos que fornecem a base para a exploração. Classes definem-se em termos de um mapa estrutural de *interesses materiais* comuns baseados na exploração. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe "enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico" (Wright *et alii*, 1989:282). Interesses de classe comuns significa compartilhar das mesmas estratégias otimizadoras materiais (WRIGHT, 1985 *apud* SANTOS, 1998, p.379).

Para Marx o controle dos meios de produção produz a classe economicamente dominante, que detém o poder político e a produção das ideais culturalmente legítimas. Os antagonismos entre as duas principais classes: burgueses ou capitalistas e proletariado ou, aqueles que vendem a sua força de trabalho, levaria a uma mobilização de um grupo contra outro por objetivos comuns (BOURDIEU, 2005).

É importante lembrar, que o conceito de classe social não foi completamente desenvolvido nos escritos deixados por Marx. O fato é que a perspectiva de conflito e antagonismo de classes, tal como essa é apresentada no marxismo clássico, deixa lacunas e dificulta o entendimento das classes sociais em virtude da complexidade crescente das sociedades atuais. Estudiosos neomarxistas tentam atualizar o conceito, objetivando dar conta da fragmentação da estrutura de classes na sociedade capitalista contemporânea, pois

a ideia de apenas duas classes polarizadas, a capitalista e a proletária, deixa de fora um enorme contingente não polarizado, a classe média.

### 2.2.2 – Classes sociais segundo Weber

Baseando-se na análise sobre as classes desenvolvida por Marx, Weber define o conceito com mais precisão, reconhecendo seu limite de alcance teórico apenas sobre alguns fenômenos (BOBBIO *et al*, 2004). Ao analisar a questão da desigualdade social, Weber parte de três dimensões que, apesar de independentes entre si, estão profundamente entrelaçadas: a ordem econômica, a ordem social e o poder político, respectivamente classe, *status* e partido, os quais para Weber seriam fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade.

Na análise weberiana o conceito de classe se constitui numa forma de estratificação, de acordo com a distribuição de alguns valores sociais como riqueza e educação. O conceito de classe é objetivo e está associado às relações de produção e de mercado, enquanto o conceito de *status* é subjetivo e está associado ao consumo que caracteriza os estilos de vida (GIDDENS, 1975). Assim, para Weber o conceito de classe se refere sempre a interesses de mercado, independente de haver ou não consciência de classe. As classes e os grupos de *status* estão intimamente ligados através da propriedade:

> Com certo simplismo, pode-se assim dizer que as 'classes' são estratificadas de acordo com as suas relações com a produção e a aquisição de bens, enquanto os 'grupos de *status'* são estratificados de acordo com os princípios de seu *consumo* de bens tal como é representado por 'estilos de vida' especiais (WEBER *in* VELHO, 1971, p. 80).

Nesse sentido, fazem parte de uma mesma classe "todos aqueles que possuem a mesma situação em relação ao mercado, ou seja, têm as mesmas possibilidades objetivas de acesso aos bens escassos que o mercado oferece" (BOBBIO *et al*, 2004).

Weber teria uma concepção bastante pluralista de classe onde distinguiria as classes proprietárias (classe determinada pela posse de propriedade) das classes não proprietárias ou de aquisição (de consumo) determinadas pelo tipo de aquisição ou utilização de bens acessíveis no mercado (GIDDENS, 1975). Tanto as classes proprietárias, como as classes não proprietárias são ainda, diferenciadas. As primeiras, segundo o tipo de propriedades que possuem e, as não proprietárias, segundo o grau de habilidades "vendáveis no mercado" que possuam. A classe dos proprietários na concepção

de Weber, tem vantagens sobre as demais no que diz respeito ao acesso aos bens, entretanto, diferentemente da visão marxista, Weber não acredita que seja a posse da propriedade que fundamenta a divisão da sociedade em classes. As classes só são possíveis em economias de mercado e, tais como se apresentam, são apenas agregados sociais não efetivos e suas divisões não correspondem necessariamente à ordem política e social (BOBBIO *et al*, 2004).

Weber faz uma diferenciação clara entre classe e *status*, afirmando que essas são duas dimensões de estratificação, dois modos possíveis de formação de grupos em relação à distribuição do poder. Assim como o partido, a classe e o *status* são elementos de estratificação que podem produzir diversas formas de posições sociais, ao contrário do modelo dicotômico proposto por Marx. As classes, para Weber, se baseiam em condições econômicas objetivas, mas que não tem somente a ver com a posse de propriedade, mas também, com a educação, com qualificações e credenciais, elementos esses que determinam o tipo de atividade econômica que a pessoa pode desenvolver (GIDDENS, 2010).

O *status* marca as diferenças de honra e prestígio social que são conferidas aos grupos sociais. O *status* na sociedade complexa passou a ser determinado de forma mais predominante através dos estilos de vida das pessoas. A moradia, a roupa, a alimentação, a maneira de falar e a profissão posicionam os indivíduos uns em relação aos outros, conferindo uma unidade de estilo de vida, uma identidade compartilhada (GIDDENS, 2010).

O partido também influencia a estratificação, porém, independe da classe ou do *status*. Um partido pode ser definido como um grupo de pessoas que se juntam com interesses e objetivam o poder político ou a manutenção deste, entretanto, num mesmo partido, pode ocorrer a participação de pessoas de diferentes classes e de diferentes *status* sociais. Para Weber a riqueza, o prestígio e o poder são dimensões interdependentes, mas que, em parte, não dependem uma das outras (BOBBIO *et al*, 2004).

Em Weber, relações de classe são relações de poder que se dão através não só da riqueza, como também através do prestígio e do poder político, são relações através das quais as pessoas classificam-se umas as outras e se posicionam em determinadas posições sociais, que estruturam as desigualdades sociais.  As classes não podem ser compreendidas isoladamente, mas sim em sua totalidade e em suas mútuas relações.

Concluindo, o conceito de classes sociais em Weber é definido como agrupamento de pessoas que partilham a mesma posição de classe. A ideia de situação de classe está inserida em um conjunto de oportunidades de vida relacionadas aos meios disponíveis para se obter recursos dentro de uma determinada ordem econômica através da posse de propriedade e/ou qualificações. A posse de atributos ou qualificações e o grau de escassez desses atributos em relação ao mercado de trabalho definem as oportunidades de vida dos indivíduos. Segundo Weber (1997), a situação de classe pode ser entendida como a situação de mercado e classe social como a totalidade das situações de classe.

No atual contexto, o conceito weberiano de classe social parece se adequar mais às análises sociais baseadas em estrutura de classes na sociedade capitalista contemporânea. As atualizações da teoria de classe social baseadas em Weber, como por exemplo, o modelo desenvolvido por Goldthorpe, oferecem instrumentos para uma análise mais precisa do fenômeno aqui estudado, pois possibilita uma visão da dimensão simbólica associada à posição no mercado de trabalho dos atores envolvidos.

### 2.2.3 – A estratificação social na perspectiva de Wright

Como foi dito na seção anterior, tanto a teoria marxista, como a teoria weberiana têm sido o ponto de partida para modelos e esquemas de estruturação social. Dessas duas vertentes, respectivamente as tipologias de classe de Erik Olin Wright e de John Goldthorpe têm sido as mais consagradas no que tange à aplicação desses esquemas na pesquisa empírica e na análise multivariável (CROMPTON, 2008).

O esquema de classes de Wright (quadro 3), publicado originalmente em 1976 foi mais tarde reformulado pelo autor, quando este enfatizou o aspecto de exploração inscrito nas relações entre classes antagônicas. O esquema de Wright apresenta duas segmentações principais relacionadas à propriedade ou não dos meios de produção. Entre os proprietários dos meios de produção, o autor faz subdivisões entre aqueles que empregam e os que não empregam. E entre os não proprietários dos meios de produção, ou seja, os assalariados, as subdivisões se processam de acordo com os tipos de credenciais e a posição ocupada na organização.

Para dar conta dos entraves encontrados na teoria marxista baseada no antagonismo entre duas classes, o neomarxista Wright reconhece a classe média, não como

uma classe única e distinta, e sim, situada em mais de uma classe, as quais são entendidas como posições contraditórias nas relações de classe (SCALON, 1998). Por exemplo, administradores e gerentes, segundo Wright, ocupam posição tanto dentro da classe capitalista, por exercerem controle sobre o trabalho dos outros e sobre as operações de produção, como se situam também dentro da classe trabalhadora por não serem proprietários dos meios de produção e sim assalariados. Além disso, são os principais beneficiários da limitação ao acesso à educação e à especialização, geradora de escassez de profissionais qualificados.

**Quadro 3 – Mapa de classes de Wright**

| **Proprietários dos Meios de Produção** | | **Não Proprietários (Trabalhadores Assalariados)** | | |
|---|---|---|---|---|
| Tem capital suficiente para empregar e não trabalhar | 1. Burguesia | 4. Administradores e gerentes credenciados | 7. Administradores semicredenciados | 10. Gerentes não credenciados |
| Tem capital suficiente para empregar, mas deve trabalhar | 2. Pequenos empregadores | 5. Supervisores credenciados | 8. Supervisores semicredenciados | 11. Supervisores não credenciados |
| Tem capital suficiente para trabalhar por conta própria, mas não tem empregados | 3. Pequena burguesia | 6. Não gerentes credenciados | 9. Trabalhadores semicredenciados | 12. Proletários |

Fonte: Scalon (1998)

Para Wright, além da posse de propriedade dos meios de produção, a posse de recursos organizacionais e as qualificações ou credenciais se constituem em formas secundárias de exploração em que se baseiam as relações entre as classes. A ideia de Wright da existência de exploração entre especialistas e não especialistas se dá, pelo fato dos primeiros possuírem qualificações e credenciais e receberem por isso uma remuneração superior aos custos da produção dessa qualificação. Essa ideia, segundo Scalon (1998), pode ser questionada, pois a exploração capitalista implica em apropriação da força de trabalho de uma classe por outra e, as desigualdades nos recursos organizacionais e de qualificações, ao invés de serem a base das relações de exploração, estão relacionadas às diferenças na divisão técnica do trabalho e nas relações de mando ou autoridade daí derivadas (EDGELL, 1993 *apud* SCALON, 1998).

É possível perceber que o esquema de Wright está associado às posições e habilidades credenciais relacionadas com o mercado de trabalho, o que o aproxima da teoria weberiana, o que também tem sido motivo de críticas. Entretanto, o que de fato interessa, para os fins desse trabalho, é apresentar sucintamente a teoria de Wright no sentido de ressaltar que mesmo um esquema considerado com alto grau de aplicabilidade em análises de estrutura social, não é um consenso, evidenciando ainda mais os desafios a serem enfrentados para a análise do fenômeno aqui estudado.

### 2.2.4 – A estratificação social na perspectiva de Goldthorpe

Uma metodologia bastante atual e muito utilizada nos processos de segmentação social é a denominada CASMIN – *Comparative Study of Social Mobility in Industrial Nations* – ou EGP, as iniciais de seus autores: Erikson, Goldthorpe e Portocarero. No início dos anos 1970 na Inglaterra, esses três sociólogos, partindo das teorias de classe de Marx e de Weber, desenvolveram uma tipologia, cujo intuito era medir e comparar as desigualdades sociais. Este esquema pretendeu explicar os processos que resultam em desigualdades sociais e foi construído levando em conta a "natureza" relacional da estrutura de classes da sociedade contemporânea.

O esquema EGP foi proposto para a medição da mobilidade social, porque com algumas modificações básicas, sua utilização seria possível em qualquer nação industrializada. O método busca o nível de fluidez social – nível de desigualdade de oportunidades de mobilidade social – caracterizado pela divisão desigual dos recursos entre as classes que pode facilitar ou dificultar as vantagens relativas de mobilidade social dos indivíduos, que diante das adversidades criam estratégias racionais adaptativas que servem para reforçar e perpetuar os efeitos dessas adversidades no regime de mobilidade (COSTA, 2007).

Este esquema pode ser chamado de neoweberiano, porque leva em conta a situação no mercado de trabalho e a situação no trabalho, em que a primeira é definida de acordo com o nível salarial, a estabilidade e as perspectivas de desenvolvimento na área de atuação, enfatizando as recompensas e as oportunidades de um modo geral. E a segunda, a situação no trabalho, relaciona-se às questões de controle, poder e autoridade na ocupação exercida, diz respeito ao grau de autonomia nas relações de trabalho (GIDDENS, 2010).

Mais recentemente, Goldthorpe (*apud* COSTA, 2007) tem enfatizado as relações de emprego dentro desse esquema, chamando a atenção para os diferentes tipos de contratos de trabalho. Segundo o autor, por um contrato de trabalho presume-se uma troca de esforço por salário, que seria definida e delimitada. Já um contrato de prestação de serviços tem uma conotação mais prospectiva porque sugere a possibilidade de aumento de salário ou de promoção.

O esquema EGP, parte de dois tipos distintos de relações de trabalho, empregadores e/ou proprietários e empregados. Os primeiros seriam segmentados de acordo com o tamanho do seu negócio e a quantidade de pessoas que empregam. Os empregados estariam segmentados de acordo com o tipo de contrato de trabalho: o tipo restrito, que é característico das classes trabalhadoras, e um contrato mais autônomo, característico de gerentes, administradores, os chamados "colarinho branco" (Mills, 1976).

Dessa forma é possível englobar as ocupações em onze localizações de classes partindo de três níveis principais: classe de serviços, classe intermédia e classe trabalhadora. Caracterizando-se a classe trabalhadora por contratos de trabalho restritos; a classe de serviços, por contratos de relações de serviços e, finalmente, as localizações nas classes intermédias podem ter uma ou outra das duas relações anteriores. O esquema EGP leva em conta ainda o setor de atuação, se no meio rural ou urbano.

O esquema EGP analisa o grau de fluidez social na estrutura de classes a partir de taxas relativas de mobilidade social, obtidas através da associação estatística entre classe de origem e classe de destino. Quando a associação entre origem e destino é fraca, há indícios de fluidez social alta. O contrário, a associação forte entre origem e destino traduz pouca mobilidade social ou uma estrutura de classe muito rígida. As taxas relativas de mobilidade podem representar a desigualdade de oportunidades em um determinado sistema de estratificação social (RIBEIRO e SCALON, 2001).

Entretanto, apesar do esquema EGP ser bastante utilizado em pesquisas empíricas e ser considerado útil no desenho das desigualdades sociais, segundo Giddens (2010) ele apresenta limitações quanto à classificação dos economicamente, além de deixar de fora a posse de propriedade e de riqueza material. Como pode ser percebido no quadro 4, Goldthorpe ignora uma dimensão básica na divisão das classes que é a posse de propriedade dos meios de produção, agrupando na mesma classe, proprietários e não proprietários, conforme informa Scalon (1998):

> Mesmo considerando que as posições na *service class* privam de certo grau de autonomia e controle, não se pode confundir aqueles que administram o capital e, portanto, servem ao capital ou à burocracia, com os capitalistas. A classe denominada "*service*", serve ao capital, mas não é capitalista. Essa mesma limitação aparece na agregação das ocupações não manuais de rotina com a pequena burguesia (*Ibid*, p.337-375).

**Quadro 4 – Esquema EGP - Classe e relação de emprego**

| Classe | Ocupação | | Relação de Emprego |
|---|---|---|---|
| Serviço | **I** | Profissionais especializados, administradores e funcionários de nível elevado. Grandes gestores e proprietários. | Empregador ou relação de serviço |
| | **II** | Profissionais especializados, administradores e funcionários de menor nível. Pequenos gestores e proprietários. | Relação de serviço |
| Intermédia | **III** | Empregados não manuais de rotina na administração ou comércio (em grande medida administrativos). | Intermédia |
| | **III b** | Empregados não manuais de rotina, de grau menor que os anteriores (a maior parte dos empregados do setor de serviços). | Intermédia (homens), contrato de trabalho (mulheres) |
| | **IV** | Pequenos empresários e artesãos. | Empregador |
| | **IVb** | Pequenos empresários e artesãos sem trabalhadores. | Trabalhador por conta própria |
| | **IVc** | Agricultores e pequenos proprietários, outras pessoas com emprego próprio na agricultura. | Intermédia |
| | **V** | Técnicos de menor grau, supervisores de trabalhadores manuais. | Intermédia |
| Trabalhadora | **VI** | Trabalhadores manuais especializados | Contrato de trabalho |
| | **VII** | Trabalhadores semiespecializados ou não especializados. | Contrato de trabalho |
| | **VIIb** | Trabalhadores agrícolas. | Contrato de trabalho |

Fonte: Adaptação de R. CROMPTON, *apud* GIDDENS, 2010, p.291.

Em seu esquema de classes, Goldthorpe enfatiza a dimensão relacional, deixando subjacente a dimensão hierárquica, porém, como ressalta Scalon (1998), o esquema de classe de Goldthorpe é um ponto de partida para o desenvolvimento do seu objeto de estudo que é a mobilidade social, na qual a análise de classes está baseada na ideia de identidade demográfica de classe.

> "Assim, nós combinamos categorias ocupacionais cujos membros poderiam parecer, à luz de evidências disponíveis, tipicamente comparáveis, por um lado, em termos de seus recursos e níveis salariais, seu grau de seguridade econômica e chances de melhoria econômica (i.e., situação de mercado); e, por outro, em suas posições dentro do sistema de autoridade e controle que governa o processo de produção no qual eles estão engajados (i.e., situação de trabalho)" (GOLDTHORPE, 1987 *apud* SCALON, 1998, p. 337-375).

Pode-se considerar que a análise de classes desenvolvida por Goldthorpe é um programa de investigação que se interessa por revelar a relação entre as estruturas macrossociais e as experiências dos indivíduos (GOLDTHORPE e MARSHALL *apud* SANTOS, 2004). Para Goldthorpe e Marshall, nas sociedades modernas três aspectos se mostram relevantes nos estudos das classes: mobilidade, educação e filiação política. Os autores acreditam que é preciso entender as condições que devem ser preenchidas para que a ação coletiva seja possível. Longe da ideia de luta de classes desenvolvida por Marx, as posições de classe criariam interesses potenciais, de acordo com as identidades sociais que os indivíduos adotam, sendo as identidades precedentes aos interesses.

As classes, a partir da ideia de identidade demográfica são: "coletividades que são identificadas através do grau de continuidade com que seus membros, em consequência dos padrões de mobilidade e imobilidade de classe, estão associados com grupos particulares de posições no tempo" (GOLDTHORPE, 1983 *apud* SCALON, 1998, p. 337-375). O grau de identidade demográfica pode ser entendido como o tempo de permanência em determinada classe e a composição estável da classe, fatores que levam a certo grau de identificação e similaridade de interesses mobilizadores de ações sociais e políticas.

A perspectiva de Goldthorpe de análise das classes pode ser entendida como uma perspectiva relacional, pois ela leva em conta as vantagens e desvantagens que os indivíduos possuem de acordo com a posição ocupada nas relações de produção. É, nesse sentido, uma medição da desigualdade estruturada que leva em conta as formas prévias de relações sociais, que determinam o destino dos indivíduos e que, de certa forma, são relações com bases institucionais (SALATA, 2012).

Comparando o esquema desenvolvido por Goldthorpe com a pesquisa de (Neri 2008), a qual leva em consideração somente o fator renda isolado, sugerindo uma taxa bastante elevada de mobilidade social, como é o caso da suposta nova classe média, é possível perceber que a pesquisa de Neri, conforme afirma Pochmann (2012, p.7), se deu “a partir de rudimentar tratamento estatístico de dados da realidade”. O que significa dizer que pesquisas sobre mobilidade social necessitam de fundamentos mais consistentes para se sustentarem, e um dos instrumentos que poderia ser tomado no sentindo de um entendimento maior do fenômeno seria justamente o esquema EGP, conforme utilizado por Scalon e Salata (2012), citado na introdução desse trabalho.

É possível que um trabalho que analise mais profundamente as mudanças recentes na dimensão do trabalho no país, considerando as ocupações dos agentes envolvidos, tal qual sugere o esquema EGP, leve a outras conclusões que não à ideia de formação de um novo estrato social, ou ainda, uma nova classe média. Segundo Crompton (2010 *apud* SALATA, 2012) a relação entre classe, desigualdade e emprego/ocupação vem sendo comprovada através de pesquisas empíricas, as quais revelam que a situação ocupacional é componente causal das chances de vida, influindo na saúde, educação e mortalidade, entre outros resultados.

### 2.2.5 – A perspectiva funcionalista

Além das linhas marxista e weberiana sobre estratificação social, existe uma terceira vertente que tem a sua espinha dorsal baseada na teoria durkheimiana no que diz respeito à ideia de coesão social e à visão de que as avaliações compartilhadas das posições sociais são essenciais para a estabilidade e para a integração social (OLLIVIER, 2009). A chamada vertente funcionalista ou a teoria do *status*, não acredita em fronteiras entre os diversos grupos sociais e sim na ideia de realização (*achievement)* e recompensas.

A teoria da ação desenvolvida por Parsons, que sustenta, pode-se dizer, a vertente funcionalista, se baseia na ideia de Durkheim de que um sistema de valores coletivos é uma condição indispensável para a estabilidade dos sistemas sociais. Para Parsons (1954 *apud* OLLIVIER, 2009) *status* é o termo equivalente de estratificação referido a um ordenamento concreto de posições de um sistema comum de valores. A teoria da ação social de Parsons tem como premissa que toda a ação social está orientada por objetivos e por isso está implícita aí a ideia de avaliação. Avaliações de diferentes *status* produzem a estratificação: "Estratificação, no seu aspecto valorativo é, portanto, o ordenamento das unidades em um sistema social de acordo com os padrões do sistema comum de valores" (PARSONS, 1954 *apud* OLLIVIER, 2009, p.41-71).

O *status* de classe, nesse caso, é referido à hierarquia de valores subjacentes em determinado sistema social e classe é referida para indicar aglomerados de posições similares na hierarquia de *status.* A partir dessa concepção, as hierarquias de *status* podem ser entendidas como uma característica inerente a todas as sociedades, nas quais as posições mais altas são mais valorizadas por serem vitais para uma sociedade de acordo com os valores que fornecem significados e ordem para existência humana. O sistema de

*status* na visão funcionalista é benéfico para as sociedades porque promove a integração social, garantindo que as recompensas sociais correspondam às utilidades sociais. Essa ideia legitima as desigualdades sociais, que são percebidas como necessárias.

O conceito de *status* tido como hierarquia posicional assentado em valores compartilhados dominou a sociologia empírica norte americana entre os anos 1940-1960. Essa ideia foi perdendo sua força, em razão de críticas que apontam para a falta de interesse dos funcionalistas no que diz respeito às relações de poder, no conflito e na coerção, baseando sua teoria quase que exclusivamente nos aspectos normativos e integrativos da estratificação.

Outra crítica às interpretações baseadas nos pressupostos funcionalistas, diz respeito à existência de um quadro normativo que abarque toda a sociedade, essencial à integração social. No que tange às sociedades industriais e complexas, é muito difícil traçar um único quadro normativo, dada as múltiplas filiações sociais que nem sempre são convergentes, possíveis de serem encontradas nestas sociedades. Ao estudar grandes metrópoles com alto nível de mobilidade geográfica, complexidade e heterogeneidade ocupacional, permeadas pelo anonimato, os sociólogos partidários da teoria funcionalista se depararam com dificuldades metodológicas.

A partir daí começou-se a enfatizar os aspectos relacionados ao tipo de renda, ao lugar de moradia, ao tipo de habitação. Assim, acreditou-se que outros atributos relativos à posição socioeconômica baseados nas ocupações dariam conta, pelo menos em parte, das análises empíricas de mobilidade social nas sociedades complexas contemporâneas. Neste ponto o conceito de *status* perde sua conexão com as avaliações normativas de valor, se aproximando do sentido de medidas posicionais de vantagens socioeconômicas.

Em relação ao papel dos conceitos clássicos de *status* no entendimento da desigualdade nas sociedades contemporâneas, Ollivier (2009) chega à conclusão de que os funcionalistas normativos jogam um papel muito expressivo sobre as avaliações coletivas para a estabilidade e a integração social. Já as gradações posicionais, primeiramente desenvolvidas como complementares ao funcionalismo normativo, poderiam ser mais úteis na pesquisa empírica porque sintetizam a posição social ao longo de várias dimensões da desigualdade. Contudo, na opinião desse autor, nem uma, nem outra dá conta dos

mecanismos geradores das desigualdades ou sobre as avaliações de superioridade e inferioridade.

Ollivier (*Ibid*), afirma que a noção de espaço social desenvolvida por Sorokin, na qual a sociedade está representada por um espaço bidimensional: uma dimensão vertical na qual a ordenação de *status* está baseada na distribuição desigual de direitos e privilégios, e uma dimensão horizontal diferencial que não tem conotação hierárquica, inspirou os conceitos posicionais de *status* utilizados na pesquisa contemporânea de mobilidade social.

Sintetizando a noção de espaço social com a interpretação multidimensional de Weber sobre estratificação social, os cientistas sociais interessados nos estudos de mobilidade social, contrários às interpretações funcionalistas, iriam eliminar o uso do *status* enquanto termo de avaliação social de superioridade e inferioridade, o que segundo Ollivier (*Ibid*) traria consequências, que levariam ao desenvolvimento de medidas de *status* ocupacionais como instrumento de localização de posições na estrutura social.

Ainda segundo Ollivier (*Ibid*), o conceito de *status*, como uma dimensão da estratificação social, tal qual é este é proposto por Weber não dá conta do papel do *status* enquanto mecanismo de exclusão social informal em ambientes pouco diferenciados, nos quais os indivíduos são formalmente iguais. Ollivier salienta que é preciso atentar para o fato de que as sociedades contemporâneas avançadas compreendem ordens normativas múltiplas, sobrepostas e possivelmente em conflito.

### 2.2.6 – Bourdieu: classe, *status* e *habitus*

Para Bourdieu (2005), as escalas de prestígio ocupacional são conceitualizadas como gradações sintéticas que combinam tanto os atributos econômicos como os atributos socioculturais, com múltiplas definições das ocupações, aproximando-se do conceito weberiano de classe, enquanto possibilidade de mercado, ao invés de *status* como estima social. Numa perspectiva mais relacionada com o aspecto simbólico da ordem social, tomando como base a análise weberiana de classe e *status*, Bourdieu repensa a relação entre esses dois termos, tratando o *status* como o aspecto simbólico da estrutura de classes, que por sua vez não pode ser redutível às relações econômicas (CHAN e GOLDTHORPE, 2006).

Bourdieu (2005) concorda com Weber ao reconhecer que o *status* de posição dentro de uma hierarquia social, seja de superioridade ou inferioridade, é expresso pelo estilo de vida. Porém, Bourdieu discorda del Weber a respeito da ideia de que a classe pode ser analítica e empiricamente separada do *status*; classe e *status*, para Bourdieu, não são dois tipos de estratificação social. O *status* seria a dimensão simbólica da estratificação por classe, que não é determinada unicamente pelas relações econômicas relativas ao mercado de trabalho e às suas relações com a produção.

Segundo Bourdieu (2008), existe uma homologia entre classe e *status* mediada pelo *habitus* diferente de cada classe. O *habitus* deve ser entendido como um sistema socialmente constituído de disposições, que os membros de uma determinada classe adquirem como resultado de condições de existência específicas de cada grupo social. O *habitus* de classe produz uma unidade "semântica" que rege as práticas em todos os domínios do consumo. Assim, as estruturas de classe produzem estilos de vida que são internamente coerentes dentro de uma classe, mas contrastantes dentro de uma ordenação por *status*.

Bourdieu (*Ibid*) considera a ordem de *status* como o campo de lutas simbólicas entre as classes, na qual os agentes classificam a si mesmos e classificam os outros como iguais ou diferentes, excluídos ou incluídos. É como os agentes das classes dominantes fazem uso do poder simbólico para confirmar a sua superioridade de estilo de vida através das formas distintivas desses estilos reconhecidas como legítimas.

Para Bourdieu (2005), a ordem de *status* ou o espaço social é uma possibilidade para resolver o problema da existência ou não de classes sociais, pois Bourdieu acredita que o que de fato existe é um campo de lutas (espaço social), onde se encontram as diferenças e oposições (BOURDIEU, 2005). Para Bourdieu, "negar a existência de classes é negar a existência de diferenças e de princípios de diferenciação" (*Ibid*, p.27). As classes sociais são constructos teóricos que possibilitam construir e identificar teoricamente os princípios de diferenciação empiricamente observados, que variam de acordo com os lugares e com os momentos.

O espaço social (que não é o espaço físico) é definido como um campo de lutas simbólicas que se encontra hierarquizado em duas dimensões: de um lado, pelo volume de capital global do mais ao menos importante, e de outro pela espécie de capital dominante para a espécie de capital dominado (*Id*, 2008). Os campos de lutas se diferenciam tanto

pelo que está em jogo, quanto pelas diferentes espécies de capitais que o compõem (*Id*, 2009).

A luta pelo que está em jogo é a luta por recursos escassos, nos quais os recursos materiais são apenas um entre tantos. A teoria econômica dá conta de um tipo particular de economia, que é a material, porém, existe um imenso leque de economias simbólicas no universo das práticas sociais. É nesse sentido que Bourdieu (2009) define os vários tipos de capital: econômico, cultural, social, político, etc. O espaço social é então construído como uma estrutura de posições diferenciadas definidas pela posição que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital:

> Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e, se é possível dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social (...) (BOURDIEU, 2005, p. 29).

Para Bourdieu (2008) a ideia de diferença e de separação está contida na própria ideia de espaço que pode ser entendida como um conjunto de posições diferenciadas e que existem em conjunto. Essas posições são definidas umas em relação às outras, pelas relações mútuas de exterioridade, proximidade, distanciamento e ordem. Dessa forma o espaço social permite dois tipos de deslocamentos: um vertical ascendente ou descendente no mesmo campo, e outro transversal que pode se dar no mesmo campo ou em campos diferentes. Os deslocamentos verticais são mais comuns e não significam mobilidade social porque não garantem necessariamente a conversão de uma espécie de capital em outro, por exemplo, o aumento do poder de consumo não traz aumento de capital cultural, no caso do segmento emergente, pelo menos, em curto prazo.

Já um deslocamento transversal pressupõe a conversão de uma espécie de capital em um de outra espécie, por exemplo, capital econômico em capital cultural ou vice-versa, o que seria, portanto, uma transformação estrutural patrimonial, que é condição fundamental da manutenção do volume global do capital e ao mesmo tempo da permanência na posição vertical alcançada.

Bourdieu (2011) enfatiza o elemento da “prática”, considerando-a uma pluralidade de *habitus* que se constituem historicamente. O autor acredita que existam estruturas subjacentes ao social, independentes da vontade dos agentes, produtos de esquemas de percepção, de pensamentos e de ações. Dessa forma, tanto as estruturas, como as representações e as práticas constituem e estão sendo constituídas continuamente. Para

Bourdieu essas estruturas não são fixas e estáveis como no estruturalismo, e ainda, as estruturas não são imanentes (não nascem com o sujeito), mas são produtoras e produto das práticas sociais.

O conceito de *habitus* é um conceito chave na teoria da prática, o *habitus* se constitui no modo de perceber, de pensar e de agir/fazer de uma determinada maneira numa dada circunstância. Pode ser entendido como um sistema de disposições que não são mecânicas e nem determinísticas; de fato, são plásticas e flexíveis, podendo ser fortes ou fracas. Essas disposições são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais e são também duráveis e transferíveis. Estão sempre associadas a uma classe particular de existência e são geradoras das práticas e representações dessa classe. O *habitus* gera uma lógica ou uma racionalidade prática que não se reduz à razão teórica. Adquirido através da interação social, ao mesmo tempo que é classificador e condicionador das ações, é também classificado e condicionado por estas (*Ibid*).

O *habitus*, ainda segundo Bourdieu (2009), é a história inscrita em nosso corpo e em nossa mente, sendo tanto produto da experiência biográfica individual, como da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. O *habitus* é constituído pelo *ethos*, entendido como os valores não conscientes percebidos na moral e na prática cotidianas; pela *héxis*, que se traduz numa "segunda natureza", os princípios internalizados pelo corpo percebidos na postura e expressão corporal, que não é de forma alguma da natureza do sujeito, e sim, adquirida na socialização; e pelo *eidos*, um modo de racionalizar e de apreender o mundo. O *habitus* opera entre o inconsciente condicionado e o intencional calculado, pois há uma margem de liberdade oferecida, ainda que estreita, pela lógica do campo e da situação que nele o agente ocupa, ou seja, a conjuntura que é a conjunção necessária das disposições do agente e de um acontecimento objetivo. O *habitus* pode ser entendido como uma interiorização da objetividade social que se converte em uma exteriorização da interioridade, e não só está inscrito no indivíduo, como este indivíduo está situado em um determinado espaço social: um campo de lutas simbólicas que circunscreve um *habitus* específico (*Id*, 2004).

A teoria da prática tal qual esta foi desenvolvida por Bourdieu e a relação atribuída pelo autor entre os conceitos de classe e status parecem ser mais condizentes com uma perspectiva antropológica. Porém, ressalto que neste trabalho, não considero o *habitus* dos agentes como algo definitivo e imutável, e sim como uma característica plástica,

moldável, que é produto das condições de existência que estão em transformação continua em nossa sociedade, principalmente, no que diz respeito aos valores e usos daquilo que é consumido. Pois a noção de *habitus* parece algumas vezes superestimar as forças condicionantes das estruturas objetivas, e a teoria bourdieusiana parece centra-se na reprodução deixando um tanto nublados os processos pelos quais se dão as transformações sociais (SANTOS, 2004).

Contudo, ao inserir um ponto de vista que privilegia os aspectos simbólicos da desigualdade, acredito que fatores que não podem ser contemplados em avaliações com base unicamente em rendimentos possam ser melhor identificados.

### 2.2.7 – Algumas formas de segmentação socioeconômica no Brasil

No Brasil as classes sociais são medidas de várias maneiras, mas as que mais têm estado em evidência e de certo modo decidindo políticas públicas, são aquelas baseadas no critério renda. De acordo com o IBGE, as classes sociais no país se apresentam atualmente como na tabela a seguir.

**Tabela 6 – Classes de rendimento**

| Reais mensais $ | Salários mínimos |
|---|---|
| Até 1.244,00 (1) | Até 2 (1) |
| Mais de 1.244,00 a 1.866,00 | Mais de 2 a 3 |
| Mais de 1.866,00 a 3.732,00 | Mais de 3 a 6 |
| Mais de 3.732,00 a 6.220,00 | Mais de 6 a 10 |
| Mais de 6.220,00 a 9.730,00 | Mais de 10 a 15 |
| Mais de 9.730,00 a 15.550,00 | Mais de 15 a 25 |
| Mais de 15.550,00 | Mais de 25 |

Fonte: IBGE (tabela atualizada tomando como base o valor de R$ 622,00 do salário mínimo de 2012).

(1) Inclusive sem rendimento

Neri (2008), na pesquisa que levou à conclusão da existência de uma “nova classe média no país”, agregou aos dados do IBGE, outro esquema classificatório que pretende avaliar o potencial de consumo das famílias, utilizado pelas empresas de pesquisa de mercado. Procurando entender o comportamento do consumidor em relação aos produtos e serviços, as empresas de pesquisa buscaram um padrão de homogeneidade entre

os consumidores, através da renda familiar e dos itens de conforto nas residências, aplicando o chamado Critério Brasil aos entrevistados.

Uma das primeiras versões do Critério Brasil foi criada conjuntamente pela ABA – Associação Brasileira de Anunciantes e ABIPEME – Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado e foi utilizada entre 1970 e 1991 (MATTOSO, 2005). Essa versão cedeu à pressão de inúmeras críticas que apontavam para as distorções do método. O atual sistema em uso foi criado pela ABA e pela ANEP — Associação Nacional de Pesquisa em concordância com a ABIPEME e hoje seu nome mudou para CCEB — Critério de Classificação Econômica Brasil.

Apesar das várias mudanças e dos vários nomes recebidos, o Critério Brasil, como é mais popularmente conhecido, ainda parece muito com o original, pois leva em consideração a soma de pontos atribuídos pela posse de determinados itens de conforto, conforme é possível observa no quadro 4. Dependendo do rigor da pesquisa, a pontuação obtida através do valor representativo de alguns itens de conforto e escolaridade do chefe da família é cruzada com a tabela de renda familiar por classes de renda, que apresenta algumas diferenças dem relação à tabela utilizada pelo IBGE na PNAD.

Porém, como salientou Sobrinho (2011), a ABEP deixa claro em documento, no item sobre os objetivos do Critério Brasil, que este se presta a ser um sistema de pontuação padronizado que estime de forma eficiente a capacidade de consumo, que embora contenha itens de natureza social, não há a pretensão de atribuir a ele qualquer caráter sociológico. Vale observar, que esse é um fato que vem somar-se às inúmeras críticas atribuídas à metodologia utilizada por Neri (2008).

Recentemente a SAE – Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – divulgou um estudo realizado em parceria com especialistas das áreas de economia, sociologia e pesquisa de opinião que pretende estabelecer novos critérios para a definição de classes no país, principalmente em relação à definição da classe média[17]. Essa iniciativa, segundo informe da própria secretária, está voltada para uma segmentação mais detalhada desse universo, com o intuito de mapear e combater a vulnerabilidade que esse grupo tão heterogêneo apresenta no que se refere à sustentabilidade dos atuais padrões de rendimentos.

---

[17] Segundo informações do site da SAE. Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/acessoainformacao/ acesso em 30/05/2012.

O fato que aqui chama a atenção é que uma iniciativa como essa deve ter partido do reconhecimento de que os atuais métodos de segmentação das classes sociais no país, utilizados pelas instituições governamentais ou pelo mercado não dão conta de explicar diferenças e realidades tão díspares dentro de um mesmo segmento social.

Entretanto, o que parece é que mais um tipo de segmentação vem somar-se aos outros já existentes, e, mais uma vez o critério renda é tomado como base dessa classificação, que, como as outras, poderá não dar conta de abarcar as várias diferentes nuances sociais desse imenso grupo que é a classe média, ou mesmo o segmento emergente.

**Quadro 5 – Critério Brasil de Classificação Econômica**

| Itens de conforto | NT | 1 | 2 | 3 | 4+ |
|---|---|---|---|---|---|
| Televisão em cores | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Vídeo cassete / DVD | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Rádio | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Banheiro | 0 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Empregada Mensalista | 0 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Máquina de lavar roupa | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Geladeira | 0 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Freezer | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Automóvel | 0 | 4 | 7 | 9 | 9 |

| Instrução do Chefe da Casa | Ponto |
|---|---|
| Analfabeto/ até 3º Série Fundamental | 0 |
| 4ª Série Fundamental / Primário completo | 1 |
| Fundamental Completo / Ginásio completo | 2 |
| Médio Completo / Colegial completo | 4 |
| Superior Completo | 8 |

**Sistema de pontuação – Critério Brasil**

| Tabela de Pontos | Classe Social |
|---|---|
| 42 a 46 | A1 |
| 35 a 41 | A2 |
| 29 a 34 | B1 |
| 23 a 28 | B2 |
| 18 a 22 | C1 |
| 14 a 17 | C2 |
| 08 a 13 | D |
| 00 a 07 | E |

| Classe Social | Renda Média Familiar (Valor Bruto em R$) |
|---|---|
| | 2010 |
| A1 | 12.926 |
| A2 | 8.418 |
| B1 | 4.418 |
| B2 | 2.565 |
| C1 | 1.541 |
| C2 | 1.024 |
| D | 714 |
| E | 477 |

Fonte: ABEP (2011)

A nova tabela classificatória segmenta a classe média em três níveis, e toma como base a renda per capita e não a renda familiar. Segundo Santos (2004) não se deve pensar uma estrutura de classes de forma objetiva e econômica. Para o autor as classes representam um processo contínuo de produção e reprodução das relações de classe. As classes devem ser pensadas em correspondência às práticas sociais sistematizadas e

ordenadas no tempo e espaço por condicionantes estruturais específicos, por instituições e representações. Dessa forma, é possível concluir que mesmo a nova maneira de segmentar as classes que vem sendo desenvolvida por um órgão governamental e que, portanto, tem o poder de definir políticas públicas, por se basear unicamente no critério renda, como as outras já existentes e, continuará a apresentar as mesmas fragilidades no entendimento da dinâmica social no país.

**Tabela 7 – Classificação socioeconômica segundo a SAE**

| Classe | Renda Mensal Per Capita (Valor Bruto em R$) |
|---|---|
| **Extremamente pobre** | Até R$ 81 |
| **Pobre** | R$ 162 a R$ 291 |
| **Baixa classe média** | R$ 291 a R$ 441 |
| **Classe média** | R$ 441 a R$ 641 |
| **Alta classe média** | R$ 641 a R$ 1.019 |
| **Baixa classe alta** | R$ 1.109 a R$ 2.480 |
| **Alta classe alta** | Acima de R$ 2.480 |

Tabela de autoria própria a partir de matéria jornalística divulgada pela SAE.

### 2.2.8 – O conceito de classe média segundo a teoria sociológica

A definição de classe média é bastante controversa na literatura sociológica, um exemplo disso pôde ser visto nos esquemas classificatórios aqui apresentados de Wright e de Goldthorpe. Do ponto de vista de alguns economistas, o limite que determina a classe média, é aquele que ultrapassa a linha de pobreza. Por pobreza, pode ser entendido aquele que não dispõe dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive (ROCHA, 2006).

O fato é que se o conceito classe social por si só já é polêmico e está longe de um consenso mesmo dentro das ciências sociais, conforme foi suscintamente mostrado anteriormente, a existência ou não de uma classe média, ou melhor, de classes médias é uma ideia muito mais controversa. Se este segmento for entendido seja do ponto de vista das ocupações, seja de ponto de vista de um conjunto de valores compartilhados, ainda assim, sua comprovação empírica encontra inúmeros desafios.

Conforme foi visto, a teoria marxista concebe a existência de grupos intermediários e não de uma classe. Para Weber existiriam vários tipos de “classes médias” que estariam entre as classes proprietária e a classe daqueles que não tem nada a oferecer, senão o seu trabalho (sem qualificação educacional). Weber previu a expansão desses grupos, como consequência da autoridade impessoal e racional através da burocratização, ele tratou a “classe média”, como a classe que mais tenderia a se expandir com o desenvolvimento do capitalismo (GIDDENS, 1975).

Já para Halbwachs (1958 *in* IANNI, 1973) a classe média é definida como uma camada de pessoas de renda moderada, na maioria das vezes com pouca propriedade privada, situada entre a classe socialmente mais alta e a mais baixa, formando uma classe que simplesmente preenche uma lacuna entre as duas outras polarizadas, baseada em profissões justapostas, porém, extremamente diferenciadas, tanto em suas atribuições, como em comportamento e condições de existência. Envolvido por um característico sentimento de insegurança, esse grupo é dependente do contrato de trabalho, ou seja, sua autonomia é extremamente dependente da empresa capitalista.

Giddens (1975) distingue duas formas principais de diferenciação dentro da classe média, uma resultante das diferenças de possibilidades de mercado e outra resultante das variações na divisão do trabalho. A possibilidade de diferença de mercado se exprime mais profundamente na capacidade de oferecer conhecimento técnico vendável, habilidades simbólicas reconhecidas e especializadas e oferecimento de habilidade simbólica geral. É baseada nessa diferenciação que a classe média através da educação formal irá se reproduzir (HALBWACHS *in* IANNI, 1973).

De acordo com Giddens (2010), alguns autores preferem falar de “classes médias”, dada à grande diversidade tanto de ocupações, como de *status* e de oportunidades de vida entre aqueles que fazem parte desses segmentos. A falta de coesão em relação aos interesses, por conta de sua composição mais frouxa não é uma característica atual, Giddens afirma que desde a sua emergência no início do século XIX esse tem sido um aspecto que acompanha as classes médias ao longo da história.

Historicamente, a classe média pode ser identificada a partir do capitalismo de duas formas distintas na Europa e nos Estados Unidos (GIDDENS, 1975). Enquanto na Europa a classe média era mais urbana e se mantinha com a posse de algum meio privado de produção, ficando alheia aos embates cada vez mais crescentes entre a burguesia e os

operários; a classe média americana, ao contrário, era formada por uma grande massa de pequenos proprietários rurais.

Inspirada fortemente nos ideais liberais, a nascente classe média americana, interpretou à risca a doutrina liberal, de forma que a liberdade no trabalho era para o indivíduo, tal qual a liberdade da alma, portanto, este deveria ser proprietário e assim garantir a sua segurança econômica, preceitos básicos da democracia original (MILLS, 1976). A extensão e a posse da propriedade determinavam os parâmetros de *status*, através, também da renda obtida pelo trabalho, como oberva Mills:

> Havia (...) uma estreita relação entre renda, *status*, trabalho e propriedade. E como o poder ligado à propriedade era tão generalizado quanto sua distribuição, nessa coincidência estava a base do caráter dos indivíduos e do equilíbrio social. (*Ibid*, p.3)

Ainda segundo Mills (*Ibid*), na Europa, em virtude das profundas mudanças resultantes da Revolução Agrária, da mecanização industrial e da herança de uma forte tradição feudal, os pequenos proprietários se concentravam em pequenas aldeias e diferentemente dos Estados Unidos, não constituíram no mesmo período, uma classe média tão expressiva como foi a americana. A classe média europeia era mais urbana, constituída por artesãos e pequenos comerciantes que não absorveram de forma tão rígida como os americanos o ideal liberal. Dessa forma, a classe média europeia não segue a perspectiva da propriedade, buscando a diferenciação social através do consumo de bens diferenciados.

Com o desenvolvimento do capitalismo econômico, os pequenos proprietários americanos vão sendo engolidos pelos grandes conglomerados industriais e, uma nova classe média surge, baseada em funções burocráticas, tanto privadas como públicas. O desenvolvimento da fase monopolística do capitalismo trouxe a reboque mudanças profundas na estrutura ocupacional e na ordem social.

A expansão das classes médias, como prevista por Weber, em virtude da expansão capitalista e dos processos de burocratização, foi constatada particularmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a classe dos *white-collors* (MILLS, 1976). Na década de 1950 a classe média americana de *white collors* havia substituído, totalmente, os empresários empreendedores e independentes do século XIX nos Estados Unidos, quando a racionalidade individual foi sobrepujada pela racionalidade burocrática. De acordo com Mills (1976), os *white collors*, expressão que foi traduzida para o português como “colarinhos branco” – aqueles que usam roupas diferentes dos operários que

usualmente utilizavam macacões azuis, os *blue collors* – é um grupo caracterizado pelo contrato de trabalho, pagamento mensal e por um estilo de vida marcado pela diferença no modo de vestir, entre outros, na busca por prestígio e *status*, com comportamentos e atitudes típicos da sociedade de massas.

Segundo Guerra *et al* (2006), com o desenvolvimento do capitalismo e dos avanços tecnológicos crescem também os serviços burocráticos, tanto na grande empresa capitalista, como no Estado e, em consequência direta, cresce o emprego assalariado. Em consonância com esses fatores, ocorre a separação da administração técnica e científica do processo produtivo; escritório e chão de fábrica passam a não ocupar o mesmo espaço físico. Simbolicamente os empregados assalariados da burocracia passam a se distinguir da classe trabalhadora não apenas pelos rendimentos mais elevados, como também pelo alto padrão de consumo. O consumo, então, passa a influenciar de forma decisiva no desenvolvimento da produção, que irá resultar em transformações na vida social, alterando a visão de mundo dos grupos e das pessoas (GUERRA *et al*, 2006).

A universalização dos serviços de saúde, educação e assistência social através do Estado acaba por absorver em grande medida os profissionais liberais como médicos, dentistas, advogados, engenheiros:

> Em síntese, a classe média do século XX apresentou três distintos componentes. De um lado, a alta classe média que se constituiu por pequenos e médios empresários, pela alta direção pública e privada e por antigos profissionais liberais de nível superior (professores universitários, jornalistas, engenheiros, economistas, médicos entre outros). No segmento pertencente às camadas médias, destacaram-se os postos intermediários da burocracia pública e privada das grandes empresas da administração pública (mestres, professores de ensino médio, inspetores, ocupações qualificadas, empregados de escritório, analistas, entre outros), enquanto na classe média baixa se fundamentou a partir dos postos de trabalho como caixas, auxiliares de escritório, de burocracias, consultorias e saúde, técnicos em contabilidade, comunicações, entre outros (*Ibid*, p.24-25).

Esse quadro começa a mudar a partir da década de 1970, quando se inicia uma nova revolução tecnológica, que resultará em diversas mudanças na esfera produtiva, tais como o enxugamento nos quadros do processo de produção e administrativos; o predomínio da produção flexível, terceirização e automação; e novas formas de relações de trabalho. Esses fatores resultam em novos tipos de ocupação, que passam a existir com base nas novas demandas tecnológicas. A classe média passa assim a ser identificada como pós-industrial e detentora privilegiada do conhecimento, responsável pelos valores imateriais da produção capitalista.

Na tentativa de dar conta dos setores médios contemporâneos, conforme foi visto no esquema de Wright, o autor enxerga não uma única, mas sim várias classes médias. Sua interpretação está baseada nos três tipos de ativos: meios de produção, habilidades e organização e está diretamente ligada ao caráter do trabalho exercido pelos diferentes grupos no processo produtivo (SCALON, 2012).

Analiticamente, o termo classe de serviço utilizado por Goldthorpe, como foi descrito anteriormente, para se referir à classe média, é explicado pela forma distinta de regulação do trabalho que esta teria em relação à classe trabalhadora; assim pertenceriam às classes médias aqueles que possuem habilidades especificas e escassas; e pela natureza de suas atividades essas seriam difíceis de monitorar e controlar. A classe de serviço estaria num patamar de maior estabilidade e remuneração, contando com benefícios adicionais e oportunidades de carreira (SCALON, 2012).

O fato é que a teoria sociológica procura enfatizar a ocupação dos indivíduos, para melhor identificar a situação de classe que esses se encontram. As características ocupacionais são relevantes porque possibilitam uma melhor classificação de acordo com suas chances de vida, considerando o acesso a oportunidades, direitos efetivos, etc., possibilitando uma melhor articulação analítica sobre as classes. Entretanto, como foi demonstrado, há muitas controvérsias a respeito das ocupações que comporiam a classe média.

Apreendidas numa perspectiva analítica mais simbólica, as classes médias se caracterizam pela posse de capital imaterial conforme informa Souza:

> As classes médias se formam pela apropriação privilegiada do capital cultural – por exemplo, sob a forma de conhecimento técnico indispensável para a reprodução do mercado e do Estado – as classes médias fazem parte da fração dominada das classes dominantes. São classes que possuem um interesse material e ideal na reprodução da ordem que as privilegia. Mas o tipo de capital cultural apropriado, por exemplo, se ele é literário e crítico, por oposição ao instrumental e técnico, influencia muito na forma de perceber e atuar no mundo (SOUZA, 2010).

A classe média nas sociedades contemporâneas é considerada bastante heterogênea, formadora de opinião. Influenciando decisivamente tanto o Estado como o Mercado, a classe média, como classe intermediária entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, é mais vulnerável às mudanças conjunturais que podem levar à mudança de ideias e de posição social (GUERRA *et al*, 2006).

Conforme observa Heiman *et al* (2012), o consumo tem sido o tema mais recorrente nos estudos sobre a classe média. Historiadores e antropólogos, segundo a autora, têm associado a expansão da classe média à emergência de culturas de consumo. Pois, acredita-se que as classes médias buscam no consumo através de estilos de vida específicos uma identidade.

O que é consenso é que esse estrato é suscetível a uma grande gama de suposições e significados, tais como, apatia, diligencia, frugalidade, politicamente conservadora, culturalmente inautêntica, entre outros significados. O espaço aberto para essas atribuições em boa parte é consequência da imprecisão que moldou o uso desse conceito até os dias atuais (HEIMAN *et al*, 2012). Com a emergência de novas classes médias, em países onde a economia se expandiu fortemente nas últimas décadas, como é o caso da China e da Índia, o conceito classe média voltou a despertar interesse por parte dos estudiosos de várias partes do mundo (*Ibid*).

O fato é que o conceito, com todas as transformações politicas e econômicas ocorridas nas últimas décadas requer atualizações teóricas e analíticas. Por isso considerei importante elencar algumas interpretações mais tradicionais na teoria sociológica sobre esse conceito. As limitações e imprecisões aqui apresentadas sobre os conceitos de classe social e mais especificamente de classe média, demonstram o quanto esses conceitos são difíceis de serem operacionalizados, ainda assim, é preciso reconhecer que algum ponto deve servir de partida para o debate, e nesse sentido os dois termos classe social e classe média estão sendo utilizados neste trabalho, ainda que suas definições sejam bastante imprecisas.

### 2.2.9 – A classe média no Brasil

A classe média hoje no país está sendo representada, de acordo com a perspectiva de Neri (2008), por uma imensa parcela da população constituída pelas classes C e B, que possuem renda familiar entre 1.200 a 5.174 reais, ou seja, de 3 a 10 salários mínimos em valores de 2010. Se apenas o critério renda não dá conta de explicar as desigualdades, uma faixa de renda tão abrangente só torna a incompreensão ainda maior.

A classe média no Brasil era praticamente inexistente no período colonial, a ordem social competitiva típica do capitalismo só começa a emergir no espaço de tempo

entre o Império e a República, quando as conjunturas sociais e econômicas favoreceram a criação de um comércio local mais consistente e se deu a expansão dos serviços públicos (FERNANDES, 2006). Entretanto, somente no período entre 1930 - 1980 é que ocorre a constituição efetiva de uma classe média brasileira (GUERRA *et al*, 2006).

Segundo Fernandes (2006), a ordem social no Brasil colonial, escravocrata e senhorial, não permitia que a competição fosse um fator constituinte da dinâmica social. O sistema de *status* e de papéis sociais carecia de consistência estrutural diante da falta de elasticidade da própria ordem social escravocrata. Para seguir a ordem mundial do capitalismo, os senhores de então, preocupados com a manutenção do poder que exerciam sobre a ordem social, e os privilégios advindos deste, encontraram a solução na mudança política através da República, ao invés da assimilação da ordem social burguesa.

Esses impuseram uma espécie de "racionalização" do trabalho escravo, impedindo assim o desenvolvimento de uma ordem competitiva que representasse ameaça. Convertidas aos privilégios estamentais, a livre iniciativa e a empresa privada eram protegidas e salvaguardadas sem nenhuma base racional da economia liberal, em favor dos agentes detentores do poder. Mantendo-se no centro de decisões tanto do poder político como do poder econômico e ditando a ordem social e seus próprios privilégios, os senhores escravocratas praticaram um tipo de "capitalismo" que nada tinha de competitivo e que não distribuía renda nem poder como nas sociedades capitalistas de livre iniciativa. A distribuição se mantinha de forma estamental e, portanto, extremamente desigual e imóvel.

Ainda segundo Fernandes (*Ibid*) esse tipo de liberalismo conservador trazia certa tensão aos estamentos intermediários, pelas diferenças resultantes entre um "*status* atribuído" e um "*status* real". Os estamentos intermediários eram formados em sua maioria por importadores, comerciantes de produtos no atacado, e intermediários nos negócios de importação e exportação, como também por homens que pertenciam às grandes famílias tradicionais da sociedade civil, mas que não possuíam as mesmas condições dos senhores escravocratas.

Aqueles que pertenciam ao estamento intermediário assumiam cargos e papéis no estamento dominante através de alianças e do nível social, ou ainda, através de competências pessoais que atendiam à ordem e às necessidades de um patrimonialismo burocratizado. Os estamentos intermediários não possuíam poder decisório, vivendo assim uma ficção de *status* social alimentada pela tradição. Almejavam serem tratados e aceitos

socialmente como iguais e não produziam qualquer movimento em prol da mudança do *status quo.*

As mudanças econômicas e políticas na segunda metade do século XIX começaram a expressar certa mobilidade, que ameaçava os estamentos intermediários, que não desejavam abrir mão de seus privilégios. Competindo com os homens brancos livres e com os libertos, através de artifícios proporcionados pelas posições que ocupavam muito próximas à rede institucionalizada de poder, os estamentos intermediários exerciam um tipo de competição que, de fato, não objetivava uma mudança na estrutura social nos moldes do ideal liberal, e sim uma transferência de poder dos estamentos superiores, detentores do "*status* real", para suas mãos. Segundo Fernandes:

> (...) o austero homem de negócios, do nascente e próspero "alto comércio" urbano, impunha-se o mesmo código de honra, aspirava aos mesmos ideais e, se não igualava, suplantava o estilo da aristocracia agrária (confundindo, na paisagem social em mudança, os dois mundos mentais, o da "Casa-Grande" e o do "Sobrado). Seu objetivo supremo deslocava-se, aos poucos, para a conquista de um *status* senhorial (através da nobilitação ou de alguma espécie consagradora de titulação), que coroasse o "êxito econômico", sublimando-o e dignificando-o na escala de prestígio e de valores de uma sociedade de castas e estamental (*Ibid*, p.217).

O que Fernandes ensina nos parágrafos acima é que a sociedade escravocrata brasileira, mesmo após o período colonial, não assimilou os valores do capitalismo econômico, como a livre concorrência e o livre mercado. Dentro deste tipo de capitalismo adaptado aos valores da tradição senhorial, não era possível surgir uma sociedade de classes, tal qual aconteceu na Europa e nos Estados Unidos na mesma época. O que havia, de fato, era uma sociedade estamental, na qual os setores intermediários competiam entre si para usufruírem dos privilégios concedidos ou mesmo objetivando alcançar o lugar das oligarquias senhoriais e, mais importante, não almejavam que a ordem social vigente fosse substituída por uma ordem liberal no sentido pleno.

Nos anos 1920, a classe média no Brasil rural estava ligada à propriedade privada e à posse de meios de produção, enquanto na cidade pequenos negociantes e profissionais liberais autônomos formavam a classe média urbana. A classe média foi excluída dos centros de decisões do país, dominados pelas oligarquias, até o início da década de 1930.

Após a Revolução de 1930, o país passa a ter um projeto de industrialização nacional, que avança predominantemente nas cidades, possibilitando a reprodução e o

crescimento de uma classe média assalariada e urbana. Enquanto isso, no setor agrário, o grande latifúndio predomina, impossibilitando a mobilidade social ascendente, o que potencializou o êxodo rural para as cidades mais industrializadas do país, êxodo intensificado na década de 1960, como no exemplo mais expressivo, o da migração para a cidade de São Paulo (GUERRA *et* al, 2006).

Na década de 1950 as ocupações características de classe média representavam um quarto da população economicamente ativa do país. Esse percentual cresce para 29% ao final dos anos 1970 (QUADROS, 1991). Entre 1930 e 1955 foram instaladas no Brasil grandes empresas estrangeiras, o setor público na era Vargas se tornou bastante robusto graças ao papel do Estado, tanto no que tange ao social, como no setor produtivo, através das empresas estatais. A partir de 1956, sob a égide do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) com o estabelecimento do plano de metas, multinacionais europeias se instalam no país, seguidas pelas empresas americanas, as quais concorriam entre si na expansão para outros mercados. O Brasil se apresentava então, como uma oportunidade, por possuir condições internas suficientemente desenvolvidas, dando assim o salto para a industrialização pesada nos padrões tecnológicos dominantes (*Ibid*).

No período que compreende os anos de 1968 a 1973 o país vivenciou o chamado "Milagre Econômico Brasileiro". Grandes transformações aconteceram na sociedade nacional a partir de inciativas implementadas nos anos JK. Dentre essas grandes transformações, a explosão das classes médias nas metrópoles, que acompanhou a explosão demográfica urbana, como também a explosão do consumo e do crédito (SANTOS, 1999).

Essas explosões têm a ver com o grande processo de industrialização e com a expansão do setor público. Paralelo a isso se dá a diversificação dos empregos e a expansão dos postos de trabalho de níveis médios e superiores. A reprodução do monopólio ao acesso à educação resultou na conformação de uma elite predominantemente branca com acentuada exclusão da população negra dos postos de trabalho da classe média. Grande parte daqueles que deixam o campo nesse período, por conta dos processos de modernização tecnológica, e migram para os grandes centros urbanos não conseguem colocação no circuito de trabalho formal, só encontrando trabalho no âmbito da informalidade e precariedade econômica (GUERRA *et al*, 2006).

A classe média foi nesse período a beneficiária privilegiada dos programas governamentais, que garantiam acesso à casa própria e ao bem estar social. Esses programas garantiam também a distinção dos rendimentos salariais entre operários e aqueles que ocupavam as posições intermediárias. Os pobres só tiveram alguma atenção do Estado no final do regime militar.

Dentro desse quadro privilegiado a classe média se expandiu de forma coesa dentro do período que compreende não apenas o período do "milagre", como boa parte dos anos 1980. Segundo Santos (1999), a classe média brasileira ancorada nos recursos que o Estado e o mercado lhe ofereciam, aumentava seu poder aquisitivo e seu bem estar material, e por não estar exposta à grande competitividade, mantinha-se coesa e consciente de sua poderosa posição estamental.

Ainda segundo Santos (*Ibid*), a classe média se torna assim a grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos. Resulta daí um sentimento de inclusão no sistema político e econômico acompanhado por um sentimento de segurança. Instala-se um processo de barganhas entre a classe média e o governo, que tem nesse segmento o seu maior alicerce. O crescimento dos níveis de educação e renda propicia um estilo de vida que se deseja preservar. Dessa maneira a classe média brasileira se volta mais para o consumo do que para as questões de cidadania, fechando os olhos para um tipo de crescimento econômico que estava baseado no cerceamento das liberdades democráticas.

Entretanto, a partir da década de 1980, ocorre grande retenção na expansão do emprego assalariado devido ao abandono do projeto de industrialização nacional e ao iniciou das fases de crise do capitalismo mundial. Em consequência, a estrutura do trabalho da classe média vai se transformando, dando origem ao grande número de profissionais liberais autônomos e consultores, pessoas jurídicas e proprietários de pequenas e micro empresas (GUERRA *et al*, 2006).

Com a redução dos postos de trabalho a classe média assalariada perde importância sem, contudo, haver um fortalecimento de um novo padrão de reprodução desse segmento, como ocorreu nos países desenvolvidos. O que se percebe é a expansão de uma classe média proprietária de reduzidos meios de produção, de pequenos empreendedores.

As consequências políticas desse processo podem ser observadas através da insatisfação da classe média em relação aos direitos e encargos sociais, ao repúdio à intervenção do estado que se configurará na onda neoliberal que avançará sobre o país na década de 1990. A abertura econômica, tecnológica e produtiva, mais o enxugamento da máquina estatal nessa década, atingirão fortemente a classe média brasileira, que vai perdendo o seu poder de consumo.

A forte dependência da classe média moderna em relação à grande empresa e de sua posição dentro da hierarquia profissional capitalista, ou à dependência ao contrato de trabalho, torna-se mais evidente quando esse segmento começa a sentir os efeitos da crise do "Milagre Brasileiro", sentimento que se acentuará com a Crise da Dívida Externa nos anos 1980. A partir daí o país passou a viver com o advento de vários planos econômicos até a estabilização econômica em 2002.

A moderna classe média brasileira, conforme foi mencionado acima, quase sempre esteve alheia às desigualdades sociais do país, sobretudo porque essa desigualdade sempre favoreceu esse segmento que usufruía, e ainda usufrui de privilégios que as classes médias dos países desenvolvidos não possuem, como por exemplo, os serviços pessoais de babá, faxineira, empregada doméstica, motorista, segurança, serviços possíveis por causa da baixa remuneração e da quantidade de mão de obra disponível.

Conforme também foi dito anteriormente, a classe média brasileira se expandiu nos anos do "Milagre Brasileiro" sem muita competição e com privilégios em relação às classes populares, assegurados pelo Estado. Isso explica em parte a sua posição tradicionalmente conservadora. É bem provável se ouvir em conversas entre pessoas de classe média, atualmente, duras críticas aos programas sociais do governo, que distribuem renda às famílias pobres, como é o caso do programa Bolsa Família entre outros:

> Assim, os processos de desenvolvimento social que impliquem em redistribuição de renda afetam não somente os interesses dos grupos sociais mais privilegiados do país, mas também os privilégios da classe média brasileira. Afinal, entende-se que desenvolvimento exige não apenas crescimento econômico, mas também, e é fundamental isso, uma distribuição mais igualitária dos frutos do trabalho social (GUERRA *et al*, 2006, p.62).

A classe média brasileira conquistou um padrão de bem estar material, conforme foi dito, ou de estilos de vidas, vividos através do aumento do poder de consumo. O consumo sempre foi para a classe média brasileira um forte instrumento de marcação social, além da busca por diferenciação através da cultura e da meritocracia educacional. O

consumo assume aqui um importante papel no imaginário social da classe média, que através do mérito profissional busca elevar cada vez mais o seu estilo de vida baseado no nível de consumo. Assim, lugares, comidas e vestimentas são elementos que marcam a distinção entre a classe média e os estratos mais baixos.

Enquanto que o gasto das classes populares se concentra em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, os gastos da classe média estão concentrados em educação, cultura & lazer e serviços privados de saúde. A classe média, diferentemente das classes populares, não está habituada a utilizar os serviços públicos, em parte pela precariedade desses serviços, como é o caso da educação e saúde, por exemplo, em razão disso, parte importante da renda familiar é destinada a essas despesas. Além, é claro, do investimento em educação ser uma característica das classes médias modernas. O investimento em educação garante a reprodução e perpetuação do *status* social desse grupo.

### 2.2.10 – Conclusão sobre classe e estratificação social

O entendimento sobre a dinâmica das classes sociais, segundo declarou Souza em 2010 ao jornal *Le Monde Diplomatique*, é extremamente importante porque:

> A adequada percepção das classes sociais, ou seja, a compreensão que existe de uma produção diferencial de indivíduos com capacidades e possibilidades muito diferentes determinadas pelo pertencimento a uma classe específica é, por conta disso, um tipo de conhecimento subversivo da ordem dominante. Ela permite mostrar a falácia do "mérito individual" à medida que o percebe sempre socialmente produzido.

O que pretendi ao apresentar, ainda que de forma sucinta, as formas mais comumente utilizadas de segmentação da estrutura social, a forma como se definem as classes econômicas no Brasil e a descrição histórica e sociológica a respeito da classe média, foi em primeiro lugar enunciar as teorias a respeito do conceito classe social e situar as bases em que estão se dando o discurso a respeito da emergência de uma nova classe média no país.

Salata (2012) observa que boa parte dos economistas brasileiros, não atenta para a teoria sociológica, no que se refere à forma de segmentar a sociedade, utilizando o critério renda isolado e independente de sua origem. As teorias sociológicas de segmentação social que foram apresentadas apontam para as inconsistências do trabalho de

Neri (2008), que identifica a classe média como aquela que aufere a média da renda média da sociedade. O critério renda tomado dessa forma torna a classificação muito prática, porque no caso brasileiro é necessário somente operacionalizar dados, geralmente fornecidos pelo IBGE.

Essa escolha metodológica, simplista, provoca distorções, ao levar em conta somente a classe de renda, deixando de fora outras dimensões importantes das relações sociais. Nesse caso, as relações de emprego/ocupação conforme, por exemplo, informadas pelos modelos teóricos de Wright e Goldthorpe. É possível que se os dados utilizados por Neri (2008) fossem analisados de forma consistente poderiam mostrar outra realidade bem diferente da que está implícita na ideia de uma nova classe média. Mas ainda assim, seria preciso considerar outros tipos de trocas, além da econômica, as quais estão implícitas nas relações de classe. Como observa Bourdieu (2004) ao falarmos de estrutura e estratificação social devemos estar cientes das propriedades intrínsecas a cada grupo social específico:

> (...) é preciso indagarmos em que medida as partes constitutivas de uma sociedade estratificada, classes ou grupos de *status*, formam uma estrutura, isto é, atendo-nos a uma definição minimal, se e em que medida tais partes mantêm entre si outras relações além da mera justaposição e, por conseguinte, manifestam propriedades que resultam de sua dependência relativamente à totalidade. Mais precisamente, de sua posição no sistema completo das relações que determina o sentido de cada relação particular. Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas como, por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais (*Ibid*, p.3).

O grande desafio, que surge como consequência do debate sobre a emergência de uma nova classe média no país, é estabelecer critérios que deem conta de segmentar a sociedade de forma a abarcar todas as dimensões envolvidas na dinâmica das relações sociais.

# 3 – A etnografia

## 3.1 – O campo e a sua localização

Realengo é um bairro localizado ao norte da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, entre o Maciço da Pedra Branca e a Serra do Medanha. A Zona Oeste da cidade é dividida em duas partes pelo Maciço da Pedra Branca. A parte ao sul, costeira ao Oceano Atlântico, é onde ficam localizados os bairros da Barra da Tijuca, Barra de Guaratiba e Jacarepaguá. Distante tanto geográfica, como social e culturalmente, fica a parte norte da Zona Oeste, que compreende os bairros de Bangu, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Inhoaíba, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Vila Militar e Realengo. A parte ao sul do maciço é uma região mais rica economicamente, se assemelhando à Zona Sul da cidade, já a parte ao norte do maciço é economicamente pobre, abriga inúmeras favelas e conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda, se assemelhando à Zona Norte da cidade[18].

Segundo Fróes (2004) a Zona Oeste (na parte Sul) tem em sua origem uma história rural que se inicia com a ocupação por parte da região pelos padres jesuítas no final do século XVI. Em 1567 o primeiro Ouvidor-Mor do Rio de Janeiro doa uma sesmaria a Cristóvão Monteiro. Em 1589 sua viúva entrega parte dessa sesmaria aos padres jesuítas. Esses, através de outras aquisições, expandem as duas léguas inicialmente recebidas, formando assim a Fazenda de Santa Cruz, onde desenvolveram engenhos de cana-de-açúcar e criação de gado bovino; construíram um grande convento; canais e vias para o escoamento dos produtos da fazenda e para comunicação, sendo a mais importante a Estrada Real de Santa Cruz.

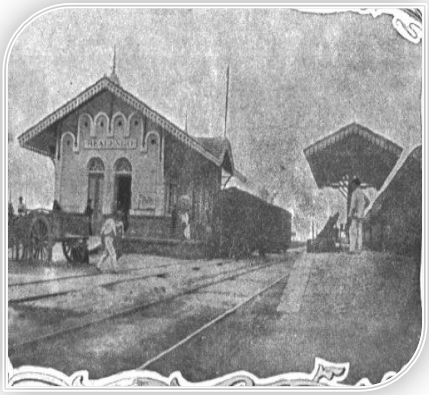
Após a expulsão dos jesuítas da Colônia em 1759 pelo marquês de Pombal, as terras pertencentes à Fazenda Santa Cruz deixam de produzir como antes e passam a fazer parte do patrimônio da Fazenda Real. Por esse motivo são chamadas de terras realengas, que significa: terras devolutas que voltam a pertencer à Coroa Real (Fróes, 2004). Com a vinda da Família Real em 1808 para o Brasil, o convento construído pelos jesuítas, localizado na Fazenda Santa Cruz, começa a ser reformado e o Palácio de Santa Cruz torna-se lugar de descanso para D. João e sua corte (*Ibid*).

---

[18] Fonte Wikipédia – disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_Oeste_(regi%C3%A3o_do_Rio_de_Janeiro) - acesso em 12/02/2012.

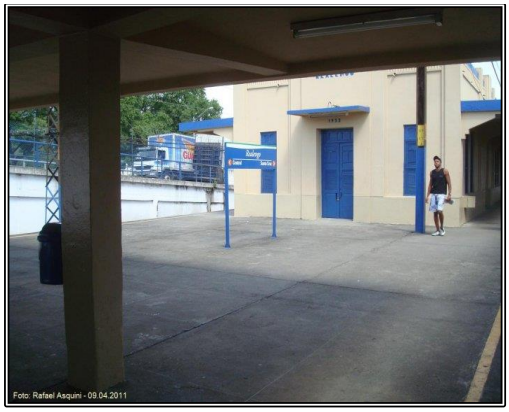
Nessa época, os aglomerados urbanos se restringiam ao entorno das grandes fazendas de café e engenhos e ao longo da costa nas vilas de pescadores. Com a vinda da Família Real, a cidade começa a se urbanizar. A implantação do sistema de transporte sobre trilhos em 1858, através da inauguração da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II, que ligava a corte até a região de Queimados, torna possível o desenvolvimento do comércio e de novos empreendimentos na região, facilitando o acesso que antes mantinha a área isolada da zona central da cidade devido às grandes distâncias e às barreiras geográficas (*Ibid*).

**Figura 1 – Foto da estação ferroviária de Realengo no século XIX**



Fonte: Site Realengo em Pauta[19].

**Figura 2 – Foto da estação ferroviária de Realengo nos dias atuais**




Fonte: Site Realengo em Pauta.

[19] Site Realengo em pauta – disponível em: http://realengoempauta.com.br/2011/05/fevereiro-edicao-n%C2%BA-2/- acesso em 01/15/2012.

No fim do século XIX, com a instalação da Fábrica de Tecidos de Bangu e a implantação de unidades militares e industriais em Realengo, a região começa a ser povoada mais densamente. A construção da Avenida Brasil ligando a Zona Oeste ao restante da cidade na metade da década de 1940 e o surgimento de distritos industriais em Campo Grande e Santa Cruz na década de 1960 contribuíram para que a região se tornasse a mais populosa da cidade atualmente.

A respeito do bairro de Realengo, em 1814, D. João doa as terras realengas de Campo Grande, em sesmarias para o Senado da Câmara. A região, onde hoje fica localizado o bairro de Realengo, foi então destinada exclusivamente à pastagem de gado bovino para fornecimento de carne à cidade.

**Figura 3 – Documento da planta do bairro de Realengo no século XIX**

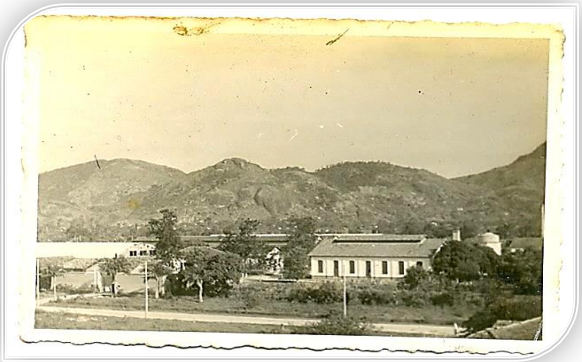
Fonte: Site Realengo em Pauta.

Proibida de vender ou alienar as terras recebidas, a Câmara do Senado recebeu a incumbência de medi-las e limitá-las e assim, em 20 de novembro de 1815, o povoado de Realengo é oficializado. No ano de 1878 a estação de Realengo da Estrada de Ferro Central do Brasil é inaugurada e em 1898 a Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra do Exército, conhecida popularmente como fábrica Realengo de munição, começa a funcionar, sendo desativada somente em 1978.

No início do século XX, a Vila Militar começa a ser construída, hospedando a sede da escola, onde seria formada a grande maioria dos oficiais das Forças Armadas Brasileiras, até a década de 1940, quando a escola de cadetes e oficiais é transferida para a cidade de Resende. A partir da ocupação militar, o bairro, assim como grande parte da Zona Oeste, vai perdendo as suas características campestres e passa a ser preenchido por

conjuntos habitacionais da COHAB[20], CEHAB[21] e por coletivos do IAPI[22], para a população de baixa renda, militares de baixa patente e operários.

**Figura 4 – Antigo Arsenal do Exército em Realengo**



**Fonte: Site Realengo em Pauta**

**Figura 5 – Ruínas da antiga Fábrica de Pólvora de Realengo**

Fonte: Site Realengo em Pauta

Segundo Zaluar (2000), as políticas públicas em relação às moradias destinadas às populações pobres, assim como os estudos acadêmicos, partiam da ideia de que o crescimento industrial não acompanhou o desenvolvimento urbano do país. Daí a equação pobreza-marginalidade-favela, em que a marginalidade era entendida como um problema resultante das condições geográficas de habitação, ou seja, as favelas. Desse modo, removendo-se as populações faveladas para moradias de baixo custo, essas seriam incorporadas à sociedade moderna.

[20] COHAB – Companhia de Habitação.

[21] CEHAB – Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – criada na década de 1960 passou em 1975 a incorporar a COHAB.

[22] Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – criado por lei em 1936.

Nos anos 1940, o governo Vargas implanta uma política de construção de parques proletários, que se acentuaria como política sistemática de remoção de favelas na década de 1960, na cidade, durante o governo de Carlos Lacerda. Ainda segundo Zaluar, entre 1964-1978, portanto, em quinze anos, foram construídas mais de 700.000 unidades populares.

No Rio de Janeiro, dentre os fatores que levaram à execução do programa habitacional, havia as pressões exercidas pelas empresas de construção civil, interessadas não só nas construções populares, mas principalmente, nas valiosas áreas da Zona Sul, as quais estariam livres à especulação imobiliária após as remoções da população que ali habitava. Com a imposição do Regime Militar, o voto dos pobres deixa de ser importante e as remoções passam a ser compulsórias e dramáticas, pois os incêndios em favelas da Zona Sul e no centro da cidade foram intensos entre 1964 e 1971 (*Ibid*).

A COHAB, criada em 1962, com o objetivo de atender o mercado dito popular de habitação, um órgão nacional de economia mista, organizado a nível estadual e com o controle administrativo e político do Estado, construiu entre 1962 e 1965 os primeiros conjuntos habitacionais na Zona Oeste, localizados em Bangu, Vila Aliança e Vila Kennedy e Cidade de Deus no bairro de Jacarepaguá. Os dois primeiros destinados à população retirada do morro do Pinto localizado na região central da cidade, no bairro de Santo Cristo e, o segundo, destinado à população que habitava as favelas localizadas na Zona Sul da cidade. Os três conjuntos têm nomes que fazem alusão ao plano traçado pelo então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, denominado Aliança para o Progresso, voltado aos países da América Latina, para fazer frente ao avanço comunista na região, encabeçado pela Revolução Cubana.

Zaluar assinala que as remoções realizadas na época provocaram inúmeros efeitos negativos, como a queda da renda familiar, em consequência da distância criada entre os pobres transferidos e os locais de geração de empregos como a Zona Sul e o centro da cidade, onde além do tempo de locomoção gasto com transporte, o custo das passagens inviabilizava as atividades produtivas; a destruição das sociabilidades e a destruição das redes de solidariedade.

Infelizmente, esse mesmo tipo de política pública para a habitação volta a ser praticado na cidade do Rio de Janeiro pelo atual Governo Municipal, Eduardo Paes. Grandes projetos estão sendo realizados com o objetivo de revitalizar a cidade visando os

eventos esportivos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Em consequência, várias áreas da cidade estão sendo requisitadas pelo governo, provocando o reassentamento de inúmeras famílias.

Com a retomada da construção de habitações populares vinculadas ao PAC[23], através do programa MCMV – Minha Casa Minha Vida – do Governo Federal e, subsidiadas pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro, novos conjuntos habitacionais estão sendo construídos na Zona Oeste da cidade. Coincidentemente, no bairro de Realengo, onde foi realizada a etnografia em que se baseia o presente texto, foram construídos lado a lado os condomínios Vivendas do Ipê Branco e Vivendas do Ipê Amarelo, destinados a 598 famílias oriundas de assentamentos irregulares nos bairros de Copacabana, Madureira, Olaria e Rocha Miranda, além de pessoas vítimas de desabamentos no morro do Urubu, no bairro de Pilares.

Os fatos acima mencionados foram observados no documentário "Realengo, aquele desabafo" [24] realizado pela equipe do Observatório das Metrópoles [25]. O documentário faz parte da pesquisa realizada pelo IPPUR[26] intitulada *Entre a Política e o Mercado: Desigualdades, Exclusão Social e Produção da Moradia na região Metropolitana do Rio de Janeiro*, no qual é mostrado através de depoimentos o sentimento ambíguo de quem ganhou uma casa, mas também perdeu não só o emprego ou outra forma de obtenção de renda, como suas redes de sociabilidade.

Situado a cerca de vinte quilômetros de distância dos bairros de onde as famílias foram removidas, os Ipês, como já são popularmente chamados, ficam distantes de postos de saúde, escolas, comércio, tais como supermercados, padarias, bancos e demais serviços.

As famílias, que agora vivem no local, foram removidas da mesma forma que os habitantes que ocupavam alguns morros na região do Cais do Porto do Rio de Janeiro,

---

[23] PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

[24] Documentário "Realengo, aquele desabafo", disponível em:

http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1668%3Aa-questao-habitacional-em-video-qrealengo-aquele-desabafoq&lang=pt

[25] Observatório das Metrópoles - Instituto Virtual que conta com a participação de pesquisadores de várias instituições sob a coordenação do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[26] IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

há 40 anos. Transferidos para a Cohab D. Pedro I, em Realengo, avisados pelas autoridades quase que em cima da hora sobre a mudança, os moradores e seus pertences foram retirados das áreas desocupadas em caminhões da prefeitura. Segundo o relato de interlocutores residentes no local desde sua criação, eles chegavam ao conjunto e uma tenda armada no local pela CEHAB, que entregava as chaves, o responsável da família assinava a documentação e já podia colocar as suas coisas dentro do imóvel. Da mesma forma, a história se repete nos dias atuais.

### 3.2 – O campo: primeiras impressões

A Cohab D. Pedro I, como foi nomeada originalmente quando construída em 1971 pela CEHAB, passou a ser conhecida como Cohab de Realengo[27]. Edificada primeiramente para abrigar os moradores desapropriados da Favela do Caju, localizada na zona portuária da cidade, o conjunto recebeu também como moradores funcionários públicos de baixa renda e pessoas que se inscreviam nos planos de habitação popular, os quais recebiam a moradia através de sorteios.

Segundo dados colhidos na associação de moradores, AMCOPA – Associação dos Moradores do Conjunto Pedro I e adjacências – o número original de apartamento no conjunto é de 3.280, distribuídos em 82 blocos, cada um com 40 unidades de moradia. No número de apartamentos fornecidos pela AMCOPA, não está contabilizado o número de "puxadinhos"[28] construídos fora dos padrões legais e que hoje estão presentes na maioria dos apartamentos térreos, garagens e mesmo nos apartamentos de outros andares.

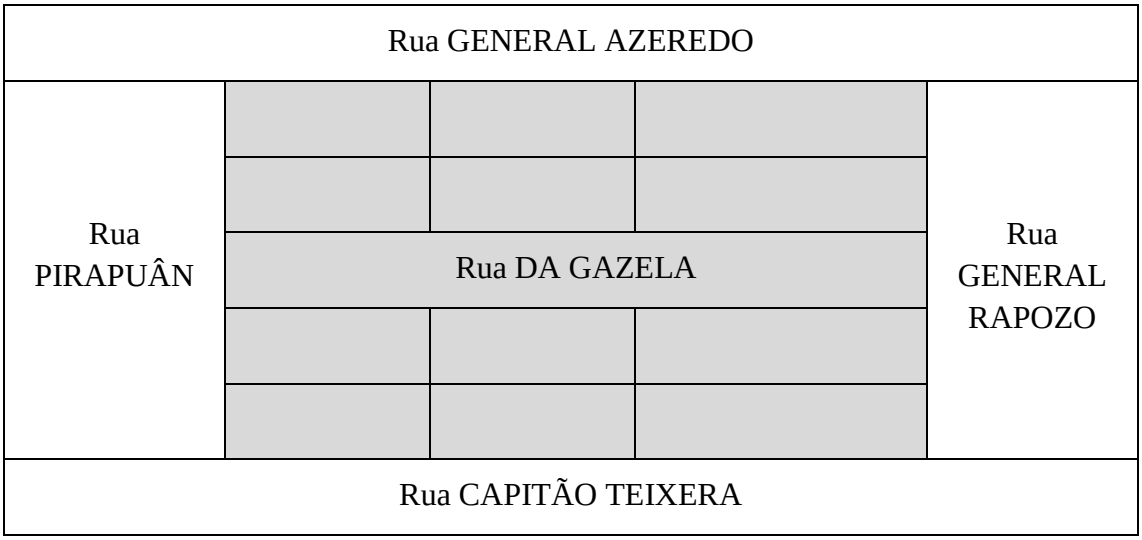
O acesso principal à Cohab se dá pela Rua Capitão Teixeira, a partir da Avenida Santa Cruz. Nas esquinas entre as duas vias tem localizado uma drogaria de uma grande rede, seguida por uma filial de uma loja de departamento em versão express; na esquina oposta está localizado um grande supermercado de marca popular, que mantém um fluxo intenso de pessoas na maior parte do dia. Seguindo pela rua Capitão Teixeira, encontram-se pontos comerciais de todos os tipos, barracas de camelôs ocupando boa parte das calçadas de ambos os lados. Em seguida atravessa-se um canal e finalmente entra-se nos limites da Cohab, que estão assim definidos segundo esquema da AMCOPA:

---

[27] No texto a COHAB d. Pedro I será referida como Cohab de Realengo ou simplesmente Cohab, como foi referida pelos meus interlocutores.

[28] Nome dado às construções irregulares, que se configuram como extensões dos apartamentos.

**Figura 6 – Esquema das ruas da Cohab de Realengo**




Autoria própria

Os dados obtidos na AMCOPA são muito pobres, pois a associação não realizou qualquer trabalho sistemático para contabilizar o número de moradores do conjunto ou o número certo de apartamentos ou famílias ali existentes nos dias atuais. A AMCOPA possui uma creche comunitária, em convênio com a prefeitura, para 25 crianças, fornece comprovante de residência para os moradores, consultoria jurídica e realiza trabalho de assistência à comunidade quando as necessidades aparecem. Mas segundo os moradores não é uma associação atuante.

Segundo dados recolhidos no PSF — Posto de Saúde da Família — localizado na Cohab, que realizou um cadastramento de todas as pessoas que moram no conjunto Pedro I, contabilizou-se 4.638 famílias, das quais 14.653 pessoas são atendidas por cinco equipes de profissionais da saúde, cada qual com: um dentista e um auxiliar bucal; um médico; um enfermeiro e um técnico em enfermagem; e mais seis agentes comunitários de saúde, além de posto de vacinação.

A minha primeira ida à Realengo foi marcada por emoções, desde o deslocamento por transporte coletivo que utilizei para chegar lá até os caminhos dentro do conjunto habitacional.

Acostumada a usar o transporte coletivo entre a Zona Sul e o centro da cidade, logo ao entrar no ônibus que me levaria aos meus interlocutores na Cohab de Realengo, percebi que o veículo não era nada confortável. Não que os ônibus que circulam pela Zona Sul da cidade sejam modelos de conforto, mas o desconforto no transporte público que

serve ao restante da cidade é mais evidente. O que me levou a testar outros meios e outras linhas de ônibus para chegar ao local.

Procurando, então, qual meio seria mais rápido do que as duas horas gastas normalmente no trajeto, em uma das vezes utilizei o trem que parte da estação de trens Central do Brasil e que me levaria à estação de Realengo. A viagem de trem se configura em uma aventura incerta e duvidosa desde a sua partida, pois o desrespeito aos horários e às plataformas destinadas ao embarque é frequente. Administrados pela empresa SuperVia, os trens que se dirigem aos subúrbios da cidade são fisicamente depredados, sujos, sem conforto e possuem excesso de lotação.

Recentemente foi noticiado através de imagens veiculadas pela imprensa carioca a forma utilizada pelos funcionários da SuperVia para conter as pessoas na hora do rush: homens portando chicotes, lembrando os capatazes do tempo da sociedade escravocrata, chicoteando as costas dos passageiros que tentavam embarcar nos vagões abarrotados. Vale lembrar que ironicamente a SuperVia sucedeu a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, conhecida como Central, a partir do princípio econômico neoliberal de que as empresas estatais são ineficientes e obsoletas. O que se vivencia hoje é o péssimo atendimento destinado à população carioca que necessita dos trens como forma de transporte. Dessa forma uma primeira vez foi bastante para que eu pensasse em uma alternativa para chegar à Cohab de Realengo.

Voltando àquela primeira ida ao campo, o trajeto de ônibus até a Cohab de Realengo foi rico em informações, que se misturavam com receios diante do desconhecido. O veículo parecia sujo e descuidado, seus bancos eram duros, o sistema de amortecimento do veículo parecia não funcionar, e o sacolejo no trajeto pela Avenida Brasil, mais a poeira e poluição ao longo dessa via provocaram o sentimento em mim de que eu estava viajando para um local bastante distante do meu cotidiano.

Em determinada parte do trajeto o ônibus entra por ruas vicinais à Avenida Brasil e parte das vias do subúrbio começa a se descortinar revelando o descuidado do Estado com os bairros mais periféricos e mais pobres. Não posso deixar de notar o estado de abandono nos bairros que vão surgindo durante o percurso: ruas esburacadas, paradas de ônibus sem proteção contra o sol e a chuva, muitas calçadas destruídas etc. Uma paisagem muito cinza, intensificada pelo número de empresas que estão instaladas ao longo dessa avenida, que é a principal via de entrada para a cidade, torna o cenário ainda mais

insalubre, junto com a fumaça resultante do tráfego intenso dos incontáveis ônibus, carros e caminhões que passam diariamente pela Avenida Brasil. A Avenida Brasil pode ser considerada um dos não lugares da modernidade segundo Augé:

> Vê-se bem que por "não lugar" designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária. Como imaginar a análise durkeimiana de uma sala de espera de Roissy? (2012, p.87).

Da mesma forma poderia perguntar: como imaginar a análise durkeimiana da Avenida Brasil com todo o seu intenso tráfego de pessoas dentro de carros e coletivos, onde prima a total impessoalidade?

Um episódio, que poderia ser considerado banal marcou o trajeto do primeiro dia e vale relatar aqui: entrando no ônibus no terminal no centro da cidade, ainda vazio, sento em um lugar próximo à janela e assim que o veículo entra na Avenida Brasil, fecho uma das janelas, pois o vento que estava batendo era forte e me incomodava. Alguns quilômetros adiante um homem entra no ônibus e senta-se em um banco à frente e como a janela ficava entre os dois lugares, quando ele a abriu-a abruptamente com muita força, fiquei bastante irritada, pois além do vento, da poluição e da poeira que me incomodavam, considerei que ele poderia ter sido mais gentil e ter pedido o meu consentimento para abrir a janela, que era contígua, também, ao meu lugar no ônibus.

Engoli a minha irritação e continuei a viagem com o vento forte e a poeira da Avenida Brasil me incomodando. Afinal, pensei que eu não deveria iniciar uma discussão por tão pouco e, imediatamente cataloguei o gesto como próprio das pessoas que moram nos subúrbios, certa brutalidade, fruto da vida dura etc. É lógico que, mais tarde, ao refletir sobre o evento, percebi o meu preconceito em relação ao homem e ao modo como lidamos com aquilo que é novo. Pensei em quantas vezes já vivenciei ou participei de situações de falta de respeito pelo outro em aeroportos, dentro de aviões, no metro ou em ônibus na Zonal Sul da cidade. Isso nada tem a ver com a condição social das pessoas, mas sim com um tipo de individualismo característico do nosso tempo em grandes metrópoles: "a antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada" (SIMMEL *in* VELHO, 1979, p.18).

Logo a frente no caminho começou a chover e o mesmo homem que eu havia classificado como mal educado, me ajudou, sem que eu pedisse, a fechar as janelas que ficam na parte superior do ônibus, num gesto gratuito de gentileza. Percebi já ali que deveria ter muito cuidado com ideias preconcebidas sobre pessoas e lugares diferentes, cuidado com o meu "etnocentrismo" ou preconceito de classe; é preciso não fazer juízos de valor precipitados:

> De um modo geral, mas mais ainda dramático para quem estuda sua própria sociedade, coloca-se o problema de como o antropólogo vai enfrentar seus limites de homem de uma cultura ou de uma classe, segmento ou grupo social. Seja como participante do todo mais abrangente, seja como membro de uma de suas partes, sua visão de mundo estará marcada e, de alguma maneira, comprometida. Que tipo de trabalho é possível nestas condições? Quão confiável é o tipo de conhecimento obtido dentro deste quadro (VELHO, 1980, p.17)?

Segundo Velho (*Ibid*), nós, os indivíduos que vivemos nas metrópoles, estamos o tempo todo expostos a experiências muito diferenciadas, temos contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Usando como exemplo, o trânsito das empregadas domésticas e das subculturas das quais elas se originam, Velho lembra que essas subculturas são muito distintas do mundo da Zona Sul do Rio de Janeiro. As empregadas domésticas estariam sempre expostas, em contato com o mundo dos patrões, mas os patrões geralmente não fazem o movimento até o mundo das classes populares de onde se originam as empregadas domésticas. Senti no episódio do ônibus que eu estava fazendo um movimento novo e diferente, e que eu deveria estar atenta aos modos e costumes desse mundo no qual estava adentrando para entendê-lo e não julgá-lo porque diferente do meu.

Voltando à minha viagem, posso dizer que meu estranhamento foi se dando no trajeto todo até Realengo. Pessoas entrando e saindo do coletivo, que passa por várias localidades até chegar ao seu destino final. Não consigo deixar de classificar e catalogar mentalmente tudo que vejo de diferente. O percurso também revela inúmeras favelas e conjuntos habitacionais ao longo da Avenida Brasil. Aquele Rio de Janeiro de cartão postal vai ficando para trás e um retrato quase em branco e preto vai se desenhando conforme se avança em direção à Zona Oeste e à Baixada Fluminense.

Em determinado momento, saímos da Avenida Brasil e passamos por alguns bairros até entrar na Vila Militar, que se apresenta totalmente diferente dos bairros ao redor: possui uma via principal bem asfaltada e arborizada, ladeada por casas e pequenos prédios que servem de moradia aos oficiais das unidades das forças armadas. A rua

principal do bairro é guardada em quase toda a sua extensão por soldados do exército. Ali a velocidade dos veículos é controlada e não ultrapassa os 40 km por/hora. O que torna o trajeto mais agradável, pois nesse pedaço do percurso o ônibus quase não sacoleja e as freadas são suaves e “educadas”.

Nessa parte do trajeto, a cor cinza da Avenida Brasil começa a se misturar com o verde da Serra do Medanha que suaviza a paisagem do que outrora foi uma região agrária e bucólica. Atravessamos a Avenida Santa Cruz, e já dentro da Cohab de Realengo, na Rua Capitão Teixeira, via principal que dá início aos limites do conjunto habitacional D. Pedro I, facilmente localizo o endereço do salão de beleza da mãe da pessoa que inicialmente seria meu contato, mas que passou a ser a minha principal interlocutora no decorrer do processo de campo.

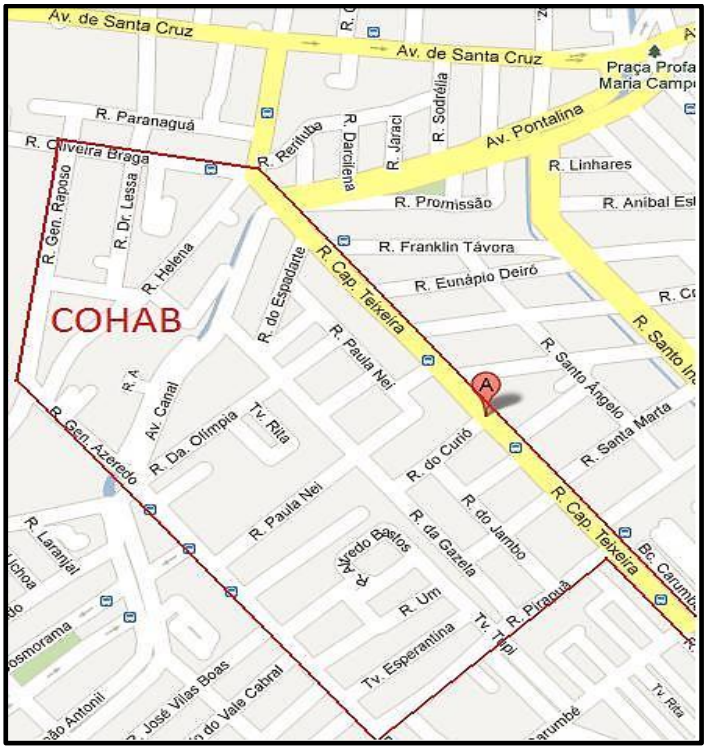
O salão de beleza de dona Joana seria, dali para frente, onde eu passaria boa parte do meu tempo, ouvindo conversas entre clientes e funcionárias, ou do lado de fora, onde dona Joana, costuma dispor cadeiras na calçada para conversas informais entre amigos e vizinhos. O hábito, ainda praticado nas cidades do interior do país, de colocar cadeiras nas calçadas para conversas informais e ver as pessoas passarem, muitas delas conhecidas que quase sempre param para um dedo de prosa, também ainda é percebido em alguns outros bairros dos subúrbios cariocas.

Quando chego ao salão, Andréia, meu contato na Cohab de Realengo, ainda não está lá, mas havia deixado recado com a irmã para que eu a aguardasse. Conheci Andréia quando ambas trabalhávamos para uma empresa de pesquisa de mercado. Andréia era contratada por mim esporadicamente para recrutamento e agendamento de pessoas para pesquisa qualitativa. Excelente profissional, muito calma, explicava tudo nos mínimos detalhes, sempre de forma racional, aquilo que dela era exigido. Foi se desenvolvendo entre nós, além do respeito profissional, um afeto e respeito pela pessoa que cada uma representava para a outra.

Continuei mantendo contato com Andréia através de e-mail, mesmo após ter deixado a empresa. Dois anos depois, pedi a sua ajuda; eu sabia que ela morava em um conjunto habitacional na Zona Oeste, ao qual ela se referia como uma comunidade. Então, quando iniciei meu trabalho de pesquisa sobre um segmento emergente, pensei que lá poderia ser um local apropriado por se tratar de um local onde viviam inúmeras famílias

das classes populares, além do fato de que eu teria viabilizada a minha entrada, já que Andréia nasceu e foi criada ali.

**Figura 7 – Mapa de localização da Cohab de Realengo**




Fonte: Google Mapas

**Figura 8 – A Cohab de Realengo**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 9 – Salão de Beleza da dona Joana**

Fonte: Arquivo pessoa

Andréia chega pedindo desculpas por ter me feito esperar e me convida para almoçar com ela e seu filho de cinco anos, o qual ela deixaria no colégio após o almoço. Vamos então a um local que vende comida a peso, ali mesmo na Cohab, e aí começa a minha primeira prova de fogo no campo. O local é bem simples, como era de se imaginar, mas não passava confiança em relação à higiene: cadeiras e mesas velhas e encardidas, pratos riscados e gastos, talheres também desgastados e tortos. Oferecia arroz, feijão, carne vermelha ensopada, frango assado em pedaços e salada de alface, tomate e pepino, além de farofa e macarrão. Era possível optar, também, por um refresco de caju ou maracujá servido em copos gastos e desiguais.

A primeira coisa que pensei foi que teria algum problema gastrointestinal, pois não dava para acreditar que os padrões de higiene do local estivessem próximos daqueles que passam segurança. Servi-me de arroz e feijão, acredito que alimento cozido tem menor probabilidade de ter coisas nocivas à saúde. Pedi que fritassem um ovo, fui atendida, e todos acharam muito engraçado, o meu prato composto por arroz, feijão e ovo. Em relação às carnes, havia alguém controlando a quantidade que era servida no prato, até dois pedaços de frango e três de carne cozida. Depois percebi que era comum nos outros restaurantes da região, mesmo a comida sendo *self-service* a peso, o controle da quantidade de carne nos pratos. Por ser um alimento mais caro, a carne tem seu consumo controlado quando a comida é vendida a peso nesses lugares.

As próximas refeições que eu faria, nos restaurantes e lanchonetes da Cohab seriam sempre uma prova de fogo, pois todos os locais disponíveis para comer me passavam a mesma impressão de falta de higiene. O fato é que nunca adoeci, e também não passei fome, ao contrário, me deliciei bastante com os quitutes do restaurante da simpática figura conhecida como *My Friend*. O local muito conhecido na localidade passou a ser aquele onde eu faria a maioria das minhas refeições na Cohab, o peixe frito servido ali, sempre de espécies variadas, foi um dos melhores que já comi.

Após o almoço, Andréia me levou para conhecer o local. Percorremos várias ruas, ao que ela ia me contando histórias sobre alguns personagens da Cohab de Realengo, me mostrando as escolas, a associação de moradores, a praça principal onde acontecem as festas da comunidade, as ruas e seus comércios e particularidades. Foi quando ela me falou pela primeira vez que o local era controlado por uma milícia composta por policiais civis e militares da ativa e ex-policiais, a maioria nascidos e criados na localidade.

Minha interlocutora me relatou que, até sua adolescência, o bairro era palco de disputas entre traficantes, que queriam implantar e dominar pontos de venda de drogas e entre traficantes e policiais moradores do bairro, que não permitiam que o tráfico se instalasse ali. Nessa época, era comum ver corpos de pessoas mortas a tiros ou facadas, jogados nas ruas. Andréia, que hoje tem 33 anos, me conta que de uns 14 anos para cá o bairro ficou totalmente nas mãos da milícia e a maioria dos moradores prefere assim como está atualmente.

Pelo que percebi conversando com alguns moradores quando o assunto milícia surgia, é que hoje o local é considerado seguro, não há tráfico de drogas, portanto, não acontecem mais tiroteios entre traficantes e entre estes e policiais. Não há assaltos nas residências, nem nos comércios da localidade. Hoje é possível andar pelas ruas até altas horas ou mesmo na madrugada, porque não há violência, desde que as regras da milícia sejam respeitadas.

Logo de início, minha interlocutora me tranquilizou que não haveria problemas com a minha estada ali, já que deixaria claro para todos que eu era sua amiga e estava fazendo uma pesquisa para uma universidade e que todos conheciam sua mãe e seu pai desde sempre, me convencendo de que eu estaria segura na Cohab. Fiquei mais tranquila, além do que, pensei, a questão da milícia seria apenas um fato a mais que eu estava

tomando conhecimento, sem muita relevância para a minha pesquisa, que afinal, trata de consumo, inclusão e mobilidade social.

Porém, o tema milícia foi recorrente durante boa parte do trabalho etnográfico. Aparecendo na maioria das conversas que tive com meus interlocutores. Percebi que os moradores mantém uma relação de amor e ódio em relação à milícia local, da qual tratarei mais a frente deste texto. Percebi que o problema de um poder paralelo atuando na localidade, era um bom exemplo das controvérsias que surgem da ideia da chamada nova classe média.

Apesar dos relatos iniciais informarem que a Cohab era um local bem seguro, no decorrer do campo alguns fatos relatados recentes e passados me deixaram um tanto temerosa, afinal, só sabia sobre milícias e das atrocidades cometidas por elas através da mídia. Eu nunca havia estado tão próxima da realidade de um local dominado por uma organização paralela ao Estado. Evitei provocar esse assunto nas conversas com meus interlocutores, o assunto, quando apareceu, brotou espontaneamente. Deixava sempre claro para todos que minha presença ali era para entender o consumo das pessoas que ali viviam. E desse modo, acabei me acostumando com o fato, mas ficando sempre atenta, afinal eu era o “outro”, num local com comando e regras particulares.

No meu primeiro dia na Cohab fiz o reconhecimento da geografia física e social do local, percebi que a atividade comercial ali é intensa, constatei também que havia muitas escolas públicas e que a Cohab parecia ser um bairro independente dentro do bairro de Realengo.

Vencidos os meus primeiros receios daquele dia, percebi que a partir dali o local escolhido por mim para realização da minha etnografia se apresentava rico em detalhes, diferenças e sociabilidades que passariam a compor a colcha de retalho que resultaria, quatro meses depois, no meu trabalho etnográfico.

Ao voltar para casa, no primeiro dia, muito cansada, após 4 horas (trajeto de ida e volta) de jornada dentro de um ônibus sacolejante, com assentos duros, impregnada pela poeira e poluição que o vento traz da Avenida Brasil, tinha a sensação de ter estado em outra cidade, tal a diferença que já começa a ser percebida assim que o ônibus vai entrando nas ruas do Centro da cidade.

No metrô que me levaria até onde moro, percebo rostos e corpos mais familiares, e começo a me dar conta de que existem diferenças muito grandes entre as regiões de uma metrópole brasileira, e que só quando voltamos nosso olhar especificamente para essas diferenças é que nos damos conta das muitas cidades que existem dentro (no caso aqui) da Cidade Maravilhosa.

### 3.3 - A sociabilidade

Como foi dito, é muito comum na Cohab de Realengo as pessoas colocarem cadeiras nas calçadas para sentar e bater papo, o que me possibilitou durante a etnografia, muitas vezes, conversas e bate papos informais, sentada ao lado de meus interlocutores, vendo as pessoas passarem, observando umas, conversando com outras.

**Figura 10 – Moradoras da Cohab de Realengo**

Fonte: Arquivo pessoal

Numa das vezes, sentada na calçada em frente ao salão ao lado de Andréia, percebi que as unhas dos meus pés estavam com o esmalte velho e desgastado. Falei então para Andréia que eu precisava remover aquele esmalte, mais tarde pediria um removedor para alguma das manicures do salão para resolver isso. Imediatamente Andréia entra no salão e sai com algodão e o removedor de esmalte nas mãos e me entrega. Fiz então menção de entrar para o salão para realizar esta operação lá dentro, pois não me passava pela cabeça a possibilidade de fazer aquilo ali na calçada, para mim, um espaço público. Foi então que Andréia me disse para deixar de ser boba e fazer ali mesmo, do lado de fora, pois essa era uma prática comum na Cohab, as mulheres costumam fazer as unhas das

mãos e dos pés integralmente ali, na calçada mesmo. Um pouco reticente e constrangida, realizei a operação, sentada na cadeira na calçada, ainda que o mais rápido possível, afinal, estava fazendo observação participante!

Para mim, cuidar das unhas das mãos e dos pés é uma atividade de higiene, internalizei através da educação recebida que essa atividade deve ser realizada em lugar específico ou em lugar privado, por exemplo, em casa e, quando no salão de beleza, entre mulheres, protegida das pessoas de fora daquele universo. O meu constrangimento encontra eco no relato de Douglas (1966), no qual a autora nos fala sobre o incômodo que sentiu em certa ocasião, ao usar um corredor que fazia as vezes de banheiro:

> Pessoalmente, tolero bem a desordem. Mas lembro-me de como me senti tensa num certo quarto de banho que, embora estivesse sempre impecavelmente limpo de impurezas, fora improvisado numa velha casa, num espaço criado pelo simples recurso a uma porta colocada no fim e no princípio de um corredor, entre duas escadarias. A decoração do corredor permanecera inalterada: o retrato gravado de Vinogradoff, os livros, os utensílios de jardinagem, a fila de botas de borracha. Enquanto corredor, este lugar tinha um sentido que perdia com a sua transformação em quarto de banho. Eu, que raramente sinto a necessidade de impor uma ideia à realidade exterior, começava enfim a compreender as atitudes de amigos mais susceptíveis. Indo à caça das impurezas, cobrindo esta superfície de papel, decorando aquela, arrumando, não somos movidos pela ansiedade de escapar à doença: reordenamos positivamente o espaço que nos rodeia (o que é um ato positivo), tornamo-lo conforme a uma ideia. Não há aqui nada de temeroso ou de irracional. O gesto que fazemos é criativo, o que tentamos é relacionar a forma e a função, impor uma unidade à experiência (*Ibid*, p.7).

Douglas afirma que qualquer coisa que não está em seu lugar é impura, o que implica um conjunto de relações ordenadas por um lado e a subversão dessa ordem por outro. Segundo a autora, a impureza é resultado das nossas ordenações que rejeitam aquilo que não é apropriado a ela.

Nesse sentido posso dizer que, apesar de ter retirado o esmalte das unhas dos pés na calçada, a vista de quem passasse, essa ação em local público me causou certo constrangimento e embaraço. Pois no local em que moro há mais de 20 anos, um condomínio na Zona Sul da cidade, no qual a maioria das quase 300 famílias que coabitam um mesmo espaço, mal se conhece e mal se cumprimentam, a impessoalidade impera, e atos mais privados são comumente impensáveis publicamente, assim é fácil entender o meu constrangimento diante de uma ação tão simples.

Sobre essa questão, Elias (1994) citando um tratado de etiqueta escrito no século XVI por Giovanni Della Casa, fala que entre outros procedimentos a serem evitados, “não se devia aparar e limpar as unhas”, na frente de outras pessoas. Elias afirma

que o sentimento de vergonha que sentimos quando nos comportamos de forma inadequada na frente de algumas pessoas é uma função social modelada segundo uma estrutura social.

No processo civilizador pelo qual a sociedade ocidental passou (ELIAS, 1993) a “racionalização” implica na modelação da economia das pulsões e das relações com o corpo. Quando transgredimos essa modelação seja lá porque motivos, os sentimentos de vergonha ou embaraço inculcados em nós e que acompanham os diversos tabus presentes na sociedade moderna, manifestam-se em vários níveis, dependendo da situação. Sem julgamento de valores, sobre o que deve ser ou não o modo correto de se comportar em público, esse fato serviu para ilustrar as diferenças de comportamento, os quais são produtos dos meios sociais específicos.

A sociabilidade na Cohab é permeada por uma certa “falta de cerimônia”, entre aspas, porque a cerimônia, ou o comportamento regulado pelo social é um aspecto relativo e é obvio que cada meio social tem os seus códigos próprios de regulação de comportamento, além daqueles universais do mundo civilizado. E na Cohab não é diferente: falar alto, usar muitos palavrões sem tom de ofensa, cumprimentar calorosamente os conhecidos, faz parte do que é permitido dentro de um código de regulação de conduta próprio desse universo.

Como nas sociedades mais tradicionais, em que o comportamento é mais fortemente regulado visando à homogeneidade, na Cohab, tentar parecer ser muito diferente, ter hábitos e atitudes que demonstrem “frescura”, querer parecer com as “patricinhas” da Zona Sul, falar “difícil”, não corresponder às brincadeiras, muitas vezes pejorativas, são condutas, que dentro do mesmo código, não são aceitas e na maioria dessas situações provocam reações negativas.

Débora, uma de minhas interlocutoras, é dona de uma loja do tipo sex shop na Cohab. Ela é casada com um homem que se tornou há dois anos, através de concurso público, policial rodoviário. A renda dos dois juntos ultrapassa a casa dos 4.500 reais por mês. Questionada a respeito de sair da Cohab e morar em outro bairro, em um local maior, Débora responde que não tem vontade nenhuma de mudar dali, que no máximo gostaria de viver numa casa com quintal espaçoso, mas esta teria que ser ao lado da Cohab, e como não há terreno disponível para isso no bairro, ela prefere continuar em seu pequeno apartamento:

> É, porque eu frequento outros bairros e vejo que os vizinhos nem se conhecem, são pessoas que às vezes moram no mesmo prédio há dez anos, mas nem sabe quem mora ali ao lado. (...) Eu posso deixar a loja com as coisas aqui, que um vizinho liga para o outro, aqui a gente tem muito isso. Aqui na Capitão Teixeira tem muita união, eu não sei se é em todos os apartamentos, mas aqui a gente tem muita união. É um vizinho que passa mal ..., sempre tem alguém para socorrer. Se a minha filha chegar e eu não estiver em casa e não tiver como ela entrar, eu tenho certeza de que alguém vai colocar ela pra dentro de casa e não vai deixar ela na rua, então é isso que me faz ficar aqui. A gente é muito unido.

Sobre as festas na Cohab, Débora diz:

> É o que estou te falando, é união, então faz junto: Copa do mundo, "– vamos fazer um churrasco?" Aí cada um dá uma coisa. Nos Dia das Mães ... é a minha casa, aí quem não tem mãe, junta todo mundo e faz um churrasco. O Carnaval é aqui, daí tem os "blocos de sujos", têm coretos, tem barracas, tem comércio. Aí fica a noite toda, começa na sexta ... então são cindo dias.

A impressão que se tem ao chegar de fora, não só através dos relatos, mas pela vibração que pulsa na Cohab, é a de se estar em um micro universo descolado da cidade grande, muito parecido com uma cidade do interior, onde a maioria das pessoas se conhecem. Ao definir a Cohab de Realengo, Débora fala: "Aqui é uma comunidade ... uma comunidade muito melhor, e não é porque é uma comunidade como a da Mangueira (favela), porque é uma comunidade que a gente tem coisas em comum".

Segundo Bellebaum (sd, *in* MIRANDA, 1995), comunidade e sociedade, para Tönies, são duas categorias sociológicas distintas, a primeira promove a união daqueles que estão separados; a segunda promove a separação daqueles que estão unidos. Na comunidade as pessoas vivem uns com os outros baseados em relações sociais estreitas e por vontade própria. Sendo que as formas de comunidade derivam basicamente do parentesco, da vizinha e da amizade, assentadas nas relações de parentesco, sentimento e solidariedade. Sua existência se dá sobre bases locais sendo na sua essência limitada e tendendo à intensidade, sua unidade se manifesta através de uma totalidade orgânica. Já a sociedade estaria no plano das metrópoles, das nações, da sociedade anônima, sendo essa última típica das sociedades complexas e das economias capitalistas, em que os compromissos voltados para os interesses específicos asseguram as convenções e a consciência pública e política. Ao se unirem por interesses objetivos em uma sociedade, as pessoas necessitam de uma distância entre si, aqui a unidade é produzida mecanicamente.

A interpretação e distinção que Tönnies faz entre comunidade e sociedade se adéqua muito bem à forma de se enxergar a Cohab como uma comunidade e os tipos de relações que lá predominam. Ao invés de atribuir aos moradores da Cohab uma

incapacidade de assimilação dos ideais liberais que presumem uma separação rígida entre a esfera pública e a esfera privada – conforme informa DaMatta (1997a), o que geraria um englobamento da rua pela casa, ou seja, a comunidade em sua totalidade englobando a sociedade, o que foi percebido é que através da solidariedade, da união entre amigos e vizinhos, as pessoas da Cohab se protegem umas as outras, cooperam entre si, ao mesmo tempo que mantêm um controle maior sobre os comportamentos uns dos outros.

É óbvio que como todo grupo social, no caso desta comunidade, existem várias situações de atritos entre os vizinhos. Uma das que mais apareceram nos relatos foi referente às obrigações e cuidados, justamente com o espaço comum. Na maioria dos blocos de apartamentos da Cohab, a administração das áreas comuns dos prédios é muito difícil. Não há consenso ou acordo a respeito da limpeza, da compra de um recipiente para a colocação do lixo nas calçadas ou do pagamento das tarifas de água e luz, conforme relata Débora:

> Eu pago vinte reais de condomínio e cinco reais pela luz do corredor, então são vinte do zelador e cinco do corredor. Mas tem gente que não paga, acha que cinco reais do corredor é muito, e vinte reais do zelador é muito, então não paga, e você vai fazer o que? Vai meter o pé na porta e fazer pagar, entendeu? Se você quer colocar um cadeado na lixeira, todo mundo tem que concordar e dar cinco reais para comprar a chave, aí a pessoa não quer, é muito difícil.

A questão da limpeza e da eletricidade da área comum dos blocos e a taxa de água é um problema na maioria dos blocos. Logo que se entra na Cohab percebe-se na parte da entrada de alguns prédios certa desorganização em relação ao lixo ali deixado para ser recolhido pelos garis. Entrando nos blocos, também é possível perceber que uns tem as partes internas mais bem cuidadas e limpas que outros.

Segundo relatos, há muitas vezes desconfiança em relação à administração do montante destinado ao pagamento das taxas que são comuns a todos. A empresa responsável pelo abastecimento de água em todo Rio de Janeiro, a CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto – depois de sofrer com tanta inadimplência relativa à conta de água, resolveu cobrar uma tarifa única de 17 reais por apartamento. Assim, aqueles que não querem ter problemas de dívidas em relação ao imóvel pagam a conta todo mês, já que a CEDAE não pode cortar a água porque a caixa d'água é comum a todos na Cohab, se a empresa cortasse a água de um, cortaria de todos, pois não há registro individualizado por apartamento.

**Figura 11 – Entrada de um prédio ou bloco na Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

Formas alternativas podem ser constatadas em vários setores de convivência na Cohab, existem aquelas que são arranjos entre as pessoas; outras se constituem em pequenas transgressões da lei, e que podem ser consideradas como estratégias de sobrevivência ou como diz Bourdieu (2009), estratégias que se antecipam à ordem do mundo; mas há alternativas que são transgressões bastante perigosas como é o caso da milícia; tratarei dessas formas alternativas mais a frente.

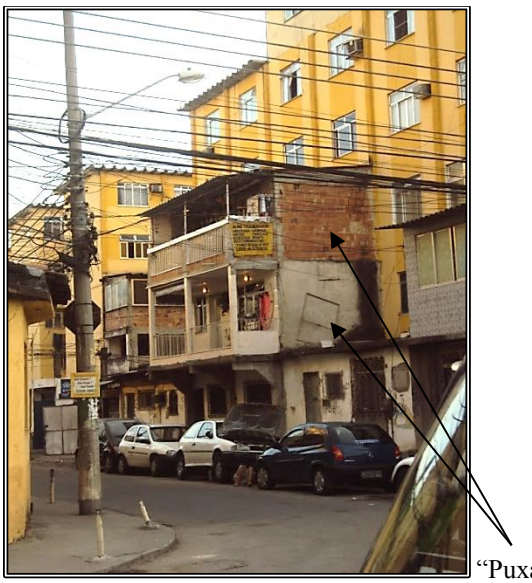
### 3.4 – Os outsiders da Cohab de Realengo

Existe dentro da Cohab, partindo da Rua Capitão Teixeira depois da praça central da Cohab, uma parte do conjunto que é considerada por muitos como um lugar onde vivem “pessoas de nível baixo”. Nos relatos de Andréia e de outros interlocutores, aquela parte é onde moram as pessoas mais desleixadas com a aparência externa dos prédios, os “vândalos”, nas palavras de alguns, que já invadiram muitas vezes uma escola próxima para roubá-la e depredá-la, e é onde viveram a maior parte dos homens que fizeram ou fazem parte da milícia local.

Nenhum dos meus interlocutores sabia dizer ao certo porque ali se concentravam essas pessoas. Qual o motivo de ter outsiders dentro da Cohab sem nenhuma explicação lógica para o fato. Não se trata de moradores recentes, de classe social inferior, com renda inferior, ou qualquer outra explicação que faça algum sentido. O fato é que realmente, nessa parte do conjunto os prédios tem uma aparência, segundo a definição de

Andréia, mais favelizada. Na verdade, o que se pode notar é que como os prédios ali ficam mais no miolo do conjunto, as ruas parecem ser mais estreitas e os blocos mais colados uns aos outros, sem muito espaço público entre eles. As roupas são colocadas para secar nas janelas, e a pintura externa dos prédios aparenta estar mais desgastada e encardida que a dos prédios que ficam mais próximas das ruas centrais da Cohab.

**Figura 12 – O pedaço "ruim" da Cohab**



"Puxadinho" no 1º e 2º andar

Fonte: Arquivo pessoal

Minha interlocutora Débora, que foi criada desde um ano de idade na Cohab, moradora de um bloco localizado na rua central, a Capitão Teixeira, exprime em uma de suas falas o sentimento de desprezo que sente por essa parte da Cohab:

> Todo mundo acha que é ruim, eu falo que daqui para cá é uma coisa, mas dali para lá[29] parece ser outra Cohab. Por questão de renda não é, porque o poder aquisitivo daqui é o mesmo poder aquisitivo do pessoal do outro lado. Tem muito usuário de droga lá. Mas não vendedor de drogas, nem baile *funk* ... só que lá o pessoal é mais desleixado, eles colocam roupa na janela, colocam uma cordinha na janela e colocam lá.

Questionada a respeito de se conhecia as pessoas que moravam nessa parte da Cohab Débora fala:

> Tenho amigos lá, tenho amigos dentro do campo Universal, que é outro campinho de futebol que tem aqui dentro. Eles não se acham diferentes. Se você passar depois da rua da Andréia, na segunda rua você já sente a diferença: o pessoal é feio, eles ligam o rádio vinte e quatro horas e fica um monte de pessoa alcoolizada deitada no chão, urinando, é incrível. É outra coisa, se você for direto

[29] Apontando os limites entre a Rua Capitão Teixeira e uma escola pública, que marca o limite onde começa o pedaço considerado "ruim" da Cohab.

> ali, você vai ver outra Cohab. (...) Eu acho que é o tal do "Maria vai com as outras", se o meu vizinho coloca roupa na janela, eu vou botar também, entendeu? E aqui não (a parte "boa"), aqui as pessoas pensam: "Todo mundo com janela de alumínio e só eu que não, então eu vou trocar também, não vou pendurar roupa porque fica feio ... então eu acho que é uma divisão cultural.

Com o pouco tempo de trabalho de campo não foi possível investigar a fundo o porquê dessa diferença, que Débora chama de divisão cultural. Mas é possível afirmar que tal e qual na comunidade pesquisada por Elias e Scotson (2000), na Cohab de Realengo também existem aqueles que são os "estabelecidos" e aqueles que são os "outsiders". Ao investigarem um povoado industrial na Inglaterra, os autores se defrontaram com uma nítida divisão, que só fazia sentido quando o princípio de antiguidade era levado em conta. Os critérios de renda, educação, ou tipo de educação, como no caso da Cohab, eram os mesmos. No estudo de Elias e Scotson, o que fazia com que o grupo que residia numa área mais antiga percebesse como anômico o grupo que ocupava uma área mais recente, era justamente o tempo de residência do segundo; nesse caso, era o que determinava o critério discriminatório.

Entretanto, na Cohab, conforme relatos dos meus interlocutores "estabelecidos", o princípio de antiguidade não existe entre eles e os "outsiders" da parte "ruim" da Cohab. Não foi possível investigar a fundo esta questão no período da realização da etnografia e esclarecer quais recursos, de fato, permitiam que um grupo afirmasse sua superioridade sobre o outro através de estigmas das pessoas descuidadas, bêbados e drogados. Contudo, esse aspecto da convivência social na Cohab merece atenção, porque ilumina um ponto que pode estar implícito na questão do reconhecimento social que busca o segmento emergente.

É interessante notar que em contraponto a esse local onde os apartamentos são desvalorizados em relação aos outros, existe um bloco onde os apartamentos são os mais valorizados da localidade. Trata-se do único bloco ou prédio que não sofreu interferência em sua planta original, além de ficar muito próximo à praça central e em frente à igreja católica da Cohab. Ali não foram construídas as extensões ou "puxadinhos" sobre a área comum do edifício. Um jardim na parte frontal e plantas floridas em volta do muro, que separa o prédio da rua, dão à construção uma aparência diferenciada, de residência de classe média em relação aos demais blocos do conjunto habitacional.

Dona Joana e Andréia residem nesse prédio, a primeira em apartamento alugado e a segunda em apartamento próprio adquirido recentemente através de financiamento do projeto MCMV do Governo Federal.

A explicação a respeito da razão de não terem sido ampliados os apartamentos térreos, como aconteceu com todos os demais prédios, é que ali os moradores mais antigos sempre fizeram pressão sobre os demais no sentido de conservar o prédio na sua forma original. Ali sempre houve uma espécie de síndico e, também, uma taxa de condomínio que todos concordam em pagar. Somente um estudo mais detalhado poderia dar conta da diferença de atitude em relação à preservação do imóvel dos moradores desse edifício em relação aos demais da Cohab de Realengo.

**Figura 13 – Extensões ou "puxadinhos" no andar térreo**

Fonte: Arquivo pessoal

Para Elias e Scotson (2000) as "hierarquias de *status*" ou a "ordem classificatória" estão presentes em todos os lugares. Através de um princípio de reforço, o grupo estabelecido atribui ao conjunto do grupo de outsiders as características ruins de uma parcela mínima de seus componentes, ao mesmo tempo, percebe ou constrói a sua autoimagem a partir da minoria de seus membros "exemplares" ou nômicos. Assim os estigmas vão sendo incorporados pelo grupo "inferior", que passa a acreditar na sua inferioridade como algo dado, da sua natureza. O que pode levar a comportamentos desviantes.

**Figura 14 – Prédio mais valorizado da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 15 – Igreja católica da Cohab de Realengo**

Fonte: Arquivo pessoal

Na realidade, o pedaço considerado “ruim”, além do aspecto estético ligeiramente desfavorável em relação aos outros setores da Cohab, não apresenta diferenças significativas para um observador vindo de fora. O que pode ser considerado relevante aqui é justamente o bloco mais valorizado ter aparência de residência de “classe média” e os blocos do pedaço “ruim” terem aparência de “favelizados”. Isso pode explicar em parte a construção da autoimagem ou da identidade de pessoas que desejam ser aceitas como cidadãos.

As pessoas do segmento emergente podem desejar se espelhar naquilo que é legitimado como ideal: não colocando roupas expostas nas janelas, ainda que a área de serviço do apartamento seja minúscula; não ouvindo música o tempo todo, preservando

quando possível a área comum dos prédios para que se pareçam com prédios “normais”, comportamentos que podem os distanciar da imagem de pobres, favelados e excluídos e os aproximem da imagem idealizada que possuem das pessoas dignas e de respeito.

Assim como Débora, Andréia e outros interlocutores relataram que mantém amizades desde a infância com pessoas que moram no pedaço “ruim”, o que reforça a ideia de que não é o mais importante para as pessoas do pedaço “bom” da Cohab parecer superior aos olhos do outro grupo, seja através do consumo de objetos que possam representar signos de riqueza ou superioridade econômica – o que não é o caso ali, já que todos têm uma renda homogênea –, mas sim, diferenciar-se para se incluir, através de hábitos e atitudes. Ou seja, não desejam ser identificados com aquilo que remete à falta, aquilo que conseguiram deixar para trás através de estratégias muitas vezes improvisadas e com muito trabalho. E é por esse ângulo que o consumo da camada emergente, que muitas vezes parece sem lógica, pode ser compreendido. Ou seja, o mais importante não é ser superior aos outsiders e sim parecer igual às pessoas que vivem em dignidade de condições de existência, a classe média.

### 3.5 - O comércio informal e a milícia da Cohab de Realengo

Como foi mencionado, a quase totalidade dos apartamentos térreos da Cohab têm a sua área ampliada e na maioria desses apartamentos expandidos funciona algum tipo de comércio. A Cohab, de fato, faz parte de apenas um dos lados da Rua Capitão Teixeira, o outro lado é quase todo comercial e não é considerado como pertencente à Cohab[30], se bem que essa é uma distinção, que é mais frequentemente ressaltada por quem mora ou possui comércio do outro lado (não Cohab). A Rua Capitão Teixeira é a principal via de acesso às ruas transversais e paralelas da Cohab, e é nessa parte e em suas adjacências que funciona grande parte dos pontos comerciais.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais que funciona na localidade não é legalizada, como é o caso do salão de beleza de Joana, da lavanderia que funciona em espaço contíguo ao seu salão ou da locadora que funciona próximo à praça central, na qual todos os filmes e jogos, ou pelo menos a maioria é de origem ilegal ou “pirata”. Assim

[30] Existe um preconceito por parte da população de Realengo que não reside em Conjuntos Habitacionais ou em comunidades/favela, em relação a quem habita nesses locais.

também, a barraca que vende açaí e outra que vende de tudo: cloro engarrafado, doces, brinquedos, vassouras, refrigerantes etc., ambas localizadas na praça central da Cohab. Comércios menores como de panos de chão e de prato, roupas infantis, lojas de bugigangas, salões de beleza, salão de manicure, moda feminina, biroscas de doces, oficinas mecânicas, restaurantes, lanchonetes etc., funcionam nos "puxadinhos" da Cohab, e a lista aqui poderia ser interminável, pois o que se imaginar é possível comprar ali.

**Figura 16 – Rua Capitão Teixeira**

Lado não Cohab

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 17 – Lojas de roupas**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 18 – Barraca na praça central da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

No comércio do lado "não Cohab", os estabelecimentos têm a aparência de estarem mais de acordo com a legislação, pois são maiores e apresentam uma estrutura física mais condizente com um estabelecimento comercial. Deste lado funciona um comércio bem variado: ótica, padaria, açougue, sapataria, lojas de artigos de informática,

restaurantes, lojas de artigos para festas, consultórios médicos e dentários, academias de ginástica etc.

Entretanto, apesar da aparência e dos relatos coletados, não é possível afirmar a quantidade de estabelecimentos comerciais formais e informais existentes de um lado ou de outro. Para isso, seria necessária a realização de um censo do comércio local, o que não foi possível – e nem era esse o objetivo – durante a realização do trabalho de campo.

A partir de constatações mais superficiais é possível estimar que boa parte dos pontos comerciais ali existentes não é legalizada. Isso é reforçado por alguns indícios, tais como a localização do comércio em construção irregular, já que as extensões ou "puxadinhos" na Cohab não tem qualquer registro legal, e a partir dos relatos de meus interlocutores, quando questionados se seu negócio estava ou não registrado como pessoa jurídica, quando a maioria respondeu negativamente, justificando que o processo burocrático é complicado e que a carga tributária é alta, além de nunca terem tido problemas com a fiscalização. Esses dados levam a crer que a informalidade impera no local.

O empreendedorismo foi percebido como uma característica muito forte entre os moradores da Cohab, que além dos "puxadinhos", mantêm seus negócios em barracas localizadas nas esquinas da Cohab ou em carrinhos puxados à mão, nos quais vendem cocadas, bolos, salgadinhos, refrescos, cachorro quente, hambúrgueres, amendoim, pipoca etc. Beneficiando-se de todo esse empreendedorismo, cobrando "taxas de segurança" ou de "licença" para o funcionamento do negócio ou da barraca está a milícia da Cohab de Realengo, conforme a fala de uma moradora[31]: "Aqui tem o lado bom e o lado ruim das coisas, aqui tem milícia, mas é a milícia sem dinheiro".

Segundo relatório produzido pelo Instituto de Economia da UFRJ e pelo CESEC, em junho de 2009[32], de acordo com a CPI das milícias da Alerj, existia nessa data, 128 áreas dominadas por grupos criminosos ou milícias na cidade do Rio de Janeiro, das quais 47 delas na Zona Oeste, nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, Inhoaíba,

---

[31] Preferi aqui não identificar as falas dos interlocutores ou moradores por motivos óbvios de segurança.

[32] Musumeci, Leonarda *et al*, Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno — Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas., 2009, IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e CESeC/ UCAM — Centro de Estudos e Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

Sepetiba e Realengo, sendo este último com 10 grupos, só perdendo para Campo Grande e Santa Cruz com 16 e 15 grupos respectivamente.

Cano (2008) em relação ao termo milícia, afirma que seu uso é um tanto recente e que essa palavra não contém um conteúdo preciso. O fenômeno não é novo, já que existe em comunidades na Zona Oeste há anos. Polícia mineira — nome derivado do ato praticado por policiais militares e civis, de recolher a propina ou mineirar os traficantes, e que é frequente nos pontos de vendas de drogas no Rio de Janeiro (BARBOSA, 1998) —, ou ainda, esquadrão da morte, pode-se dizer, são sinônimos de milícia. O termo passou a ser incorporado pela mídia e, segundo Cano, corre-se o risco de dar uma aparência positiva a um antigo cenário de corrupção e assassinatos por parte da polícia, já que o termo milícia estaria associado àqueles que reestabelecem a ordem enfrentando o inimigo público número 1, o traficante.

O assunto milícia apareceu tanto para o bem como para o mal em grande parte das conversas com meus interlocutores ou mesmo em conversas ao acaso com outras pessoas da Cohab. A ação dos milicianos, de um modo geral, é permeada por um discurso moralista, focando o combate ao uso e a venda de drogas ilícitas, segundo Zaluar (1994), um "reencantamento do mal" diante da ideia cristalizada pela população sobre o uso e a venda de drogas:

> A relação entre a polícia e a comunidade monta-se em grande medida nas imagens e ideias que ficam cristalizadas em cada uma das partes da relação, tanto por conta de suas experiências concretas, quanto pelo que poderíamos chamar de "quadro das mentalidades", ou seja, os preconceitos, os esteriótipos, memórias (como todas) ideologizadas, e que vão se montando a partir de vários mecanismos (1994, p.88).

Para Cano a existência ou não de milícia estaria ligada a alguns pressupostos:

1. O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.

2. O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território.

3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos.

4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta.

5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos (CANO, 2008, p.9).

O termo milícia se incorporou ao cotidiano da cidade a partir de 2004, quando houve um aumento expressivo de organizações criminosas comandadas por policiais e ex-policiais. O termo incorporado e difundido primeiramente pelo vocabulário nativo do setor de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro passou a ser utilizado pela imprensa, tornando-se assim popular no vocabulário cotidiano da cidade.

Segundo alguns membros da Polícia Civil que estão envolvidos mais diretamente no combate a esses grupos, as milícias podem ser definidas como "grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e TV a cabo, sendo seu mote a questão financeira através do lucro fácil e farto"[33].

Os estudiosos Jaqueline Muniz e Domício Proença, que participaram na coleta de dados e elaboração do Relatório Final da CPI das milícias acreditam que o termo milícia é inadequado, por entenderem que esses grupos são, na verdade, gangues formadas por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios. Para esses estudiosos o conceito mais adequado seria: "arranjo de gente armada querendo prover segurança fora da lei. Todo e qualquer grupo que age de forma ilegal" [34].

O tema milícia tem sido debatido mais abertamente depois do advento da CPI das milícias na Alerj, que puniu parte de integrantes de algumas milícias da Zona Oeste, entretanto, a sua atuação continua a existir de forma ostensiva. O que pôde ser confirmado de forma surpreendente, ao comparar-se os relatos de meus interlocutores sobre os valores dos "serviços" praticados pela milícia da Cohab de Realengo e os nomes de vários dos milicianos atuantes na ocasião da etnografia para esse trabalho, em 2011, com os dados obtidos pela CPI das milícias em 2008.

Além dos valores, alguns nomes são os mesmos relatados por meus interlocutores, inclusive o nome do chefe, conhecido na comunidade como Carvalhão. O que é bastante indicativo de que nada ou quase nada foi feito pela Justiça entre 2008 e

---

[33] Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação das milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ: 2008, p.35.

[34] Idem.

2011 para conter as atuações desses grupos criminosos, ou mesmo minimizá-las. O quadro abaixo se baseia em relatos de pessoas anônimas ao Disque Denúncia.

**Quadro 6 - Fragmento do relatório da CPI das Milícias da Alerj**

**1.33.4. Realengo - Conjunto Habitacional Dom Pedro e Sub-bairro Cohab**

**- Grupo formado por**: Civis, policiais militares, bombeiro militar e ex-policial.

**- Número de milicianos**: 10

- **Exploração irregular de serviços com cobrança de**: segurança de moradores, comércio R$ 30,00; gás 38,00 (o depósito seria obrigado a dar R$ 2,50 por botijão para os milicianos), barraca de festa R$ 50,00, sinal de TV a cabo R$ 25,00 e transporte alternativo.

- **Veículos utilizados**: KZZ 9193

**- Armas utilizadas**: Andam ostensivamente

**- Local de pagamento e/ou reunião**: - No Bar do Pedrão, localizado nas esquinas das ruas Monsenhor Monjor com Capitão Teixeira.

**- Lideranças:** Sgt Carvalho.

**- Integrantes:** "PM Leozinho", Cb BM Guerra ("Guerreiro"), "ex-PM Dito", "Brinquinho", "Caveira", "Diego", "Macedo", "Marcão" e Mauro.

Durante o trabalho de campo, a presença da milícia na localidade apareceu de forma marcante em determinado momento, logo após a Festa Junina que acontece todos os anos na praça central da Cohab. Segundo meus interlocutores, ocorrem com frequência, após alguma festividade na localidade, brigas e desentendimentos entre os componentes da milícia local em relação à partilha de lucros, o que muitas vezes resulta na eliminação por assassinato daquele que está em posição mais frágil no grupo. Em todas as festas e outros eventos é cobrada uma taxa de cada comerciante que deseja explorar comercialmente o evento, ou mesmo daqueles comerciantes estabelecidos, o que gera uma receita muito alta para os milicianos. Essa taxa foi assim definida por uma moradora, cujo marido, sintomaticamente, é policial, e considera a milícia local *light* e pobre:

> Sinceramente eu vou te dizer que eu não sei, eu não posso afirmar que alguém aqui paga pra milícia não, entendeu? (...) se eles forem fazer alguma coisa, aí eles pedem uma colaboração, se forem fazer uma festa junina, aí eles pedem uma colaboração (...) é o "livro de ouro", é igual tem em todos os bairros. É mais a questão do respeito mesmo, é o respeito, aí você impõe o respeito, pronto, acabou. Onde o estado falha, é onde eles entram.

Na ocasião da realização da Festa Junina na Cohab, durante a realização do trabalho de campo, um rapaz jovem, em torno dos 30 anos de idade, nascido e criado na Cohab, e por isso mesmo conhecido de meus interlocutores, componente da milícia local, foi assassinado no final de semana pelos companheiros, com um tiro na cabeça (típico de atos de execução), sendo seu corpo encontrado mais tarde em uma praia no Recreio dos Bandeirantes. Outra moradora comenta a respeito: "Mais um que eu tenho que tirar do meu Orkut[35]".

A moradora mostra a foto da vítima e de outros amigos seus, que tiveram o mesmo fim; não só componentes principais da milícia, mas todos aqueles que giram mais intimamente em torno daquele universo: namoradas, amigos, receptadores etc. O assassinato do miliciano por seus "sócios" criou certo clima de revolta e o assunto dominou as rodas de conversas durante alguns dias. Existe a opinião comum entre os moradores da Cohab de que o fim de quem faz parte da milícia, cedo ou tarde, é sempre o mesmo: a morte, na grande maioria das vezes, pelos comparsas.

A milícia de Realengo, segundo relatos dos moradores, é composta por moradores policiais e ex-policiais, geralmente expulsos das corporações e que, além de cobrar pela segurança de comerciantes e pela licença para o funcionamento de algum ponto comercial, também monopoliza a venda de botijão de gás e a venda de sinal de TV paga e de internet ilegal ou pirata, o famoso "GatoNet". Um mal necessário, na opinião de alguns moradores, que lembram que antes da milícia as guerras por pontos de drogas eram frequentes na Cohab. Os moradores não sabem precisar ao certo seu surgimento, mas o atribuem à necessidade de se estabelecer a ordem em um local onde a presença do estado não é atuante, conforme as falas a seguir de dois moradores:

> Aqui na Cohab não tem boca de fumo, e isso é uma coisa que eu admiro. Se eu entro na Cohab ... eu posso andar por aqui de madrugada, porque ninguém mexe comigo, ninguém mexe com a minha filha. A minha filha vai para a danceteria e chega tarde ..., então o que o estado não provém, eles provêm. Porque se eles não colocarem ordem, a polícia não vai bancar e aí vai ter boca de fumo, entendeu?
>
> Eu acho que a prioridade é não ter tráfico aqui dentro. Porque você vai onde quer, eu não sou obrigado a guardar a minha casa ou a segurar meus filhos em casa, a minha filha não é obrigada a sair com bandido, eu tenho liberdade de ir e vir.

[35] Site de relacionamento administrado pela empresa Google.

Amparada por um discurso de legitimação, baseado na proteção dos habitantes da localidade contra o "mal maior", que é o tráfico, a milícia consegue se impor e, apesar de provocar reações diversas, mantém todos sob suas leis particulares. Sobre a proibição de se fazer baile *funk* ou mesmo de ouvir esse tipo de música publicamente, uma moradora justifica: "Não pode, porque uma coisa vai encadeando outra, um vai olhando o movimento e daqui a pouco vai estar infiltrado aqui dentro, então por isso, não tem baile *funk*.".

Sobre a adesão aos serviços ilegais de TV e internet banda larga, outra moradora diz: "Eu prefiro o *GatoNet*, que eu vou pagar 35 reais, do que pagar 200 reais em uma assinatura de TV paga. Porque com o *GatoNet*, além de economizar e poder ver todos os canais, não é planinho básico, não... eu ainda agrado os caras".

Segundo Cano (2008), embora exista a intenção por parte de algumas milícias em instaurar a ordem, principalmente nas comunidades em que residem, o objetivo principal é a obtenção de lucro através de atividades econômicas. Um bom exemplo disso foi a tentativa de cobrar uma taxa mensal de cada morador, a qual não obteve êxito, na Cohab de Realengo. Mas o episódio, quando relatado, serviu para mostrar as peculiaridades do fenômeno, que apesar de ter, diferentemente do tráfico, características de uma empresa moderna, depende, em algumas situações, de intermediários nada convencionais.

Na Cohab, o pagamento de uma taxa de segurança é cobrado pela milícia, apenas dos estabelecimentos comerciais. Na verdade, não há "obrigatoriedade" do pagamento dessa taxa, porém, o não pagamento deixa muito vulnerável o estabelecimento comercial, que passa a sofrer roubos e depredações constantes. É eximido da cobrança de taxa aquele comerciante que for policial ou parente próximo de um policial. O que pode parecer corporativismo pode, no entanto, ser interpretado, como uma forma inteligente de não provocar a insatisfação de outras pessoas ligadas à ordem pública.

De acordo com os relatos dos meus interlocutores existiu no passado um chefe da milícia local conhecido como "Come Pão". Temido pelos seus atos de violência e frieza, "Come Pão" era amigo do padre responsável pela igreja católica da Cohab. Muito querido pelas mulheres católicas mais velhas, por ter realizado obras de melhorias e ter mudado completamente a aparência da igreja da localidade, o padre era quem fazia a intermediação entre a milícia e os "infratores", transmitindo aos segundos os recados da

milícia, antes que essa tomasse providências mais sérias: na maioria das vezes, a expulsão ou a execução do “infrator”, nunca dentro da Cohab, e sim em outros bairros ou comunidades próximas ou afastadas.

Quando a milícia local resolveu cobrar uma taxa de cada morador, deixando um comunicado em baixo das portas dos apartamentos, houve certa indignação por parte dos moradores. A ideia era que uma espécie de síndico de cada bloco ficasse responsável pelo recolhimento das mensalidades de cada família e repassasse à milícia. Como na Cohab moram muitas pessoas ligadas não só às Forças Policiais, como também às Forças Armadas, geralmente militares de baixa patente, a iniciativa da cobrança de uma taxa mensal esbarrou em um militar da marinha, que tão indignado como outros moradores, mas simbolicamente com algum respaldo, pelo fato de ser militar, resolveu enfrentar a milícia, prestando queixa na delegacia mais próxima.

Testemunhas foram chamadas a prestar declarações na delegacia, no que prontamente os milicianos ofereceram transporte até o local para essas pessoas. Na delegacia, os depoentes afirmaram desconhecer quaisquer iniciativas desse tipo. O queixante (ou delator, dependendo da perspectiva) foi levado até o interior da igreja católica, por integrantes da milícia, onde foi torturado e espancado, tendo sobrevivido após permanecer longo tempo hospitalizado. O que chama a atenção é o fato da figura do padre da igreja local funcionar como intermediador e dispor da igreja como local de “punição” e tortura. Parece que vai se instituindo uma moral híbrida na qual a “lei” da milícia é amparada pelas leis morais da Igreja representada na figura do tal padre.

Não foi possível conhecer e conversar com esse padre, que após o assassinato de “Come Pão”, por seu antigo pupilo e na época, sócio, pediu transferência para outra paróquia, pois suas relações de lealdade com o ex-chefe da milícia o deixaram em situação delicada com a nova chefia, segundo o relato dos moradores.

A presença da milícia na Cohab, conforme já foi mencionado, não é notada por alguém de fora, a menos que um morador sinalize. Contudo, a sua presença é forte e transparece não só nas conversas informais, como também sua presença física, ainda que camuflada, pode ser revelada a olhos mais atentos. Por exemplo, passeando entre barracas de camelôs, comentei com uma de minhas interlocutoras sobre uma barraquinha de bijuterias que achei interessante e ela me disse que aquela barraca era só um disfarce para

ocultar a barraca ao lado que vendia cigarros falsificados, propriedade de um policial, grande "empresário" desse setor em toda Zona Oeste da cidade.

Ou ainda, quando fui conhecer uma quadra de esportes, mais no interior da Cohab e me disseram que a tal praça tinha sido construída por um político conhecido na localidade, filho de um ex-policial militar, que também é deputado estadual, ambos envolvidos no sequestro e tortura de dois jornalistas, em outra comunidade em Realengo, segundo palavras de uma das vítimas, em entrevista concedida à revista Piauí[36].

A presença da milícia na região tem contribuído para o aumento de seus componentes no legislativo, como é o caso dos políticos citados e de outros, que após denúncias na CPI da Alerj[37] e investigações pelo poder público, foram presos e tiveram seus mandatos caçados:

> Ao analisar esses dados, mapas de votações, particularmente nas eleições proporcionais, percebem-se padrões de concentração de votos em diversos locais denunciados por fontes variadas como sendo áreas controladas por milícia. Analisando a votação por seções, locais e zonas de votação de políticos investigados pela CPI em 2004 e 2006, foi possível observar votações concentradas em alguns dos candidatos identificados com as áreas tidas como dominadas por milícias[38].

Conversando recentemente com algumas pessoas da Cohab fui informada que "a coisa está mais relaxada" porque o atual chefe da milícia local, acusado de vários crimes, está preso. Seus comparsas receberam a ordem para pegar leve.

### 3.6 – Os empreendedores da Cohab de Realengo

Conforme foi dito anteriormente, os apartamentos da Cohab de Realengo foram destinados a famílias de baixa renda, principalmente aquelas transferidas de favelas que passaram por processos de remoção de seus moradores. Hoje, a maioria dos habitantes são filhos e netos da primeira geração que lá se instalou. Existem, misturadas às famílias de baixa renda, outras, que se encaixam no perfil de renda do segmento emergente, e até mesmo algumas que, segundo o critério de renda, ultrapassam essa classificação.

---

[36] Reportagem: Minha dor não sai no jornal, da Revista Piauí nº. 59. Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-59/historia-pessoal/minha-dor-nao-sai-no-jornal - acesso em 15/06/2012.

[37] Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

[38] Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação das milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro: Alerj, 2008, p. 91.

Os moradores, que vivem atualmente no local, possuem ocupações heterogêneas, como por exemplo, é demonstrado na fala de uma de minhas interlocutoras que possui uma escola particular de 1º grau, localizada em rua transversal à Capitão Teixeira no pedaço aqui chamado de não Cohab, na qual estudam filhos de pessoas de níveis sócio-culturais variados. No que se refere à profissão dos pais de seus alunos, ela diz: "Nós temos aqui advogados, comerciantes e temos como a maioria vendedores, policiais, domésticas (...) que são pessoas que fazem muito esforço e muito sacrifício para pagar a escola".

Muitos moradores possuem um tipo de comércio, que geralmente fica instalado no andar térreo dos prédios, onde os apartamentos destes andares são ampliados, conforme foi mostrado anteriormente, absorvendo parte da área comum dos edifícios, adentrando no espaço comum dos blocos por aproximadamente 2 a 3 metros, quando não na própria calçada. Esses espaços tanto servem para a ampliação do apartamento como podem ser alugados como pontos comerciais, ou, ainda, podem servir de comércio para o próprio morador. Essa estratégia revela, entre outras coisas, o grande número de empreendedores presentes na localidade. Uma dessas pessoas é Dona Joana, mãe da minha principal interlocutora.

Vivendo há quase 40 anos na Cohab, Dona Joana, hoje com 61, veio do nordeste acompanhando o primeiro marido, que migrou para o Rio de Janeiro na década de 1960, para trabalhar na construção civil. Após o nascimento de sua primeira filha, separou-se do primeiro marido, porque era vítima frequente de violência doméstica. Casou-se novamente, com seu marido atual, com o qual teve mais três filhas. Morou na casa dos sogros, até que, algum tempo depois, seu marido recebeu as chaves de um apartamento na Cohab de Realengo das mãos de uma pessoa influente do serviço público, para o qual prestava serviços esporadicamente, numa relação de paternalismo mantida até os dias atuais.

Dona Joana, quase analfabeta, sabia pouco mais que escrever o próprio nome e viu na profissão de cabeleireira uma chance de melhorar de vida. Para fazer o curso profissionalizante no lugar desejado, conseguiu, através de uma conhecida sua que era professora, um diploma falso de primeiro grau e, assim, pode ingressar na escola de cabeleireiros do SENAC. Porém, como no curso havia uma etapa teórica, na qual os alunos deveriam anotar a matéria, e como Dona Joana não sabia escrever quase nada, pois mal

havia feito o segundo ano primário, no Rio Grande do Norte, estrategicamente, ela própria engessou seu braço e mão direitos e, desta forma, ficou liberada de anotar os apontamentos em sala de aula durante a fase teórica do curso, não correndo, também, o risco de ter seu segredo descoberto.

Assim, Dona Joana conseguiu concluir o curso com louvor e fazer todos os outros cursos da área que a instituição oferecia, como: estética, maquiagem, penteados mais elaborados. Abriu um salão no próprio apartamento e, praticamente, criou as quatro filhas com o dinheiro ganho com a profissão de cabeleireira.

Filha de pais paraibanos, camponeses analfabetos que migraram para a cidade de Natal quando ela era ainda criança, para tentar fugir da pobreza extrema do sertão nordestino, Dona Joana foi uma das primeiras dos 22 irmãos a tentar a sorte no Sudeste do país. Mesmo que tenha vindo acompanhando seu primeiro marido, após a separação, Dona Joana permaneceu aqui, constituiu uma família e batalhou muito para criar suas filhas. Seu sucesso serviu de exemplo aos irmãos que, pouco a pouco, transferiram-se para o Rio de Janeiro. E hoje, a mãe e a maioria dos irmãos de Dona Joana vivem na cidade e são moradores da Cohab de Realengo.

O fato acima além de apresentar uma de minhas interlocutoras, é um exemplo de como muitas das pessoas da Cohab, e obviamente de todo país, conseguiram vencer as limitações das condições de existência nas quais nasceram, através de estratégias que muitas vezes não seguem os parâmetros regulares, mas nem por isso deixam de ser legítimas.

Souza (2010) fala de famílias como a de Dona Joana, que sempre viveram sem um futuro previsível, diferentemente das famílias das classes média e alta. As pessoas das classes baixas, aqueles que pertencem hoje ao segmento emergente, que Souza chama de batalhadores[39]. Essas pessoas têm em comum as incertezas e instabilidades de quem não possui as mesmas condições de existência das classes mais abastadas. Com origem familiar de pouco ou muito pouco capital econômico e cultural, essas pessoas, na maioria dos casos, herdam dos pais através da socialização em família, entre outros atributos, a honestidade e a dignidade. Os pais de Dona Joana, que estiveram casados até a sua

[39] Souza (2010) faz uma diferenciação entre os batalhadores e a ralé, sendo os primeiros, aqueles que pertencem ao segmento emergente e os segundos, aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza e por isso à margem da sociedade.

adolescência, eram trabalhadores que migraram para a cidade grande em busca de melhores oportunidades de vida. Seu pai trabalhou como pedreiro até adoecer e morrer e sua mãe como lavadeira e passadeira, mesmo depois de já instalada no Rio de Janeiro, em idade avançada.

O fato de Dona Joana ter engessado o braço, ter obtido um diploma falso como estratégia para mudar as suas condições de existência, não quer dizer que ela tenha dado o "tradicional" jeitinho brasileiro. Até porque, a ideia de que as relações, especialmente no Brasil se pautam pelo personalismo (DAMATTA, 1997b), pode ser questionada, pois é fácil imaginar o que aconteceria se Dona Joana observasse estritamente a legalidade: ela provavelmente não conseguiria romper o ciclo reprodutivo de condições materiais de seus pais e nem teria condições de mudar a sua história de vida e, fatalmente, estaria fadada a ser uma empregada doméstica para o resto da vida, destino da maioria das mulheres nordestinas que vêm tentar a vida nas grandes capitais do Sudeste do país.

Não está em jogo aqui o ato moral em si, como não se está defendendo o uso de diplomas falsos e, sim, o fato concreto, pois não foi por preguiça ou por falta de inteligência que minha interlocutoras deixou de estudar e se alfabetizar e, sim, porque seus pais, preocupados com a sobrevivência da família, não tinham outra opção a não ser ensinar aos filhos a vida dura do trabalho desde a mais tenra infância:

> (...) eu mal sabia escrever, eu não ia na escola, que era a ignorância dos pais, eles não deixavam ir na escola, eu fui dessa época. (...) o nome da escola que eu fui era "Até de pé no chão se aprende a ler", era o nome da minha escola. Eu fui nem sei até que ano, eu fui muito pouco na escola, aí eu aprendi alguma coisa, o bastante para vir aqui para o Rio. Cheguei aqui no Rio e comecei a trabalhar, fazer minhas coisas. Aí, depois de alguns anos que eu estava aqui já estabilizada, aí foi que fui estudar à noite, aí fui até a sétima série, aí parei, mas eu vou voltar a estudar (...).

Segundo Bourdieu (2008), as estruturas familiares correspondem à estrutura de classes, imitando a regularidade do mundo. A família reproduz em cada membro através das relações afetivas, expectativas individuais, como também, uma visão de mundo prática, de acordo com as possibilidades concretas do mundo. Ou seja, as pessoas são formadas de acordo com as possibilidades que o mundo oferece:

> Vê-se a contribuição decisiva que traz à conservação da ordem social o que Durkheim designava por "conformismo lógico", ou seja, a orquestração das categorias de percepção do mundo social que, por estarem ajustadas às divisões da ordem estabelecida – e, por conseguinte, aos interesses daqueles que a dominam – e por serem comuns a todos os espíritos estruturados em conformidade com tais estruturas, se impõem com toda a aparência da necessidade objetiva (*Ibid*, p. 438).

Ao mesmo tempo, as famílias criam nos indivíduos potencialidades que antecipam as estruturas do mundo, a racionalidade prática, que não depende da tomada de consciência:

> A família na modernidade se torna, em todas as classes, a instituição mais próxima aos corpos (...) cabe a ela uma dupla função, que outrora coube a outras instituições: *reproduzir, em cada indivíduo – de forma durável e inconsciente – a ordem do mundo*, ou seja a dominação impessoal, que ultrapassa sempre os limites da própria família; e, ao mesmo tempo, *dotar o indivíduo da racionalidade prática, de um sentido prático de classe, capaz de antecipar a ordem do mundo, ou seja, a capacidade de agir no mundo em compatibilidade com as suas estruturas, antecipando essas estruturas e sobrevivendo a elas* (SOUZA, 2010, p.128).

É possível concluir que a família de Dona Joana, apesar da falta de condições de existência – uma família de retirantes nordestinos, de pais analfabetos, com 22 filhos –, via na disposição para o trabalho, a principal forma de sobrevivência. Colocar os filhos desde pequenos para trabalhar, retirando-os da escola, pareceu a opção mais coerente diante das estruturas objetivas do mundo. Em Dona Joana tornou-se corpo, ou seja, desenvolveu-se através de um *ethos* presente em sua família, a disposição para o trabalho honesto e, ao mesmo tempo, a disposição de se antecipar às estruturas concretas do mundo. Através da racionalidade prática, Dona Joana agiu de maneira a transpor uma determinada ordem do mundo, antecipando-se a ela, apresentando um "falso" diploma e, a partir daí, vencendo um provável destino que sua condição lhe determinava.

E não é difícil supor que estratégias como a que Dona Joana utilizou, e outras de tipos diferentes, tenham sido utilizadas por muitos dos agentes que hoje fazem parte do segmento emergente. Em outra ocasião, conversando com minha interlocotura, Dona Joana me confessou que desejava completar o segundo grau (atualmente Ensino Médio) e tentar ingressar em uma faculdade para fazer o curso de Química. Questionei seu gosto por essa especialidade científica e ela respondeu dizendo que seu gosto pela Química vinha dos produtos que tinha que manipular como profissional de cuidados com os cabelos.

Hoje, Dona Joana está aposentada e duas de suas filhas, casadas e com filhos, moradoras também da Cohab, tocam o salão, que continua a ser a principal fonte de renda das três famílias.

Outro empreendedor que caracteriza muito bem este tipo de trabalhador da Cohab é Daniel. Daniel, que morou parte da vida na Cohab, atualmente mora em uma casa bem próxima ao conjunto, e mantém uma relação muito estreita com a localidade, porque

possui uma lanchonete na Cohab, numa extensão de apartamento, mais um "puxadinho", conforme já foi descrito, nos moldes do salão de beleza de Dona Joana.

A lanchonete de Daniel, que se chama Bom Te Ver, oferece sanduíches inteiramente baseados nos produtos vendidos pela rede internacional McDonald's e pizzas com variações de mais de 200 sabores de recheio. Daniel fala a seguir como surgiu a ideia da lanchonete:

> (...) há dois anos atrás, eu passei por uma lanchonete vendendo uns sanduíches genéricos do McDonald's (...). Aí nesse mesmo dia eu encontrei um cara que trabalhou 14 anos dentro do McDonald's (...) aí eu falei: " – Por que você não monta um negócio desse?" ele falou: " – Pô, tenho medo de não dar certo." (...) mas ele é um cara que não olha para frente, é um cara que parou ali e estacionou e acabou. E aí eu fui e me aproveitei da situação, ele foi conversando comigo, me dando todos os macetes, tipos de molho, colocação de molho, como que coloca, porque o pão é grelhado, aquela coisa toda e então a gente fez uma imitação, a gente fez igualzinho. (...) gostoso mesmo. E aí eu peguei e comecei aleatoriamente a mandar para alguns clientes que eram assíduos (...). Aí eu comecei a montar , fazer molhos, criar molhos, buscar na internet alguns tipos de molhos, fazer algumas loucuras. Aí a gente foi criando molho, inventando, aí eu fui me baseando no McDonald's, fui criando coisas, foi difícil, e aí eu fui me desenvolvendo assim.

Daniel fez, em conjunto com um pedreiro contratado, toda a parte física de sua loja; iluminação; mesas e cadeiras construídas numa serralheria, todas desenhadas por ele; e também escreveu a letra de um jingle[40] promocional que toca na rádio comunitária. Como tem outro comércio, uma pizzaria popular em outra comunidade no bairro de Realengo, juntou latinhas de cervejas e refrigerantes para vender e o dinheiro apurado investiu em parte da construção da sua lanchonete na Cohab: "Eu comprei os fios dessa loja todinhos com latinha. Eu vendo as latinhas ... eu comprei cinco sacos de argamassa e dez metros de piso com todas as latinhas que eu juntei".

Conheci Daniel quando ele levou a esposa de carro até o salão de Dona Joana e ficou aguardando-a do lado de fora. Eu e Dona Joana estávamos sentadas em frente ao salão, conversando – quase sempre quando ia à Cohab, passava uma parte do tempo no salão de beleza, ou na frente dele conversando com Dona Joana e quem mais se juntasse a nós –, o que me chamou primeiramente a atenção para Daniel, foi que ele enquanto esperava a mulher, sentado dentro do carro com as portas abertas, lustrava várias joias pesadas em ouro maciço, que usava mesmo vestido de bermudas e sandálias japonesa: uma enorme corrente pesadíssima no pescoço, uma pulseira do mesmo calibre, alguns anéis,

[40] Jingle da lanchonete, Bom Te Ver – "Tá com fome, tá com pressa? Bom te ver, é bom a beça, você liga e a gente entrega, vem depressa!"

todos feitos sob encomenda, me confidenciaria Daniel mais tarde. Pensei a princípio se tratar de um miliciano, pois estes costumam frequentar o salão de beleza de Dona Joana, e diante de tantas joias, seu estereótipo apontava para o de um jogador de futebol, um funkeiro famoso, ou o mais provável ali, um miliciano. Mas Dona Joana me esclareceu que ele era dono de uma lanchonete maravilhosa, que vendia todos os sanduíches do McDonald's ali na Cohab. Meu interesse sobre Daniel foi imediato, afinal fiquei curiosa em saber como era esse negócio de McDonald's na Cohab, administrado por aquela figura, que a mim pareceu tão peculiar.

Não me decepcionei, Daniel, de 48 anos, é casado pela segunda vez com uma mulher 20 anos mais jovem, tem três filhos do primeiro casamento e uma filha do segundo. Filho de pai e mãe pobres, que sempre trabalharam muito e que cedo passaram para o filho o *ethos* do trabalho duro e honesto, Daniel fala com muito orgulho dos pais:

> Minha mãe nunca foi só "do lar", minha mãe sempre foi batalhadora, minha mãe foi faxineira, enfermeira, guardete. Meu pai foi faxineiro, marceneiro, fazia limpeza de terreno, foi uma família bem sofrida. Eu, com 12 anos de idade, já estava começando a trabalhar. Em casa, com 9, 10 anos de idade, já fazia comida, qualquer tipo de comida.

Entre outras ocupações, Daniel trabalhou de entregador de marmitas, em limpeza de terrenos ou cuidando de uns poucos bois no sítio do tio quando era criança, quando o bairro ainda era um local bem mais rural do que urbano. Mais tarde, começou a trabalhar na loja Ponto Frio, onde permaneceu por dez anos. Ingressou na empresa inicialmente como faxineiro, sendo logo promovido ao cargo de arquivista e, depois, a chefe de setor do estoque. Chegou a ingressar em uma faculdade particular para cursar Administração de Empresas, mas só conseguiu frequentar o curso durante o primeiro mês. Abandonou, segundo ele, porque trabalhava muito, tinha filhos pequenos e tornou-se impossível conciliar tudo isso com a faculdade. Então, para enriquecer o currículo, Daniel fez vários cursos de pequena duração, todos voltados para a área de administração e atendimento, visando aprender as técnicas para abrir seu próprio negócio.

Assim que Daniel saiu do emprego no Ponto Frio, abriu um armazém de material de construção que, dez anos depois, se transformaria em uma pizzaria, que ele mantém até hoje, junto com a lanchonete da Cohab, que abriu há dois anos. Questionado sobre sem tempo de lazer, Daniel diz que é muito difícil parar de trabalhar: durante o dia corre atrás da matéria prima dos dois negócios ou cuida da manutenção das lojas e, à noite,

quando as lojas abrem, está sempre presente, seja abrindo massa de pizza, montando sanduíches, atendendo pedidos ao telefone, no balcão, no caixa etc.

**Figura 19 – Lanchonete "Bom te ver"**

Fonte: Arquivo pessoal

Perguntei se ele se considerava de classe média, Daniel disse que não se vê como alguém da classe média. Para ele, alguém de classe média dá muito menos duro na vida do que ele; tem também bastante dinheiro em uma conta bancária; é alguém que se veste bem e frequenta lugares que ele não teve oportunidade de frequentar, pois o máximo que faz quando dá tempo é levar a esposa para passear no Shopping Bangu[41]. Daniel define o que para ele é ser uma pessoa da classe média:

> Ser de classe média é quando você tem *status* para poder pagar alguma coisa, quando você tem uma conta enriquecida, frequenta lugares caros, alguma coisa dessa natureza. Hoje eu não tenho. Eu tenho um patrimônio, tenho minhas duas lojas[42], meus dois carros[43], tenho minha casa enorme, tem dois andares. Minha renda é grande, só que essa renda grande ... eu tenho uma divisão: dois filhos na faculdade particular, ajudei um dos meus filhos a comprar um carro, para o outro eu comprei um celular que eu estou pagando ainda, ainda invisto muito nas lojas (...).

Daniel é um dos muitos empreendedores da Cohab, como, por exemplo, um rapaz conhecido como *My Friend*, dono do restaurante que frequentei na Cohab, que é

[41] Shopping Center localizado no bairro de Bangu, o mais próxima da Cohab de Realengo.

[42] Ambas em espaço alugado, Daniel acha melhor não comprar porque as duas são construções irregulares, por isso prefere pagar aluguel.

[43] Daniel possui um carro de passeio, com mis de dez anos de uso e um carro utilitário para o transporte de produtos.

muito concorrido na localidade, e que começou seu negócio puxando um carrinho com panelas de comida, que vendia de porta em porta, há dez anos. Ou como o vendedor de amendoim, que passou justamente durante um dos meus encontros com Daniel, quando este o cumprimentou e me relatou seu aspecto trabalhador/empreendedor: analfabeto, esse vendedor de amendoim hoje tem, nas palavras de Daniel, sua casa toda "pronta", fato realizado com a renda da venda de amendoim pela Cohab e por todo o bairro de Realengo, Daniel conta sobre o vendedor de amendoim:

> Acompanho há mais de 15 anos esse garoto aí, mais de 15 anos vendendo amendoim. A casa dele é toda pronta, vendendo amendoim. A esposa dele tem problema de saúde, ele está bem de vida hoje ... quem vendia era o tio dele, passou a bola ... (vende) geral, praça, Realengo, cada dia da semana em um lugar. Ele é programado, analfabeto, ele é programado, cada dia da semana ele tem um espaço para vender, um local para passar.

Durante as minhas idas em quatro meses de trabalho etnográfico na Cohab, vários foram os casos de empreendedores apresentados pelos meus interlocutores, quando não eram eles próprios os empreendedores. Através de luta, de muita persistência e muito importante, fazendo o dinheiro da Cohab circular dentro da própria Cohab, essas pessoas que Souza (2010) prefere, não por acaso, chamar de "batalhadores", ao invés de nova classe média, conseguiram se antecipar à ordem do mundo e mudar seu destino para melhor.

O empreendedorismo, como o observado na Cohab, está no debate entre dois polos de visão sobre o fenômeno do segmento emergente, que aqui está sendo discutido. Conforme foi visto no capítulo introdutório, o debate que assistimos hoje na academia se dá entre aqueles que acreditam e defendem que hoje temos no país uma população cuja maioria é de classe média, mesmo com toda a heterogeneidade que esse grupo apresenta; e aqueles que defendem que o que de fato temos é uma camada da população que, através do *ethos* do trabalho fortemente incorporado e por meio de estratégias e agências criadas para lidar com um novo tipo de capitalismo, mais flexível e, por isso mesmo, mais nefasto no que se refere à proteção e ao bem estar social do trabalhador, vêm conseguindo romper por meio de muito esforço, a reprodução da pobreza extrema.

A perspectiva de Giddens (2003) sobre agência, a qual percebe a vida das pessoas correndo num fluxo de ação intencional, onde o agente não só tem a intenção, como também a capacidade para agir, parece se adequar aos exemplos acima citados. Através dos relatos dos interlocutores empreendedores da Cohab, os acima citados e outros

que aparecerão no decorrer deste texto, é possível concordar um pouco com a perspectiva de Souza (2010) sobre a forma de acesso ao consumo do segmento emergente. Pois é preciso ter em conta que os valores simbólicos que são caros a uma determinada classe social não se alteram somente porque essa classe tem uma renda maior, e simplesmente passa a consumir mais, imitando sem qualquer racionalidade simbólica as classes mais altas, na busca por *status* ou aparência.

Meus interlocutores, empreendedores na Cohab, ali mantêm sua residência, seja na localidade ou bem próximo a ela. Não expressam a vontade de morar em regiões mais "nobres" da cidade, não consomem roupas de marcas caras, seu lazer, quando possível, se restringe a idas ao shopping mais próximo ou aos restaurantes e bares das redondezas.

O ouro em abundância, exibido junto ao corpo de Daniel, por exemplo, não é ostentado nem em quantidade, nem mesmo em design de joias, por homens que fazem parte das classes média e alta. O ouro que Daniel exibe, pode ter um sentido simbólico bem parecido com os *vaygu'a*, o colar e o bracelete *kula* dos trobriandeses, estudados por Malinowski (1978), pois a sua posse e a utilização ritualística, representavam a glória alcançada e a importância daquele que a possuía.

Assim, também Daniel, ao limpar suas joias na frente das pessoas, pratica um ritual que tem o efeito de chamar a atenção para os objetos em seu corpo, ou mesmo, ostentando-os, exibindo-os de forma nada sutil, pretende de fato exibir o seu sucesso pessoal, pois ninguém vai ter acesso à sua conta bancária, mas pode ver os colares, braceletes e anéis que ele usa.

Sobre os *vaygu'a* dos trobriandeses, Malinowski (1978) não entendia porque aqueles objetos feitos de conchas e coral, muitas vezes pequenos ou pesados demais para serem utilizados, eram considerados tão valiosos pelos nativos. Malinowski só conseguiu ter uma compreensão mais clara sobre isso quando retornou à Europa, em visita turística a um castelo na Escócia:

> Enquanto eu olhava para as joias e pensava comigo mesmo como eram feias, inúteis, pesadas e até mesmo vistosas demais e de mau gosto, tive a sensação exata de que algo parecido já me havia sido relatado recentemente e de que eu já virá inúmeros outros objetos desse mesmo tipo, que me impressionaram de maneira idêntica. (...). A analogia entre os *vaygu'a* (objetos de valor) europeus e os de Trobriand precisa ser definida de maneira mais clara: as joias da Coroa britânica como quaisquer objetos tradicionais demasiado valiosos e incômodos para serem realmente usados, representam o mesmo que os *vaygu'a*: pois são

> possuídos pela posse em si. É a posse aliada à glória e ao renome que ela propicia que constitui a maior fonte de valor desses objetos (*Ibid*, p.75-76).

No caso de Daniel, não seria a tradição do objeto em si, mas o que muita quantidade de ouro junta numa única peça, ainda que grande e desconfortável, pode significar para as pessoas das classes populares. O gosto construído na falta (BOURDIEU, 2008), vê na abundância - muito ouro, no caso de Daniel – o signo de prosperidade. Muitas pessoas criticam outras que moram em favelas, em moradias precárias, mas possuem uma enorme TV de LCD ou LED, geralmente no centro de um pequeno cômodo. Para essas pessoas, o acesso a uma TV grande e com tecnologia de ponta tem um significado, que pode passar despercebido ao olhar menos atento. É como o ouro no pescoço de Daniel, que juntou e vendeu latinhas para completar a obra da lanchonete, que trabalha uma quantidade absurda de horas por dia, e quer ver materializada em algum objeto, ícone de prosperidade, a sua conquista vitoriosa.

As joias, utilizadas de maneira ostensiva, comunicam da forma positiva o que pretende Daniel, somente dentro dos seus limites sociais. Fora desses limites, o uso ostensivo de joias pode ser considerado de "mau gosto", pois denuncia uma origem de classe baixa. Um episódio que pode exemplificar bem essa questão foi vivenciado por mim, quando aguardava um voo no saguão de um aeroporto, e dois rapazes passaram portando correntes de ouro pesadas em volta do pescoço, quando uma mulher que estava ao meu lado observou que só poderiam se tratar de jogadores de futebol, pois "ninguém" usa tantas e tão pesadas joias de uma só vez.

### 3.7 – O capital cultural na Cohab de Realengo

Quem circula pela primeira vez na Cohab de Realengo, logo nota um número expressivo de escolas públicas existentes no conjunto. São sete no total, sendo todas de primeiro grau, uma delas funcionando no período noturno, também, como escola de Ensino Médio. Existem também quatro escolas particulares, e alguns de meus interlocutores preferem que os filhos estudem nelas, do que nas escolas públicas. Esse é o caso de Andréia, a minha principal interlocutora na Cohab. Com um filho único de seis anos de idade, Andréia prefere que ele estude em escola particular, porque não acredita na qualidade do ensino da escola pública.

Das quatro filhas de Dona Joana, três delas completaram o Ensino Médio, mas Andréia foi a única que concluiu o curso superior de Psicologia em uma universidade particular, com muito esforço, negociando as parcelas mensais e dividindo o seu tempo entre a faculdade, o filho pequeno e o trabalho.

Andréia iniciou o curso de Psicologia à noite aos 28 anos, cursou dois anos, parou porque ficou grávida e retornou novamente, dois anos depois. Concluiu o curso com muito esforço, conciliando-o com as tarefas de casa, a criação do filho, e o trabalho como *free lancer* em pesquisa. Ela é das filhas de Dona Joana, a que tem maior capital cultural.

Quando Andréia era pequena, sua família passou a frequentar um grupo religioso chamado Perfect Liberty[44]. Ainda hoje a família de Dona Joana frequenta as reuniões da PL[45]. Só que a participação de Andréia em um grupo infantil de dança da PL possibilitou que ela tivesse outras referencias além daquelas da família ou do bairro, pois em várias oportunidades ela dormia na casa de amigas de outras classes sociais, que não eram moradoras da Cohab e, através desse tipo de socialização, aprendeu, entre outras coisas, o simples ato higiênico de escovar os dentes após as refeições e antes de dormir, conforme seu relato a seguir:

> Muitas coisas eu aprendi frequentando a casa das minhas amigas da PL, por exemplo, eu não sabia que devia escovar os dentes após as refeições e antes de dormir, porque minha mãe não aprendeu isso com os pais dela e não me passou. Nós tínhamos escova de dente, mas a gente costumava escovar somente de manhã, quando a gente acordava.

Da mesma forma, Andréia se justificou para mim, quando fui visitar o seu apartamento novo que havia acabado de comprar lá na Cohab:

---

[44] A Instituição Religiosa Perfect Liberty foi fundada no Japão em 1946 e faz parte das novas religiões japonesas. A seita em si foi criada a partir de preceitos budistas. Contando com cerca de 1 milhão de seguidores em 1937. A religião passou a ser instituída no Brasil e outros países da América Latina, no final da década de 1950. Segundo pesquisa realizada em 1994, dos 360.000 ingressos na seita, 95% dos seus integrantes não são de ascendência japonesa (*In* SOUZA, B., 2002).

[45] Não abordarei aqui a religiosidade das pessoas que fazem parte do segmento emergente, tanto porque esse não foi o foco do estudo que aqui está sendo apresentado, como porque o trabalho de campo não revelou nenhuma homogeneidade quanto à religião de meus interlocutores. Na verdade, muitos dizem acreditar nas doutrinas espíritas ou kardecista, e surpreendentemente nenhum deles declarou ser evangélico. Digo que esse fato me surpreendeu, porque existem vários trabalhos que tratam da relação entre a religião evangélica e o progresso econômico entre as classes populares, como por exemplo, um dos capítulos de Souza (2010). A referência à religião de Andréia será útil aqui, no entendimento de como ela conseguiu se distanciar um pouco, no que tange ao seu capital cultural, do capital cultural de suas irmãs. Pois ela mesma atribui o seu desenvolvimento cultural à sua participação mais intensa na PL.

> A decoração da minha casa é simples, eu não tento seguir um estilo, pois não tenho referências, sei que confundo e misturo tudo. Minha irmã acha que a casa dela é super bem decorada, mas eu acho que ela mistura um monte de coisas, não diferencia os estilos.

Andréia percebe como limitações de seu conhecimento o que deve ser ou não uma decoração de "bom gosto", pois como seu gosto foi construído na falta, e não através do refinamento que só a abundância propicia, ela se sente insegura na hora de decorar a casa, pois acredita não dominar as regras de decoração instituídas pela cultura legítima:

> (...) o modo de apresentação, o estilo percebido e apreciado pela comparação com outros estilos – é uma dimensão da relação global com o mundo e com os outros, de um estilo de vida em que se exprimem, sob uma forma incognoscível, os efeitos de condições particulares de existência: condição de qualquer aprendizado da cultura legítima, seja ele implícito ou difuso como é, quase sempre, a aprendizagem familiar, ou explícito e específico tal como a aprendizagem escolar, essas condições de existência caracterizam-se pela suspensão e pelo *sursis* da necessidade econômica, assim como pelo distanciamento objetivo e subjetivo em relação à urgência prática, fundamento do distanciamento objetivo e subjetivo em relação aos grupos submetidos a tais determinismos (BOURDIEU, 2008, p.54).

Por desejar para o filho um mundo melhor de possibilidades, Andréia o mantém em uma escola particular, de propriedade de uma ex-moradora da Cohab, Rebeca, também uma das minhas interlocutoras.

Rebeca de 39 anos, assim como Andréia, nasceu e foi criada na Cohab de Realengo. Filha de uma dona de casa, criada em um internato para crianças carentes e de um técnico de ar condicionado, Rebeca orgulha-se da educação que recebeu dos pais, que, segundo ela, foi muito severa. Conta que seus pais não permitiam que ela e os dois irmãos brincassem com as outras crianças da vizinhança. Assim Andréia me descreveu Rebeca, antes que eu a conhecesse: "Ela tem um jeito meio antipático, mas é uma ótima pessoa. É que ela e os irmãos nunca se misturaram com a gente, nem com ninguém da Cohab. Mas ela é muito competente e batalhadora".

Rebeca me contou, mais tarde, que seu pai, através de uma educação bastante rígida, não permitia que os filhos brincassem na rua, e só era permitido ver televisão até certo horário e, mesmo assim, só o canal da TV Educativa. Seus pais, segundo ela, apesar de não terem tido acesso à educação, acreditavam que esse era um importante caminho para a melhoria de vida. Assim que Rebeca terminou o primeiro grau, seu pai decidiu que ela deveria estudar em uma escola particular fora da Cohab e fora do bairro de Realengo. Dessa forma, ela poderia ampliar seu horizonte social com novas amizades dentro da classe média, ainda que fosse uma classe média do subúrbio, conforme seu relato:

> Então, eu fiz normal, eu fiz formação de professores nesse colégio que eu te falei, que é lá em Cascadura, que foi em outra realidade. Tinha pessoas com poder aquisitivo bem melhor do que o meu. Isso às vezes me constrangia um pouco, porque é complicado para um adolescente ... você tem contato com pessoas que têm dinheiro todos os dias para comprar na cantina e você não tem. Na época, eles usavam "roupa de marca", mochila da Company[46] que era o auge, mas são coisas que nem sempre você poderia ter. Eu até tive uma mochila da Company e durou o ensino médio todo, mas eu sabia que era uma coisa que eu não podia trocar todo ano. Isso às vezes me causava uma certa frustração, mas nunca foi motivo para eu ficar descontente com a minha vida, enfim, só me impulsionou. Eu acho que o objetivo do meu pai quando ele me colocou nessa escola, foi esse mesmo, foi para eu olhar para as pessoas e ver que eu tinha que olhar para a frente e não olhar para trás. Aí fiz a formação de professores. Na época que eu terminei, o meu pai era mecânico e conseguiu com muita dificuldade.

Rebeca começou como explicadora, dando aulas em casa, e hoje, depois de vários empregos e de se formar em Administração de Empresas em uma faculdade particular, estudando à noite, conciliando trabalho com estudo, ela é dona de uma escola com duas sedes, sendo uma delas localizada em frente à Cohab, do outro lado da Rua Capitão Teixeira.

Andréia orgulha-se de manter o filho nessa escola, pois o projeto pedagógico de Rebeca mescla as linhas construtivistas e montessoriana, e tem a intenção de aprimorar nas crianças habilidades estruturais tais como coordenação motora, psicomotricidade e capacidade de interpretação. Rebeca confessa que é uma luta convencer os pais da Cohab de que esse método é importante para o desenvolvimento intelectual das crianças. Segundo ela, são poucos os pais como Andréia, que entendem a importância desse tipo de educação. A maioria quer produtividade. Rebeca fala a respeito das expectativas dos pais:

> (...) eles querem que a criança aos quatro anos esteja lendo, escrevendo, assinando o nome ... Você sabe que o nosso povo, a maioria das pessoas são aqueles analfabetos funcionais, são aquelas pessoas que leem, mas não sabem compreender, interpretar nas entrelinhas. Eles leem mecanicamente e codificam símbolos, isso que é o ponto questionável da educação.

Questionada por mim sobre o porquê das pessoas com rendimentos baixos como domésticas, policiais e vendedores de loja, preferirem a sua escola a escola pública, Rebeca diz que a escola pública está desacreditada pela maioria. A questão da aprovação automática que leva crianças ao 5º e 6º anos sem que elas saibam ler, a falta de comprometimento dos professores por causa dos baixos salários são pontos, entre outros,

---

[46] A marca Company, foi criada em 1973, em Ipanema, coração da Zona Sul carioca. Produzia roupas e acessórios de estilo arrojado e descontraído, com design e tecidos exclusivos. A marca foi uma febre entre os adolescentes de classe média no final dos anos 1980 e inicio dos anos 1990. Fonte: Wikipédia – Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Company - acesso em 17/06/2012.

que fazem com que os pais busquem um ensino de melhor qualidade, ainda que associem qualidade no ensino com resultados imediatos e produtividade.

Rebeca me relatou também que muitos pais têm dificuldades em arcar com a mensalidade da escola, que gira em torno de 170 reais por mês, e que costumam parcelar as mensalidades atrasadas, ou fazem permutas, nas quais o pai ou a mãe que tem alguma habilidade ajuda na manutenção da escola, em troca da dívida, fazendo serviços de pintura, eletricidade, limpeza etc.

Algumas questões podem ser levantadas através dos relatos de Andréia e Rebeca, que acreditam na educação como forma de romper com a reprodução da desigualdade. Ambas conseguiram fazer um curso superior, porém o que chama atenção foi que todos os meus interlocutores que disseram ter curso superior o fizeram em instituições privadas, assim como Rebeca e Andréia, e também, os filhos de alguns dos meus interlocutores, que atualmente cursam o nível superior em instituição privada. Não me deparei com ninguém na Cohab de Realengo que dissesse ter cursado universidade pública, o que pode ser explicado pelo fato da maioria ter estudado em escolas públicas da região e, por isso, não terem adquirido um capital cultural suficiente para competir em igualdade de condições com pessoas das classes mais altas.

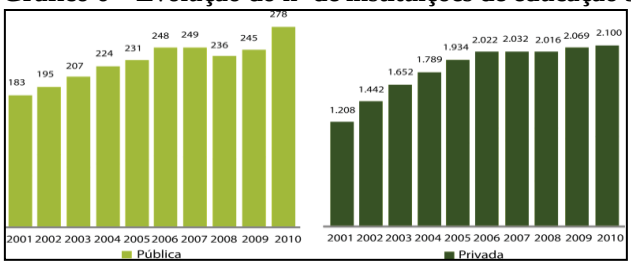
É claro que devem existir moradores da Cohab de Realengo que estudaram em instituições de ensino superior públicas, mas é bem possível, a julgar pelos relatos de meus interlocutores e pelas estatísticas oficiais, que a grande maioria daqueles que vivem na Cohab, com origem nas classes mais pobres e que estudaram sempre em escola pública, frequentem ou tenham frequentado instituições particulares de ensino superior.

O acesso ao curso superior em universidade pública, pelo que foi observado na Cohab e pelo que é constatado através das estatísticas oficiais, continua sendo privilégio da classe média tradicional e da classe alta. Os casos de Andréia e de Rebeca, que têm consciência de que a educação deve ser de qualidade, que deve criar pessoas com capacidade crítica, não é o mais comuns entre o segmento emergente, que entende a educação mais como um produto que traz resultados, conforme foi relatado por Rebeca em relação à maioria dos pais de seus alunos.

O número de instituições privadas de ensino superior no Brasil cresceu de forma expressiva nos últimos dez anos. Esse número praticamente dobrou no país no período entre 2001 e 2010, segundo os números do censo da educação superior realizado

pelo INEP[47]. As instituições privadas de ensino superior representam 83% do total de instituições de ensino superior do país, como pode ser observado no gráfico 6.

**Gráfico 6 – Evolução do nº de instituições de educação superior públicas e privadas**




Fonte: MEC/INEP

O crescimento de instituições privadas de ensino superior foi uma demanda ocorrida em função do escasso número de vagas oferecido pelas universidades públicas. O aumento do número das instituições privadas possibilitou a inclusão educacional, sobretudo para as classes mais pobres, que concluíram o ensino médio em escolas públicas, pois os jovens dessa camada da população não conseguem competir em condições de igualdade com os jovens das classes média e alta, por causa da baixa qualidade do ensino público no país. Além disso, os cursos nas universidades públicas, em sua quase totalidade, se dão em período diurno, quando, a maioria dos jovens oriundos das camadas mais pobres estão trabalhando.

Segundo relatório do INEP, os cursos superiores em instituições privadas como os de tecnólogos em determinadas áreas ou os cursos à distância representam grande parte dos cursos superiores realizados por pessoas do segmento emergente. Geralmente, cursos rápidos com dois anos de duração, onde o que conta é a obtenção do diploma de nível superior, muito mais do que a obtenção de capital cultural.

A entrada em universidade pública está bastante associada à ilusão de que a competição depende unicamente do mérito individual, desprezando-se as condições sociais em que se deu a formação de cada um:

> Mesmo quando aparece como imposto pela força da "vocação" ou pela comprovação da inaptidão, todo ato de escolha singular pelo qual um indivíduo se exclui do acesso a um ciclo de ensino ou se resigna a um tipo desvalorizado de estudos subentende o conjunto das relações objetivas (que preexistiam a essa escolha e que sobreviverão à mesma) entre a sua classe social e o sistema de ensino, pois um futuro escolar só é mais ou menos provável para um indivíduo determinado na medida em que constitui o futuro objetivo e coletivo de sua classe ou de sua categoria. Eis por que a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social em função da classe de origem, e, mais precisamente, a estrutura

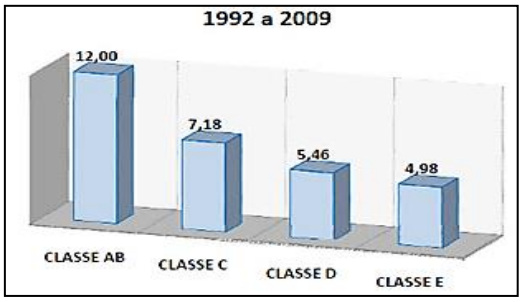
[47] INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

> das oportunidades de ascensão pela Escola, condiciona as disposições relativamente à Escola e à ascensão pela Escola, disposições que contribuem por sua vez de uma maneira determinante para definir as oportunidades de ter acesso à Escola, de aderir às suas normas e de nela ter êxito e, por conseguinte, as oportunidades de ascensão social (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p.165).

Segundo Bourdieu e Passeron (*Ibid*), as condições de existência, ou a classe social a que se pertence não só determina a inclusão ou exclusão no sistema de ensino reconhecido como de qualidade, como também determina as escolhas por carreiras, e a adaptação dos indivíduos às normas das instituições de ensino. Nos casos relatados por meus interlocutores da Cohab, a opção por universidades particulares, por cursos nas áreas de ciências humanas aplicadas é predominante, conforme informa Bastos (2004).

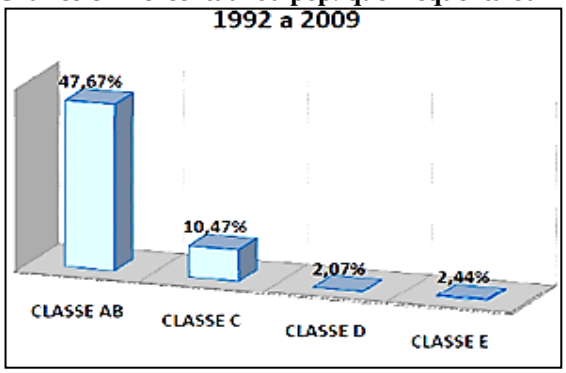
Desse pensamento, é possível inferir que a valorização do diploma universitário na classe emergente se dá muito mais pela posse de um símbolo de inclusão social do que propriamente pelo capital cultural que pode ser adquirido através da universidade.

**Gráfico 7 – Média de anos investidos em educação (pop. com 25 anos ou mais)**




Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

**Gráfico 8 - Percentual da pop. que frequenta ou frequentou curso superior**




Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A essa altura, é preciso explicar porque um trabalho que trata sobre consumo levantou, até aqui, assuntos como empreendedorismo, segurança pública e educação. Os

dados etnográficos demonstrados até agora foram necessários, justamente, pelos objetivos deste estudo, que tenta apontar as contradições na ordem social da pretensa nova classe média, tomando como exemplo de um extenso universo populacional, uma comunidade, onde a maioria pertence às classes populares, ou ao segmento emergente, as quais vivem numa realidade muito distante do que se entende por classe média. Lembrando, ainda, que o consumo está ligado, aqui, à ideia de inclusão social e por serem atores desse segmento emergente, também, os moradores da Cohab de Realengo, foi necessário marcar as diferenças de condições de existência e de estilos de vida possíveis dentro de determinados contextos. Isso possibilita o reconhecimento de que a existência de uma classe média, ainda que nova – conforme a sociologia, mesmo que de forma imprecisa, concebe a categoria classe média, ainda é uma realidade um pouco distante.

### 3.8 - O consumo na Cohab de Realengo

Os apartamentos na Cohab não possuem mais do que 60 $m^2$, distribuídos entre dois quartos, banheiro, sala e cozinha, acompanhada de uma pequena área de serviço contígua. O que chama a atenção na maioria das residências que pude conhecer é justamente a quantidade das coisas contidas em um espaço tão pequeno. A residência de Madalena, uma de minhas interlocutoras, é um caso exemplar. Seu apartamento passou por uma reforma de reestruturação, na qual a sala teve seu tamanho reduzido pela metade, para a construção de um terceiro quarto, já que a família é composta por ela, seu marido, um casal de filhos na casa dos vinte anos de idade.

Hoje aos 56 anos, Madalena e o marido, oito anos mais novo, começaram a vida a dois de forma material muito precária. Filha de um mecânico de automóveis da periferia da cidade do Rio de Janeiro, tendo concluído apenas até a quarta série primária, Madalena casou-se aos vinte e poucos anos com um migrante nordestino, que veio seguindo alguns familiares, também, para tentar a sorte na cidade. Assim que chegou, seu marido, semianalfabeto, sem trabalho fixo e sem garantias trabalhistas, fazia bicos em trabalhos pesados ou manuais para sobreviver. Foi dessa forma que começou a trabalhar de ajudante de pedreiro e, com o passar dos anos, adquiriu experiência profissional, o que lhe possibilitou ascender à posição atual de mestre de obras.

Com uma situação financeira, hoje, razoavelmente boa, a família chega a alcançar, acredita Madalena, uma renda familiar mensal beirando os quatro mil reais,

somando-se a renda do marido, a renda do filho mais velho do casal, que é policial militar, e a da filha, que trabalha como atendente em uma loja de serviços de telefonia móvel. Ela não sabe precisar ao certo quanto o marido ganha por mês, pois o marido não lhe revela essa informação, ela imagina que ele ganhe entre 2 a 3 mil reais.

Madalena mantém a casa visivelmente limpa e organizada. Muitos objetos de decoração, de estilos variados, preenchem a sala e a cozinha, dando a entender que foram cuidadosamente escolhidos para compor os ambientes, ainda que a decoração não obedeça a nenhum estilo pré-determinado. Na minúscula sala, uma grande televisão de LCD impera, dominando quase todo o ambiente. Como na maioria das casas, há na sala um sofá de três lugares, uma mesinha de centro e uma estante. O espaço é tão meticulosamente dividido, dificultando a circulação de pessoas no ambiente.

Em cada cômodo da casa há uma televisão, contabilizando seis aparelhos no total: além da sala, há televisores em cada um dos três quartos, na minúscula cozinha, e na garagem, localizada no andar térreo de cada bloco, a qual os moradores também utilizam como espaço para eventos como, por exemplo, churrascos, almoços em datas especiais etc.

Questionada a respeito da quantidade de aparelhos de TV na casa, Madalena conta que, assim que casou, ela e o marido foram morar em uma casa de um só cômodo, na periferia da cidade de Niterói. Madalena lembra que não tinha quase nada na casa, além do colchão de casal e de um fogão de segunda mão, bastante antigo. Para acompanhar as novelas da TV, Madalena lembra que encostava a cabeça junto à parede, para poder ouvir a televisão do vizinho. Ela diz que hoje se sente mais confortável sabendo que tem uma televisão em cada cômodo da casa.

**Figura 20 – Sala da casa da Madalena**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 21 – Sala da casa da Madalena 2**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 22 – Cozinha da casa da Madalena**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 23 – Cozinha da casa da Madalena 2**

Fonte: Arquivo pessoal

É importante considerar que, principalmente, as pessoas das camadas populares são bastante influenciadas pelos meios de comunicação de massa, sobre tudo através das novelas de TV (GOMES, 1998). O segmento emergente que pode agora, além de sonhar, adquirir, busca ter uma casa "normal": com todos os eletrodomésticos, móveis e objetos, o que faz com que se sinta incluído simbolicamente naquilo que foi socialmente construído como o ideal de vida de quem batalha e pode ter as coisas, um ideal com uma base ascética (WEBER, 2003) de muito trabalho, luta e economia, mas que se realiza nesse mundo, usufruindo de bens de consumo como eletrodomésticos de primeira linha, aparelhos de TV gigantescos, viagens em cruzeiros pela costa brasileira, alimentação *delivery* etc.

As escolhas, na maioria das vezes, estão além da relação custo/benefício – que importa bastante para uma camada da população que precisa calcular muito cada centavo investido na aquisição de um bem ou serviço. Mas as suas escolhas passam também pela recusa de tudo que pode ser associado à pobreza. Assim, não abrem mão da marca de sabão em pó mais cara do mercado, do sabonete mais caro de determinada marca, de eletrodomésticos em inox etc. Ter muito ou ter o melhor das coisas, que no passado representou a falta, significa sentir-se incluído como aquilo que é entendido como ser uma pessoal, um cidadão (MAUSS, 2003), porque cidadão é aquele que, entre outras coisas, pode consumir esses novos itens. Ainda que essa possibilidade de acesso esteja muito vinculada à oferta de crédito e ao momento de expansão da economia, que se traduzem em igualdade social apenas de forma superficial e não de fato e de direito, de acordo com o que foi visto sobre as condições de vida na Cohab.

Para manter a sua casa decorada, ou mesmo realizar seu plano futuro de trocar seu carro por um carro Zero km, Madalena junta suas economias, guardando o que sobra dos 10 reais que seu marido lhe dá todos os dias para a compra do pão e do leite da casa.

Somando a essas economias, 1 real por dia que recebe do marido, fazendo a cama para ele dormir, Madalena economiza para dar uma boa entrada nos produtos que adquire para a casa e, assim, pagar prestações menores no cartão de crédito. Ela acredita que os juros do carnê das lojas, método mais tradicional de crédito que ela costumava utilizar, são muito maiores do que os juros do cartão de crédito:

> Quando eu ia à loja eu dava um dinheiro bom de entrada. Quando eu comprava no carnê era juros altíssimos, nunca mais comprei nada em carnê. Então, antes eu dava um bom dinheiro de entrada e colocava o resto no carnê, agora não, não vale mais a pena, agora é no cartão sem juros. No cartão é tudo em 10, 12 vezes sem juros. Eu quero ter algum na mão, comprei no cartão, aí posso chegar lá e adiantar. A prestação fica menor.

Sempre tomando muito cuidado com o número de compras parceladas no cartão e no montante dessas prestações, Madalena diz que tem um controle muito grande, muito cuidado para não perder o crédito na praça: "Eu tenho controle ... uma, duas no máximo, não faço mais não, se não falta em outro lugar, né? Tem que ter controle, se não tiver controle das contas, quando vê está no SPC[48], SERASA em tudo que é lugar".

A falta no passado fez com que Madalena hoje, em condições de consumir muito mais, se cercasse dos excessos possíveis. Assim como os vários televisores de Madalena, foi possível perceber hábitos recentes em outras famílias ligados à abundância do que outrora foi necessidade, como por exemplo, a presença da carne todos os dias nas duas refeições principais.

Tanto nas entrevistas realizadas com meus interlocutores, quanto nas ocasiões em que almocei ou lanchei na Cohab na companhia desses, a fartura e a falta de cerimônia à mesa foram recorrentes. Sobre o consumo de carne, quase todos os meus interlocutores disseram que todos os dias têm que ter carne na mesa, nem que seja carne branca. Bernadete, de 33 anos, que é casada e tem uma filha de 6, fala sobre o consumo de carne em sua residência:

> Não é sempre, mas eu gosto de ter um bacalhau na minha geladeira ... não é no Natal e no Carnaval só ... mas se deu vontade de fazer uma torta de bacalhau ... eu tenho que ter bacalhau na minha geladeira, eu não compro todo mês, mas o dia que der vontade eu tenho que ter. Vamos colocar assim, se o camarão estiver cinquenta reais, eu não compro, a gente pode passar muito bem sem o camarão, a gente pode comer uma galinha ou um peixe. Eu não tenho essa loucura, se o bacalhau estiver setenta reais, eu não compro. Mas todos os dias tem que ter carne, nem que seja carne branca, todos os dias tem que ter, entendeu?

---

[48] SPC – Serviço de Proteção ao Crédito e Serasa Experian – são duas empresas privadas prestadoras de serviço de informação ao crédito. Fonte: site Central do Crédito – disponível em: http://www.centraldocredito.com/category/spc-serasa/ acesso em 20/06/2012.

O consumo excessivo de carne, a preferência por miúdos, ou língua, ou outros tipos de alimentos mais pesados como lasanha, empadão, consumidos muitas vezes com carboidratos, como arroz e feijão, em pratos cheios até a borda, foram hábitos alimentares percebidos durante as refeições tanto em restaurantes que vendem comida por peso, como em refeições realizadas na casa de meus interlocutores, tanto que, conforme citei anteriormente, a quantidade de carne é controlada nos restaurantes *self service* da localidade. Ou ainda, a opção por um refrigerante de 2 litros – sempre da marca Coca-Cola, ou similares, e nunca refrigerantes tidos como populares, como Tubaína, Mineirinho, Convenção etc. – para ser dividido por duas pessoas, também são indicativos de que a mesa farta é uma característica do segmento emergente.

Zaluar (2000) aponta o lugar importante que a "comida" ocupa na hierarquia de consumo das pessoas mais pobres. A possibilidade da falta de alimento no final do mês por que passaram essas pessoas, cria uma relação com a alimentação que faz com que a comida seja o veículo com que os pobres pensem a sua condição. Segundo Polanyi, "a nossa dependência animal do alimento foi desnudada e o medo escancarado da fome pôde correr solto" (POLANY *apud* SAHLINS, 2007, p.135). Em nossa sociedade de afluência abundante, por mais paradoxal que pareça, a fome é um fantasma a ser combatido diariamente pelos mais pobres.

Ainda, segundo Zaluar (*Ibid*), para os pobres brasileiros existem alimentos que são comida e outros que não. A categoria "comida" é constituída basicamente de arroz, feijão e carne. Sendo que a carne, consumida todos os dias, marca uma fronteira entre os pobres e os não pobres:

> Se o pobre é aquele que trabalha para comer, mas tem saúde ou tem força para trabalhar, então pobre mesmo é o que "não tem saúde", "não tem comida dentro de casa", tem que "pedir esmola", não trabalha. (*Ibid*, p.105).

A impossibilidade de comer carne todos os dias e de não poder variar sempre o cardápio se opõe à situação de quem, ao contrário, tem essa possibilidade. A carne, nesse sentido, torna-se um símbolo de riqueza e prestígio social, além de ser associada a um tipo de alimento "forte", que supre todas as necessidades do organismo.

Assim, também, o gosto por miúdos, por língua, orelha e rabo de porco ou por tipos de alimentos que são considerados de "baixa qualidade" pelas classes mais abastadas, é um gosto construído a partir de uma matriz simbólica. Em relação à questão do gosto ou

das escolhas construídos a partir da privação, Bourdieu (2008), diz que o principio que rege as preferências é o gosto que se torna virtude, quando este gosto é construído na falta de liberdade de opções como, por exemplo, quando os pobres têm que optar por um tipo de alimentação mais acessível à sua condição e, ao mesmo tempo, com um alto teor energético, julga-se que o gosto por determinados alimentos, na verdade incorporado na forma de *habitus*, seja um gosto natural, uma virtude nascida com o indivíduo.

O hábito constituído na falta se transforma em "preferência". Desta maneira, comer, por exemplo, uma boa feijoada com tudo a que sem tem direito, inclusive com rabo, orelha e vísceras de porco; ou uma língua ao molho, uma buchada, uma dobradinha etc., constitui um gosto de classe, que não deixa de existir porque se ascendeu no patamar de renda. A construção e manutenção do hábito alimentar de pessoas das classes populares que ascenderam seu padrão de renda foram apontadas por Bourdieu:

> Os observadores veem (...) um efeito simples da renda no fato de que, à medida da ascensão na hierarquia social, a parcela do consumo alimentar diminui ou que a parcela do consumo alimentar dos ingredientes pesados e gordurosos e que levam a engordar, além de serem baratos – massas, batatas, feijão, toucinho, carne de porco (...) e, também vinho decresce, enquanto aumenta a parcela dos ingredientes magros (de fácil digestão) e que não levam a engordar (...). Pelo fato de que o verdadeiro princípio das diferenças é o gosto como necessidade tornada virtude, a teoria que transforma o consumo em uma função simples da renda parece ser fundamental já que a renda contribui, em grande parte, para determinar a distancia da necessidade. Todavia, ela não pode ser justificativa para casos em que a mesma renda encontre-se associada a consumos de estruturas totalmente diferentes: assim, os contramestres permanecem vinculados ao gosto "popular", embora disponham de uma renda superior a dos empregados, cujo gosto não deixa de marcar uma ruptura brutal em relação ao dos operários, aproximando-se do gosto dos professores (*Ibid*, p.168).

No exemplo acima, Bourdieu está comparando o gosto alimentar entre operários, contramestres, empregados burocráticos e professores. Apesar do contramestre, que um dia foi operário, na atual posição, ter uma renda maior que um empregado burocrático, seu gosto se aproxima muito mais do gosto dos operários. O que significa dizer que o aumento da renda não se traduz, pelo menos em curto prazo, em mudança de hábitos e valores que são patrimônios imateriais herdados nos processos de socialização dos indivíduos.

Além da impossibilidade econômica para ter carne na mesa todos os dias, existem fatores culturais e psicológicos que explicam a preferência dos mais pobres pelo consumo de carboidratos e alimentos gordurosos. Aqueles alimentos que não são considerados "comida" como salada, verdura, arroz sem feijão, lanche, canja de galinha

etc., são tidos como “coisinhas” que não satisfazem, não dão “sustança”, não enchem a barriga, porque não são fortes (ZALUAR, 2000). É preciso lembrar, também, que as atividades profissionais das camadas populares estão quase sempre ligadas ao trabalho braçal, o que demanda um grande gasto de energia.

Ainda, a privação dos alimentos considerados fortes remete à miséria, à magreza, à doença e talvez por isso mesmo, seja tão valorizada uma estética mais corpulenta. Pode-se inferir que vem daí o atual sucesso das “mulheres quitandas”: mulher-morango, mulher-melão, mulher-melancia, todas elas com bundão, peitão, pernão. Ainda que utilizem de artifícios como o silicone, o que importa é a preferência por uma estética que remete à saúde, a uma alimentação farta. Como o segmento emergente é o principal alvo do mercado atualmente, ele tem que estar representada nos programas de TV, nas revistas e nas propagandas, enfim, na mídia em geral. Talvez seja por isso, que vemos essas musas, que agradam, principalmente, ao gosto popular, pipocarem, principalmente na mídia televisiva.

A analogia dos alimentos pode, muito bem, ser aplicada ao entendimento sobre a posse de tantos televisores por Madalena, ou mesmo ao fato de se possuir um aparelho desproporcional ou “descabido”, em um espaço muito pequeno. Um dia, Madalena esteve privada daquilo que foi e é a mania nacional: assistir às novelas da TV. Se, no passado não muito distante, ela tinha que se conformar em encostar o ouvido na parede para ouvir a TV da vizinha, porque sua condição econômica não lhe permitia ter acesso a grande parte dos bens de consumo, hoje ela se sente mais segura, não só com uma TV em cada cômodo da casa, mas também com uma casa que foi sonhada e idealizada, “toda pronta”, como na fala de Daniel, citada anteriormente.

E assim, quando tendemos a ficar surpreendidos quando vemos uma TV de 42 polegadas em uma sala muito pequena, ou mesmo em residências localizadas em comunidades precárias, onde não há saneamento básico ou onde qualquer chuva mais forte pode deitar tudo abaixo, devemos pensar na racionalidade simbólica que leva à aquisição daquele bem e não de outro, que poderia ser considerado por quem está de fora como mais útil ou adequado àquela situação.

Existem várias teorias na antropologia que podem explicar as mudanças na demanda por novos itens. E muitas delas diferem da visão utilitária e mecânica no que diz respeito às escolhas dos consumidores. Nessas teorias, o valor simbólico atribuído às

coisas pela cultura particular de determinada sociedade, em determinado contexto, é o que explica a cultura material do consumo em cada caso.

Appadurai (2008) chama atenção para a economia política das práticas do consumo em diferentes épocas e distintas culturas. O autor diz que o fundamento da demanda ou do consumo deve ser buscado na lógica da economia política dessas práticas:

> (...) a demanda surge como uma função de uma série de práticas e classificações sociais, em vez de uma misteriosa revelação das necessidades humanas, de uma reação mecânica à manipulação social (como em um modelo dos efeitos da propaganda em nossa sociedade), ou de uma redução de um desejo universal e voraz por qualquer coisa que, por acaso, esteja disponível (*Ibid*, p.46).

Um aspecto que chama a atenção em relação aos hábitos de consumo do segmento emergente é a opção por produtos tidos como de melhor qualidade e, por isso, mais caros. Uma de minhas interlocutoras, por exemplo, que diz não ligar para roupas e acessórios de marcas caras, não abre mão de aparelhar a sua cozinha que possui no máximo 2m², com todos os eletrodomésticos em acabamento inox. Segundo ela, aparelhos em inox têm mais durabilidade que os não-inox, e por serem coisas que duram muito, vale a pena investir em algo melhor. Essa mesma interlocutora diz que não se importa muito com a decoração da casa, mas quando compra algum bem durável, este tem que ser de qualidade.

O que pode ser entendido quando ela fala em qualidade? Os aparelhos vendidos em lojas populares, como as citadas na introdução desse trabalho, revestidos em aço inoxidável, o conhecido inox, na verdade não são maciçamente deste material, ou seja, possuem uma fina camada do material, ou muitas vezes recebem uma pintura de acabamento em inox. O que significa dizer que não necessariamente têm qualidade superior aos outros, fabricados com materiais diferentes.

Não é possível afirmar com certeza se os consumidores do segmento emergente sabem com clareza ou não sobre as qualidades físicas desse tipo de bem, mas existe uma qualidade simbólica para a qual se deve atentar. É possível pensar que, assim como o ouro usado por Daniel para apresentar “ao mundo” a sua conquista, ou o carro Zero km em outros casos, a cozinha em inox representa também, para os parentes, amigos e vizinhos, um signo de bem aventurança, de conquista. Afinal, a casa, com seu conjunto de coisas que formam a esfera doméstica no sistema dos objetos, reina soberana, seguida de perto pelo automóvel (BAUDRILLARD, 2009). Débora, que diz não ligar para a

decoração da casa, prefere produtos em inox para sua cozinha, por considerá-los modernos e resistentes:

> Eu tenho geladeira frost-free, que é tudo em uma coisa só, aí eu tenho o fogão de inox e a geladeira também. O micro-ondas também é de inox, porque é para fazer o conjunto. Eu gosto muito de televisão, então tem uma em cada cômodo (...) a da sala é de LCD (...) lá em casa é tudo no limite, então se você vai comprar e pode comprar, você tem que comprar uma coisa moderna.

A fala "lá em casa é tudo no limite", dá a ideia de que não se pode errar na hora de adquirir. Portanto, quando o limite se alarga um pouco mais, deve ser para a aquisição de algo moderno, de qualidade. A qualidade intrínseca nos produtos em inox talvez possa estar ligada à ideia de um produto mais resistente. Porém, o que faz também esse tipo de produto parecer de melhor qualidade pode ser o fato de que eles eram antes consumidos apenas pelas classes mais altas.

Não se trata de desejar a posse do produto para parecer superior em relação aos outros, e sim de sentir-se no direito de usufruir aquilo que é oferecido como o melhor. A posse de algo que seja considerado melhor representa também a distância que se pretende estabelecer com qualquer coisa que se associe com coisas baratas, coisas de baixa qualidade e, por isso mesmo, coisas "para pobre".

É nesse sentido que podemos entender os bens como pontes de significados que não necessariamente estejam ligados apenas à distinção social, mas à afirmação de identidade e, nesse caso, conforme Douglas e Isherwood (2009), os bens podem ser usados como cerca, ou seja, servem para distinguir, mas os bens também, podem serem pontes que se ligam a determinados significados que nem sempre são distintivos. No caso do segmento emergente, os produtos em inox, por exemplo, conectam seu possuidor a uma identidade que se pretende vitoriosa, incluída na esfera do consumo, a partir do esforço pessoal e da crença em si mesmo, de alguém que venceu os determinantes sociais e que hoje pode consumir coisas que tornam essa vitória mais concreta, não só aos olhos dos outros como aos seus próprios.

O mesmo não se aplica, no caso de Débora, às roupas e assessórios de marcas mais caras. Talvez por não se tratarem de bens duráveis, já que tudo é "no limite", o que se pode pagar numa peça de roupa ou em um par de sapatos tem um limite bem definido. Não se compra um par de sapatos, por exemplo, de 400 reais, mas se gasta 400 reais em

sapatos, só que esse valor é gasto em três ou quatro pares, mesmo que de uma única vez, segundo Débora:

> É como eu te disse, eu gosto de comprar comida, roupa e sapato (...). Eu não dou quatrocentos reais em um sapato. Tem um preço, sessenta reais (preço máximo). Eu não dou quatrocentos reais em uma bolsa. Eu não, eu não vou comprar, não. Eu tenho isso comigo, eu acho que uma bolsa não vai ser toda hora. Eu vou comprar quatro de sessenta reais porque eu vou ter uma vermelha, uma azul, uma preta e uma branca. Então eu vou ter uma quantidade maior de bolsas e vou poder usar mais. Isso eu aplico para tudo. Eu não compro uma calça da Gang por duzentos reais, eu não dou.

A fala acima revela um sentimento parecido com o que se percebe em relação à comida, a necessidade de se cercar de abundância. Muito mais do que querer imitar um padrão de consumo das classes mais altas, como, por exemplo, comprando roupas e acessórios de marcas caras, o segmento emergente busca fazer com que dentro do orçamento limitado caibam muitas coisas.

Essa forma de pensar justificaria a compra de quatro sapatos ao invés de um, no mesmo sentido, eletrodomésticos considerados de maior durabilidade e qualidade, ainda que parcelado em muitas prestações. A lógica por trás desse tipo de atitude de consumo é possível ser entendida da seguinte maneira: não é porque eu posso consumir que eu posso "desperdiçar" aquilo que é limitado. O que pode parecer um viés utilitário, no entanto, está fundamentado muito mais na relação com o dinheiro que foi sempre muito escasso, pois se o pensamento fosse fortemente influenciado pelo utilitarismo, não se compraria quatro bolsas ou quatro sapatos de uma só vez.

Um exemplo de outras lógicas simbólicas que regem o consumo pode ser verificado na etnografia realizada por Gell (2008) entre o povo gonde muria da região centro-oeste do distrito de Bastar, na Índia. O autor percebeu que o comportamento de consumo entre os muria dessa região se distingue dos demais povos "tribais" do país, pelo fato destes não se encontrarem em condições de miséria e exploração. O autor observou, de um ponto de vista etno-histórico, que o *ethos* do consumo e a maneira de classificar bens em categorias simbólicas não acompanharam as mudanças objetivas das técnicas de produção no cultivo de arroz desse povo, que é o seu principal meio de existência.

Em virtude dos avanços tecnológicos, nesta região, algumas famílias de cada aldeia enriqueceram mais do que a maioria e, assim, alguns agricultores tornaram-se mais bem sucedidos que outros no que se refere ao acumulo de riqueza. Um homem muria que se torna rico é considerado um sábio entre eles, o que lhe confere *status* político.

Gell observa que a riqueza acumulada não tem a função, por si mesma, de distinguir um homem rico dos demais homens, porque os muria são guiados por um *ethos* de igualdade que promove a coesão do grupo. Assim, o consumo entre os muria está estreitamente associado com a expressão de identidade coletiva e de coesão política da aldeia. A riqueza de um homem muria não pode ser destinada a bens que não estejam ligados à sociabilidade, às exibições coletivas e à igualdade econômica. Um homem rico, entre esse povo, é guiado por um *ethos* igualitário de identidade de grupo e não consome artigos que não estejam relacionados à manutenção deste *ethos*.

De acordo com Gell, os muria têm acesso fácil aos mercados próximos, onde são encontrados óculos, roupas de lã, sapatos, roupas estampadas, enfim, uma grande variedade de produtos. Mas a maioria desses itens não se presta nem à homogeneidade suntuária na qual os muria vivem, nem às demonstrações de igualdade econômica, e nem à sociabilidade hedonística deste povo, que está associada ao comer e beber fartamente. Por isso, apesar da acessibilidade, os murias, mesmo aqueles mais ricos, não consomem determinados bens, que poderiam ferir essa igualdade. Segundo Gell, novos itens de consumo material foram integrados à matriz cultura dos muria. Estes absorvem ou desprezam esses itens de acordo com regras sociais próprias.

Os aspectos culturais dos muria se configuram num excelente exemplo de regulamentação social do desejo por bens, pois ainda que existam condições técnicas e logísticas para uma revolução do consumo, este está estritamente regulado por uma lógica simbólica.

A preferência por lojas de roupas e acessórios populares como a C&A, a Líder Magazine, a Mercatto[49], que foram as lojas mais citadas para a aquisição desse tipo de produtos, são lojas da cidade do Rio de Janeiro que vendem roupas com preços mais acessíveis do que as lojas consideradas de grifes ou lojas de marca, como são referidas popularmente as lojas de marcas caras. Foram citadas também, pelos meus interlocutores da Cohab, as ruas do bairro de Madureira como as preferidas para fazer compras de roupas e acessórios. O bairro de Madureira possui um centro comercial muito intenso, que gira em torno de um mercado popular muito antigo, o conhecido Mercadão de Madureira.

[49] Líder e C&A são lojas de departamento populares que vendem principalmente roupas e acessórios. A loja Mercatto vende somente roupas e pequenos acessórios, também destinados a um público mais popular.

A ideia de gastar muito dinheiro com uma determinada peça de roupa, conforme já foi exemplificado na fala de Débora, parece completamente descabida entre os demais interlocutores ouvidos por mim na Cohab. Foi percebido, principalmente entre as mulheres, um gosto um tanto padronizado, conectado à estética da sensualidade do corpo feminino. Calças compridas, tecidos elásticos que contém malha e lycra ou *stretch* são os artigos mais utilizados, assim como tops, que deixam a barriga de fora.

Jovens improvisam com a blusa do uniforme escolar um tipo de top, dobrando-a de forma que o abdômen e os quadris fiquem bastante evidenciados em calças de cintura baixa, muito apertadas ao corpo. Esse tipo de calça comprida, pode-se dizer, é um tipo genérico da calça da marca Gang, mencionada anteriormente, que é muito desejada pelas mulheres, principalmente pelas adolescentes.

O fenômeno desse tipo de peça de roupa, a calça comprida da marca Gang foi estudado por Mizrahi (2006), como uma roupa que traduz uma estética própria dos bailes *funk* carioca. A marca Gang-Rio foi fundada no final da década de oitenta como uma marca de confecção de roupas do segmento jeans. No final da década de 1990, a marca colocou no mercado um tipo de calça com algumas características distintivas, como a modelagem e o tecido empregado em sua confecção.

Substituindo o tecido jeans pelo moleton stretch, que é composto por elastano (um tecido que estica, mais conhecido pela marca Lycra) e um tipo específico de malha, a empresa obteve como resultado um tipo de calça totalmente aderente ao corpo. Outras técnicas como a modelagem de cós muito baixo na parte da frente, a ausência de bolsos, uma tintura especial que lhe dá aparência de ser feita de índigo, e a colocação de adereços como rendas, recortes com tecidos brilhosos e cristais, tornaram o produto extremamente desejado por parte do público feminino, conforme explica Mizrahi (*Ibid*).

As calças da Gang tiveram como consumidoras iniciais, principalmente, as frequentadoras dos bailes *funk* das comunidades e subúrbios. Trata-se de um fenômeno de consumo e um produto que tem origem nas classes mais baixas e que atinge as classes altas e as celebridades artísticas, chamando a atenção dos especialistas do mundo Fashion.

Mizrahi (*Ibid*) observa que a calça da Gang transformou-se numa categoria midiática através da qual é referido um estilo de roupa usado pelas “cachorras” e “popozudas”, que faz crer segundo o discurso da mídia que as moças do ambiente *funk* possuam grande liberdade sexual. A autora, através de trabalho etnográfico em bailes *funk*

cariocas, informa que, para as moças que frequentam esse tipo de baile, a calça da Gang seria, ao contrário, uma maneira mais formal (chique) de se vestir e que deixa o corpo menos exposto em relação ao shortinho ou à mini saia.

Mizrahi afirma que o uso desse tipo de roupa, que realça as curvas do corpo, tem a intenção de instigar o sexo oposto. Ou seja, o erotismo está presente na estética e comportamento *funk*, como um traço marcante da sociabilidade. Entretanto, a autora afirma que: "o desejo de provocar, seduzir e jogar com a temática sexual não é a mesma coisa que a busca pela atividade sexual em si" (2006, p.126).

Na verdade, o que pode ser constatado em relação ao consumo de roupas e acessórios, e de outros tipos de bens e serviços que trataremos mais adiante, é que esses não se prestam de forma tão fundamental ao papel de símbolo de conquista para o segmento emergente, o que não significa que não sejam muito consumidos. O que de fato acontece é que, para essas pessoas, há muito mais lógica em gastar um valor alto com um televisor, ou até mesmo um carro Zero km, do que, por exemplo, comprar uma roupa considera cara. Talvez porque os primeiros cristalizem, ou marquem de forma mais consistente as conquistas materiais.

Voltando ao consumo que se refere ao lar, revistas de decoração voltadas para o público emergente estão proliferando, como, por exemplo, as revistas "Minha Casa", "Decorar – mais por meno$", "Decore sua Casa", "Pequenos ambientes" etc. Essas revistas oferecem estilos variados de decoração, como também, a lista de preço dos produtos que estão acessíveis e onde encontrá-los.

As lojas de decoração, que vendem, em sua maioria, produtos fabricados na China ou produtos nacionais que seguem um design mais afinado com a decoração de residências das classes mais altas, mas com preços mais baixos, fazem sucesso entre o segmento emergente, como é o caso da loja de móveis e acessórios para o lar da marca Etna, cujo slogan é: "Design ao seu alcance". Esse slogan remete bastante ao criado pela loja sueca IKEA, "Soluções acessíveis para viver melhor[50]".

Fundada em 1943, a marca IKEA começou, a partir de 1955, a comercializar móveis próprios, desenhados e desenvolvidos para atender a um estilo de vida moderno e

[50] Segundo tradução livre do site Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/IKEA - acesso em 25/06/2012.

funcional. Segundo Löfgren (*In* SEGALEN LE VITA, 1993), esse tipo de estilo de vida vinha sendo introduzido pelo governo, acompanhando o projeto de bem estar social pelo qual o país começou a viver no Pós Guerra. O autor afirma em relação ao lar sueco ou à estética da vida cotidiana de um modo geral, haver uma homologia entre esses elementos e certa concepção de moralidade.

O autor explica que não se trata de estar preso às manipulações do mercado, efetuando rituais vazios de consumo ou ainda fazendo da casa uma ilha de alienação e proteção dentro das metrópoles urbanas. O lar se configura em um projeto constante no qual as famílias reproduzem outras formas de organização social, como a coesão familiar ou a divisão dos papéis.

Na Suécia, no período entre guerras, o consumo doméstico se tornou um domínio muito importante dentro de um modelo maior de modernização da sociedade, no qual o consumo de massa era tido como a grande alavanca econômica do país. O que remete, de certa forma, aos planos econômicos dos últimos governos no Brasil, distribuindo renda através dos projetos sociais – que não chegam a ser como o projeto de bem estar social da Suécia no século XX –, e a diminuição da carga tributária para eletrodomésticos da chamada linha branca, móveis e objetos de decoração fabricados no país, com o intuito de fortalecer a economia através do consumo interno.

Löfgren (*Ibid*) afirma que o consumo doméstico, no caso sueco, passou a ser um domínio muito importante da vida familiar no que tange aos investimentos de tempo e dinheiro, influenciando aspectos morais e emocionais. Através de uma "pedagogia" que pregava, como sinônimo de belo, o que era utilitário, simples e sóbrio, a estética cotidiana acompanhava um determinado ideal de moralidade. Uma casa bem iluminada, em tons claros e harmoniosos poderia refletir espíritos esclarecidos, modernos e racionais.

Contudo, como observa o autor, antes da Segunda Guerra, as condições econômicas da maior parte dos suecos ainda não podiam suportar um estilo de vida moderno, pois esses ainda sonhavam com melhores condições de vida, e a utopia do moderno funcional não se encaixava com a cultura da classe proletária que almejava melhores condições de existência:

> Nas narrativas de vida desta geração do após-guerra, alguns dos grandes momentos da vida em família se articulam em torno de tais melhoramentos materiais. A primeira banheira com água quente, o primeiro passeio no carro da

> família, ou as primeiras férias em família ocupam um lugar importante indicando como o que era utópico se tornara realidade (*Ibid*, p.5).

Nos anos 1950 e 1960, com a política de bem estar social mais consolidada, a classe operária tem, junto com a redução da jornada de trabalho, seu poder aquisitivo aumentado, passando assim, como as classes burguesas, a dedicar seu tempo, dinheiro e lazer ao incremento do lar. Dessa forma, uma estética da vida cotidiana, como nunca antes fora observada, toma conta da sociedade sueca.

A homogeneidade de estilo moderno expressada por operários, funcionários burocráticos e universitários entre a decoração e as instituições públicas maravilhava àqueles que vinham de fora observar a vida sueca. A estética física dos lares acompanhava a estética moral, nas quais as cores claras e as formas práticas dos objetos tinham sua homologia num conjunto de atitudes em relação à vida em família, especialmente no que diz respeito aos papéis sexuais e à educação das crianças.

Entretanto, Lögfren contesta essa ideia de homogeneidade nacional, pois aqueles que de fato arriscavam em inovações e que apresentavam continuidade no estilo de vida pertenciam à classe média. A classe média pôde experimentar porque isso não ameaçava em nada a sua identidade e seus valores fundamentais. O mesmo não acontecia com aqueles grupos que não possuíam a mesma estabilidade cultural.

Dessa forma, o gosto dos operários que passaram por mobilidade econômica ascendente, tido como conservador, era repudiado pelos burgueses e pela classe média mais estabelecida. Esse grupo ascendente teve que assimilar os padrões burgueses de modernidade de forma muito rápida e, por isso, essa assimilação, segundo Lögfren, não foi acompanhada pelas transformações dos papéis na esfera familiar. Enquanto, nas famílias de classe média, os papéis masculinos e femininos se transformaram em virtude de um maior envolvimento, tanto do homem na esfera doméstica, como das mulheres no mercado de trabalho, nas famílias operárias, o espaço doméstico continuava sexualmente demarcado, apesar do forte envolvimento da família como um todo na organização do lar.

Löfgren conclui afirmando que ideias descoladas de uma lógica simbólica mais profunda, ou ideias a respeito da evolução da família enquanto instituição, não dão conta da lógica por trás do grande interesse dos suecos pelo lar. Para o autor, ocupar-se com o lar, consumindo produtos para casa, estaria ligado à criação de uma identidade, ao

exercício do ego em diferentes aspectos que se conectariam com as demais instituições sociais.

O autor termina seu texto afirmando que a criatividade cultural e a estética da vida cotidiana se deslocam continuamente em função dos sexos, dos grupos sociais e das gerações. Cada contexto histórico, segundo Löfgren, possibilita novos e distintos domínios de expressão de si e de produção simbólica diferenciada e, para os suecos, assim como para nós e, especialmente, para o segmento emergente, o lar se constitui hoje num domínio privilegiado na afirmação de identidades.

A concepção de modernização que acompanhou o ideal e a moralidade sueca do Pós Guerra guarda algumas semelhanças com o que está ocorrendo no Brasil em relação ao consumo do segmento emergente. Segundo Gomes (1998), as telenovelas são o gênero narrativo escolhido pela sociedade nacional, um veículo pelo qual a nossa sociedade faz a dramatização de si mesma. Gomes fala que o modelo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira, há mais de quatro décadas, buscou substituir uma representação que a sociedade tem de si mesma, baseada no mundo rural, por uma representação essencialmente urbana e industrial, na qual a televisão e, principalmente, as telenovelas tiveram uma participação decisiva.

A questão do design na decoração para o segmento emergente está muito ligada às telenovelas, que não só refletem a moral e os costumes de parte significativa dos brasileiros, como também ditam a moda do vestuário e da decoração dos lares. Nesse sentido, a decoração das casas das personagens das novelas, aquelas cuja moralidade é partilhada pela maioria, é sempre algo a se imitar: desde que os personagens nos representem, suas casas serão as nossas.

Dito de outra forma, as casas que aparecem nas novelas, diga-se de passagem, mesmo as mais humildes, refletem um grau de “dignidade” de moradia a ser seguido. O estilo de decoração partilhado pela burguesia, que é quem escreve e produz as telenovelas, é adequado nos cenários de forma um tanto estilizada, ou seja, mesmo a casa dos personagens mais pobres contém tudo que uma casa “precisa ter” ou “deve ter”.

A Rede Globo, a maior emissora do país, e a que tem o maior número de novelas assistidas, disponibiliza em seu site a loja virtual, Globo Marcas, que vende, além de peças de roupas e acessórios usados pelos personagens em suas novelas, acessórios de decoração e pequenos móveis para a casa. Como recentemente a emissora resolveu investir

no segmento emergente, acreditando ser esse o público com maior potencial de consumo no país, além de vários programas voltados às camadas populares, a emissora exibe atualmente duas telenovelas, cujos núcleos principais são formados por personagens que representam, ou tentam retratar, os gostos e escolhas de consumo das classes populares.

Respeitadas as incontáveis diferenças sociais com relação à Suécia, mesmo em meados do século XX, no fenômeno aqui tratado, é possível observar alguns aspectos que se mostram muito similares ao fenômeno de modernização vivido pelos suecos. Aqui também as famílias estão sendo estimuladas a consumir, através de artifícios econômicos; aqui se alcançou, recentemente, o acesso aos recursos para se consumir a primeira viagem de férias em família, o primeiro forno de micro-ondas, o primeiro carro etc. Aqui também as classes médias e altas, detentoras privilegiadas do capital cultural legítimo, criticam os gostos pelo exagero, pela desproporção, pelo excesso, o "mau gosto". Aqui se diz que o segmento emergente consome indiscriminadamente e não poupa, gastando tudo que ganha (SOUZA e LAMOUNIER, 2010).

Para concluir esse tópico: é possível imaginar que, assim como na casa sueca do Pós Guerra, as famílias que ultrapassaram a linha de pobreza na última década, ou seja, as famílias que compõem o que aqui estou chamando de segmento emergente buscam no lar uma forma de afirmação de identidade, através da criação de um estilo de vida expressado nas formas de consumo de coisas para casa, muito mais do que de produtos como roupas caras, que se prestariam muito mais à diferenciação entre iguais do que à inclusão como cidadão, ou seja, almejam igualdade social através de um domínio de expressão que comporta a todos, à família.

## 4 – O consumo do segmento emergente

### 4.1 – O papel fundamental do crédito

O aumento do consumo se deve em grande parte ao aumento do acesso ao crédito destinado à aquisição de bens e serviços nos últimos anos e inclusive à redução de tributos como o IPI[51] para determinados produtos, como os da chamada linha branca e mais recentemente o de móveis e artigos de decoração. Estima-se que 90% do crédito atualmente disponível estejam direcionados ao consumo de bens e serviços.

Os índices de estabilidade e de crescimento da economia fortaleceram o sistema de crédito nacional e os índices baixos de inflação permitiram a redução de juros, que mesmo assim continuam muito altos. Os esforços do Governo Federal no sentindo de estimular a indústria nacional e os investimentos internacionais neste setor, têm provocado uma queda de braços entre o governo federal e as instituições privadas de crédito e os governos estaduais. Em relação aos primeiros, o governo tem pressionado para que essas instituições diminuam as taxas de juros cobradas no crédito concedido à população. Os juros dos bancos ligados ao Governo Federal como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil tiveram as suas taxas reduzidas, forçando os bancos privados a seguirem a mesma tendência. Em relação aos governos estaduais, o Governo Federal tem tentado conter a criação por parte dos estados de mecanismos que isentam de impostos produtos importados, principalmente os produtos chineses.

Em março de 2008, na abertura do Fórum Empresarial Brasil-México em Recife, o então presidente Lula, declarou:

> As pessoas estão comendo carne, estão tomando leite, estão comprando sapatos, estão comprando uma televisão... Tudo isso porque nós resolvemos ser um país capitalista moderno. Não há possibilidade em ter um país capitalista em que você não tenha crédito. O dinheiro tem que circular na mão das pessoas para justificar esse regime capitalista[52].

Em 2003, o Governo Federal lançou um “pacote de microcrédito” que basicamente instituiu que os bancos deveriam passar a abrir contas populares e a disponibilizar microcrédito a taxa de juros de 2% a.m., destinando 2% dos depósitos

---

[51] IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados – O governo em abril de 2009 reduziu o IPI para produtos da chamada linha branca até janeiro de 2010.

[52] Fonte: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/search?SearchableText=discurso+do+presidente+Lula+na+abertura+do+forum+brasil-mexico – acesso em 11/11/2011.

compulsórios para esse fim. Também foi estimulada a criação de cooperativas de crédito de livre associação.

**Tabela 8 – Tabela de juros em operações de crédito à pessoa física**

| Instituição | Cheque especial | | Crédito Pessoal | |
|---|---|---|---|---|
| | % a.m. | % a.a | % a.m. | % a.a |
| **CEF** | 4,27 | 65,16 | 1,99 | 26,68 |
| **Banco do Brasil** | 5,75 | 95,6 | 2,45 | 33,70 |
| **Bradesco** | 8,61 | 169,42 | 2,13 | 28,78 |
| **Itaú Unibanco** | 8,60 | 169,13 | 3,50 | 51,11 |
| **Santander** | 10,20 | 220,76 | 3,38 | 49,22 |

Tabela de autoria própria com base em informações de 08/2012 publicadas pelo Banco Central do Brasil.[53]

Partindo da lógica de que o aumento de crédito aumenta a demanda do consumo e consequentemente a produção interna, gerando mais empregos e mais renda, o governo investiu pesado na política de incremento ao crédito. A aprovação da lei nº 10.820/2003, que instituiu e regulamentou a realização de operações de crédito e consignação em folha de pagamento, criou um novo instrumento de crédito para os trabalhadores formalizados, com taxas de juros muito menores (menos da metade) em relação a outras modalidades de crédito, porque dessa forma fica reduzida a probabilidade de inadimplência[54].

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, através do Caixa Aqui e do Banco Popular do Brasil, respectivamente, tiveram um papel muito importante neste processo, expandindo suas redes de correspondentes bancários em padarias, mercados,

[53] Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012020.asp - acesso em 20/07/2012.

[54] Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda: "Reformas Microeconômicas e Crescimento de Longo Prazo". Disponível em:

http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/reformasinstitucionais/estudos/Texto_VersaoFinal5.pdf - acesso em 30/05/2012.

farmácias e lotéricas, através dos POS – *point of sale*[55]. Segundo Barone e Sader (2008), não há consenso na literatura específica sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Usualmente, microfinanças designa a oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda: empréstimos para a produção ou para o consumo, poupança etc., e o microcrédito seria o crédito destinado unicamente à produção. Contudo, a orientação da política econômica do governo Lula tornou o conceito de microfinanças mais abrangente, estendendo o microcrédito indiscriminadamente para as populações de baixa renda.

Como resultado da política econômica, a bancarização cresceu 20,2% entre 2006 e 2010, no mesmo período o número cartões de crédito aumentou 86,2%, o número de cartões de lojas quase que dobrou, crescendo 90,4% e o total de empréstimos dos bancos para pessoa física cresceu 117,5 no mesmo período[56].

Gomes (2009), a respeito do crédito, fala que este é um mecanismo que mantém o capitalismo. Segundo a autora, o capitalismo não pode sobreviver sem o consumo e este, por sua vez, não sobrevive sem o crédito. Para Bourdieu (2008), o sistema capitalista destina um espaço tão importante ao crédito, não por acaso, mas sim para facilitar o acesso aos bens e serviços legitimados como necessários, uma espécie de violência branda, exercida com a cumplicidade das vítimas, que vêm na satisfação das necessidades criadas uma ação libertadora (*Ibid*, p.158). Desta forma, o crédito proporciona até aos mais desprovidos o direito de satisfazer a fruição imediata dos bens desejados, mesmo pagando em longo prazo com juros exorbitantes, como é o caso brasileiro.

Raquel, de 30 anos, é sócia de uma lavanderia localizada na Cohab de Realengo. A lavanderia, conforme foi dito no capítulo anterior, assim como grande parte do comercio da Cohab, não é formalizada. Raquel filha única, de um policial militar aposentado e de uma apontadora de ônibus[57], já iniciou três faculdades diferentes, todas

---

[55] *Point of sale* — são maquinetas eletrônicas de captura de transações, conhecidas tecnicamente como terminais POS (da sigla inglesa para ponto de venda). São usualmente adotadas para cartões de crédito e débito, todavia possibilitam várias opções de serviços em um só terminal. Aceitam débito, crédito, consulta a Serasa e SPC, recarga de cartão de celulares e pagamento de contas. Fonte: Barone e Sader, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext - acesso em 30/05/2012.

[56] Fonte – FEBRABAN – Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil de Julho de 2011. Disponível em: www.febraban.org.br – acesso em 30/05/2012.

[57] Pessoa que trabalha para uma empresa de ônibus, permanecendo em uma parada, registrando os horários que os coletivos passam no local, como forma de controle sobre os horários dos motoristas de ônibus.

particulares: computação, enfermagem e biologia e não continuou nenhuma delas. Faz bicos de segurança em festas e eventos nos finais de semana como forma de completar a sua renda que gira em torno de 1.300 reais mensais. Criada pela avó a maior parte do tempo, saiu da casa dos pais porque, segundo ela o relacionamento com eles era muito difícil.

**Figura 24 – Lavanderia da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

Raquel não mora na Cohab, sua casa fica em um bairro popular próximo à Realengo. No início, minha aproximação a ela se deu por conta do meu interesse sobre a lavanderia. Afinal esse é um serviço típico da classe média, sendo uma surpresa para mim, encontrá-lo na Cohab. Entretanto, quando iniciei uma conversa com Raquel, a respeito da lavanderia, percebi que ela gostava muito de falar, e aos poucos a conversa foi se encaminhando para a sua vida pessoal, quando percebi que Raquel era um excelente exemplo de trabalhadora do segmento emergente. Ela vive em uma casa alugada de um quarto, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem, na Zona Oeste, e ainda é dona de um automóvel da marca Gol 2010 e de outro da Marca Doblô 2008, sendo que o primeiro é usado para passeio e o segundo para a entrega de roupas da lavanderia.

Raquel conta que os amigos dizem que a sua casa parece uma casa de boneca, já que é toda equipada com dois televisores de LED de 32 polegadas, um no quarto e outro na sala; sala com sofá e rack novos; cozinha com geladeira duplex, fogão e forno micro-ondas, tudo em inox; e máquina de lavar roupas. Sobre como adquiriu todos os itens de conforto da sua residência, Raquel disse: “Muitas vezes é com o cartão de crédito, porque eu tenho o nome limpo na praça”.

Respondendo à pergunta sobre qual a importância de se ter um nome limpo, ela diz:

> É muito importante, pra mim o meu nome é tudo. Eu falo pra qualquer pessoa que a gente pode não ter um grande empreendimento na vida, mas um nome é um grande empreendimento. Porque ele gera muitos benefícios, ele é a carta de

> crédito para tudo, pra você alugar um imóvel bacana, para você chegar numa imobiliária e ter uma boa referência. Hoje você não aluga um imóvel bonito e bacana sem fiador. Hoje em dia, quase ninguém quer ser fiador, não quer ter essa responsabilidade sobre a outra pessoa, então eu tenho crédito com o meu nome. Eu tenho crédito com as pessoas independente da minha vida pessoal, o que hoje é raríssimo, mas eu tenho. Eu tenho pessoas que podem ser meu fiador se eu precisar, seja contratual, seja informal, da forma que a pessoa quiser, porque eu estou dentro dos parâmetros.

Sobre as prestações do cartão de crédito, Raquel diz que não costuma parcelar acima de dez vezes, assim ela acredita que não estará pagando juros.

Outra de minhas interlocutoras é Vera, de 33 anos, que trabalha como manicure, é casada e mãe de duas filhas de 8 e 14 anos, e tem uma renda familiar mensal em torno de 3.000 reais. Seu marido é segurança em uma empresa privada do setor e ela trabalha em um salão de beleza na própria Cohab.

Vera trabalha desde os 15 anos de idade, quando, o pai, funcionário público estadual, abandonou a família e pediu demissão do emprego para não pagar pensão à mulher e aos filhos. Sua mãe, que nunca conseguiu trabalho com carteira assinada, fazia trabalhos em casa de família como faxineira e babá, assim como suas irmãs, que também contribuíam para o sustento da casa. Vera casou-se aos 22 anos com seu atual marido, que a trouxe para morar na Cohab, lugar onde ele nasceu e cresceu. Ela não chegou a concluir o 1º grau e seu marido, segundo ela, terminou os estudos, o que significa dizer que tem Ensino Médio completo. Suas filhas estudam em escolas públicas localizadas na Cohab.

A família sonha atualmente com a compra de um apartamento ali mesmo na localidade, para o qual o casal já está juntando dinheiro. Assim como Madalena, Vera tem uma casa muito bem equipada em matéria de móveis e objetos de decoração. Na pequena sala de seu apartamento alugado, tem uma estante grande com um bar, dois sofás de dois e três lugares, mesa de centro e mesa de jantar. Ali também, a circulação de pessoas fica difícil, em razão da quantidade de móveis em pequeno espaço físico.

Como muitas das mulheres casadas, que trabalham fora de casa, Vera diz que o que ganha é para comprar as “coisinhas” dela e das filhas. As despesas da casa em sua maioria ficam a cargo do marido. Com o seus ganhos como manicure, ela faz passeios, leva as filhas ao cinema e faz compras de roupas ocasionalmente. As roupas para as festas de final de ano são pagas pelo marido. Sobre as compras que faz, Vera diz:

> Costumo comprar no cartão, só na Líder e na C&A, o restante é mais no dinheiro, mesmo. Eu prefiro cartão de débito, não gosto de cartão de crédito. Porque a gente corre o risco de se descontrolar, né?

**Figura 25 – Sala da casa da Vera**

Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 26 – Mesa de jantar da casa da Vera**

Arquivo pessoal

Questionada sobre a forma como costuma comprar, se à vista ou no crediário, ela diz que prefere comprar no cartão de débito, mas apenas coisas pequenas. Eletrodomésticos, tais como, geladeira, fogão etc., ela prefere comprar parcelado no cartão de crédito de outra pessoa: "(...) do meu sogro, pego no cartão dele e a gente paga pra ele. Mas quando posso, eu prefiro comprar à vista, mesmo".

Vera e o marido preferem atualmente não ter cartão de crédito próprio. Segundo ela, eles passaram por uma situação muito difícil, quando o marido ficou desempregado e não puderam arcar com as parcelas do cartão de crédito, e foi muito difícil reverter a situação. Quando finalmente eles conseguiram saldar a dívida, resolveram que não teriam mais cartões de crédito. Vera, no entanto, continuou com os cartões de duas lojas de roupas, cujos pagamentos são de sua inteira responsabilidade.

Segundo Guimarães e Chaves Neto (2002), a palavra "crédito" pode ter muitos significados diferentes, dependendo do contexto em que ela ocorre. Para as empresas que ofertam crédito, a concessão de crédito significa a transferência de uma quantia em dinheiro ou de um bem para uma pessoa física ou jurídica, mediante o compromisso de pagamento futuro.

O crédito pessoal, sob a forma de empréstimo ou linha de crédito, pode ser ofertado pelas financeiras e bancos através de várias modalidades: empréstimo pessoal automático ou não, e através dos cartões de crédito de bancos, financeiras ou lojas de varejo, ou ainda pelos carnês de parcelamento. E para a obtenção de qualquer uma dessas formas de empréstimo, a exigência por parte de todas as empresas que concedem crédito é que a pessoa tenha o "nome limpo". Para quem recebe esse crédito, significa poder usufruir de certo capital, com a obrigação de reavê-lo a quem o concedeu.

A questão de se ter um nome limpo como forma de ser reconhecido como pessoa, está muito clara no discurso de Raquel quando ela diz que “ter o nome limpo é tudo”, “um nome é um empreendimento que gera benefícios”. A condição de ter o “nome limpo” em contraposição a se ter um “nome sujo” foi abordada por Brusky e Fortuna (2002), Matoso (2005) e Castilhos (2007), segundo esses autores, ter o “nome sujo” significa constar como inadimplente no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito – e não poder adquirir crédito de maneira formal, ficando excluído de uma série de atividades do universo econômico-financeiro, encontrando-se assim numa situação de semimarginalidade.

Em estudo realizado em uma comunidade de Porto Alegre, Castilhos (2007), constatou que ter o “nome” – significa a pessoa não ter seu nome constando como devedor, no cadastro do SPC – e emprestá-lo para amigos e parentes poderem “tirar” produtos nas lojas através do crediário, confere respeito ao emprestador do nome, cria-se aí uma relação de reciprocidade, como uma espécie de dádiva (MAUSS, 2003) que gera não apenas a expectativa do pagamento da dívida em si, como também, e tão importante quanto, uma relação de gratidão em relação a quem emprestou o nome, reforçando os laços de confiança e amizade entre vizinhos e parentes.

Ainda segundo Castilhos, o sentimento vivido por quem perde o crédito ou fica com o nome sujo pode ser comparado ao da perda da credibilidade e, no limite, à perda da honra. Segundo Zaluar (2000), para os pobres, o que separa a condição de pobre da condição de marginal é justamente a ética do provedor do lar desempenhada pelo primeiro, mais do que a moral do trabalho em si. Dessa forma, ter o nome limpo é poder andar de cabeça erguida, é ter uma identidade de trabalhador e a honra de um provedor.

Por outro lado, conforme o discurso de Vera, que confirma os estudos referentes ao uso de crédito pela população de baixa renda, o empréstimo do nome é uma prática ainda muito comum entre o segmento emergente. E mais comum ainda na atualidade é pedir emprestado o cartão de crédito de alguém da sua rede de relações para “pegar” ou “tirar” alguma coisa que se deseja, ou seja, comprar um bem ou serviço através do cartão de crédito de outra pessoa.

O empréstimo do nome pode ser explicado através da analogia com o fenômeno da dádiva dos povos tribais estudado por Mauss (2003). O autor afirma que tanto a prática como a reflexão sobre a troca, em diferentes culturas exprimem a

comunicabilidade, a sociabilidade, e a intersubjetividade das relações. Um dos aspectos que mais chama a atenção na dádiva, constatado por Mauss foi seu caráter antitético. Ou seja, a dádiva aparenta ser um ato livre e gratuito, mas que de fato carrega a expectativa de retribuição. Por isso se diz que a dádiva é um ato ao mesmo tempo simultâneo e obrigatório; forja-se uma humildade que mascara o real intento que se pretende ao doar. O que de fato se pretende é a verticalização da posição do doador em relação ao outro, de fazer com que este outro fique à sua sombra. Mas não se trata, entretanto, de se colocar numa relação de superioridade em relação ao outro, o outro é subsumido, somente, até que possa retribuir a dádiva recebida.

O que os homens trocam subjetivamente através da dádiva é a existência de cada um, porque segundo Mauss, aquilo que os homens possuem, possui a sua existência que é transmitida através do *mana*. O *mana*, para Mauss, está ligado a um fundamento arcaico da magia e provavelmente à noção bastante primitiva de causa e efeito. O *mana* pode ser entendido como uma força mágica, religiosa e espiritual, uma fonte de riqueza, a autoridade, a própria força do ser. O *mana* estaria ligado às pessoas e aos espíritos. As coisas seriam veículos de transmissão de *mana* e encarnariam este aspecto místico.

Segundo Lévi-Strauss (2003), a noção de *mana* está presente em nossa sociedade e se evidencia através de algumas práticas mais discretamente, como, quando qualificamos algum objeto desconhecido, ou quando seu uso não é bem entendido e sua eficácia nos surpreende. Alguma coisa que possui intrinsecamente uma força ou poder.

Analogamente pode-se entender o empréstimo do nome para outra pessoa, seja através de um empréstimo bancário, da abertura de um crediário, ou da utilização do cartão de crédito por outro, como uma espécie de dádiva que transmite o *mana* ou o poder contido na forma específica do crédito. Assim, quem empresta o nome passa a ser honrado e respeitado, o que lhe confere orgulho pela sua condição de cidadão de bem. O receptor se mantém numa condição simbólica verticalizada em relação ao outro, que mantém uma gratidão duradoura por aquele que lhe fez o favor. E essa gratidão permanece inscrita na coisa possuída como uma espécie de *mana*. Aquele que não empresta o nome, não faz uma dádiva, e ao não fazê-la deixa de usufruir da posse do nome como bem simbólico na conquista de respeito e honra, colocando em risco os elos de obrigação moral em relação à família, parentes e amigos.

Por outro lado, aquele que recebe a dádiva do uso do nome do outro, “deve” não só cumprir com a palavra e quitar a dívida, como demonstrar o sentimento de gratidão. Do contrário perde o respeito e enfraquece a relação de confiança e reciprocidade que o liga aos outros. A prática de empréstimo do nome, além ser um mecanismo de reforço da sociabilidade entre os mais pobres, representa também uma estratégia de consumo, uma maneira informal de se ter acesso aos bens.

Nos relatos de meus interlocutores sobre a forma de aquisição de bens, pôde-se perceber a importância dada ao crédito obtido através do cartão de crédito, percebido como livre de juros, sendo ele o grande aliado do segmento emergente por um lado, por conta da facilidade para aquisição de bens; por outro lado, o cartão de crédito é visto como um vilão, que pode levar à perda de controle dos gastos e consequentemente ao nome sujo, à desonra.

O cartão de crédito é uma das formas mais utilizadas atualmente para obtenção de crédito e também pode ser considerado como um instrumento de identidade ao portador. O também chamado “dinheiro de plástico” possibilitou, é possível dizer, uma revolução no consumo, por ser um mecanismo de crédito automático, rápido e quase sem burocracia nenhuma (só depende da burocracia uma única vez, quando é concedido ao cliente). Pode ser ofertado ao cliente pelo banco, pelas financeiras e por lojas de varejo (BRUSKY e FORTUNA, 2002).

**Tabela 9 – Variação do nº. de cartões de crédito/débito/cartões de loja – 2000/ 2009**

| **Número em milhões** | **2002** | **2010** | **Variação %** |
|---|---|---|---|
| Cartão de crédito | 28,466 | 153,375 | 438,8 |
| Cartão de débito | 48,045 | 249,293 | 418,87 |
| Cartão de loja | 42,180 | 225,347 | 434,25 |
| Total de cartões | 118,249 | 628,015 | 378,51 |

Tabela de autoria própria, segundo dados de Neri (2010).

Além de favorecer o crédito de forma mais rápida e simples, o cartão de crédito representa atualmente em nossa sociedade muito mais do que acesso rápido ao crédito, ele é um símbolo de identidade e cidadania:

> O cartão de crédito torna-se, de fato e de direito, o cartão de identidade e cidadania de muitos, em níveis nacional e mundial. A credibilidade do passageiro, viajante, turista, consumidor, cliente ou outra modalidade de intercâmbio e circulação social está relacionada à carteira de identidade, ao título de eleitor, à carteira de trabalho, ao passaporte e ao cartão de crédito. Em praticamente todas as partes do mundo, esses e outros documentos ou signos

> entram no processo de caracterização ou qualificação do indivíduo, juntamente com a idade, sexo, cor, língua, religião e outros signos. O que ocorre no mundo contemporâneo, e em escala acentuada e generalizada, é que o cartão de crédito torna-se o principal documento de identidade, credibilidade ou cidadania, transformando o seu portador em cidadão do mundo, mas enquanto consumidor, alguém situado no mercado (IANNI, 1997, p.6).

O discurso de Ianni expressa muito bem o sentido que o cartão de crédito assumiu na contemporaneidade, pois o consumo enquanto instrumento de inclusão social requer mecanismos que facilitem a sua realização e, nesse sentido, o crédito pode ser considerado como a forma privilegiada de aquisição de bens pelo segmento emergente, o que torna o seu acesso um bem simbólico de primeira ordem. Ou uma forma de legitimar a cidadania e de fortalecer as redes de sociabilidade que se dá através da prática de empréstimo do nome a quem "não tem".

### 4.2 – O dinheiro e o papel da dona de casa no segmento emergente

Outra ideia bastante relevante pode ser extraída dos discursos de Madalena e de Vera (citados no capítulo anterior). Esses dizem respeito à maneira como recebem e como empregam o dinheiro ganho por elas, seja economizando o dinheiro das despesas da casa, seja trabalhando, como é o caso de Vera. Fica claro que esse dinheiro é um tipo diferente de dinheiro, conforme os estudos de Zelizer (2011). Para essa autora, que estudou os diferentes significados do dinheiro, o dinheiro que circula no âmbito doméstico é diferente daquele dinheiro que circula na esfera do mercado.

A partir de relatórios de julgamentos das cortes norte-americanas e reportagens de jornais e revistas do século XIX e do início do século XX, a autora reconstituiu o papel desempenhado pela mulher na economia do lar e as formas de se obter algum dinheiro do marido para satisfazer seus próprios desejos, ainda que esses fossem nada ambiciosos.

Tanto na classe-média como na classe trabalhadora, a dona de casa americana dependia do dinheiro ganho pelo marido para as despesas da casa. Sendo que as primeiras recebiam uma espécie de mesada denominada "*pin money*", termo utilizado no século XVII na Inglaterra para designar o dinheiro que deveria ser dado à esposa nos contratos de casamento das classes altas, destinados ao seu uso pessoal. O termo foi perdendo as suas origens elitistas nos Estados Unidos e passou a significar o complemento da renda familiar ganho pelas mulheres.

Zelizer relata casos nos quais as mulheres eram levadas aos tribunais, por se apropriarem dos trocados encontrados nos bolsos do marido, ou por juntarem uma determinada soma referente à economia que faziam sobre o dinheiro das despesas da casa. Na maioria das vezes, a esposa era condenada a devolver o dinheiro ao marido, porque a justiça considerava que essas economias eram realizadas em cima do dinheiro ganho por ele, então lhe pertenciam por direito.

Vale citar aqui um caso peculiar, levado à corte americana. Um homem foi denunciado pela esposa por ter colocado uma pequena ratoeira no bolso da calça em que ele guardava seus trocados, para que a esposa não o furtasse à noite, enquanto ele dormia. A mulher, ferida pela armadilha do marido, reclamou então da agressão sofrida à justiça. Entretanto, o juiz considerou válida a estratégia utilizada pelo homem para proteger o seu dinheiro dos furtos da mulher, e o absolveu, além de permitir que ele continuasse com a armadilha no bolso da calça todas as noites.

Além de pequenos furtos: truques, chantagens sexuais e bajulações foram expedientes utilizados pelas mulheres, para obtenção de algum dinheiro extra de seus maridos. Com o aumento do consumo e o surgimento das lojas de departamentos, as donas de casa sem dinheiro próprio para gastar começaram a cometer pequenos furtos de laços, lenços, enfeites para bebês, e outras coisas do gênero. A situação, segundo Zelizer (*Ibid*), era mais dramática ainda entre as donas de casa da classe trabalhadora, que não recebiam nem o suficiente para as despesas da casa, o que dirá para gastar com elas mesmas.

O dinheiro ganho pelas mulheres, executando tarefas seja no serviço de babá, de lavanderia, de costura, de artesanato, ou ainda na venda de produtos, como ovos e frutas, pelas mulheres do campo, não tinham o mesmo peso que o dinheiro recebido pelo marido na estrutura familiar. O dinheiro ganho pelas mulheres nessas atividades era coletivizado, enquanto dos rendimentos do marido, retirava-se a parte para as despesas da casa e o restante permanecia individualizado para que ele fizesse o que bem entendesse com o que sobrou.

O dinheiro ganho pela mulher se destinava geralmente à compra de roupas para ela e para os filhos, para as atividades de lazer ou para equipar a casa com novos eletrodomésticos e outras coisas de uso coletivo. O dinheiro ganho pelo marido era considerado um dinheiro “real” – e ainda é mesmo nos dias de hoje – enquanto o dinheiro

ganho pela mulher, era considerado "*pin money*", ou seja, tinha um valor identitário menor que o dinheiro "real" ganho pelo homem:

> Assim, o dinheiro produzido na esfera doméstica, bem como aquele destinado ao subsidio das despesas, mantinha uma identidade separada, como se fosse uma mesada ou um presente, e não como dinheiro real. O dinheiro ganho por mulheres casadas advindo de sua força de trabalho também era considerado especial e diferente. Tinha até um nome próprio, "*pin money*.[58] " (ZELIZER, 2011, p.113).

Ainda segundo Zelizer, estudos recentes demonstram que essa situação permanece nos dias atuais:

> E sobre os usos do dinheiro das mulheres casadas? Em contraste com a variabilidade dos métodos de alocação, e o crescente aumento da renda doméstica, o consumo da mulher continua sendo afetado. Apesar da individualização cada vez maior dos padrões de consumo e do incentivo dado pelos especialistas em economia doméstica, para que sejam destinados fundos pessoais para cada membro da família no orçamento doméstico, o gasto pessoal de dinheiro pelas mulheres, ainda se dá por subterfúgios ou é um gasto carregado de culpa[59] (*Ibid*, p.115).

É como se autora estivesse nos falando sobre Madalena, que negocia com o marido um dinheirinho extra, um real por dia, quando ajeita a cama para ele dormir. Ou quando economiza uma parte dos dez reais diários, destinados à compra de pão e leite. Ela poderia muito bem retirar um real ou um pouco mais da carteira do marido, pois ela é responsável por todas as tarefas da casa, mas se levarmos em consideração que a ela não é permitido nem saber o quanto ele ganha por mês, uma retirada de dinheiro da carteira dele, ainda que fosse um trocado, seria considerado um "furto" conforme os exemplos citados por Zelizer.

Madalena acredita que o marido está economizando para a compra de uma casa maior, com quintal, em Realengo mesmo, próximo à Cohab – sonho de quase todos os meus interlocutores –, mas não tem certeza do que o marido faz com o dinheiro que sobra de seus rendimentos, que são variáveis, dado a natureza autônoma de seu trabalho como mestre de obras.

Da mesma forma Vera destina seus ganhos como manicure às despesas extras para ela e para as filhas, para passeios, compras menores de roupas e acessórios etc., pois o dinheiro "real", que paga as despesas da casa, é aquele ganho pelo marido, que deve ser o provedor do lar.

---

[58] Tradução livre para o português.

[59] Idem.

Outro de meus interlocutores, Marcelo, casado, pai de três filhos, com uma renda individual mensal em torno de 2.000 reais, se refere aos ganhos da esposa que faz alguns bicos da seguinte maneira:

> Ela não trabalha de carteira assinada, não, mas ela tem o rendimento mensal dela. Deve ser mais ou menos um salário mínimo, mas isso é pra ela, isso eu nem vejo, eu cumpro com a minha obrigação e o dela é pra ela, pra comprar alguma coisinha para as crianças.

Além da ética de provedor, reservada ao papel do marido na família, é interessante reparar que ele se refere ao dinheiro ganho pela mulher como "isso", como se esse dinheiro, ganho pela sua esposa, tivesse uma identidade diferente do dinheiro ganho por ele, ainda que parte do que ele ganha não seja registrado em carteira e venha de trabalho de *free lancer* realizado como *personal trainer* e instrutor de basquete para deficientes, portanto, sem constância regular.

A questão do papel da dona de casa em relação ao consumo, também foi abordada por Miller (2002), na qual o autor vê no consumo da mulher destinado à família, uma forma moderna de sacrifício. Para Miller (2002), o ato de comprar, na modernidade, é análogo ao ato do sacrifício das sociedades rituais. Nos atos sacrificiais, os objetos de devoção eram oferecidos no intuito de construir o divino como um sujeito que deseja, desta forma criando um canal de comunicação com o sagrado.

Para Miller, o ato de comprar e o sacrifício compartilham de uma mesma premissa: tudo que foi concentrado na acumulação será gasto ou consumido naquele instante. Tem uma conexão com todo o trabalho prévio empreendido para a obtenção de dinheiro. As experiências do trabalho pelo qual se obteve o dinheiro, positivas e/ou negativas, tais como desgaste físico, confrontos emocionais, realização etc., foram abstraídas pelo dinheiro, agregando mais valor a este do que o valor real. Esse dinheiro é transformado em cédulas, moedas ou em cartão de crédito, ao mesmo tempo, que guarda tudo quanto foi alocado na produção, dessa forma, o dinheiro se torna frágil em relação ao consumo. O dinheiro, ainda segundo Miller (2002), baseado em sua abstração do trabalho, objetifica como forma transgressora, o consumo.

Pode-se inferir daí porque o dinheiro da dona de casa – seja ele proveniente da economia feita pela mulher a partir da quantia entregue pelo marido para as despesas da casa, ou ganho através do seu trabalho em alguma atividade – é um dinheiro coletivizado, e quando gasto com ela própria traz um sentimento de culpa.

Miller (*Ibid*) aponta para o fato de que em algumas sociedades houve uma separação simbólica radical entre a produção e o consumo, pertencendo a primeira ao gênero masculino e o segundo ao gênero feminino. Dessa forma, o consumo é visto como uma atividade da "natureza" da mulher, ficando assim subentendido que as mulheres são agentes que despendem aquilo que os homens produzem, Miller afirma:

> Nessa visão, fantasia-se que todo árduo trabalho e labuta exigidos para a acumulação do dinheiro são destruídos em um arroubo absoluto de estimulante atividade transgressora. A ideia abstrata do comprar é claramente de inutilidade; é comprar pelo comprar, comprar itens desnecessários e que representam por si sós, o desperdício. O discurso do ato de comprar é puramente destrutivo, uma visão maravilhosa do completo desperdício. Captura a potencialidade transgressora do próprio dinheiro, estudada por Simmel e outros, como uma liberação antissocial das considerações de particularidade (*Ibid*, p.109).

Pesquisando o ato de compra entre algumas famílias em determinado lugar da Zona Norte da cidade de Londres, Miller observou que as compras realizadas pelas donas de casa estavam em sua maioria relacionadas ao cuidado e a satisfação dos filhos e do marido. Por sua vez, os homens tendiam a desempenhar um papel mais individualista quando faziam suas compras, escolhendo itens extras que tem mais a ver com o seu gosto particular do que com itens mais necessários ao abastecimento da casa.

O papel do homem valorizado pelo seu esforço em forma de salário, não encontra a sua contrapartida no trabalho da mulher na manutenção da casa, que por não ser uma atividade remunerada, não recebe a mesma valorização, gerando uma assimetria de poder reforçada pela visão do consumo em relação ao dinheiro que é fruto do trabalho.

Entretanto, o papel cada vez maior no mercado de trabalho vem mudando essa realidade. No Brasil, o aumento de crédito para a aquisição de eletrodomésticos, que facilita a vida das mulheres, e a situação atual de oferta de empregos, têm proporcionado às mulheres do segmento emergente mais independência em relação às tarefas domésticas, fato que pode ser constatado pelo aumento significativo das entregas de comida *delivery* ou ainda pela troca do tradicional tanquinho de lavar roupas por uma máquina de lavar automática[60].

No caso da alimentação, essa constatação se deu na Cohab pelas várias vezes em que, lá estando, almocei em restaurantes da localidade com minhas interlocutoras e não

[60] Conforme pesquisa da empresa GFK Retail and Technology no ponto de venda entre 2009 e 2010. Através da reportagem, "Vendas de produtos da linha branca crescem mesmo sem desconto no IPI. Disponível em: http://jornale.com.br/mirian/?p=12413 – acesso em 28-05-2012.

em suas casas. A explicação dada pelas donas de casa é a de que a comida vendida a peso facilitou muito a vida delas, que tinham que fazer almoço geralmente só para elas e para os filhos, o que demandava não só o tempo gasto com a confecção da comida, como também, na escolha dos produtos e o que é pior, segundo elas, na limpeza da louça e da cozinha.

O *delivery* de alimentos pode ser constatado também pelo aumento de motoboys circulando na Cohab durante à noite. Lembrando que a lanchonete de Daniel, meu interlocutor descrito anteriormente, localizada na Cohab, vende tanto no balcão, como faz entregas de sanduíches clones do Mc'Donalds e pizzas de vários sabores e, seu telefone, durante à noite, é sempre muito ocupado pelos pedidos de clientes da localidade.

Outro exemplo é a lavanderia gerenciada por Raquel, que está instalada há uns quatro meses na Cohab (à época do trabalho de campo), e que possui a opção *delivery* de recebimento e entrega das roupas. A lavandeira recebe desde roupas de festa, até roupas do dia a dia. A explicação dada por Raquel para o sucesso do empreendimento na Cohab, foi a de que as mulheres que trabalham fora já recebem as roupas não só lavadas como passadas, o que facilita as suas vidas, diminuindo o tempo da jornada de trabalho dessas mulheres.

De fato, uma lavanderia com sistema de busca e entrega em casa, que recebe todos os tipos de peças do dia a dia, pode representar que os hábitos de consumo de serviços típicos da classe média estão sendo incorporados pelo segmento emergente. Mas que por outro lado ainda conserva valores tradicionais em relação ao papel da mulher no consumo. O que significa que alguns hábitos se conservam e outros se transformam, em relação ao segmento estudado.

### 4.3 – Consumo e representação: a lógica simbólica

Durante o trabalho etnográfico na COHAB, conforme foi dito anteriormente, minha base foi o salão de beleza de dona Joana, que fica localizado quase na esquina da Rua Capitão Teixeira. Na esquina oposta, do lado direito, existe um escola de 1º grau da rede Municipal de ensino. Um dos fatos que mais chamou a minha atenção foi justamente a quantidade de carros estacionados na porta da escola, na hora da saída dos alunos. Ainda mais, considerando-se que as distâncias a serem percorridas dentro da Cohab, ou mesmo em suas imediações, são muito curtas. Em certas ocasiões, o trânsito de carros particulares me pareceu, também, excessivo para os padrões do lugar.

A posse ou o desejo pela compra de um carro ou mesmo pela troca do atual por um carro Zero km, esteve presente em muitos dos discursos de meus interlocutores, ainda que a compra do carro represente sacrifícios ou renúncias por outras coisas, como fica explícito na fala de Rebeca: "(...) eu tenho uma Picape Ford do ano, ela é zerada e eu ando com esse carrão. As pessoas que olham pensam "nossa ela está andando em um carrão", mas eu estou pagando em sessenta vezes, entendeu?".

A posse do carro pode ter sido o desejo de uma vida inteira que custou a se concretizar e, quando foi realizado, despertou um outro, a posse do carro zero, conforme pode ser percebido no discurso de Madalena:

> Eu já cheguei, quando morava em Nova Friburgo... eu cheguei a sair de quatro ônibus lotado, o meu filho estava com bronquite, porque eu não tinha um carro, não tinha dinheiro nem para o ônibus. (...). Meu primeiro carrinho foi em 96, eu tirei a carteira em 90, aí não consegui comprar o carro, porque ela (a filha) entrou em crise de bronquite, meu marido caiu de uma laje e quebrou a clavícula e queimou o motor da geladeira. Eu com outro filho... assim e uma filha pequena. Ele (o marido) ficou três meses de gesso, aí tinha naquela época mil e poucos... acho que era cruzeiro ainda, aí aquele dinheiro, a gente pagava aluguel ainda, aí comprei comida e paguei o aluguel, aí não deu pra comprar o carro, aí depois que eu mudei de lá, foi que eu comprei o primeiro Chevette 77, foi mil e quinhentos reais, eu tinha paixão por aquele carro. Quando eu consegui comprar o carro... o primeiro carro que eu quis comprar... eu estava na feirinha procurando um carro para comprar com 1.200 reais, tinha acontecido um acidente com meu marido muita gente chorando aquele dia, aí não comprei. Já em 96, foi quando eu comprei o meu primeiro carro.

O depoimento de Madalena sugere uma vida de sacrifícios, onde o desejo de ter um carro foi adiado várias vezes, seja porque a família não tinha condições financeiras, seja porque um imprevisto fez com que o dinheiro economizado para este fim, também a partir das sobras da verba destinada pelo marido para pequenas despesas da casa, precisou ser deslocado para gastos de primeiras necessidades. Madalena diz que toda economia que faz atualmente é destina à troca do carro atual por um mais novo, ou mesmo por um carro zero. Mas, cautelosa, diz que vai fazer tudo com calma, porque não quer pagar juros exorbitantes. Questionada sobre o desejo de adquirir um carro Zero km, Madalena diz: "Quero trocar por um mais novo, até chegar a um Zero. Carro Zero é o sonho de todo mundo, a gente sentir aquele cheirinho de novo. Dá prazer e orgulho de dirigir, eu nunca tive, mas deve ser assim".

Baudrillard (2009) falando sobre o significado do automóvel em nossa sociedade, diz que somente a casa com seu conjunto de objetos que formam a esfera

doméstica (móveis, utensílios, eletrodomésticos) possuiria, na coerência relativa, um valor posicional em igualdade com o automóvel:

> Certamente, no plano do vivido, a esfera doméstica com suas tarefas, funções e relações múltiplas, prevalece de longe sobre a "esfera" dos comandos automóveis. Mas no plano dos sistemas é preciso admitir que ela constitui hoje somente um dos polos binários do sistema global – o outro sendo precisamente o automóvel (*Ibid*, p.74).

O papel que o automóvel desempenha está além da necessidade de deslocamento e velocidade, que são atributos ligados não só a praticidade como também traz imbricações antropológicas que remetem ao poder sobre o tempo e o espaço. Mas o que de fato nos interessa aqui é a questão que Baudrillard aponta, relativa à credencial que o automóvel outorga ao seu proprietário:

> O deslocamento é uma necessidade e a velocidade, um prazer. A posse de um automóvel é mais ainda: espécie de diploma de cidadania, a carteira de motorista é a credencial desta nobreza mobiliária cujos costados são a compreensão e a velocidade a máxima. A apreensão dessa carteira não constitui hoje uma espécie de excomunhão, de castração social? (*Ibid*, p.74).

O desejo pela posse de um carro, por pessoas que moram na periferia das grandes cidades, pode em boa parte ser explicado pela péssima qualidade do transporte público nas metrópoles brasileiras. O desejo pela posse de um automóvel pelo segmento emergente pode ser entendido também, como uma das formas mais eficazes de sentir-se incluído na cultura da nossa sociedade. Quem já não esteve em um ponto de ônibus ou, se nunca esteve, não parou para observar do carro as pessoas que estão a esperar por um transporte coletivo? Essas são em sua maioria, trabalhadores que passam a maior parte do tempo de suas vidas se deslocando de casa para o local de trabalho e vice-versa.

Além do conforto que significa ter um carro, estar dentro de um carro, entretanto, pode ter um significado simbólico para o segmento emergente, pois marca a distancia da condição de pobreza, e nesse sentido, muitas vezes, mais do que qualquer outro objeto que se possa ter.

O desejo de possuir um automóvel Zero km, ou um automóvel mesmo que este não seja novo, pode estar ligado, ao que McCracken (2003) chama de significado deslocado, conforme foi brevemente descrito no capítulo 2. Sustentando a manutenção de esperanças e utilizando como pontes os bens de consumo. Dessa forma, a lacuna existente entre o real e o ideal torna-se mais suportável:

> Aquilo que, de outra maneira, seria insubstanciàvel e potencialmente improvável no mundo atual, é agora validado e de certa forma "provado" por sua existência em um mundo outro, distante. Com o deslocamento dos ideais, a lacuna entre o real e o ideal pode ser reduzida a dificuldades locais, particulares. Passa a refletir circunstâncias mais contingentes que necessárias. A estratégia do significado deslocado luta contra a discrepância entre o real e o ideal utilizando-se do astuto expediente de tirar o ideal da briga (*Ibid*, p.137).

O significado deslocado em nossa cultura é mais comumente alocado no futuro. Sustenta esperanças dentro de uma realidade difícil e está limitado à nossa imaginação. Para McCracken, os objetos e os bens de consumo, servem, em parte, como pontes para os significados deslocados, mesmo quando os bens são apenas desejados. Ao imaginar o objeto cobiçado, os indivíduos imaginam junto outras posses, atitudes que podem levar a outro estilo de vida:

> O bem é adquirido na antecipação da compra eventual de um pacote muito maior de bens, atitudes e circunstâncias, do qual ele é parte integrante. Tais compras são longamente contempladas e imaginadas. Normalmente elas incluem bens de "alto envolvimento", como um carro, um relógio, uma peça de roupa, um perfume ou gêneros alimentícios especiais. Os indivíduos os compram a fim de tomar posse de uma pequena parte concreta do estilo de vida ao qual aspiram. Essas pontes servem como provas da existência desse estilo de vida, e mesmo como provas da capacidade do indivíduo de reivindicá-lo (*Ibid*, p.144).

O termo "alto envolvimento", o autor explica, foi tomado de empréstimo da literatura sobre comportamento do consumidor e se aplica à posse de bens que tem um significado cultural marcante, assim como um valor utilitário. Pode-se concluir daí, porque a posse de um carro toma uma importância tão grande: a posse desse bem evoca um estilo de vida. Um estilo de vida que traz uma série de significados agregados, dentre eles o distanciamento da condição de pobreza vivida num passado ainda recente.

O estilo de vida, que agrega, sobretudo, a posse de um carro, é continuamente reforçado pela mídia como o estilo ideal. Em nossa sociedade, a moda e a propaganda mantêm a consistência entre a "ordem cultural" e a ordem dos bens (SAHLINS, 2003). O significado, assim, transita do mundo cultural para o bem e deste para o consumidor. Nas sociedades contemporâneas, essa transferência se dá justamente através da moda e da publicidade. Tanto os publicitários como os designers são sensíveis às correspondências latentes na ordem cultural, transferindo o significado captado para o bem. A moda atua de maneira mais discreta que a propaganda, inventando novos significados culturais que estimulam a reforma de categorias e princípios culturais (MCCRACKEN, 2003).

A atribuição de significado em nossa sociedade, ou a incorporação de ideias e instituições em nosso dia a dia se dá através da "cultura interpretativa" que é veiculada a

nós através de varias modalidades tais como: o jornalismo, a propaganda, o mundo do entretenimento etc.

Em relação à propaganda, Wagner (2010) diz que esta objetifica os atributos e qualidades de um produto através de situações de rotinas da vida das pessoas, ligando-as aos produtos, projetando-os em nossas vidas cotidianas. A propaganda, segundo esse autor, atua redefinindo os tipos de resultados que as pessoas "desejam", falando dos produtos em termos desses "desejos". Ela é bem sucedida, ou seja, vende o produto, quando consegue objetificar, neste, as soluções ou caminhos para alcançar o que se deseja. Quando nos faz acreditar que o produto encarna as qualidades que levam a este resultado.

Wagner faz uma analogia entre a propaganda e a "magia" dos povos tribais, que também objetificam a sua produção por meio de outras imagísticas. Assim como na produção capitalista, os significados dos produtos devem ser continuamente inventados, para que estes se diferenciem e vendam, também na produção familiar, regida pelas relações de parentesco dos povos tribais, são criados significados que separam as atividades produtivas das relações entre pessoas.

Wagner exemplifica o pressuposto acima citado, relatando-nos a relação da magia e do encantamento com a agricultura do povo daribi, estudado na antropologia. Através da "magia" e do "encantamento", segundo Wagner, um agricultor daribi, enquanto limpa o terreno para semear a sua plantação de inhames, recita palavras de "encantamento", que têm a função de possibilitar a ele imaginar-se com as mesmas habilidades de uma determinada espécie de pássaro, que colhe e junta fragmentos vegetais para fazer seus ninhos. Identificando-se com esse pássaro, o agricultor daribi imagina-se com as suas garras, sentido-se semelhante a essa ave, quando está empilhando os entulhos retirados do terreno. Acreditando na "magia", o agricultor daribi cria significado para a sua produção que de outro modo poderia ser encarada como uma atividade enfadonha e rotineira. Da mesma forma, acreditamos na "magia" e "poder" dos produtos em transformar a nossa vida.

Transpondo ao argumento de Wagner para a nossa realidade, e considerando o automóvel, um bem que aqui é tido, em sua hierarquia privilegiada sobre os demais, é possível fazer uma analogia entre a atribuição de significado que fez o agricultor daribi invocando os poderes do pássaro e as atuais propagandas desse objeto tão desejado.

Essas propagandas objetificam principalmente uma vida de conforto, realização pessoal e felicidade. Os carros aparecem como os responsáveis pela juventude, força, sucesso profissional, sucesso nos relacionamentos, dependendo do modelo que se pretende vender. É como se a posse de um carro significasse, em cada caso, o alcance desses atributos idealizados: juventude, força, sucesso profissional ou amoroso.

O desejo de possuir um carro se transforma na imagem quase mítica da bem aventurança. O publicitário "produz" o significado do carro, criando uma imagem ideal daquilo que se entende por um estilo de vida que trará felicidade. Ao diferenciar um produto, retirando-o da esfera impessoal da produção em série, a publicidade dá sentido e significado ao produto.

Os produtos são, dessa forma, objetificados por meio de estilos de vida e objetificam esses estilos. A propaganda, continuamente redefinindo e recriando significados da vida cotidiana, inclui os bens nesta vida. A vida "mágica" proposta pelo anúncio pode, através dos produtos, transformar-se na vida do consumidor, pois todas as qualidades e propriedades que o produto assume no contexto da publicidade são transferidas para o contexto da vida pessoal do consumidor:

> A propaganda nos convida a tornar nossa a magia que há nela. Assim como o agricultor daribi precisa acreditar na efetividade de seus encantamentos para que eles refocalizem com sucesso sua atividade e tragam recompensas reais, o consumidor precisa confiar numa mística da eficácia química e mecânica para que sua própria "magia" alcance seus fins (WAGNER, 2010, p.114).

Assim, o significado que migrou da cultura para o objeto, passa deste para o individuo. A ideia do que é "bem aventurança" é uma especificidade de cada cultura. Esta ideia, para o agricultor daribi, é ter os mesmos atributos de um pássaro e colher muitos inhames. Para uma boa parte do segmento emergente, é possuir um carro, é poder ser tal e qual uma das personagens das novelas: ter "aqueles móveis" decorando a sua casa; usar os mesmos perfumes; poder viajar de avião pela primeira vez; ter "aquele carro" que aparece em inúmeras propagandas, ou tantas outras coisas que são comunicadas não só através da propaganda, como também por outros meios, como filmes, jornais, telenovelas etc.

O desejo pela posse de um carro Zero km, voltando à questão dos significados deslocados, para aqueles que já possuem um automóvel pode ser entendido, segundo os pressupostos de McCracken (2003), da seguinte maneira: o indivíduo adquire efetivamente um carro, a posse desse bem faz com que ele perca credibilidade como ponte para o

significado deslocado, pois o objeto agora faz parte do presente. Assim, um novo objeto, que o indivíduo não possui, passará a constituir uma nova ponte para esse tipo de significado, pois o indivíduo aspira a uma vida idealizada, plena e, assim, o carro Zero km assume o papel dessa ponte para o significado deslocado, que deve ser mantido.

Esse comportamento pode ser observado em nossa sociedade em qualquer classe social, e pode explicar em parte tanto o desejo pelo carro Zero km, como por uma televisão de "trocentas" polegadas, um sofá de tamanho descabido para o espaço que o contém ou uma cozinha toda em inox em um apartamento minúsculo, localizado na Cohab. O que vai variar são os diferentes tipos e a quantidade de significados que demandam significados deslocados para o futuro. No caso do segmento emergente, é possível entender porque escolhas que aparentemente se mostram irracionais, ou que julgamos deveriam estar alocadas em outra posição na hierarquia das "necessidades", se realizam tão frequentemente.

Uma das posses que caracteriza a classe média é o plano privado de saúde. Durante a etnografia, o que de fato foi constatado é que o plano de saúde, apesar de ser considerado algo importante, que traz tranquilidade, segundo o discurso das pessoas ouvidas, não se realiza na prática como um desejo mais premente.

Madalena, que sempre utilizou o serviço público de saúde, não tem um plano privado, e durante o trabalho etnográfico, internou-se em um hospital da rede pública, conforme havia sido agendado pela sua ginecologista alguns meses antes, para fazer uma cirurgia de períneo. Madalena permaneceu internada no hospital aguardando a realização da cirurgia durante uma semana, e acabou contraindo uma forte gripe, que fez com que os médicos a mandassem de volta para casa, pois não seria mais possível operá-la, enquanto estivesse gripada. Ao encontrá-la, ela me contou muito contrariada o que havia acontecido, dizendo que procuraria a ouvidoria do hospital, para denunciar o ocorrido.

Em relação à aquisição de um plano privado de saúde, Madalena considera muito caro pagar uma mensalidade de duzentos reais (valor imaginado por ela) para obter esse tipo de serviço. Portanto, a mesma Madalena que quer trocar seu atual carro por um mais novo, não considera a possibilidade de possuir um plano de saúde particular. Alguns bens e serviços de consumo não fazem parte do leque de prioridades do segmento emergente, talvez porque não tenham sido assimilados ainda, porque sempre estiveram muito distante da sua realidade, e isso talvez se aplique aos serviços de saúde particular.

Em trabalho realizado por mim, em outra situação que não o trabalho etnográfico na Cohab de Realengo, desempenhando a função de analista qualitativa em um projeto de pesquisa de mercado para uma empresa privada de planos de saúde, que tenciona atingir de forma mais efetiva o grande mercado emergente, consegui captar de forma um pouco mais clara a relação, que as pessoas dessa camada têm a respeito do plano privado de saúde.

De uma forma geral, as pessoas acreditam ser muito bom ter um plano de saúde, porque traz tranquilidade na hora que é necessário consultar um médico, fazer exames, ou necessitar de uma internação. As péssimas condições da saúde pública no país reforçam esse sentimento, pois consultas e exames levam meses para serem realizados na rede pública, onde existe carência de vagas, equipamentos e médicos. O atendimento por parte dos funcionários dessas instituições é muito ruim, as pessoas relataram situações de humilhação pelas quais passaram inúmeras vezes.

No entanto, muitos dos entrevistados participantes da pesquisa declararam possuir um automóvel. Entretanto, afirmam não poder arcar com uma prestação de plano de saúde, ainda que esta fosse muito baixa, entre cem e duzentos reais mensais, por exemplo.

O que foi percebido, através dos discursos dos entrevistados nessa pesquisa, é que o dinheiro investido em uma coisa que não traz visibilidade imediata, como a compra de um bem, parece, nas palavras deles, estar sendo jogado fora, se considerarmos que você paga a mensalidade de um plano ou seguro saúde todos os meses e só utiliza os serviços, quando precisa, o que é mais raro no caso das pessoas mais jovens de ambos os sexos e dos homens até a faixa dos 55 anos. Não fica clara a ideia de que um plano de saúde é um tipo seguro, que você pode utilizar quando precisar.

Entretanto, a grande maioria dos entrevistados possuía o chamado seguro funeral, que garante todo o serviço funerário ao seu titular em caso de falecimento. Mas a opção pelo seguro funeral percebeu-se, tem outra finalidade principal, pois por uma mensalidade em torno de trinta reais, dá direito a descontos em consultas, exames e medicamentos extensivos aos dependentes da família, que não precisam pagar nada para obter esses benefícios. O fato das mensalidades ter um valor pequeno e de várias pessoas da família terem acesso a alguns benefícios oferecidos, faz com que o dinheiro investido todos os meses no seguro funeral passe a ter mais concretude.

O seguro funeral não foi mencionado pelos meus interlocutores da Cohab, possivelmente por não terem eles sido estimulados sobre a posse desse tipo de serviço. A posse desse serviço pelas populações mais pobres já havia sido identificada por Brusky e Fortuna (2002), a partir de pesquisa empreendida por esses autores sobre o uso do crédito, na cidade de Recife. O uso dado ao seguro funeral pode ser entendido como uma modalidade tática, no sentido deste termo em De Certeau (1998). Pois seu uso é subvertido da função principal que é a de proporcionar um funeral para o seu titular, ainda que essa função seja valorizada pelos seus usuários.

O seguro de automóvel, tão necessário nas grandes metrópoles brasileiras, em função das estáticas de roubo de automóveis, ou da falta de educação percebida no trânsito, também ainda encontra resistência entre as pessoas do segmento emergente, justamente pelo mesmo motivo que foi percebido em relação ao plano privado de saúde: o dinheiro do seguro não se materializa em um bem ou em serviço que possa ser desfrutado de imediato, ou em curto prazo, além do fato óbvio de seu uso estar vinculado a eventos desagradáveis, como é o caso de uma doença, um roubo ou um acidente de carro.

Meus interlocutores da Cohab que possuem automóvel não adquiriram um seguro, não porque não acham necessário, mas porque outros desejos se mostram mais prementes. Madalena, também, não tem o seu carro assegurado, acha que Deus vai protegê-la de infortúnios em relação ao seu veículo:

> Eu não tenho seguro no carro, não, era mais uma conta pra ele (o marido), né? Porque ele (o carro) veio com seguro, mas aí esse negócio de, como que fala? Cooperativa, seguro de cooperativa pagava cento e pouco por mês, aí ele[61] não quis, então o carro tem o alarme próprio dele. Se bater eu tenho que pagar o prejuízo dos outros e os outros o meu. Graças a Deus, até hoje, só pagaram os meus, eu nunca paguei um arranhão no carro de ninguém, e Deus vai continuar me protegendo.

É interessante lembrar que o segmento emergente ultrapassou a linha de pobreza material relativamente há bem pouco tempo. A oferta de empregos e a renda dessa parcela da população começaram a crescer nos primeiros anos da década de 2000. O acesso aos bens e serviços foi crescendo gradativamente e, naturalmente, aquilo que serviu

[61] O marido de Madalena não dirige, ela é quem utiliza mais o carro, ele possui uma moto de 125 cilindradas. Talvez por isso, também, essa seja uma despesa que ele não queira arcar, entretanto, a sua moto, também não está assegurada, conforme me relatou Madalena.

de ponte aos significados deslocados foram e ainda são coisas conectadas à felicidade, à fruição mais imediata, como uma casa equipada, um carro, ou ainda uma viagem à Disney, posses que Baudrillard (2009) apontou como mais significativas na identificação com a cultura dominante.

Raquel, que também não assegurou nenhum dos seus dois carros e não possui plano privado de saúde, falando sobre as atividades de lazer que mais gosta de fazer, diz ter como meta a ser realizada, uma viagem à Disney. Para tanto, Raquel já está juntando dinheiro e fazendo planos, conforme relato a seguir:

> Se eu tiver um final de semana e quiser pagar uma viagem para Porto Seguro por três dias, eu vou meter as caras e vou pagar essa viagem. O mais longe que eu fui, foi em São Paulo, mas pela questão de tempo, eu fui e passei o final de semana em Campos do Jordão, foram só dois dias. A minha maior meta mesmo é a Disney, é um sonho. Eu já estou me preparando. Olha, eu estou juntando de que forma? Eu não costumo planejar muito, eu tenho um objetivo, mas eu tenho aquele projeto, por exemplo, pra agosto eu vou começar a proporcionar isso e também quero ter um dinheiro guardado pra gastar no lugar. A viagem eu vou financiar, já com tudo incluído. Por exemplo, uma viagem em um minicruzeiro, você paga dez de cem reais, então não é impossível, na minha visão eu não vejo como impossível. Impossível não, se você batalhar e se você se mover, você tem condições sim. Aí, é onde entra as expectativas do que? Você ter o nome limpo e ter credibilidade, então tudo isso te proporciona alguma coisa.

Duas ideias antes mencionadas podem ser confirmadas a partir do discurso de Raquel: a reafirmação da importância de se ter o nome limpo, pois a partir dele é possível ter acesso aos bens e com eles aos significados deslocados; e a prioridade dada às coisas que significam fruições mais imediatas, nesse caso, viagens nacionais, pequenos cruzeiros, ou até mesmo uma viagem à Disney.

### 4.4 – Chegou minha vez

Aproveitando o discurso de Raquel, em relação às viagens em destinos nacionais e internacionais, que antes só as classes média e alta podiam desfrutar, em lugares onde se encontram algumas das inúmeras belezas naturais do país, é possível identificar outro aspecto relacionado a esse tipo de lazer agora acessível a um numero maior de pessoas: o preconceito de classe.

Em reportagem realizada pela BBC Brasil, intitulada "Preconceito Ronda Jornada Turística da Nova Classe Média"[62], a qual retratava um casal em viagem a Porto Seguro, a matéria expõe as contradições sobre o fenômeno. O casal em questão é um pintor de paredes aposentado e sua esposa, que trabalha como manicure. Viajando pela primeira vez de avião e pagando a viagem em dez parcelas, o casal sente-se realizando um grande sonho, o de desfrutar um dos lugares paradisíacos do país, que antes era exclusivo das classes média e alta, conforme é salientado pelo discurso do marido na reportagem: "A gente não vive só de comer, como diz a história ... (risos...) isso aqui é que é viver. É uma beleza, né?". E sobre o preconceito que ele afirma sentir por parte de outras pessoas, ele diz: "Com certeza há preconceito. Vai ter que engolir. Fazer que nem o velho Lobo, vai ter que me engolir. risos... (marido)". Sua esposa gostaria que esse preconceito acabasse e acredita que para isso as outras pessoas deveriam dar uma chance para conhecer melhor a nova classe média, segundo suas palavras.

A reportagem também ouviu outras pessoas. Uma delas diz que o aumento de pessoas do segmento emergente na região está aumento, e que é necessário que esse tipo de público receba mais educação, para não depredar o meio ambiente da região. Uma mulher jovem, aparentemente de classe média diz perceber pelas escolhas do vestuário e dos lugares que essas pessoas preferem visitar, que são pessoas do segmento emergente:

> As pessoas que estão frequentando aqui, não são mais classe A e B, são da classe C. As pessoas da classe C estão visitando mais. Você vê pelo tipo de roupa, pelo lugar que visitam.

Há 40 km de Porto Seguro, navegando de barco através de um rio da região, é possível chegar ao arraial de Trancoso. Tanto a viagem de barco, como os restaurantes e pousadas do arraial têm preços mais elevados do que os praticados em Porto Seguro, o que conserva o lugar mais exclusivo e, portanto, destino preferido das classes mais altas, que percebem seus símbolos de diferenciação sendo apropriados pelo segmento emergente.

Outro exemplo, retirado da mídia, sobre a chamada nova classe média, ou como está sendo aqui referido, segmento emergente, também pode ilustrar muito bem o preconceito enraizado em nossa cultura, que não vê como igual outra pessoa, somente

---

[62] Reportagem da BBC Brasil em formato eletrônico do dia 09/11/20211. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111108_preconceito_classe_c_pc.shtml acesso em 15/11/2011.

porque agora ela agora tem condições de consumir as mesmas coisas, pois seu *habitus* de classe a distingue, revelando a sua origem pobre.

Uma reportagem do jornal O Globo de 10 de outubro de 2010, baseada em estudo realizado por uma consultoria de mercado especializada na chamada nova classe C, afirma que as pessoas que representam o segmento emergente, ainda sonham com a inclusão social. De acordo com a reportagem, os que emergiram da linha de pobreza e estatisticamente, do ponto de vista econômico, vieram a fazer parte da nova classe C ou da nova classe média nos últimos anos podem possuir a renda necessária para frequentar bairros nobres, mas se sentem discriminados pelo linguajar e trejeitos, ou pelo seu *habitus*, diferenciado daqueles que, por exemplo, tiveram sempre acesso ao consumo e aos lugares de consumo, que antes era restrito às classes populares, ou seja, "os novos consumidores" possuem *habitus* diferente daqueles que já estão estabelecidos na classe média ou fazem parte da elite desde que nasceram.

Uma das pessoas referidas na matéria é uma mulher de 32 anos que, à época da reportagem, trabalhava como auxiliar financeira no setor privado e frequentava uma faculdade de ciências contábeis à noite. Ela diz que um de seus maiores sonhos é ver o fim do que chama de "discriminação" e fala como se sentiu quando foi até uma concessionária comprar um automóvel:

> Infelizmente, na nossa sociedade há muita discriminação, principalmente do pobre contra o pobre. Fui com meu irmão comprar o carro e o vendedor nem me deu atenção. Chamei outro e falei logo: a gente vai comprar um carro Zero. Aí o primeiro vendedor disse que ele é que estava me atendendo, mas eu não quis mais comprar com ele. ***Isso é pior do que o racismo*** (realce meu).

O que chama atenção na fala da mulher é o desconforto sentido naquele espaço de consumo. Ela atribuiu o tratamento que o vendedor lhe dispensou a algo que está inscrito no seu corpo, semelhante à cor da pele, aquilo que "denuncia" a sua origem, seu *habitus*. A ideia de pertencimento a uma classe ou grupo social em condições homogêneas de existência passa, sobretudo, pelos aspectos simbólicos, que permitem a comunicação entre os agentes.

Ainda outro exemplo, desta vez retirado da etnografia na Cohab, pôde ser constatado no discurso de Rebeca, minha interlocutora que foi apresentada no tópico relativo à educação. Rebeca namora um homem atualmente bem sucedido, que nasceu e foi criado em uma favela na Baixada Fluminense. Filho de migrantes nordestinos: a mãe

empregada doméstica e o pai ajudante de pedreiro, hoje ele ocupa um cargo de diretoria em uma empresa privada. Rebeca relata que, a despeito da condição econômica e social atual do namorado, ele prefere não frequentar lugares de lazer na Zona Sul e nem a Barra da Tijuca, porque não se sente à vontade nesses locais:

> A gente não frequenta bar da Zona Sul, porque, né? Então, o que acontece? Eu não sei se eu vou saber te explicar, mas eu sou uma pessoa que convivi nesse mundo. Eu trabalhava como gerente de banco lá na Barra da Tijuca, eu criei amizades lá e frequentei lugares lá, mas o Pedro, não. O Pedro é uma pessoa que foca muito em si mesmo. Ele conhece "n" pessoas, clientes, amigos... mas o Pedro tem uma característica muito... ele é muito ele mesmo. Ele não gosta de frequentar determinados lugares, eu acho que ele se sente meio inferior, não sei te explicar.

Na fala da minha interlocutora: "eu convivi nesse mundo", fica evidente a sua percepção de que frequentar lugares que são muito mais comumente frequentados pelas classes média e alta, é frequentar um "outro mundo", que não é aquele da Cohab de Realengo ou da Baixada Fluminense, no qual o modo de se comportar, segundo um *habitus* específico de classe, pode denunciar que você nem sempre fez parte "daquele mundo". Quando ela diz "ele é muito ele mesmo", pode-se entender que ele não quer ou não consegue agir "naturalmente" como alguém "daquele mundo".

Minha interlocutora, não consegue expressar, mas percebe que o namorado se sente inferior, talvez isso seja verdade, e ele de fato desenvolva esse sentimento, muito provavelmente, em razão de não lidar de forma "natural", ou por não ter o domínio necessário da maneira "adequada" de ser, estar e agir nesses lugares, denunciados pelo tom de voz, pela maneira de sentar-se à mesa, na atitude para com os garçons etc. Bourdieu (2008) fala sobre as maneiras consideradas legítimas, porque instituídas pelas classes detentoras de um lugar privilegiado no espaço social e do desconforto de quem está em outra posição menos privilegiada e por algum motivo tenta agir segundo essas maneiras:

> Por definição, a maneira só existe para outrem e os detentores estatutários da maneira legítima e do poder de definir o valor das maneiras, pronúncia, apresentação e atitude têm o privilégio da indiferença à sua própria maneira (dispensando-os de *fazer* fita); ao contrário, os "novos ricos" que pretendem agregar-se ao grupo dos detentores legítimos, ou seja, hereditários, da maneira adequada sem serem o produto das mesmas condições sociais, encontram-se confinados, façam o que fizerem, na alternativa da hiperidentificação ansiosa ou do negativismo que, na própria revolta, confessa sua derrota: ou a conformidade de uma conduta "tomada de empréstimo", cuja correlação ou até mesmo hipercorreção lembra que ela *imita* e o que *macaqueia*, ou a afirmação ostensiva da diferença que é votada a aparecer como uma confissão da impotência a identificar-se (*Ibid*, p.91).

Nos exemplos citados aqui, o sentimento de inferioridade, a percepção do preconceito, neste caso, de classe social é provocado pela falta de "naturalidade", ou melhor, pela falta de um *habitus* de classe média ou de elite, em lugares, ou em situações onde os sujeitos não pertencem "ao mesmo mundo" de condições de existência daqueles que sempre estiveram ali:

> (...) em razão do efeito da histerese que está necessariamente implicado na lógica da constituição do *habitus*, as práticas se expõem sempre a receber sanções negativas, portanto, um "reforço secundário negativo", quando o meio com o qual elas se defrontam realmente está muito distante daquele ao qual elas estão objetivamente ajustadas. (*Ibid*, p.11)

A distinção social, "que é negada e reprimida na dimensão consciente, se dá de modo turvo e tácito, na forma de violência simbólica, um "racismo de classe", que por não se assumir como tal, não permite defesa" (SOUZA, 2010, p.49). O que é desconfortável, ou sentido como inferioridade no segundo exemplo, já é sentido de forma um pouco mais clara no primeiro, quando a moça, da citada reportagem, diz que o desprezo do vendedor em relação a ela é pior do que racismo, o que de fato ela não se dá conta (nem seu detrator), é que ela foi vítima de um racismo, só que um racismo de classe social a partir do seu *habitus* e não, nesse caso, em razão de sua etnia.

A reportagem anterior, sobre o turismo do segmento emergente em Porto Seguro, foi enriquecida com comentários do antropólogo Roberto DaMatta, e com números fornecidos pelo instituto Data Popular, relativos ao aumento de viagens nacionais realizados pelo segmento emergente. Esse último ressalta a questão do preconceito que as classes médias mais tradicionais têm em relação a esse segmento, atribuindo a ela a super lotação em aeroportos do país ou mesmo o aumento da degradação do meio ambiente.

DaMatta observa, na reportagem em questão, que o crescimento dessa parcela da população evidencia a "resistência à igualdade" dos brasileiros, segundo DaMatta: "Nossa fixação por títulos e hierarquia é parte do nossa herança portuguesa. As pessoas aqui querem ser vistas como diferentes, como superiores aos outros e não gostam de se misturar".

DaMatta (1981) afirma que a identidade social do povo brasileiro tem muito da herança hierárquica do império colonizador português. A colonização brasileira, segundo DaMatta, se fundou através de um tipo de catolicismo formalista, nos quais os interesses

religiosos se misturavam aos interesses políticos e econômicos formando uma amalgama com tendência totalizadora dos planos moral, econômico, político e social.

Portugal à época da colonização do Brasil era uma sociedade altamente hierarquizada com muitas camadas sociais diferenciadas e complementares. Esse sistema foi transplantado para a Colônia brasileira em seu conjunto de ideologias de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas de modo que a colônia mantivesse a mesma estrutura da metrópole, conservando seu caráter centralizador. Com o advento da independência, as camadas dominantes, começam a se dar conta de que era necessário a busca por uma identidade que racionalizasse, justificasse e legitimasse as diferenças internas, pelas quais, agora, os governantes da nova nação independente respondiam.

Essa forma de sociedade na qual a herança hierárquica portuguesa se juntou de forma profunda à ideologia de legitimação das diferenças, deu origem a uma espécie de rito brasileiro que DaMatta (1997b) chamou de "sabe com quem está falando?". Esse rito indica, segundo o autor, uma profunda separação autoritária entre duas posições sociais "real" ou teoricamente diferenciadas. O que significa que cada um deve saber o seu lugar, apesar de toda igualdade aparente que a sociedade brasileira apresenta aos olhos dos estrangeiros. Esse rito, contudo, não é publicizado e nem propagado porque ele revela justamente o lado hierárquico, autoritário e conflituoso de nossa sociedade nacional:

> (...) o rito revela conflito, e somos avessos às crises. E sabemos que o conflito aberto e marcado pela representatividade de opiniões é, sem dúvida alguma um traço revelador de um igualitarismo individualista que, entre nós, quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade (1997b, p.184).

Em uma sociedade relacional e hierarquizada como a nossa, "cada um deve saber o seu lugar", para que o mundo se movimente em termos de harmonia absoluta, fruto de um sistema dominado pela totalidade (DUMONT *apud* DAMATTA, 1997b). A expressão "sabe com quem está falando", assim como a expressão "cada macaco no seu galho", significa que cada qual deve saber o seu lugar na hierarquia social e são utilizadas para reforçar traços pessoais indesejáveis. Esses traços podem ser a cor da pele, a maneira de se portar à mesa, o modo de se vestir ou os gostos e escolhas produzidos dentro de determinadas condições sociais de existência, entre outros.

Souza (2006), entretanto, discorda quanto às origens do processo de hierarquização da sociedade brasileira, dando ênfase ao que Bourdieu (2008) chama de

racismo de classe, conforme citado anteriormente. Para Souza, a tese do personalismo e do patrimonialismo dominante nas ciências sociais brasileiras, que tem sua origem nos escritos culturalistas de Gilberto Freire, formalizados em Buarque de Holanda e, que por fim foram atualizados em DaMatta, colocam grande ênfase na questão do "capital social de relações pessoais" como estruturante das hierarquias sociais no país.

Souza afirma que a sociedade brasileira, segundo a perspectiva desses autores, é vista como presa a valores pessoais e emocionais atávicos herdados desde muito, da tradição ibérica. Nessa perspectiva, o conceito de cultura, prevalece na interpretação de nossa sociedade sobre os fatores estruturantes das instituições fundamentais do capitalismo: o estado racional e o mercado.

Segundo Souza (*Ibid*), na análise dicotômica e comparativa desses autores, no Brasil, as relações sociais se estruturariam através de princípios supostos como pré-modernos, pessoa/esfera doméstica, enquanto nos países anglo-saxônicos, essas relações se pautariam por princípios modernos, indivíduo/esfera pública. Na sociedade brasileira, o peso relativo do "capital social de relações pessoais" seria maior do que nas sociedades europeia e norte-americana em relação às chances de sucesso individual.

Souza discorda desse tipo de raciocínio, que segundo ele encobre a verdadeira causa da desigualdade no país, que teria sua fundamentação na distribuição desigual de capitais econômico e cultural, sendo esses os reais elementos estruturantes e impessoais de nossa sociedade. Para identificar o núcleo de todo poder e distinção que governa a rede de conexões simbólicas e materiais no que esse autor chama de periferia da modernidade, onde nos encontramos, Souza propõe a construção de uma "teoria da ação social" alternativa. Partindo de questões que possam explicar os sentimentos de baixa-autoestima, humilhação, dor, opressão e não reconhecimento para uns e, a legitimação da felicidade, prazer e saúde para outros, dessa forma seria possível compreender a dinâmica social que produz e reproduz as desigualdades sociais no país.

Seria muito mais a ideologia das hierarquias valorativas neutralizadas e naturalizadas pelo que se entende por meritocracia, a responsável pela legitimação da ordem social, do que a característica essencialista de nossa cultura, percebida como avessa às instituições racionais pautada na cordialidade das relações pessoais. O caráter valorativo, moral e simbólico das instituições racionalistas importados dos países centrais para a periferia traz, em seu bojo, ideais que preconizam a supremacia da razão sobre a

emoção. Assim, a ideia de virtude vinculada aos interesses ideais, desenvolvida, segundo Weber (2003), a partir da racionalização da religião no ocidente, vai resultar nos ideais de auto responsabilidade, os quais se distanciam daquilo que está preso à tradição e à autoridade local (SOUZA, 2006).

Souza aponta para a concepção, segundo o filósofo social Charles Taylor, de *self* pontual do novo ser moral, que é desprendido de contextos particulares e, modelável através da ação metódica e disciplinada. Ocorre através das práticas sociais e das instituições a naturalização do *self* pontual, calcado na noção de cálculo prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo. A adesão, quanto mais elevada a esses elementos, determina o reconhecimento social e consequente autoestima. As relações interpessoais passam a ser mediadas pelo contrato social através de direitos subjetivos universais e igualitários. Nesse sentido, a honra pré-moderna é substituída pela noção de dignidade, obtida através dos ideais de igualdade assegurados através da universalização dos direitos individuais.

Segundo Dumont (2000), a ideia de ausência de um sistema hierárquico no ocidente moderno, com a valorização do indivíduo e da igualdade, em oposição, ao holismo e à hierarquia existentes, por exemplo, na sociedade indiana, se contradizem. Pois passamos a denominar as nossas hierarquias de desigualdades sociais. Assim evitamos um tabu, em nossa sociedade que se pretende igualitária, ao utilizarmos o termo estratificação social, que segundo o autor, possui uma natureza inanimada que ofusca a compreensão desse fenômeno. Dumont aponta para o fato de que a ideologia liberal do indivíduo igualitário, a que nos referimos anteriormente, possui a qualidade de transformar a sociedade dentro de certos limites, e que o desconhecimento desses limites produz o efeito contrário: a hierarquização.

Os princípios que regem a atribuição de respeito ou reconhecimento social, que nos confere dignidade, se dão através de operadores simbólicos, que nos permitem no dia a dia classificar e hierarquizar uns aos outros de forma opaca e implícita. Souza (2006) aponta para ideia de uma determinada estrutura psicossocial compartilhada no ocidente que seria a base para o reconhecimento social:

> É essa estrutura psicossocial que é o pressuposto da consolidação de sistemas racionais-formais como mercado e Estado, e depois produto principal da eficácia combinada dessas instituições. É a generalização dessas pré-condições que torna possível falar-se em “cidadania”, ou seja, um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de

> efetiva igualdade. (...) *para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada* (2006, p.31).

Souza acredita na conjugação complementar da teoria do *habitus* de Bourdieu, com a ideia de "dignidade" desenvolvida por Taylor. O *habitus* atua numa dimensão pré-reflexiva, através dos signos intransparentes da cultura legítima, já a noção de "dignidade" de Taylor é uma noção de dignidade que é compartilhada igualmente por todas as classes sociais, no sentido de homogeneizar significativamente a economia emocional de seus componentes de maneira a fundamentar o reconhecimento social igualitário na informalidade e dentro da formalidade jurídica, permitindo a eficácia da noção moderna de cidadania (SOUZA, 2006).

Souza lança mão de três novos termos a partir do conceito de *habitus*: *habitus* primário, *habitus* secundário e *habitus* precário. O primeiro, o *habitus* primário compreende as pré-condições sociais, econômicas e políticas do sujeito que preenche as características que lhe confere dignidade e consideração como cidadão. O segundo, o *habitus* secundário, é muito mais identificável em sociedades onde ocorre a generalização do *habitus* primário, ou seja, a maioria partilha das pré-condições sociais, econômicas e políticas que conferem dignidade a um cidadão. A partir daí critérios classificatórios passam a operar num sentido de distinção através do "gosto", já que nessas sociedades a predominância do *habitus* primário é mais generalizada e a maioria, seja de que classe for é considerada cidadão no sentido pleno do termo. O terceiro, o *habitus* precário, é aquele no qual as características que conferem reconhecimento social não estão presentes ou estão muito pouco presentes, a personalidade e o comportamento do sujeito ou de uma classe portadora de um *habitus* precário não dá conta das demandas objetivas, ou seja, as pessoas dessa classe não são consideradas úteis e produtivas dentro da sociedade moderna competitiva, sendo assim, não alcançam reconhecimento social. Sendo este último o tipo de *habitus* que encontramos em grande numero nas sociedades do capitalismo periférico, como é o caso da sociedade brasileira.

No Brasil é possível afirmar que as classes mais elevadas, como a média e a alta compartilham tanto de um *habitus* primário, como um *habitus* secundário. A classe média, cujo maior patrimônio é imaterial, o capital cultural, inconscientemente pratica um tipo de racismo que Bourdieu (2008) denomina de racismo de inteligência.

Segundo Bourdieu, o racismo de inteligência é muito mais camuflado do que os de outros tipos porque é dependente do capital cultural que é herdado e que tem como característica o fato de ser um capital incorporado, o que confere uma falsa aparência de natural ou inato. O racismo de inteligência produz o que Bourdieu, lembrando Weber, chama de "teodiceia de seu próprio privilégio". Funcionando sobre a posse de títulos que garantem a seu portador uma garantia de sua inteligência que o distingue dos demais, e que é o aval para o acesso a posições privilegiadas nas esferas sociais, tanto no que diz respeito ao mercado e à política, quanto, como no caso brasileiro, àquelas instituições de ensino consideradas as melhores do país.

Bourdieu (*Ibid*) utiliza-se desse termo para falar da violência simbólica exercida através da escolarização que impõe a cultura legitima e legitimada pelas classes dominantes. É nesse sentido que este termo nos serve para afirmarmos que as discriminações perpetradas ao segmento emergente remetem à falta de educação formal, já que a grande maioria dos componentes desse segmento recebeu educação formal precária e/ou não possuem o diploma de curso superior, ou, quando o possuem, esses em sua maioria foram obtidos em instituições privadas de ensino, tidas como inferiores às instituições públicas, às quais esse segmento não teve e continua a não ter acesso.

Não ter um diploma de nível superior, ou não falar dois ou mais idiomas, faz com que os componentes do segmento emergente sejam considerados inábeis para ocupar posições em postos de trabalho que não sejam manuais, ou em funções estratégicas do ponto de vista de nossa sociedade baseada na ideologia do desempenho através do que Souza (2006) chama de "tríade meritocrática", constituída pela qualificação, posição e salário. O que torna seu *habitus* primário de uma qualidade inferior ao daquele compartilhado pela minoria da população que possui um elevado capital cultural.

Da mesma forma, é dito que as pessoas do segmento emergente precisam receber educação ambiental, para não depredar o meio ambiente – como se depredar o meio ambiente fosse atitude somente dessa camada da população – conforme foi dito em um dos discursos anteriormente citados. Assim também, dizer que essa camada não tem consciência ambiental é uma forma de exercer o racismo de inteligência que, na verdade expressa um racismo de classe, pois a partir dessa visão, nega-se o fato de que o segmento emergente não compartilha do entendimento das questões ambientais, porque não teve

acesso às instituições escolares ou científicas que nos informam e nos disciplinam sobre esse tema.

Dessa forma, o preconceito de classe, muitas vezes, somado ao preconceito étnico, se configura como uma barreira com a qual o segmento emergente terá que lidar, ou seja, um tipo de violência simbólica exercido pelas classes média e alta como forma inconsciente de garantir o privilégio do acesso aos recursos escassos.

### 4.5 – Estilo de vida, pertencimento e identidade

Muitos de meus interlocutores quando questionados a respeito de como se percebem em relação à posição social que ocupam, se dizem trabalhadores e não se identificam com aquilo que entendem que seja ser de classe média. Como disse Daniel, ser de classe média, é ter uma conta bancária "enriquecida", é "quando você tem *status*". Outros discursos expressaram como é ser classe de média da seguinte forma: é poder pagar uma boa escola privada para os filhos, ter um carro novo, poder gastar sem se preocupar com dinheiro, enfim, não viver pensando na sobrevivência.

Como disse também, Débora, ser de classe média é não poder botar o sofá na porta de casa para limpar melhor a casa, é não conhecer o vizinho que mora há anos do seu lado e não te dá bom dia. Relatando sobre os banhos de "borracha" que adora tomar na parte térrea do prédio, quando faz um churrasco com vizinhos e amigos, Débora diz:

> Eu tomo um belo e bom banho de borracha, às vezes eu estou no churrasco aqui em casa, aí eu tomo banho de borrachão. Fico com a parte de cima do biquine e um short, aí a gente fica com a galera aqui fazendo churrasco. A minha vida é como eu te falei, é muito na Zona Oeste.

E foram essas algumas das ideias expressadas por meus interlocutores a respeito do que é ser ou não ser de classe média, e nenhum deles se percebe como classe média.

Alguns momentos foram especialmente agradáveis durante a etnografia na Cohab, como por exemplo, as ocasiões em que tomei o café da tarde na companhia da família de dona Joana. Nesses momentos marcados pelas orgias de carboidratos obtidos através do delicioso pão francês e do pão doce com bastante creme e açúcar cristal na cobertura, servidos com café com leite, o que chamou a minha atenção foi a informalidade à mesa, todos falando muito alto o tempo todo, excitados com as iguarias da padaria do

bairro e com o momento de poder se fartar sem se preocupar com etiquetas, ou com os quilos a mais. A comida não só combinava como estimulava o momento de descontração.

Ou ainda, quando a refeição do almoço foi uma sopa caprichada, na qual dona Joana colocou diversos tipos de carne, como, linguiça, paio, músculo, patinho e vários tipos de legumes: batata, batata doce, chuchu, maxixe, jiló, abóbora etc., tudo dentro de uma única panela. Uma festa em volta da mesa, uma gritaria por pratos e talheres que não havia em quantidade suficiente para todos. Uma excitação que não se pretendeu disfarçar diante do prato, repetido algumas vezes, acrescido de temperos colocados diretamente no prato.

Nesses momentos, foi possível não só perceber a falta de cerimônia em relação ao estar à mesa, como também e ao mesmo tempo, um prazer por estar reunido com os outros, expresso nas falas em tom alto ou, nos ditos, palavrões proferidos em abundância. Em relação a esses últimos percebi que é muito comum na Cohab o uso desse tipo de palavras em conversas cotidianas e informais. Não é possível afirmar que todas as pessoas se comuniquem utilizando palavrões só porque moram ali, ou só porque são das classes populares, mas esse comportamento foi bastante significativo em vários momentos diferentes.

O uso dos palavrões não acontece porque alguém esteja brigando com alguém, ou mesmo discutindo. Seu uso se dá de forma natural nas brincadeiras, na narração de um fato ou quando se quer chamar a atenção de alguém, que segundo o falante, deu alguma pequena mancada, ou pagou um “mico”. Na maioria das vezes, ninguém se sente ofendido por ser chamado por um palavrão, e ninguém pretende ofender ninguém quando profere um palavrão nessas circunstâncias.

Assim como os palavrões fazem parte da sociabilidade da Cohab, as cadeiras nas calçadas, os vizinhos que não só se cumprimentam, mas que conversam e festejam juntos constituem traços característicos da sociabilidade na localidade, que não é melhor nem pior que a sociabilidade encontrada nos outros lugares, é somente aquela construída a partir daquele determinado contexto.

Ao narrar os eventos nos quais participei com meus interlocutores, ou ao citar a fala de Débora sobre como se sente feliz entre os seus, corro o risco de ser denotada, como alguém que se envolveu demasiadamente com seu campo e, esse envolvimento acarretou uma empatia muito forte que resultou em falta de distanciamento.  Porém, seguindo a ideia

de Favret-Saada (2005), acredito que ser afetada pelo campo, não significa sentir uma empatia que turve o entendimento sobre os fatos pesquisados.

Ao contrário, deixando-me afetar, pude construir um canal de comunicação involuntário e desprovido de intencionalidade com os meus "nativos". E, como informa Favret-Saada, as informações obtidas dessa forma podem revelar de fato coisas novas ao etnógrafo, mudanças em relação às ideias relativamente comuns ou cristalizadas:

> (...) quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FRAVET-SAADA, 2005, p.160).

Uma ideia até certo ponto comum, na qual eu acreditava e que passeia a questionar, diz respeito à preferência das pessoas que ascendem economicamente, por continuar residindo nos seus bairros de origem, quando essas teriam condições econômicas de se mudar para bairros tidos como de melhor qualidade de vida. Atribui-se esse tipo de comportamento ao falto de que lá, no lugar do outro, nos bairros mais abastados, a pessoa seria só mais uma e na sua comunidade de origem essa pessoa estaria em destaque. Na verdade, por trás dessa percepção, está a ideia de que o consumo se presta primordialmente à ostentação.

Discordo em parte dessa ideia, e não contesto aqui uma das características do consumo, ligada à ostentação ou emulação (VEBLEN, 1983). Mas tomar essa característica na maioria das vezes que se tenta entender o consumo, ou tomá-la como a principal motivação dos agentes envolvidos no fenômeno pode mascarar outras razões envolvidas nas escolhas desses agentes. O que foi percebido na Cohab, entre aqueles que possuem renda suficiente para morar em bairros menos populares, é que esse desejo não é tão forte porque ali, no seu bairro de origem, encontram-se as pessoas que fazem parte da sua rede social. Porque ali estão as pessoas com as quais é possível estabelecer identificação, que tem a ver com a identidade conectada aos locais de origem e de sociabilidade.

A preferência por continuar residindo no local de origem envolve o complexo de um imaginário social. Segundo Veloso e Santos:

> (...) do ponto de vista sociológico e antropológico, a identificação de um grupo com um determinado lugar ou espaço sempre envolve mais do que as características espaciais/físicas desse lugar. Envolve (...) um amplo trabalho de imaginação, através do qual o espaço físico ganha atributos culturais pertencentes àquele grupo (...) (2009, p.99).

Ainda para esses autores, partindo da ideia de imaginário social (*social imaginary*) proposta por Taylor, esse imaginário não deve ser concebido como um conjunto de ideias, e sim como aquilo que dá sentido as práticas de um grupo social:

> As expectativas normais que temos uns dos outros, o tipo de entendimento comum que permite que nós executemos as práticas coletivas que constituem a nossa vida social (...). este entendimento é tão factual quanto normativo, ou seja, nós temos uma ideia de como as coisas geralmente acontecem, mas isto está entrelaçado com uma ideia de como *elas deveriam acontecer* (Taylor *apud* Veloso e Santos, 2009, p.99).

Transportando essa ideia para o universo etnográfico da Cohab, torna-se um pouco mais clara a opção por permanecer morando ali. Pois, nesse lugar, as pessoas compartilham de um mesmo imaginário social do que é desfrutar a vida, não que esse imaginário se distancie muito do imaginário do carioca ou do brasileiro, mas ali este imaginário assume uma forma mais particular, que não estigmatiza a pessoa que quer tomar um banho de borracha, como diz Débora, na área comum do prédio, ou que coloca o sofá na calçada, ou os tapetes no muro, para limpar melhor a casa.

Cabe aqui também, pensar na noção de estigma social, tal qual apresentada por Goffman (1963). Para esse autor, as sociedades estabelecem cada uma os meios para categorizar as pessoas, os vários ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. Através do que o autor denomina de identidade social, é possível prever, assim que somos apresentados para alguém, a sua categoria e seus atributos. Nossas pré-concepções são transformadas em expectativas normatizadas. Essas expectativas e exigências que fazemos a respeito de alguém, Goffman denomina de identidade social virtual, e as características e atributos que a pessoa prova realmente ter, o autor denomina de identidade social real.

Todos nós avaliamos as pessoas de acordo com atributos que consideramos importantes para nós, e esses atributos estão presentes de forma mais relevante nas informações sociais que temos do outro. Essas, por sua vez, estão baseadas nas características mais permanentes da pessoa avaliada. As características permanentes de um indivíduo são transmitidas através de signos corporificados – o que Bourdieu chamaria de *habitus* –, esses signos, que fornecem informação social, quando frequentes e regulares,

transformam-se em símbolos. Segundo Goffman, o símbolo de *status* ou de prestígio pode ser considerado em oposição ao estigma:

> Símbolos de prestígio podem ser contrapostos a símbolos de estigma, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo. A cabeça raspada das colaboracionistas na Segunda Guerra Mundial, assim como certos solecismos usuais, através dos quais uma pessoa que quer imitar as maneiras e as roupas da classe média repete erradamente uma palavra ou a pronuncia várias vezes de maneira incorreta, são exemplos disto (1963, p.40).

A manipulação do estigma para nós se dá através do que Goffman chama de estereotipia ou do perfil de nossas expectativas normativas em relação ao outro, e está vinculada à vida pública, a um contato superficial ou a pouca intimidade. No entanto, Goffman explica que mesmo o contato próximo ou a familiaridade não reduz o menosprezo que determinados grupos sentem por outros. Como exemplo claro disso, temos a proximidade na qual as pessoas da classe média e alta convivem com as pessoas das classes baixas, que vivem nas favelas da Zona Sul carioca.

Goffman difere a identidade pessoal da identidade do eu. A primeira estaria relacionada com a diferenciação que um indivíduo pode ter em relação a todos os outros, desempenhando um papel estruturado, rotineiro e padronizado na organização social. A identidade pessoal se presta a documentação, como carteiras de identidade, de estudante ou o cartão de crédito, e esse último atesta, segundo Goffman, superficialmente a identidade pessoal, categorizando aqueles que merecem ou não o crédito.

A identidade do eu é uma identidade sentida subjetivamente pelo indivíduo nas próprias situações vividas através das várias experiências sociais. Ou seja, a identidade do eu é constituída pela subjetividade e reflexividade experimentadas pelo indivíduo a partir das interações sociais. Enquanto a identidade pessoal está relacionada ao papel da informação na manipulação do estigma, a identidade do eu está relacionada à experimentação do estigma pelo indivíduo.

Segundo Elias (1994) só é possível uma pessoa dizer “eu”, porque ao mesmo tempo é possível dizer “nós”, a simples ideia “eu sou”, ou “eu penso” pressupõe a existência de outros no mesmo convívio, ou seja, um grupo, uma classe ou mesmo uma sociedade. Completando o argumento de que não acredito que a ostentação pelo consumo seja o motivo pelo qual as pessoas que moram na periferia prefiram continuar a residir ali,

acredito que as pessoas não gostariam de sair da Cohab, principalmente porque o pertencimento, seja a uma determinada classe social, ou a um grupo, passa pela aceitação do outro daquela classe ou grupo, e talvez seja a falta desse sentimento de aceitação, entre outros fatores, que faça com que as pessoas decidam por continuar morando em seu meio de origem.

Quando ocorre mobilidade social, as pessoas envolvidas têm que estabelecer relacionamentos com os grupos já estabelecidos, os quais lutam por sua superioridade em relação a seu *status*, poder, seus padrões e crenças e para isso se utilizam de crenças estigmatizantes sobre o grupo todo com base no que de pior há entre seus componentes, uma imagem modelada pela minoria dos piores (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Por exemplo, é muito comum as pessoas pensarem que nas comunidades cariocas, as favelas, a maioria das pessoas são marginais. O alto índice de mortes de jovens pobres, que residem em comunidades ou em bairros pobres da periferia não recebe a mesma consideração que a morte de um garoto da classe média, por exemplo, porque se parte do princípio de que o garoto que mora na favela é um marginal, até que se prove o contrário e por isso tem alguma responsabilidade sobre seu infortúnio, assim a crença em sua inferioridade é reforçada por aqueles que estão em posições menos privilegiadas:

> E essa internalização da crença depreciativa do grupo socialmente superior pelo socialmente inferior, como parte da consciência e da imagem que este tem de si, reforça vigorosamente a superioridade e a dominação do grupo estabelecido (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.175).

Uma das condições para a vida social é que todos os participantes compartilhem de um conjunto comum de expectativas normativas sustentadas e incorporadas. Portanto, a identidade é criada a partir do ponto de vista de um grupo, e o estilo de vida é fundamental para a representação dessas identidades.

Outro tipo de comportamento que pode confirmar a tese aqui defendida, é que os meus interlocutores da Cohab, preferem não frequentar as praias da Zona Sul da cidade. Segundo o documentário "Faixa de Areia" de Daniela Kallmann realizado em 2006[63], as praias da orla carioca são demarcadas por grupos e classes sociais bem definidas. O documentário mostra que boa parte da orla marítima da cidade como a Barra de Tijuca e Recreio dos Bandeirantes é frequentada por pessoas das classes populares. Isso pode,

[63] Disponível para download em: http://www.youtube.com/watch?v=_ZyGe5Bmj5Y - acesso em 31/07/2012.

talvez, ser explicado pelo fato das praias da Zona Sul ter sido tradicionalmente frequentadas pela classe média – principalmente Ipanema e Leblon –, "empurrando" as pessoas de outras classes sociais para as praias que antes eram mais distantes. Isso mereceria um estudo antropológico mais aprofundado. No momento é possível identificar que o "democrático" espaço da praia para o carioca é "democrático" desde que se respeitem as regras invisíveis de segregação social que confere a cada qual o seu pedaço de areia específico.

No que se refere ao estilo de vida dos meus interlocutores da Cohab, muitos não se percebem como possuidores de um estilo de vida próprio[64]. O que vai está de acordo com a ideia de Giddens relacionada à impossibilidade material das camadas populares de escolher um estilo de vida próprio. Entretanto, aqueles que pensam em um estilo de vida, dizem gostar mais de ficar em casa, ou quando frequentam bares, restaurantes ou shoppings são lugares localizados nas redondezas da Cohab. O que corrobora ainda mais a ideia de preferencia por estar onde o sentimento de pertencimento se apresenta mais consistente.

De acordo com Giddens (2002), na modernidade, a noção de estilo de vida tem um significado especial: ele é fundamental na constituição da autoidentidade e da atividade diária, por causa da pluralização de contextos de ação. Ainda, segundo Giddens, a escolha por um "estilo de vida" é privilégio de grupos e classes mais prósperos.

É nesse sentido que as camadas populares, os mais pobres, estariam excluídos da possibilidade de optar por um estilo de vida definido. Quando a carência material é muito grande em nossa sociedade, podemos considerar que não existe um estilo de vida, ou este seria definido pela falta, ou seja, pelas mínimas possibilidades de escolha, porque as escolhas estão voltadas para a satisfação das necessidades mais imediatas.

Quando Giddens diz que o estilo de vida é privilégio dos grupos e classes mais prósperos é porque em nossa sociedade o consumo é um dos principais responsáveis pela demarcação de um estilo de vida. Campbell diz que o consumo de fato serve como uma resposta à "crise de identidade" na pós-modernidade, sendo "o consumo a principal atividade pela qual os indivíduos resolvem esse dilema" (2009, p.51).

---

[64] Não foi exatamente utilizada a expressão "estilo de vida", pois essa expressão não faz parte do imaginário da maioria dos meus interlocutores na Cohab.

Em nossa sociedade, a opção por estilo de vida definido está intimamente conectada com as escolhas de consumo. Quando alguns dos meus interlocutores afirmam não possuir um estilo de vida, deve ser levado em consideração que só agora é possível ao segmento emergente à escolha de uma gama maior de produtos e serviços. Portanto, seguindo esse raciocínio, talvez pela primeira vez essas pessoas comecem a pensar no sentido de um estilo de vida.

Quando eu falo em relação ao sentimento de pertencimento através do consumo do segmento emergente, partilho da ideia de Canclini (2008) que diz respeito às mudanças na maneira de consumir, as quais alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Segundo esse autor, as perguntas dos cidadãos em relação ao lugar de pertencimento, aos seus direitos, ao acesso à informação e representatividade de seus interesses são respondidas muito mais "através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos" (*Ibid*, 2008, p.29).

A burocracia e as decisões no sentido de uniformizar as sociedades se dão em instancias globais distantes do cidadão comum, os bens e as mensagens passam então a se constituírem nas coisas mais acessíveis que chegam até nós, e fazemos com eles aquilo que entendemos seja o melhor.

A representatividade do cidadão perde sua força na esfera política justamente pela opacidade das formas como as coisas são decididas, pela midiatização dos processos eleitorais, e pela internacionalização de bens materiais e simbólicos que se dão através do processo de globalização, tornando muito móveis os referencias identitários. Dessa forma enfraquecendo aquilo que na política é a relação entre as pessoas, o que segundo Canclini seria justamente o exercício da cidadania – lembrando que a cidadania é o aspecto formal da igualdade entre todos (Marshall, 1967). Além dos critérios relacionados ao prazer, ao selecionarmos os bens, partimos do critério daquilo que para nós é valioso, que nos representa para o outro.

Canclini (*Ibid*) concorda com os estudos sobre cidadania cultural realizados nos Estados Unidos. Estes nos informam a seguinte ideia:

> (...) ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem que se

> sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades (CANCLINI, 2008, p.35).

O autor afirma que a insatisfação com o sentido jurídico-político da cidadania conduz a outras formas de cidadania, as quais se prestam a infinitas formas de reivindicações: cidadania cultural, de gênero, étnica, ecológica e assim por diante. E dentre os processos relativos às mudanças socioculturais, a redefinição do senso de pertencimento e de identidade é cada vez menos organizada por compromissos locais ou nacionais, e muito mais por comunidades globalizadas de consumidores, como por exemplo, os Apple maníacos, os aficionados por determinados seriados americanos de TV, os fãs dos Pop Stars etc.

Ainda dentro dos processos de mudanças socioculturais, Canclini ressalta a passagem do cidadão da condição de representante da opinião pública, para o cidadão interessado na qualidade de um estilo de vida. As consequências dessas mudanças se devem a vários fatores, e dentre eles Canclini aponta para a falta de reflexão, substituída pelas formas fluidas e fugazes de comunicação através dos meios eletrônicos.

Vinculando as ideias sobre consumo e cidadania propostas por Canclini, e a formação de identidade através de um estilo de vida ao fenômeno do segmento emergente, acredito ser possível imaginar, segundo os dados etnográficos e as informações trazidas de outras fontes, que as pessoas do segmento emergente percebem no consumo uma possibilidade de construírem uma identidade que se conecte ao imaginário social do que é ser um cidadão para nós do século XXI, já que ser cidadão no sentido pleno demanda transformações sociais mais profundas.

## Considerações Finais

Reconhecendo que uma pequena etnografia não tem o alcance de dar conta de todo entendimento a respeito de um tão grande e tão heterogêneo segmento emergente, essa dissertação procurou, através do trabalho de campo realizado, levantar as controvérsias em relação a se atribuir mobilidade de classe, a um contingente tão numeroso de pessoas, definidas como componentes de uma nova classe média no país.

A desigualdade social no Brasil, conforme observado na introdução desse trabalho, se mantém como uma das mais altas do planeta, a despeito do país ter sido o que mais se desenvolveu no globo entre as décadas 1930 e 1980, deixando de ser considerada uma nação pobre, para atualmente ser considerada a 6ª maior economia do mundo. O que demonstra que a ênfase colocada no desenvolvimento econômico não tem se traduzido em diminuição das desigualdades sociais.

Conforme foi descrito no decorrer desse trabalho, a estabilização da economia no início da década de 2000 propiciou um determinado desenvolvimento econômico, que gerou aumento de renda na base da pirâmide social e de postos de trabalho de baixa remuneração, com carteira assinada, garantindo certa estabilidade econômica. Os planos de distribuição de renda, através das políticas sociais do Governo Federal, assim como a intensificação das políticas de acesso à bancarização e ao crédito, também se configuram em fatores que permitiram um acesso maior das camadas populares ao consumo.

O aumento da renda e do consumo levou parte de alguns setores acadêmicos a classificarem um grande contingente de pessoas nos parâmetros de classe média. Essa classificação gerou uma falsa ideia de que somos um país com maioria de classe média, o que resultou não só na euforia do mercado, como também, por outro lado, em críticas contundentes, que dizem respeito não só a metodologia utilizada como também, ao viés ideológico que está por trás dessa representação.

Além dos trabalhos que foram suscintamente apresentados, os quais confirmam através de metodologias quantitativas mais cuidadosas, a emergência de uma nova classe trabalhadora, cuja renda média se aproxima da renda média do que é considerado como classe média baixa. Através da etnografia realizada e de exemplos retirados da mídia foi possível ilustrar algumas controvérsias e incoerências geradas pela percepção de que apenas o desenvolvimento econômico pode levar à mobilidade social, sem que ocorram transformações sociais mais profundas.

A falta de condições percebida em grande parte das localidades do país, bairros populares e comunidades ou favelas onde se concentra a maior parte do contingente do chamei nesse texto de segmento emergente — conforme ilustrado no início desse trabalho, com a descrição da imagem da casa desabando e desnudando os vários itens de conforto da família que ali residia — se configura numa metáfora das incoerências e controvérsias referentes ao fenômeno aqui estudado.

O aumento do consumo interessa principalmente ao mercado, que busca melhor resultados em termos imediatos. Ao mesmo tempo, a ideia de uma nova classe média gera uma euforia no país, porque de fato a economia vem crescendo e, consequentemente, o crescimento econômico é visto como o remédio para todos os males. Porém, a despeito de toda essa euforia, os índices que medem as desigualdades sociais continuam muito altos, principalmente no que se refere ao acesso à educação e saúde de qualidade.

Esse aumento do consumo tem por outro lado, desnudado um racismo de classe, pois a classe média, e principalmente ela, e as classes mais altas vêm seus privilégios diminuídos e seus lugares de consumo sendo ocupados por pessoas com *habitus* diferentes. As pessoas do segmento emergente são responsabilizadas pelas superlotações em voos e aeroportos, pelo trânsito caótico nas grandes cidades, por invadir e depredar lugares tidos como paraísos ecológicos.

Foi dito aqui que as diferenças entre os grupos se dá através da relação entre valores e estratificação social, pela sobreposição entre o domínio ideológico ou concepção de mundo, ou seja, o conjunto articulado de normas e valores, e o acesso diferencial a bens e ideais ou materiais escassos. Os valores e normas suportam processos sem intenção e sem sujeitos, através dos quais os grupos sociais ou as classes se identificam; esses valores perpassam e dirigem esses grupos na dinâmica social (SOUZA, 2001).

Desse modo, grande parte da classe média, conscientemente, não se considera preconceituosa em relação às classes mais baixas. Mas boa parte dela considera que os pobres tem um valor diferencialmente inferior, que é o responsável pela falta de progresso econômico e cultural desse segmento.

Na luta diária pelo reconhecimento, os atores do segmento emergente percebem no consumo idealizado uma possibilidade de inclusão, ainda que lhes falte direitos fundamentais, como acesso à educação, saúde e segurança.

Alguns discursos criticam o fato das pessoas do segmento emergente comprarem demasiado a crédito, ou não pouparem, gastando tudo que ganham (SOUZA e LAMOUNIER, 2010). Concluo, entretanto, que o consumo atualmente experimentado pelo segmento emergente não deve ser entendido como um comportamento exótico ou irresponsável, afinal, todos nós somos, até mesmo intimamente, produto das necessidades de reprodução do Mercado e do Estado (SOUZA, 2001).

Aquele que não tem acesso aos bens de consumo midiatizados ou tem acesso muito restrito, além de não poder lançar mão de um estilo de vida que ajuda a fixar os significados e, portanto, a construção de sua identidade, não se percebe como cidadão, porque acredito que o ideal de pertencimento em nossa sociedade está estreitamente conectado ao consumo, conforme enunciado no último capítulo desse trabalho.

Existe, tomando ironicamente de empréstimo um termo da economia, uma demanda reprimida por atingir os significados que permaneciam deslocados para o futuro. O segmento emergente, pelo que foi percebido, dirige as suas práticas de consumo para uma espécie de compensação, ou um meio de vencer as desigualdades sociais, ou a valoração social percebida, realizando no consumo uma forma de afirmar a sua identidade.

A hipótese a que se chega e que certamente necessita de comprovação a partir de trabalhos mais aprofundados é que o acesso facilitado ao consumo está possibilitando aos atores do segmento emergente a afirmação de sua identidade de cidadão. Consumindo produtos e serviços relacionados tradicionalmente às classes média e alta, esses atores se percebem compartilhando, dessa forma, de um imaginário de “bem aventurança”, para usar a expressão de Wagner (2010).

O que esse fenômeno, enfim, nos ensina, é que o consumo em suas múltiplas dimensões, tem desempenhado um papel importante, no que parece ser uma forma, pela qual milhões de pessoas se percebem, pelo menos em parte, socialmente incluídas.

Gostaria de concluir, afirmando que o fenômeno, que de fato está ocorrendo no país é bastante significativo e merece atenção em suas várias dimensões. Se realmente está havendo mobilidade social, se as pessoas do segmento emergente se sentem incluídas através do consumo, somente futuros estudos que contemplem não somente os aspectos econômicos, como também outras dimensões simbólicas as quais sustentam toda e qualquer relação social, poderão confirmar.

## BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARBOSA, Antonio C. Rafael. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. "O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas" In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. *Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas.* Revista de Administração Pública. Vol.42, N.6, Rio de Janeiro nov./dez. 2008.

BASTOS, Ana Paula P. L. *Herdeiros ou Sobreviventes: Mobilidade Social no Ensino Superior no Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

BELLEBAUM, Alfred. "Klassiker des Sociologischen Denkens". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönies*. São Paulo: Edusp, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1, Brasília: UnB, 2004.

BOMENI, Helena. *Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. "Esboço de uma teoria da prática" *IN*: ORTIZ, Renato (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d´Água , 2003.

_____ *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____ *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005.

_____ *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____ *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____ *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. *Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades*. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____ "Eu compro, logo existo: as bases metafísicas do consumo moderno". In: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CANO, Ignácio. "Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro". In: *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Justiça Global (org.), Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CASTILHOS, Rodrigo Bisognin. *Subindo o morro – consumo, posição social e distinção entre as famílias de classes populares*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O nativo relativo*. Mana: Estudos de Antropologia Social Vol.1 n.8, p.113 – 148. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAN, Tac Wing; GOLDTHORPE, John H. *Social Stratification and Cultural Consumption: Music in England*. *In*: European Sociological Review, Vol.23, n.1, p.1-19, Oxford University Press Dec/2006.

CROMPTON, Rosemary. *Class & Stratification*. Cambridge: Cambridge Polity Press, 2008.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____ *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____ *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Rio de Janeiro: Edições 70, sd.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênero e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

_____. "From Mandeville to Marx: The genesis and Triumph of Economic Ideology". In: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol.2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____ *O processo civilizador: uma história dos costumes*.Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____ *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

_____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *O ser afetado.* Cadernos de Campo n. 13, ano 14, p.155-161. São Paulo: USP, FFLCH, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FRÓES, José N. de Souza. *Terras Realengas*. Rio de Janeiro: Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste, 2004.

GELL, Alfred. "Recém-chegados ao mundo bens: o consumo entre os gonde muria". In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

_____ *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____ *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____ *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GOLDTHORPE, John H. "Employment, Class and Mobility: A critic of liberal and marxist theorist of long-term change". In: RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2007.

GOMES, Laura Graziela F. Fernandes. *Novela e sociedade no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.

_____ "Madame Bovary ou o consumo moderno como drama social" In: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin (orgs). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

GUERRA, Alexandre *et. al.* (orgs). Atlas da nova estratificação social no Brasil - vol. I, *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Inácio Andruski; CHAVES NETO, Anselmo. *Reconhecimento de padrões: metodologias estatísticas em crédito ao consumidor*. RAE-eletrônica, vol.1, n.2, jul./dez.2002.

HALBWACHS, Maurice. “A classe média”. In: IANNI, Octavio (org.). *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia.* São Paulo: Editora Nacional, 1973.

HEIMAN, Rachel; FREEMAN, Carla; LIECHTY, Mark. *The Global Middle Classes: Theorizing through Ethnography*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2012.

IANNI, Octavio. *A política mudou de lugar*. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, n.3, p.3-7, jul/1997.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____ *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

LEDERMAN, Rena. “Changing Time In Mendi: Notes Towards Writing Highland New Guine History”. In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LÖFGREN, Ovar. « Maison Suédoise: un projet national ». In: SEGALEN, Martine; LE WITA, Béatrixb. *Chez-Soi Objects et Décors: Dés Créations Familiales?* Paris : Autrement,1993.

MARSHALL, T. H. *Cidadania Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. “De O Capital, capítulo LII, tomo III”. In: SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MATTOSO, Cecília Lima de Queirós. *Me empresta seu nome? Um estudo sobre os consumidores pobres e seus problemas financeiros*. Estudos COPPEAD, Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MUSUMECI, Leonarda *et al*. “Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno” In: *Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; CESeC/UCAM, 2009.

MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002.

MILLS, C. Wright. *A nova classe media*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MYZRAHI, Mylene. *Figurino funk: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca.* Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

NERI, Marcelo C.(coord.). *A nova classe média* . Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2008.

_____ *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

O’DAUGHERTY, Maureen. *Auto-retratos da classe média: hierarquias de “cultura” e consumo em São Paulo*. Revista Dados online, 1998, vol. 41, n. 2, p. 441 – 444.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

OLLIVIER, Michèle. *Status em Sociedades Pós-Modernas: a renovação de um conceito*. Lua Nova, São Paulo, 77, p. 41-71, 2009.

PETTONNET, Colette. *Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense*. Antropolítica: Revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói: EdUFF, 2008.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. “The Great Transformation”. In: SAHLINS, Marshal. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PUTNAM, Robert D. “Making democracy work: Civic traditions in modern Italy”. In: SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar; *A classe media brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

QUADROS, Waldir José de. *"O Milagre Brasileiro" e a Expansão da nova classe média*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1991.

RIBEIRO, C. A. C. & SCALON, M. C. *Mobilidade de classes no Brasil em perspectiva comparada.* Dados - Revista de Ciências Sociais, Vol. 44, n.1, p: 53-96, 2001.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro, FGV, 2006.

SAHLINS, Marshall David; *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALATA, André. *Notas sobre a tese da nova classe média brasileira.* Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro: Maio de 2012.

SANTOS, Figueiredo José Alcides. *Questão de Classe: Teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.

_____. *A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin* Wright. Dados [online]. vol.41, n.2. p.377-410, 1998.

SANTOS, Milton. "Uma metamorfose política". In: Folhaonline. São Paulo, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCALON, Maria Celi. *Mapeando Estratos: Critérios para Escolha de uma Classificação*. Dados vol. 41 n.2, p. 337-375, Rio de Janeiro, 1998.

_____; SALATA, André. *Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica*. Revista Sociedade e Estado vol. 27 n. 2, p. 387-407, Brasília, maio/agosto, 2012.

SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental". In: VELHO, Otavio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. *"Classe C" e sua alardeada ascensão: Nova? Classe? Média?* Indic. Econ. FEE, Porto Alegre: v. 38, n. 4, p. 67-80, 2011.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Elsevier, 2010.

SOUZA, Beatriz Muniz de; ALBUQUERQUE, Marrach B. *Doutrina e ética da Perfect Liberty no resgate dos papéis femininos tradicionais*. Reflexões sobre as novas religiões japonesas, REVER – Revista de Estudos da Religião. N. 4, p.34-46, ano 2. São Paulo, PUCSP, 2002.

SOUZA, Jessé. “Democracia e personalismo para Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sitematizando nossos auto-enganos”? IN: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.* Brasília: UNB, 2001.

_____ *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____ “A gramática social da desigualdade”. In: SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____ “Por uma teoria da ação social da modernidade periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes”. In: SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____ *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEBLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Os economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____ “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. In: VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____ “Trajetórias e Mediação”. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELOSO, Letícia; SANTOS, E. Inácio dos. “Consumo e Sociabilidade na Construção do Imaginário Carioca”. IN: BARBOSA, Lívia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (orgs). *Consumo: cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____ “Classe, *status*, partido”. In: VELHO, Otavio Guilherme C. A.; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antonio R. (orgs). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

YACCOUB, Hilaine de Melo. *Atirei o pau no “gato” – Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos “novos consumidores”) em um bairro popular de São Gonçalo – RJ*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF, Niterói.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____ *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZELIZER, Viviana A. *Economic Lives: how culture shapes the economy*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

Jornal O Globo (2010), “Emergentes entre o sonho e a frustração”, 10 de Outubro, p.39.

**SITES PESQUISADOS:**

Bairros da Zona Oeste no site Wikipédia.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_Oeste_(regi%C3%A3o_do_Rio_de_Janeiro) – acesso em 12/02/2012.

Banco Central do Brasil – taxas de juros de operações de crédito.
http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012020.asp – acesso em 20/07/2012.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. *Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas.* Revista de Administração Pública. Vol.42, N.6, Rio de Janeiro nov./dez. 2008.
http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=i&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=BARONE,+FRANCISCO+MARCELO – acesso em 02/06/2012.

Biblioteca da Presidência da República, discurso do ex-presidente Lula na abertura do Fórum Empresarial Brasil-México.
http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/search?SearchableText=discurso+do+presidente+Lula+na+abertura+do+forum+brasil-mexico – acesso em 11/11/2011.

BOMENI, Helena. *Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011. http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8475?show=full – acesso em 15/07/2012.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. *Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades*. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002.
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Artigos_de_Microfinancas/200209_3.html – acesso em 12/06/2012.

Central do crédito - SPC e SERASA.
http://www.centraldocredito.com/category/spc-serasa/ – acesso em 20/06/2012.

Comunicado do IPEA Nº 89 – Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil - 28/04/2011.
http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44CD18D5BF0/IPEA_ComunicadoIPEA89.pdf – acesso em 30/05/2011.

Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno — Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas. http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/ufrjpd/textos/segurancapublica.pdf acesso em 20/05/2012.

Documentários "Faixa de areia".
http://www.youtube.com/watch?v=_ZyGe5Bmj5Y - acesso em 31/07/2012.

Documentário “Realengo, aquele desabafo”.
http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1668%3Aa-questao-habitacional-em-video-qrealengo-aquele-desabafoq&lang=pt
acesso em 30/07/2012.
Evolução dos Indicadores Baseados em Renda – Desigualdade de Renda na Década. http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf – acesso em 15/06/2012.

FEBRABAN – Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil em 07/2011.
www.febraban.org.br – acesso em 30/05/2012.

GUIMARÃES, Inácio Andruski; CHAVES NETO, Anselmo. *Reconhecimento de padrões: metodologias estatísticas em crédito ao consumidor*. RAE-eletrônica, vol.1, n.2, jul./dez.2002.
http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol1-num2-2002/reconhecimento-padroes-metodologias-estatisticas-em-credito-ao-consumi – acesso em 30/04/2012.

IANNI, Octavio. *A política mudou de lugar*. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, n.3, p.3-7, jul/1997. http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03_01.pdf acesso em 20/04/2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, dados sobre a educação de nível superior no Brasil.
http://www.inep.gov.br/ – acesso em 12/06/2012.

Jornal Le Monde Diplomatique – Edição 40, Nov. 2010 - Entrevista Jessé Souza
http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=804 – acesso em 10/05/2012.

Jornal Realengo em pauta. http://realengoempauta.com.br/2011/05/fevereiro-edicao-n%C2%BA-2/- acesso em 01/15/2012.

Marca Company na wikipédia.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Company – acesso em 17/06/2012.

Marca IKEA na Wikipédia.
http://pt.wikipedia.org/wiki/IKEA – acesso em 25/06/2012.

MUSUMECI, Leonarda *et al*. Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno – *Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; CESeC/UCAM, 2009. http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/ufrjpd/textos/segurancapublica.pdf
acesso em 20/05/2012.

O’DAUGHERTY, Maureen. *Auto-retratos da classe média: hierarquias de “cultura” e consumo em São Paulo*. Revista Dados online, 1998, vol. 41, n. 2, p. 441 – 444. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt – acesso em 03/03/2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
http://www.pnud.org.br/IDH.aspx – acesso em 05/01/2012.

Prahalad na Wikipédia.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Prahalad – acesso em 16/11/2011.

Relatório do Ministério da Fazenda: "Reformas Microeconômicas e Crescimento de Longo Prazo".
http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/reformasinstitucionais/estudos/Texto_VersaoFinal5.pdf – acesso em 30/05/2012.

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação das milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
http://portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorio_milicias.pdf – acesso em 10/06/2012.

Reportagem: "A classe C no paraíso", Revista Veja, 25/06/2008.
http://veja.abril.com.br/250608/entrevista.shtml – acesso em 12/03/2012.

Reportagem: "A nova classe média no Brasil", Revista Época, on-line.
http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html – acesso em 12/05/2012.

Reportagem do Jornal da Record em 27/01/2012.
http://www.youtube.com/watch?v=6v5uZjDjjkQ – acesso em 31/01/2012.

Reportagem: "Minha dor não sai no jornal", da Revista Piauí nº. 59.
http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-59/historia-pessoal/minha-dor-nao-sai-no-jornal acesso em 15/06/2012.

Reportagem "Preconceito Ronda Jornada Turística da Nova Classe Média" da BBC Brasil em formato eletrônico em 09/11/20211.
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111108_preconceito_classe_c_pc.shtml acesso em 15/11/2011.

Reportagem: "Vendas de produtos da linha branca crescem mesmo sem desconto no IPI" – dados pesquisa GFK Retail and Technology.
http://jornale.com.br/mirian/?p=12413 – acesso em 28-05-2012.

RIBEIRO, C. A. C. & SCALON, M. C. "Mobilidade de classes no Brasil em perspectiva comparada". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 44, n.1, p: 53-96, 2001.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt – acesso em 15/02/2011.

SAE - informe sobre novos critérios para a definição da classe média brasileira.
http://www.sae.gov.br/site/acessoainformacao/ – acesso em 30/05/2012.

SALATA, André. *Notas sobre a tese da nova classe média brasileira.* Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro: Maio de 2012.
http://observatoriodasmetropoles.net/download/texto_andre_salata_classe_media.pdf – acesso em 07/07/2012.

SANTOS, Figueiredo José Alcides. A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. Dados [online]. vol.41, n.2. p.377-410, 1998. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000200004&script=sci_abstract – acesso em 10/02/2012.

SANTOS, Milton. Uma metamorfose política. In: Folhaonline. São Paulo, 1999. http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_3.htm – acesso em 14/06/2011.

Site Realengo em pauta. http://realengoempauta.com.br/2011/05/fevereiro-edicao-n%C2%BA-2/ – acesso em 01/15/2012.

**ANEXOS:**

**Anexo 1: Roteiro das entrevistas realizadas**

**Você poderia me falar um pouco de você? (Perguntas extensivas aos familiares: pai, mãe ou filhos).**

- nome/ idade/ estado civil / ocupação / renda familiar / tem filhos ou não/ grau de escolaridade / estudou no ensino público ou privado / possui automóvel / o apartamento é próprio ou alugado.

**Você mora há quanto tempo aqui na Cohab?**

- De onde era a sua família antes de morar aqui? /Como foi que sua família veio para cá? / O que você acha de morar aqui:
  - em relação à segurança/ saúde/ sociabilidade/ escolas/ transporte coletivo/ proximidade dos centros comerciais?
- Você sente vontade de mudar para outro lugar?

**Como são as refeições na sua casa?**

- Quem participa de quais de quais refeições?
- O que normalmente é servido?
- Tem diferença entre os dias da semana e dias especiais como fins de semana e feriados?
- Há preocupação com o tipo de alimentação?
- Você costuma comer fora ou pedir comida, em que situações?
- Em quais locais você costuma comer quando come fora de casa?
  - Onde ficam esses locais?

**Como são feitas as compras de produtos para a sua casa?**

- Quem participa?
- De quanto em quanto tempo são feitas as compras?
- Onde são realizadas (supermercados, feira livre, pequenos mercados)?
- Existem marcas que você não abre mão de jeito nenhum?
- Quanto sua família gasta por mês aproximadamente com essas compras?

**Você costuma comprar a crédito?**

- Como você faz, usa cartão de crédito, carnê ou faz crediário?
  - Qual forma você considera a melhor?
- O que você compra a crédito?
- Em quantas parcelas você costuma comprar?
- Quais são as lojas que você costuma comprar móveis e eletroeletrônicos?
- Quais são seus planos para as próximas compras? Tem alguma coisa que você planeja comprar num futuro próximo?
- Você está juntando dinheiro para isso?

**Você gasta muito com roupa, sapatos e acessórios?**

- Onde você costuma comprar essas coisas?
- Você tem coragem de comprar uma roupa ou um sapato de marcas caras?

**Falando um pouco sobre divertimento, o que você mais gosta de fazer com a família?**

- Você viaja, com que frequência?
  - Para onde você costuma viajar?
- Você costuma sair para passear?
  - Onde você costuma ir?
  - Porque você prefere esses lugares?
  - Onde eles ficam?
- Você gosta de música, de qual o tipo?
- Você costuma assistir filmes e peças de teatro?
  - Qual tipo de filme você prefere?
- Você costuma ler?
  - Qual tipo de leitura você prefere?

**Você participa de algum grupo ou associação tipo sindicato, associação de moradores, grupo religioso?**

**Você diria que tem um estilo de vida? Como você definiria o seu estilo de vida?**

**Você considera que a situação do país melhorou, no que você acha que ele melhorou?**

**Você se considera uma pessoa de classe média?**

- O que é ser de classe média para você?

## Anexo 2 – Fotos do campo

**Praça central da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

**Pista de skate na praça**

Fonte: Arquivo pessoal

**Vídeo locadora ao lado da praça**

Fonte: Arquivo pessoal

**Escola de balett clássico da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal

**Prédio com “puxadinho/varanda”**

Fonte: Arquivo pessoal

**Vista lateral de um dos blocos**

Fonte: Arquivo pessoal

**Anúncio de venda de apartamento**

Fonte: Arquivo pessoal

**Prédio em frente à praça da Cohab**

Fonte: Arquivo pessoal